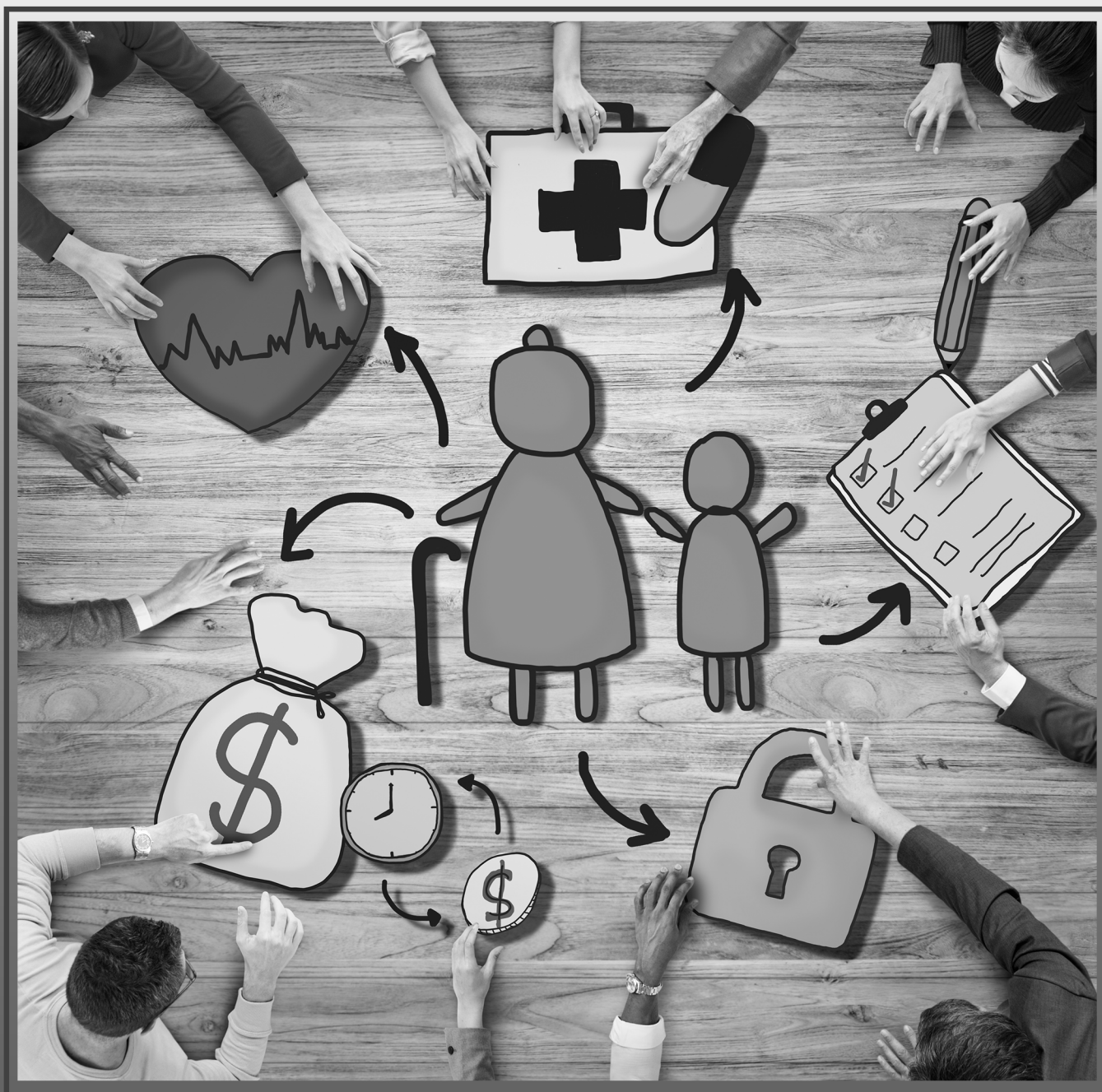




Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima

Luiza Batista

Maria Alice Pinheiro

Edição de Arte

Luiza Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
 Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
 Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
 Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
 Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
 Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
 Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
 Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
 Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
 Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
 Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
 Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
 Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
 Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
 Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
 Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
 Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
 Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
 Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
 Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
 Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
 Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
 Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
 Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
 Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Elói Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
 Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
 Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
 Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
 Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
 Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahel – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de subjetivação no serviço social 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-232-6 DOI 10.22533/at.ed.326202907 1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de. CDD 361
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE DE SUAS IMPLICAÇÕES E FUNDAMENTOS SÓCIOHISTÓRICOS	
Rodrigo de Souza Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.3262029071	
CAPÍTULO 2	12
O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO AVANÇO DO CONSERVADORISMO	
Noêmia de Fátima Silva Lopes	
Clarice do Carmo Santos Souza	
Déborah Martins Soares	
Francine Rodrigues de Oliveira Rocha	
Sabrina Dias Fonseca Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3262029072	
CAPÍTULO 3	23
POR UMA ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO – DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Thiago Bazi Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.3262029073	
CAPÍTULO 4	36
DIMENSÃO RELIGIOSA E ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI: TEMAS PARA O SERVIÇO SOCIAL	
Pollyanna de Souza Carvalho	
Letícia Machado de Araujo	
Verônica Gonçalves Azeredo	
DOI 10.22533/at.ed.3262029074	
CAPÍTULO 5	47
PARTICULARIDADES DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: CICLO AUTOCRÁTICO, TENDÊNCIA DE RENOVAÇÃO, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO	
Josicleide de Oliveira Freire	
Edjane Aragão Dias de Goes	
Jadna dos Santos Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3262029075	
CAPÍTULO 6	58
A INFLUÊNCIA DAS CATEGORIAS GRAMSCIANAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	
Cintia Maria da Silva	
Verônica Maria do Nascimento Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3262029076	
CAPÍTULO 7	69
AS CONTRIBUIÇÕES DA MONITORIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
Tatiana de Lima Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3262029077	

CAPÍTULO 880

O DIÁRIO DE CAMPO: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Valéria Debortoli de Carvalho Queiroz
Maria Terezinha da Silva
Leylla Magna dos Santos Residente
Samantha Freitas Tavares

DOI 10.22533/at.ed.3262029078

CAPÍTULO 989

FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL I NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) EM CUIABÁ/MATO GROSSO

Cláudia Regina Paese

DOI 10.22533/at.ed.3262029079

CAPÍTULO 1098

PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: UMA EXPERIÊNCIA DESAFIADORA NO CONTEXTO PRIVADO

Milene Lúcia Santos
Andreia Agda Silva Honorato
John dos Santos da Silva
Maria Cristina Campos da Silva
Maurício da Silva Santos
Tatiane do Nascimento Bastos Nunes
Rosineide Alves de Amorin

DOI 10.22533/at.ed.32620290710

CAPÍTULO 11109

O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL (MESS): UMA MEDIAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/AS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

Jodeylson Islony de Lima Tomascheski

DOI 10.22533/at.ed.32620290711

CAPÍTULO 12118

TIRA A MÃO DA MINHA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TEMPOS DE CORTES ORÇAMENTÁRIOS

Nívia Barreto dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.32620290712

CAPÍTULO 13130

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TRÊS RIOS: UMA ANÁLISE APROXIMATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Sueli do Nascimento
Julia Marinho Moreira da Silva
Vanessa Miranda Soares
Thais Carpinter de Souza
Luzineth Corrêa da Silva Carvalho
Caroline de Carvalho Pinto
Vanilda de Oliveira Carvalho Pinto
Patrícia Bonfante Soares Freitas

DOI 10.22533/at.ed.32620290713

CAPÍTULO 14	140
A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA's)	
Jodeylson Islony de Lima Tomaszewski	
Ana Cleide Ferreira de Souza	
Francisca Fabiana Lima	
DOI 10.22533/at.ed.32620290714	
CAPÍTULO 15	152
O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS - GAP	
Gisleane Silva de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.32620290715	
CAPÍTULO 16	164
O ACOLHIMENTO REALIZADO PELO SERVIÇO SOCIAL EM SITUAÇÃO DE ÓBITO NEONATAL	
Brenda Gonçalves de Sales Costa	
Conceição Rodrigues Teodózio	
Daiana de Melo Barros	
Elayne Cristina da Costa Ferreira	
Ana Beatriz Araújo Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.32620290716	
CAPÍTULO 17	171
O MÉTODO HISTÓRIA DE VIDA ENQUANTO METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS PCD'S DO ICSA/UFPA	
Ana Maria Pires Mendes	
Ana Paula Dias Martins	
Alexandre Fellipe A. dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.32620290717	
CAPÍTULO 18	179
A OPERACIONALIZAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS REALIZADA ATRAVÉS DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - SAEST: O ACESSO DE ALUNOS Pcds EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E OS AUXÍLIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA-DIRECIONADOS E ESTE PÚBLICO	
Eracele do Carmo Conceição	
DOI 10.22533/at.ed.32620290718	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	191
ÍNDICE REMISSIVO	192

CAPÍTULO 1

QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE DE SUAS IMPLICAÇÕES E FUNDAMENTOS SÓCIOHISTÓRICOS

Data de aceite: 01/07/2020

Rodrigo de Souza Medeiros

<http://lattes.cnpq.br/1431076493997885>

RESUMO: Neste estudo resgatamos os elementos sociohistóricos da questão social, política social e os relacionamos ao Serviço Social no Brasil. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica. Concluímos que o Serviço Social no Brasil foi metamorfoseando-se conforme as transformações societárias, repercutindo na sua interpretação da questão social e no exercício profissional diante das políticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Social; Serviço Social; Política Social.

SOCIAL ISSUE, SOCIAL POLICY AND
SOCIAL WORK: A BRIEF ANALYSIS OF ITS
IMPLICATIONS AND SOCIO-HISTORICAL
FUNDAMENTALS

ABSTRACT: In this study we retrieved the sociohistorical elements of the question issues, and social policy and related them to Social Work in Brazil. For this, a bibliographic research

was carried out. We conclude that the Social Work in Brazil was metamorphosed according to the societal transformations, repercussions in its interpretation of the social issues and in the professional exercise before the social policies

KEYWORDS: Social Issues; Social Work; Social Policy

1 | INTRODUÇÃO

O Serviço Social durante toda sua trajetória sóciohistórica, esteve direcionado a responder demandas oriundas do modo de produção capitalista, inicialmente no período que se refere a fase de expansão do capital, em larga escala internacional, que ficou conhecida como a constituição do capitalismo monopolista. De fato, na medida que se aumentava a acumulação de riqueza produzida de modo privado, maiores eram as desigualdades e o pauperismo da classe trabalhadora, que se articulou diante dessa situação, a fim de reivindicar ações estatais, e o Serviço Social surge como mecanismo estratégico do Estado para de certa forma responder as expressões da questão social, que passaram durante a trajetória histórica da profissão e continuam sendo a matéria –

prima da intervenção do assistente social.

Partindo da análise do aprofundamento da questão social, surge no plano do Estado a elaboração de políticas sociais, que assim como a questão social, são elementos constituintes da materialidade do exercício profissional.

A presente pesquisa bibliográfica, busca apreender o movimento relacional e transversal entre questão social, política social e Serviço Social, de maneira a compreendermos seus fundamentos sóciohistóricos.

Nosso estudo está distribuído em duas partes, sendo a primeira colocada de maneira breve os fundamentos macroestruturais da conformação da questão social, seu núcleo fundante; desdobramentos e seus diferentes enfrentamentos por parte do Estado e das políticas sociais, as quais enfatiza-se sua trajetória na sociabilidade capitalista, visto que “é fundamental lembrar que a questão social é referência para entender o desenvolvimento das políticas sociais” (YAZBEK, p. 13, 2013).

Enquanto a segunda parte enfatiza-se o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil e sua relação na interpretação da questão social, como também suas diferentes abordagens com relação a trajetória das políticas sociais, considerando as transformações sócioeconômicas da conjuntura brasileira.

2 | UMA BREVE ANÁLISE DA QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL

Antes de adentrarmos na análise da questão social e suas repostas na política Social, iremos buscar alguns fundamentos que nos ajudam na compreensão da questão social e sua relação e imbricações com o Estado, burguesia e o conjunto da classe trabalhadora. Dentro desse cenário, a política social faz-se presente como produto do processo das relações de produção e reprodução do modo de produção capitalista.

Primeiramente, vale-se salientar sobre a nossa compreensão acerca da questão social, em relação aos seus determinantes, principalmente a recortando ao seu determinante estrutural, o fato de que “a questão social está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – *a exploração*” (NETTO, p. 157, 2006, grifo do autor).

Partindo por esse viés, relacionamos a questão social à lei geral de acumulação capitalista, que tem como seu fundamento motriz a *acumulação privada da riqueza socialmente produzida* (PASTORINI, 2010).

Essa contradição, inerente ao modo de produção capitalista, intensifica as principais manifestações da questão social como a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais, em que suas particularidades irão depender das características históricas de formação econômica de determinado país ou região, assim como, em diferentes estágios capitalistas são produzidas distintas expressões da questão social (PASTORINI, 2010).

De fato, a questão social no modo de produção vigente, desenvolve-se de maneira em que na medida que o número da riqueza produzida cresce, exponencialmente, há uma maior desigualdade social e pauperismo da classe trabalhadora, isso ocorre pela circunstância que mantém o modo de produção capitalista, a concentração de riqueza produzida. Suas expressões serão distribuídas de diferentes formas, dependendo do componente sócio – histórico de uma região e do estágio de desenvolvimento do capital. Não podemos deixar de destacar outro atenuante que aprofunda massivamente as expressões da questão social, o *materialismo histórico* com relação às “[...] configurações assumidas pela *questão social* integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto suas dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história ” (IAMAMOTO, 2008, p. 156, grifos do autor).

Diante disso, partimos da concepção de que é fundamental compreendermos de que a desigualdade e barbárie perpassam diversas expressões da questão social, desde caráter econômico ao cultural.

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2008, p. 160).

Entendemos que a questão social está espalhada em todas as dimensões da vida em sociedade, e inserida no *cenário* de disputa, com interesses de classes antagônicas.

Diante da breve análise, acerca de alguns aspectos da questão social, iremos para um elemento, que passou a ser constituinte nessa contradição que germina a questão social, o qual é a política social.

Para a compressão dos constituintes históricos da questão social, buscamos nos situar no início de seu fomento, século XIX, o qual nos remete ao desenvolvimento do Estado Liberal, época do capitalismo concorrencial, marcado pelo livre mercado de grandes grupos industriais, e pelo aumento massivo das expressões da questão social, em plena Revolução Industrial na Inglaterra, período em que foi “inaugurado por uma série de mudanças tecnológicas, econômicas e sociais [...]” (SINGER, p. 22, 1994). Dentre essas mudanças, podemos aferirmos uma profunda transformação nas relações produção, meramente capitalista e de subsunção do operário ao burguês, pois “ a Revolução Industrial produziu a hegemonia indiscutível do capitalista na produção social. Fê-lo ao tornar a produção dependente da máquina e, portanto, de quem tem o poder de dispor dela” (SINGER, p. 32, 1994).

Nesse contexto, a burguesia controlava e comprava a força de trabalho da classe operária, pois aquela detinha as máquinas - os meios de produção, assim, aumentando a concentração de riqueza e consequentemente, o pauperismo.

Na perspectiva de incremento de políticas sociais, as quais mostrou-se de modo incipiente no Estado Liberal, podemos destacar os seguintes atenuantes: o fator da

restrição de intervenção do Estado na economia, podendo atuar somente na perspectiva das relações sociais com vistas a garantir a liberdade individual, a propriedade privada e assegurar o livre mercado; outro ideário dos liberais é a de que as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício, pois elas desestimulam o interesse pelo trabalho e geram acomodação, o que seria um risco para a sociedade de mercado; e por último a política social deveria ser apenas um paliativo, garantindo assistência mínima àqueles que não tinham condições de competir no mercado (crianças, idosos e deficientes) (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Podemos observar, que a perspectiva do Estado liberal era somente de regulação do mercado para o acúmulo de riquezas e propriedades de modo privado, estimulando às liberdades individuais e, por seguinte, a responsabilização do indivíduo pela sua condição de vida e sobrevivência.

No entanto, foi nesse período, diante do pauperismo e miséria que assolava a classe trabalhadora, que começaram às primeiras reivindicações, através da organização coletiva dos trabalhadores. “As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais” (HOFLING, p. 31, 2001).

Podemos salientar a importância do papel da organização da classe trabalhadora para a implementação das primeiras iniciativas estatais, no que concerne às políticas sociais à população. De acordo com Behring e Boschetti (2009), a partir do final do século XIX e início do século XX, houve uma generalização dos direitos políticos, o qual foi resultado da luta da classe trabalhadora, contribuindo significativamente para a ampliação dos direitos sociais, questionando e tencionando o papel do Estado.

A implementação das políticas sociais não ocorreu de forma generalizada e efêmera, mas sim, considerando toda a processualidade histórica das relações sociais de uma determinada realidade.

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, p. 54, 2009).

Com o surgimento das primeiras políticas sociais, ocorreu também a crise do Estado liberal. De acordo com Behring (2009), a crise corresponde a dois fatores: o primeiro refere-se ao crescimento do movimento operário e às experiências socialistas no início do século XX, que ameaçavam a hegemonia do capital, assim, configurando uma atitude defensiva, por parte do Estado; enquanto o segundo diz respeito ao processo de concentração e monopolização do capital, em que se passou a requerer grandes investimentos, contribuindo para uma grande fusão do capital financeiro com o industrial, originando o capitalismo em sua fase monopolista.

Após a grande depressão de 1929 na bolsa de Nova York, a maior crise do capitalismo

vista até aquele momento, em que os preceitos liberais foram colocados em xeque e necessitava-se de estratégias para a manutenção do modo de produção capitalista, diante desse cenário John Maynard Keynes, propôs que o Estado passasse a intervir na regulação econômica, por meio de intervenções econômicas e sociais, dentre elas, observamos o incremento de políticas sociais.

Essas políticas sociais se generalizam nesse contexto, compondo o rol de medidas anticíclicas do período, e também foram o resultado de um pacto social estabelecido nos anos subsequentes com seguimentos do movimento operário, sem o qual não podem ser compreendida (BEHRING; BOSCHETTI, p. 71, 2009).

As políticas sociais, ampliadas durante o período do Welfare State, mostraram-se como resultados dos tensionamentos entre a burguesia e classe trabalhadora, assim como, um escape para [...] “amortecer as crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo, ensejadas a partir da lógica do capital (BEHRING; BOSCHETTI, p. 71, 2009).

Entretanto, os “Anos de Ouro” do capitalismo “regulado” começam a perder sua força no final da década de 1960, pois a absorção da população dos países centrais no mercado de trabalho já não era mais a mesma, com isso, passando a contrariar as expectativas do pleno emprego. Nesse período, ocorrem vários determinantes para o exaurimento do Estado de bem-estar social, dentre eles, podemos destacar um considerável aumento das dívidas públicas e privadas; a explosão da juventude em 1968, em todo o mundo; e a primeira grande recessão, ocasionada pela alta do preço do petróleo 1973/74. Esses indicadores colocaram em questionamento o Estado que primava pela *mediatização civilizatória*, através do pleno emprego e proteção social. Assim, as elites políticoseconômicas, começaram a questionar e responsabilizar o Estado pela sua grande intervenção em determinados setores, especialmente, os que não se revertiam diretamente aos interesses da burguesia, como exemplo as políticas sociais (BEHRING, 2009).

Assim, para administrar essa crise, as elites burguesas resgatam nos preceitos neoliberais, estratégias de manter e aumentar a acumulação de capital. Nesse período, as políticas sociais sofreram e continuam, na contemporaneidade, sofrendo fortes refrações que são reflexos do modelo macroeconômico do capitalismo financeiro.

As políticas sociais pautadas no ideário neoliberal, “[...] que estão aludidas sob a *privatização, a focalização e descentralização* ” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 156, grifos do autor). Essas são as características fundantes da seguridade social sob a hegemonia neoliberal, Behring; Boschetti (2009) cuja tendência é de contratação de encargos sociais e previdenciários (terceirização); da supercapitalização, a favor dos monopólios financeiros; da privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, incluindo a saúde, educação e previdência; configurada em um ambiente ideológico individualista, consumista e hedonista ao extremo.

Ademais, observa-se que as políticas sociais foram e estão sendo pautadas na conjuntura de tensão entre as classes sociais, em que o movimento de abertura ou restrição das políticas sociais estão ordenadas de acordo com os interesses hegemônicos da burguesia e sofrendo flexões da articulação política da classe trabalhadora, constituindo assim esse processo dialético de correlação de forças.

Na contemporaneidade, o reducionismo de direitos e conquistas da classe trabalhadora estão a mercê de ações pontuais e compensatórias para os efeitos mais perversos da crise do capital, enquanto que a motriz que sustenta o capitalismo e fecunda a questão social, a relação capital/trabalho, está preservada.

“ [...] é **insuprimível** nos marcos da sociedade onde domina o Modo de Produção Capitalista. Imaginar “solução” da “questão social”, mantendo-se e reproduzindo-se o Modo de Produção Capitalista é o mesmo que imaginar que o Modo de Produção Capitalista pode se manter e se reproduzir sem a acumulação do capital ” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 152, grifos do autor).

Portanto, devemos levar em consideração que só será possível a extinção da questão social, se a estrutura do capitalismo for exaurida. Várias medidas poderão ser tomadas, a fim de “suavizar” as desigualdades inerentes ao capital, porém a estrutura de expropriação da vida material e espiritual, continuará enquanto o sistema vigente persistir.

3 | UMA BREVE ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL E COM A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL.

O Serviço Social no Brasil imprime seus primeiros passos na década de 1930, de acordo com Bravo (2013), o a profissão mostra-se emergente no momento em que a “questão social” assume nova qualificação, necessitando ser enfrentada politicamente pelo Estado, pela igreja e por diversas frações da classe dominante. A legitimação do Serviço social também esteve ligada à uma busca da recuperação da hegemonia católica no cenário político, em detrimento de posicionamentos de cunho marxistas, que ganhavam força no interior na classe operária. Durante esse período, ocorreu uma convenção entre Igreja e Estado sob “a necessidade de um projeto comum de dominação da classe trabalhadora” (CARVALHO; IAMAMOTO, p.172, 2012).

Essa época fica marcada pela presença da criação de grandes instituições assistenciais, controladas pelo Estado, com o intuito da criação de uma política de massa, objetivando o controle das reivindicações da classe trabalhadora, como também a manutenção do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Surgem, para isso, as grandes instituições assistenciais e previdenciárias que, articuladas com os setores dominantes, procuram **responder** às pressões dos setores urbanos em desenvolvimento, passando as iniciativas assistenciais, incorporadas pelo Estado, a constituir mecanismos de apoio à aceleração do processo de desenvolvimento capitalista no país (SILVA, p.24, 2009, grifo do autor).

Segundo Silva (2014), as implantações das primeiras escolas de serviço social estiveram como base filosófica, o neotomismo, demarcada pela influência franco – belga, que correspondia a uma intervenção de caráter religioso, numa ação social e filantrópica assistemática e meramente vocacional.

A questão social neste período, passou a ser concebida não como decorrente das contradições do modo de produção capitalista, mas sim, como meros desajustes sociais do indivíduo, tal postura é reflexo do positivismo funcionalista, que interpreta a sociedade a partir de leis naturais e invariáveis (SILVA, 2014).

Percebemos que as primeiras intervenções do Serviço Social estavam pautadas no ajuste moral dos indivíduos, que eram requisições do Estado e da própria Igreja, com intuito de estabelecer a ordem e evitar mobilizações em massa que poderiam ameaçar o *status quo* daquela sociabilidade pautada no ideário burguês. “ [...] sua intervenção são aquelas produzidas pelas classes e frações de classe dominantes, necessárias à reprodução das relações sociais de produção capitalistas “ (CARVALHO; IAMAMOTO, p. 225, 2012).

Logo após esse período, o serviço social se viu desafiado a responder novas indagações de caráter técnico, com isso, bebeu das influências norte americanas, norteadas pelo estrutural/funcionalismo de uma perspectiva positivista da realidade.

Uma característica da profissão nesse cenário, é de uma prática fragmentada e consequentemente descolada das determinações histórico-estruturais. Essa postura passou a ser resultado dos métodos de Serviço Social de Caso, em que a atuação do assistente social era centrada na personalidade do cliente, objetivando o estímulo de mudanças para seu ajuste na sociedade (SILVA, 2014).

Diante dessa perspectiva de intervenção pautada no individualismo liberal, respaldadas por práticas em nome de um suposto Estado de Bem-Estar social, em busca de um projeto integrador e desenvolvimentista, tivemos o Serviço Social de Grupo, assim como, seu trabalho no Desenvolvimento de Comunidade (DC).

De acordo com Silva (2009), na década de 1950, o fomento de uma política econômica de acumulação de riqueza, esteve valorizada em detrimento da política social no Brasil. Nesse contexto, o serviço social passa a ter um papel significativo no projeto desenvolvimentista nacional, sendo um de seus instrumentos o Desenvolvimento de Comunidade, o qual pautava-se numa visão acrítica e a-classista que se sustenta em pressupostos de uma sociedade harmônica e equilibrada.

Essas medidas são reflexos de movimentos de organismos sociais que passaram a se preocupar em organizar uma modernização pautada no controle da hegemonia do capital, perante o avanço do movimento comunista na América Latina, o qual impulsionou o exercício de repensar de forma crítica as bases societárias hegemônicas e o serviço social iniciou sua participação nesse movimento através do questionamento da realidade e de suas práticas profissionais.

A década de 1960 representou uma fase de superacumulação e abertura do capital internacional nos países de capitalismo periférico, situamos aí o Brasil, tal processo aumentou as contradições sociais já existentes. Diante desse contexto, parte dos assistentes sociais passaram a procurar novas formas de adequar sua prática às reais exigências dos países em desenvolvimento. Esse cenário de crise na América Latina teve fortes reações e manifestações no serviço social brasileiro, dentre elas, destaca-se o denominado Movimento de Reconceituação, o qual teve seu início na década de 1950 na América Latina (SILVA, 2014).

Um movimento de continuidade e intensificação de uma acumulação privada no âmbito público, ocorreu com a implantação do Golpe de Estado militar no Brasil, em uma política pautada no crescimento econômico acima de todos outros fatores conjunturais, inclusive da questão social. Netto ainda reforça em sua obra acerca do período:

O Estado erguido no pós – 64 tem por finalidade assegurar *a reprodução do desenvolvimento dependente e associado*, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais [...]” (NETTO, p. 29, 2009).

Compreendemos nesse contexto, que as ações do Estado brasileiro, estavam voltadas aos interesses dos grandes monopólios do capital e atuando sob uma ótica, segundo Pereira (2012), de uma política social amplamente utilizada como compensação ao cerceamento dos direitos civis e políticos, praticado pelo Estado ditatorial, em prol da continuidade à industrialização desenvolvimentista no país.

O serviço social nesse momento, viu-se desafiado a renovar o seu fazer profissional, diante de políticas integradoras, as quais buscava-se o desenvolvimentismo do país em prol das forças autocráticas burguesas. Deduz-se que a profissão acompanhou as tendências sócio – políticas da ditadura, de acordo com as análises dos documentos do “Seminário de Teorização do Serviço Social” – CBCISS, os quais são os de Araxá e Teresópolis, sendo formulado na *perspectiva modernizadora* e os documentos de Sumaré e Alto da Boa Vista, construídos sob a ótica de *reatualização do conservadorismo*. Ambas perspectivas, buscavam renovar o Serviço Social diante das mudanças societárias e do maior acirramento das desigualdades sociais, no entanto, os vieses teóricos desses direcionamentos eram acrílicos e a-históricos, assim, respondendo demandas com um caráter reformista e integrador aos interesses do Estado burguês.

Segundo Silva (2009), o serviço social passou a desenvolver, no período de 1974 -1985 um percurso que abarcou três dimensões constitutivas da profissão, em que repercutem a dimensão política – organizativa; a acadêmica e em menor intensidade a da intervenção profissional. Sendo que todo esse desdobramento esteve articulado com os movimentos sociais, que estavam precisamente fortalecidos e articulados no Brasil.

Diante desse cenário, Netto (2009) relata que o serviço social estava abarcado sob

novas bases, que substantivamente buscavam romper com o tradicionalismo e suas implicações teórico – metodológicas e prático – profissionais, fase conhecida como a de *intenção de ruptura*.

Durante a década de 1980, época que o capitalismo estava sucumbido em mais uma crise, e que teve suas repercussões no Brasil, em seu desenvolvimento e nas políticas sociais: com atenuantes como recessão econômica; baixas taxas de crescimento e endividamento do setor público. Passou a se assistir paralelamente a isso, a queda do regime ditatorial de 1985 e logo em seguida a promulgação da constituição de 1988, a qual ampliou os direitos sociais, a cobertura e universalidade destes sendo fruto da reivindicação dos diversos setores dos movimentos sociais.

Durante esse período de redemocratização, o serviço social avançou em seu posicionamento político, sendo seu direcionamento explícito aos interesses da classe trabalhadora, isso constatasse nas diretrizes curriculares de 1982 e no código de ética de 1986. A partir desse momento, a profissão foi se apropriando do movimento real da dinâmica das relações sociais, e segundo Iamamoto (2015) de uma compreensão de sua inserção como especialização na divisão sócio-técnica do trabalho. Posteriormente, importantes instrumentos legais da profissão, como o código de ética de 1993; Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, a qual regulamenta a profissão de assistente social; e as atuais diretrizes curriculares, colaboram para a consolidação do perfil e posicionamento político da profissão, que hegemonicamente na contemporaneidade passou a interpretar a questão social sob o aspecto estrutural e de totalidade, em que encontram contradições e tensionamentos, os quais são oriundos da correlação de forças, portanto, a questão social parte do ponto de decifrar

[...] a *gênese das desigualdades sociais*, em um contexto em que acumulação de capital não rima com equidade. Desigualdades indissociáveis da concentração de renda, de propriedade e do poder [...]. Mas decifrar a questão social é também demonstrar as particulares *formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais à questão social* (IAMAMOTO, p. 59, 2015, grifos do autor) .

Por fim, chegamos à contemporaneidade, salientando os desafios a serem enfrentados pelos assistentes sociais. Iamamoto (2015), nos apresenta dois projetos que perpassam as políticas sociais, as quais refletem no fazer profissional. O primeiro projeto é o da política social de caráter universalista e democrático, voltada aos interesses dos sujeitos coletivos, por meio de uma articulação política com a sociedade civil organizada e formulada através de uma gestão predominantemente democrática. O segundo é o que hegemonicamente encontra-se em curso, que corresponde à subordinação dos direitos sociais à dotação orçamentária; precarização das questões do mundo do trabalho; deslocamento das necessidades da esfera pública para esfera privada; desmontes dos direitos sociais e consequente erosão da cidadania social; desvio das necessidades sociais para organizações da sociedade civil, assim como, sua intensa mercantilização.

É evidente, que a profissão está inscrita em uma conjuntura frente a muitos desafios e com diferentes projetos societários atravessando o cotidiano profissional, visto isso, deve-se fortalecer de forma propositiva a dimensão política da categoria profissional, a fim de nos afinarmos com o primeiro projeto de política social apresentado, tarefa nada fácil, visto a complexidade das barreiras conjunturais e institucionais, porém as estratégias se fazem presente diante de todo o nosso acúmulo crítico-dialético das últimas três décadas, o qual encontrasse materializado nas dimensões teórico – metodológico, ético – político e técnico – operativo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, é de suma importância compreendermos a trajetória das transformações societárias em percurso, a fim de nos apropriarmos do significado histórico da questão social, política social e do serviço social, fato que esses três elementos sempre estiveram articulados como forma de disputa de hegemonia, diante das contradições do modo de produção capitalista.

Remetendo-se ao Serviço Social, ressaltasse a importância da apreensão da realidade nos diferentes momentos sócio–históricos e a consequente transformação da profissão, pois os diferentes cenários e tendenciais conjunturais, tiveram seus impactos nos diversos aspectos da profissão, visto que o projeto ético-político está “ [...] inscrito no conjunto de determinações sócio-históricas [...] ” (BARROCO, p.16, 2009), determinações essas que estão cada vez mais metamorfoseadas diante das várias formas que a questão social está se espalhando na contemporaneidade, pois “ [...] as novas configurações da questão social, com a complexidade que adquiriu no mundo contemporâneo, ampliam os desafios para abordá-la e desvendá-la [...] ” (YAZBEK, p. 13, 2013).

Portanto, a profissão encontra-se desafiada com as velhas e novas manifestações da questão social, mas nunca perdendo o fator estrutural que a fomenta. Na contemporaneidade, as políticas sociais são espaços que estruturam-se sob aspectos paliativos e contraditórios, mas também de resistência e luta no sentido de ampliação dos direitos, assim, colocando aos assistentes sociais um contexto de desafios para a viabilização do nosso projeto ético - político diante da contra - reforma do Estado, no que concerne aos direitos sociais e ampliação da cidadania.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In: _____. Curso: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, módulo I. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEADUNB, 2009.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BEHRING, Elaine Rosetti. Fundamentos de Política Social. In.: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. MOTA, Ana Elizabete... [et al.] , (orgs), 4.ed. – São Paulo: Cortez; Brasília < DF : OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Saúde e Serviço Social no capitalismo: fundamentos socio-históricos**. 1.ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

BRAZ, M.; NETTO, J.P. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. In.: **Cadernos Cedex**, ano XXI, nº 55, novembro: 2001.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M.V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico - metodológica. 37. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J.P. Apêndice à terceira edição: cinco notas a propósito da “questão social”. In:_____. NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “Questão Social” em debate**. 3.ed. – São Paulo: Cortez Editora, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 112, n. 1, p.729-753, out/dez. 2012.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos**. 2.ed. – Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O SERVIÇO SOCIAL E O POPULAR**: resgate teórico - metodológico do projeto profissional de ruptura. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SINGER, Paul. **A formação da classe operária**. São Paulo, Atual, 1994 (Discutindo a História)

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, histórias e desafios [Editorial]. **Revista Katál**, v.16, n.1, p.14-15, mar, 2013.

CAPÍTULO 2

O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO AVANÇO DO CONSERVADORISMO

Data de aceite: 01/07/2020

Data de Submissão: 03/04/2020

Noêmia de Fátima Silva Lopes

Professora efetiva do curso de Serviço Social -
Departamento de Política e Ciências Sociais da
Universidade Estadual de Montes Claros/MG
Montes Claros/MG

<http://lattes.cnpq.br/6595668110015755>

Clarice do Carmo Santos Souza

Graduanda do 7º Período do curso de Serviço
Social - Departamento de Política e Ciências
Sociais da Universidade Estadual e Montes
Claros/MG
Montes Claros/MG

<http://lattes.cnpq.br/1528495395956069>

Déborah Martins Soares

Graduanda do 7º Período do curso de Serviço
Social - Departamento de Política e Ciências
Sociais da Universidade Estadual de Montes
Claros/MG
Montes Claros/MG

<http://lattes.cnpq.br/9860898396242480>

Francine Rodrigues de Oliveira Rocha

Graduanda do 7º Período do curso de Serviço
Social - Departamento de Política e Ciências
Sociais da Universidade Estadual de Montes
Claros/MG
Montes Claros/MG

<http://lattes.cnpq.br/8723891905904728>

Sabrina Dias Fonseca Lima

Graduanda do 7º Período do curso de Serviço
Social - Departamento de Política e Ciências
Sociais da Universidade Estadual de Montes
Claros/MG

Montes Claros/MG

<http://lattes.cnpq.br/8485665763151869>

RESUMO: O trabalho se configura como uma atividade vital e exclusivamente humana. Contudo, no capitalismo as relações sociais são reduzidas a relações econômicas. Nesse sentido, o Serviço Social atua nas contradições produzidas pelo sistema capitalista, frente ao avanço do conservadorismo e ao agravamento das desigualdades sociais. Diante da atual conjuntura, é necessário refletir sobre as lutas e resistências da classe trabalhadora e sobre o compromisso com o projeto ético político, rumo à superação da ordem vigente.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Serviço Social; Conservadorismo.

THE WORK OF SOCIAL WORK IN FRONT OF THE ADVANCEMENT OF CONSERVATISM

ABSTRACT: Work is configured as an vital activity and exclusively human. However,

no capitalismo as social relations are reduced as economic relations. Social Work acts in the contradictions produced by the capitalist system, in the face of the advancement of conservatism and the worsening of social inequalities. In view of the current situation, it is necessary to reflect on the struggles and resistance of the working class and on the commitment to the political ethical project, towards overcoming the current order.

KEYWORDS: Work; Social Work; Conservatism.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo Marx (2007), o trabalho se configura como atividade vital e exclusivamente humana, pois o homem é um ser de projetos, capaz de pré idealizar os produtos dos quais precisa para a transformação da natureza antes mesmo de concretizá-los através dos processos de trabalho. Por meio da sua capacidade física e intelectual, o ser humano reconfigura, sempre que necessário, as suas relações com a natureza para a satisfação de suas necessidades, modificando a matéria natural, alterando a sua forma e a adaptando para uma finalidade distinta. É importante afirmar que a expressão “homem” neste estudo foi apropriada no sentido de humanidade, ser social, genericamente o indivíduo da espécie humana independentemente de sexo.

O primeiro ato histórico do homem, segundo Marx (2007), foi a produção dos meios necessários para a satisfação da sua existência. Nesse sentido, ao se produzir socialmente através da mediação do trabalho, além de um ser histórico, o homem tornou-se também um ser social (PONTES, 2016). Ao transformar a natureza pelo seu trabalho o homem também se transforma, pois, pelo trabalho tem a criação constante de algo novo. O trabalho gera novas necessidades, novas possibilidades e, conseqüentemente, novas habilidades, as quais dão origens a novas relações sociais.

No entanto, na sociedade capitalista, o trabalho converteu-se em uma forma de desumanização, deixando de ser uma realização humana no sentido ontológico, transformando-se em trabalho reificado, subjugado ao capital, que separa brutalmente o homem, os instrumentos de produção e o produto do trabalho. A essência do modo de produção capitalista decorre da redução do que é humano em simples mercadoria, cuja finalidade é produzir lucro como nos mostra Marx (2017) em seu livro “O capital”.

No contexto capitalista, conforme descrito por Marx (2017), as relações sociais são reduzidas a relações econômicas e o trabalho passa a ser mediado por contratos estabelecidos entre os possuidores dos meios de produção e os trabalhadores, que para garantir a sua subsistência vendem a sua força de trabalho ao capitalista. A ação transformadora do trabalho que constrói a existência do ser social tornar-se, então, fonte de estranhamento e de não realização dos homens e mulheres que trabalham, adquirindo um status de alienação, de acordo com Marx (2007): o/a trabalhador/a não se reconhece no resultado final do seu trabalho.

Nesse âmbito, Iamamoto (2012), num esforço de desvelar o significado social da profissão, defende a apreensão do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo e partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais. Segundo a autora, a literatura especializada sobre o tema (décadas de 80 a 2000) centrou-se na particularidade do Serviço Social enquanto trabalho concreto, ou seja, que satisfaz necessidades sociais.

O Serviço Social é uma profissão regulamentada na sociedade, como uma profissão liberal, que dispõe de relativa autonomia na condução do exercício profissional. Entretanto, essa autonomia é tensionada pela compra e venda da força de trabalho especializada a diferentes empregadores. O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações estabelecidas com os sujeitos que o contrata.

A condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho, impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores. O assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias e segmentos populares, que são atravessadas por determinações de classes. De acordo com Iamamoto (2012), as marcas de origem da profissão estão situadas no bojo do reformismo conservador no Brasil, e renovam e preservam seus compromissos sociopolíticos com o conservadorismo no decorrer da evolução da profissão.

A partir desta perspectiva teórica, este estudo propõe analisar o trabalho do Serviço Social frente aos desafios impostos pelo conservadorismo. Compreende-se que a todo o momento, na atual conjuntura, há um esforço de retomada das ideias da gênese da profissão, do imediato e de uma permanência no campo da singularidade.

Diante desse contexto, verifica-se a relevância do aprofundamento deste debate na formação profissional e nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Verifica-se uma dificuldade/crise de identidade/unidade, fortalecida por diversos e diferentes equívocos sobre o trabalho, suas competências e habilidades, bem como sobre o seu papel na sociedade e no mundo do trabalho, os quais devem ser desempenhados por essa profissão.

Assim, para esta análise, é levantado o seguinte questionamento: o que tem impedido a ruptura com as ideias e práticas conservadoras no trabalho do Serviço Social contemporâneo?

2 | SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO INSERIDA NA DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO

Compreende-se que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, atuando nas contradições produzidas pelo sistema capitalista.

Segundo Yamamoto (2012), a profissão tem como objeto de trabalho a questão social e suas expressões, produzidas pelo sistema burguês. A Questão Social é aqui compreendida como o produto da relação entre capital e trabalho, ou seja, o resultado da contradição gerada por este processo na sociedade capitalista. Além disso, entende-se que este profissional se insere no processo de reprodução das relações sociais.

O surgimento do Serviço Social brasileiro na década de 1930 ocorre porque, a classe burguesa, juntamente com o Estado e a Igreja Católica, veem a necessidade de atuar nas mazelas da população para evitar revolta, tendo como referência o Serviço Social europeu. Nessa época, a acumulação capitalista não se dava mais exclusivamente através das atividades agrárias e de exportação: começa-se a investir em indústrias e abrir as fronteiras para o mercado internacional. Também entre 1917 e 1921 as lutas proletárias por sobrevivência, liberdade e trabalho começaram a se intensificar e a ganhar mais força (MARTINELLI, 2011).

Sendo assim, foi necessário uma refuncionalização do estado. Segundo Yazbek (2009), a partir de 1930, com a nova república, o Estado começa a buscar uma harmonia social, utilizando de estratégias para diminuir a tensão entre as classes sociais através de medidas como: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o salário mínimo, entre outras estratégias utilizadas pelo o governo de forma controladora, assistencialista e paternalista. O governo Vargas torna-se um Estado interventor e entende que a Questão Social é um problema administrativo, passando a desenvolver políticas para o seu enfrentamento com o intuito de desmobilizar a classe trabalhadora.

De acordo com Yazbek (2009), a Igreja terá um papel fundamental na formação das primeiras assistentes sociais, sendo ela responsável pelo ideário, pelas matérias e pelo processo de formação. Nesse sentido, em 1932 foi criado em São Paulo o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS, que tinha como objetivo o treinamento de agentes para a realização da prática social. A autora relata que o Centro surgiu a partir de um curso intensivo de “formação social para moças”, que foi planejado pelas Cônegas de Santo Agostinho, de abril a maio de 1932. Sobre o curso, Martinelli relata que:

(...) foi ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. A clientela desse primeiro curso foi construída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja, e todas pertencentes a família burguesa paulista (MARTINELLI, 2011, p.123).

Em 15 de fevereiro de 1936, com a ajuda do CEAS, criou-se a primeira escola de Serviço Social no Brasil. Yazbek (2009) relata que, nessa época, a Questão Social era vista pelo viés da Igreja, ou seja, com um cunho moralista, de culpabilização do indivíduo, conservador, individualista, psicologizante, entre outros. Ademais, a autora explica que a formação se embasava na teoria tomista e neotomista, então, havia um ideal humanista-conservador que era contra o marxismo e o ideário neoliberal. No Rio de Janeiro, em

1937, a segunda escola de Serviço Social do país se tornou realidade pelo apoio do Cardeal Leme, de Stela de Faro e de Alceu Amoroso Lima, com cursos de formação e atividades ligadas à doutrina social da igreja. Vale ressaltar que “o neotomismo consiste numa retomada da filosofia expressa por Santo Tomás de Aquino no século XIII, que possui os princípios de dignidade da pessoa humana e do bem-comum (AGUIAR, 2011, p. 55-56)”.

Evidencia-se que, durante o governo Vargas, o campo de atuação profissional aumentou, pois as reivindicações da classe trabalhadora eram grandes. Foram criadas, a partir de então, várias políticas públicas higienistas, alienadoras, paternalistas e fragmentadas. Ademais, com a aliança do governo com os Estados Unidos, muitos cursos sofreram influência dos norte-americanos na sua formação, inclusive o Serviço Social, trazendo uma mudança no perfil dos profissionais, começando por inserir pessoas que não tinha como intuito somente a realização pessoal de ajudar os mais pobres, mas por englobar aquelas queriam uma profissão remunerada. Além disso, traz também uma burocratização do serviço e a defesa de um conservadorismo burguês, oferecendo políticas de “bem estar”.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), o Serviço Social se alia com uma postura desenvolvimentista. Juscelino tinha um clima favorável para governar, pois todas as classes o apoiavam: ele incentivou o capital nacional e estrangeiro, investiu em transporte e energia e construiu Brasília.

Além disso, segundo Aguiar (2011), Juscelino via a pobreza como um risco, uma ameaça para a sociedade e a única forma de eliminá-la era através do desenvolvimento e da ajuda do capital estrangeiro. Também, nos seus discursos, ele trazia o viés de ordem e transformação, no sentido de fazer o desenvolvimento acontecer dentro desta ordem, ou seja, sem alterar o sistema vigente, fazendo somente algumas transformações para a sua melhoria.

Através do autor Aguiar (2011), percebe-se que o Serviço Social confia na postura do Juscelino (que também é cristão), e é nessa época que surgem os primeiros escritores sobre desenvolvimento de comunidade, que no geral tinham como embasamento teórico o positivismo, os quais não apresentavam as contradições da sociedade, mas sim como cada comunidade poderia resolver seus problemas sem entender a lógica do capital. Os assistentes sociais desenvolviam programas para melhorar a vida local e colocavam os usuários como transformadores da sua própria história, buscando uma “harmonia e equilíbrio” e integrando a classe trabalhadora no desenvolvimento da sua comunidade para o progresso do país.

Após Juscelino Kubitschek, o governo de Jânio Quadros deu continuidade ao desenvolvimentismo a partir de uma postura neoliberal, mas Jânio renunciou em 1961 e o seu vice João Goulart assumiu. Goulart não tinha a confiança dos militares da direita brasileira e dos Estados Unidos, ele era apontado como comunista, por defender medidas

como a Reforma Agrária (AGUIAR, 2011).

Deste modo, em 1964 ocorreu o golpe militar, o período de ditadura militar, onde o estado se estruturou para a manutenção e continuidade do padrão de acumulação, com uma funcionalidade econômica e política, modernizadora e conservadora. Foi um período de repressão, censuras e torturas, porém, foi no meio deste contexto de autoritarismo que o Serviço Social começa a repensar a profissão.

O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, segundo Netto (2002), tem alguns elementos importantes para este processo: o primeiro é o contato do Serviço Social com outras profissões nas equipes multidisciplinares e com grupos da população politicamente organizados; o segundo se dá com o desgarramento do Serviço Social com a Igreja católica. Neste momento, a responsabilidade de formação não é mais da Igreja e o Serviço Social, ao longo dos anos, deixou de ser somente caridade e passou a ser uma profissão contratada também pelo Estado; o terceiro é o seu ingresso nas universidades, onde os estudantes tiveram contato com outras ciências e com movimentos estudantis; o quarto é o referencial teórico das ciências sociais da época que estava sendo ampliado o espaço para uma dimensão crítica e nacional-popular.

Necessitou-se discutir a profissão, então, entre 1967 e 1984, período em foram realizados seminários de teorização (Araxá, Teresópolis, Sumaré, Alto da Boa Vista e BH). Nestes seminários foi questionado se o Serviço Social era ciência e qual era o seu objeto de trabalho; também se discutiu, formulou e sistematizou como deveria ser a atuação profissional, entre outras questões. Porém, os profissionais não concordavam em suas discussões, pois havia perspectivas em constante disputa (NETTO, 2002).

Uma delas era a perspectiva teórica que se embasava no positivismo e no funcionalismo, chamada no Serviço Social de perspectiva modernizadora. Esta não almejava a superação do modo de produção capitalista, mas sim sua reformulação, tinha uma postura desenvolvimentista e de ajustamento dos indivíduos sociais à cultura capitalista.

Em Sumaré, a perspectiva de reatualização do conservadorismo ganhou maior voz, propondo retornar para a base tradicional da profissão (com ações paliativas, endógenas, de ajustamento e coerção). Situação semelhante ocorreu em Alto da Boa Vista. Mas foi em Belo Horizonte, na Escola de Serviço Social da PUC – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que surgiu o chamado método BH, que participou e influenciou o movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo, numa perspectiva com um viés marxista (NETTO, 2002).

Essas discussões das décadas de 1960, 1970 e 1980 não romperam totalmente com o conservadorismo na profissão, mas provocaram nos assistentes sociais a necessidade de (re)pensar o papel do Serviço Social e como ele devia se posicionar fortalecendo o movimento chamado de ‘intenção de ruptura com o conservadorismo’, que foi influenciado pela conjuntura política da época. Este surgiu e ganhou forças também no interior da

profissão do Serviço Social no Brasil.

A ruptura com a herança conservadora se expressa como uma luta para alcançar novas bases de legalidade da ação profissional do assistente social, que, reconhecendo as contradições presentes nas condições do exercício profissional, se coloca a serviço dos interesses dos usuários. Não se reduz a um movimento interno da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de força entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado as suas atividades e pela forma de conduzi-las (IAMAMOTO, 2002, p. 37).

A partir desse movimento, a profissão do Serviço Social assume um novo rumo e constrói coletivamente uma direção política, teórica e ética que nega o conservadorismo histórico, defendido pela vertente ligada ao pensamento conservador, que desde a sua gênese prevaleceu e norteou sua prática no Brasil.

Em 1979 foi realizado o Congresso dos Assistentes Sociais Brasileiros e a direção do congresso foi assumida pelos profissionais que defendiam uma perspectiva crítica para o Serviço Social: uma profissão que de fato estivesse ao lado dos anseios da classe mais empobrecida. Chamado de Congresso da Virada, a iniciativa trouxe novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha. Defendem e denunciam o conservadorismo, que fazia do Serviço Social uma profissão que servia simplesmente aos interesses do capitalismo (CFESS, 2009).

A partir deste momento, o Serviço Social começou a se posicionar diante das contradições geradas pelo capitalismo e, coletivamente, começou a construir no interior da profissão as mudanças necessárias no *ethos* profissional, frente às relações sociais de trabalho. A elaboração de um novo Código de Ética, em 1986, tornou-se um divisor de águas entre o Serviço Social conservador e o Serviço Social crítico. Já em 1993, a sua reformulação demonstra a maturidade profissional e uma posição clara ao lado da classe trabalhadora e dos seus principais interesses.

Cumprir lembrar que os códigos de ética do Serviço Social de 1947, 1965 e 1975 eram códigos apenas normativos e até punitivos aos profissionais, acentuando a herança conservadora existente desde a gênese da profissão. Os códigos de 1986 e 1993, contudo, rompem com este *ethos* conservador, influenciados pela apropriação teórica marxista, fortalecendo o projeto ético político do Serviço Social (BARROCO E TERRA, 2012).

No Código de Ética encontram-se a explicitação do significado do Serviço Social, seu histórico, sua visão ética, seus valores e finalidades. Nele estão inscritos também onze princípios fundamentais, que são prescrições formadas por valores éticos e políticos e por suas formas de viabilização. Estes princípios referem-se a valores essenciais, fundantes de outros valores presentes no código de ética. A emancipação é o valor humano genérico mais central do código de ética, sinalizando sua finalidade ético-política e genérica. Os demais princípios essenciais à liberdade, à justiça social, à equidade e à democracia são valores e formas de viabilização da emancipação humana (BARROCO E TERRA, 2012).

Em 1993 também foi aprovada a Lei (nº 8.662/93), que Regulamenta a Profissão do Serviço Social. A partir desse momento, aprofunda-se mais ainda o arcabouço teórico-metodológico e ético-político. Essa posição ético-política refletia uma nova direção da categoria profissional, que vinha dos movimentos sociais, da luta sindical e de uma formação marxista nas universidades. Este processo sócio histórico fez e faz parte da construção do projeto ético-político profissional, o qual requer um conjunto de mediações que articulem a luta por um projeto societário anticapitalista com estratégias de enfrentamento das expressões da questão social na contemporaneidade. O Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, além dos movimentos sociais, encontros, seminários, congressos dão o tom da ação dos sujeitos na luta coletiva (CFESS, 2009).

3 | DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE AVANÇO DO CONSERVADORISMO

Na contemporaneidade há uma tensão entre o projeto profissional que afirma que o assistente social é um ser prático, dotado de liberdade, que possui capacidade de buscar projeções e de buscar implementá-las na vida social e a condição própria de trabalhador assalariado, de condições de trabalho precarizadas e com baixa remuneração (IAMAMOTO, 2005).

Dentre os inúmeros desafios do trabalho do Serviço Social, encontra-se no cotidiano profissional o de romper com as categorias presentes nas leituras do trabalho do assistente social. Muitas vezes, com vieses fatalistas e messiânicos, essas são perspectivas que contribuem para o não envolvimento e participação de ações coletivas, que permitam, de fato, trazer para o centro do debate o exercício e o trabalho cotidiano como uma questão central da agenda da pesquisa e da produção acadêmica dessa área (IAMAMOTO, 2005).

Nos dias atuais, observa-se um momento histórico do fortalecimento da ideologia conservadora, inclusive no Brasil, o que impacta diretamente no serviço social; profissão que possui como objeto de trabalho a questão social e suas expressões, emanadas da relação entre capital e trabalho. O conservadorismo vem reafirmar o caráter da gênese da profissão: a caridade, a filantropia, a amenização de conflitos, dentre outros.

Segundo Iamamoto (2013), o conservadorismo é um pensamento que está diretamente ligado ao modo de vida passado e este pensamento é posto para que se interprete o modo de vida presente, de forma que a sociedade capitalista se beneficie. A autora compreende que:

Os conservadores são assim “profetas do passado”. Recorrendo a categorias típicas do racionalismo capitalista, labora-se a exaltação deliberada de formas de vida que já foram historicamente dominantes e que passam a ser considerados variados para a organização da sociedade atual [...] (IAMAMOTO, 2013, p. 25).

O pensamento conservador tem uma forte ligação com a igreja católica e esse

pensamento foi um traço marcante para o Serviço Social europeu, o qual influenciou diretamente no serviço social brasileiro (MARTINELLI, 2011).

Barroco (2010) afirma que o conservadorismo se mostra de forma contraditória, o que a autora considera ser uma negação da própria ética, seja quando sua mentalidade oculta um posicionamento de valor, ou quando a ética propõe assumi-la.

Podemos constatar que, em 1975, o código de ética não só reafirma o conservadorismo tradicional, mas, o faz na direção de uma adequação às demandas da ditadura consolidada a partir de 1968 (BARROCO, 2010, p.129-130).

Na década de 1960, em meio à ditadura, iniciou-se o processo de ruptura com o conservadorismo do Serviço Social brasileiro. Como já mencionado com o marco do Congresso da Virada, em 1979, a profissão se posicionou de forma crítica, com base na teoria social crítica de Marx e assumiu o compromisso ético político na defesa dos direitos humanos e da classe trabalhadora.

Netto (2011) denomina esse processo como “intenção de ruptura”, pois o conservadorismo não foi extinto da profissão. Dessa forma, há tanto profissionais críticos, que visam um projeto societário transformador, quanto profissionais que se posicionam em um projeto conservador. A partir dessa retomada histórica, pode-se compreender que o conservadorismo é uma forma de pensar e agir que resiste a mudanças nas esferas política, social, econômica e cultural. Dessa forma, propõe-se manter e preservar uma dada ordem social.

O conservadorismo está ligado diretamente à preservação do sistema capitalista e suas bases e, como característica, observa-se o fortalecimento da extrema direita. Constata-se uma centralização e concentração de capitais cada vez maiores, o que resulta na crescente desigualdade social, com o desemprego, o pauperismo, a privatização de estatais, e a mercantilização de serviços essenciais como a saúde, a educação, o trabalho e a previdência.

O objetivo do projeto dominante é o Estado mínimo, a opressão da classe trabalhadora, o reforço da meritocracia e a responsabilidade dos sujeitos pelo seu sucesso ou fracasso, ou seja, a regressão dos direitos sociais. Esse sistema opera também sobre o individualismo e a concorrência entre os trabalhadores, a partir do qual se busca a acumulação de riqueza e a manutenção do seu poder.

Conforme Iamamoto (2015), essas novas configurações da questão social na contemporaneidade são expressas na banalização do ser humano, na coisificação dos trabalhadores, na reificação das relações sociais e no processo de alienação. O papel do conservadorismo nessa dinâmica é a crescente adesão de indivíduos a movimentos neonazistas, à criminalização de movimentos sociais, dentre outros, os quais revelam o caminho do retrocesso.

Observa-se um crescimento do pensamento conservador, reforça-se e retomam-se ideias de intolerância, autoritarismo e imposição da força e da violência no controle do

Estado. Assiste-se, ainda, na atual conjuntura política brasileira, as diversas tentativas de contrarreformas do Estado, que ampliam e intensificam os desafios para o Serviço Social contemporâneo, consequentemente a toda classe que vive do trabalho. Aqueles que sequer têm trabalho e estão dentre os mais de cinco milhões de desempregados no país sofrem uma violência qualificada através da fome, da falta de moradia, educação, saúde, falta de dignidade e cidadania.

Por conseguinte, são perceptíveis as inúmeras consequências danosas do conservadorismo no âmbito da sociedade e no Serviço Social. Dessa maneira, o atual contexto requer do assistente social o distanciamento da neutralidade e um conhecimento amplo político, social e econômico. É necessário que os profissionais, juntamente com os trabalhadores, busquem construir a consciência de classe como forma de resistência e superação do atual modo de produção.

A fim de que isso ocorra, é preciso resistir às estratégias advindas do capitalismo, para que assim, não haja manutenção e reprodução do conservadorismo. É indispensável um posicionamento crítico, que esteja firmado nos princípios do projeto ético político da profissão. É imprescindível ainda, conforme Netto (2011), através da dialética, rever e questionar a realidade, buscando alcançar a essência da mesma. Assim, é fundamental ir além do que está determinado pelo conservadorismo e, consequentemente, pelo capitalismo na busca por ruptura.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A todo o momento a classe trabalhadora vem sendo surpreendida com inúmeros retrocessos: sociais, políticos e econômicos, principalmente. Contudo, enquanto há retrocessos para a classe trabalhadora, há avanços para a burguesia, dona dos meios de produção. Esse avanço vem sendo construído e potencializado a partir de políticas neoliberais, da financeirização e apoio de capital estrangeiro, da privatização das estatais, das contrarreformas do estado, do estado mínimo e da retração dos direitos sociais.

A partir desta realidade, a profissão do Serviço Social enfrenta desafios ainda maiores, pois atua exatamente na contradição desta relação entre capital e trabalho, cheia de conflitos e expressões do que é imediato, singular, individual, aparente e alienado. Com isso, se distancia do seu projeto coletivo, aproximando-se de um cotidiano alienado e alienador, reforçando, também, ideias fatalistas e messiânicas, incapazes de criar estratégias de superação.

A realidade social complexa urge unidade da categoria, superação deste “lugar” através da participação nos movimentos sociais, dos sindicatos e das entidades da profissão. Desse modo, coletivamente poderão ser criadas alternativas de ruptura e superação com a ordem determinada, pois esta tem buscado eliminar as possibilidades de enfrentamento e resistência da classe trabalhadora, a qual somos pertencentes.

Compreende-se que as ideias conservadoras estão muito além da profissão do Serviço Social, desdobrando-se de várias outras maneiras, em vários outros setores. Assim sendo, buscou-se, com esta reflexão, a necessidade de unidade da categoria junto às lutas e resistências da classe trabalhadora, desde a formação de qualidade ao trabalho responsável e coerente com os compromissos assumidos com o projeto ético político, rumo à superação da ordem vigente.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARROCO; Maria Lúcia Silva. TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.
- CFESS. **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/sem30anosdaviradacfesssite.pdf>. Acesso em 12 de mai. de 2019.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2015.
- IAMAMOTO, Maria Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. DE CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e o Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade. **Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em questão**. Brasília: CFESS, 2002.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2002.
- NETTO, José. Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.
- PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social: Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 8ª edição. S. Paulo: Cortez, 2016.
- YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CEFESS e ABEPSS, 2009.

POR UMA ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO – DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Thiago Bazi Brandão

<http://lattes.cnpq.br/4660893174768050>

RESUMO: Este texto analisa a trajetória de conquistas e violações dos direitos humanos, demonstrando os limites e possibilidades do atendimento às necessidades humanas. Apresenta breve histórico da trajetória de violação dos direitos humanos no Brasil, enfocando os processos sócio-históricos marcantes que contribuíram para a ocorrência de tais violações. Realiza a partir de análise documental levantamento sobre as violações dos direitos humanos na atualidade e assinala os desafios para o seu enfrentamento dado o contexto de restrição de gastos sociais e de direitos como desafios para a intervenção do Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos, Violação dos Direitos Humanos, Brasil contemporâneo.

ABSTRACT: This text analyses the trajectory of conquests and violations of human rights demonstrating the limits and possibilities of meeting human needs. It presents a brief history

of a trajectory of human rights violations in Brasil focusing on the remarkable socio-historical processes that contributed to the occurrence of such violations. It carries out, based on documentary analysis, a survey of human rights violations today and points out the challenges to be faced given the context of restricted social spending and rights as challenges for the intervention of Social Work.

KEYWORDS: Humans Rights, Human Rights Violation, Contemporary Brazil

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo foi elaborado a partir de estudos realizados em grupo de pesquisa de instituição de ensino que está investigando as principais violações dos direitos humanos nos últimos 4(quatro) anos no contexto do Brasil e também no Distrito Federal. O estudo foi realizado com base em pesquisas documentais dos relatórios produzidos nos últimos anos sobre o estado de Direitos Humanos no Brasil.

Para isso realizaremos uma análise teórico, histórica e conceitual do tema direitos humanos, em seguida analisaremos sua configuração na história do Brasil, para daí

2 | DIREITOS HUMANOS EM ANÁLISE

A construção dos direitos humanos está relacionada a defesa do atendimento às necessidades de pessoas e grupos sociais prejudicados por relações de conflito, desigualdade, violência e opressão. Infere-se disso, que o tema das desigualdades sociais e de poder é central para o debate dos direitos humanos.

Em uma sociedade capitalista, o conflito habita o cerne das relações, tendo em vista, a existência de pressupostos materiais desiguais, isto é, a divisão desigual da propriedade, da terra e da renda. As disputas de classes sociais emergem desse fato histórico, que ao longo dos últimos três séculos têm gerado práticas atrozes de violência entre os seres humanos, como genocídios, a submissão coletiva de sujeitos a tortura, prisões arbitrárias, escravidão, guerras, dentre outros.

A crítica radical aos estudiosos e defensores dos direitos humanos refere-se a possibilidade ou não deste discurso e desta prática política conseguir ensejar mudanças nas estruturas produtivas em que se assentam o *modus vivendi* da população, ou seja, que possam contribuir com a redução da desigualdades sociais, econômicas e de poder fundadas na lógica capitalista. Isto é, a propalada emancipação política advinda da conquista dos direitos, não livraria o ser humano dos grilhões que o aprisionam na exploração do trabalho assalariado na sociedade capitalista. Tal dúvida vem sendo objeto de debate das Conferências de Direitos Humanos as quais tem buscado aproximar o cumprimento dos direitos sociais e econômicos com os direitos civis e políticos, contudo este desafio ainda é substantivo.

Cabe ressaltar, conforme Ruiz (2014), que a abordagem ou concepção adotada para estabelecer a definição dos direitos humanos tem gerado distorções, as quais permitem que Ditadores utilizem a perspectiva dos direitos humanos, para promover guerras, por exemplo. Por outro lado, utiliza-se o discurso dos direitos humanos para defender pessoas doentes, em situação de fragilidade, pobreza, entre outros. Esta apropriação dúbia tem retirado a credibilidade das ações no campo dos direitos humanos. Por isso, mais uma vez, é fundamental que estejamos atentos nas análises e no debate sobre os direitos humanos acerca do viés teórico-metodológico que referencia o olhar sobre o tema, pois este pode favorecer ou combater as violações de direitos humanos.

Observamos que é na modernidade em que se instaura o discurso de defesa dos direitos como forma de assegurar a ordem na sociedade burguesa, haja vista a existência da luta de classes. Dizemos com isso que os direitos humanos devem ser vistos na experiência sócio-histórica de lutas e apropriações de discursos e demandas sociais, políticas e econômicas.

Neste sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, da

Organização das Nações Unidas é marcante neste processo, visto que sela um acordo entre a imensa maioria dos Estados em torno de princípios básicos de convivência e garantias também básicas para o cidadão viver, tais como os direitos a saúde, educação, assistência, trabalho, entre outros, frente aos descalabros do holocausto nazista e da II Guerra Mundial.

O caráter processual e histórico dos direitos humanos vem conjugado pelas lutas sociais pela defesa dos direitos que, vez por outra, encontram terreno fértil para se propagar e, às vezes, se deparam com resistências ideológicas e políticas.

Barroco (2010, p.56) acentua as contradições dos direitos humanos em uma sociedade burguesa, pontuando que:

1) Os DH se afirmam a partir da universalidade. A sua proposta se esbarra em limites estruturais da sociedade capitalista, uma sociedade que se reproduz através de divisões.

2) A sociedade burguesa é fundada na propriedade privada dos meios de produção, o que leva as Declarações de Direitos Humanos a incorporarem esse fundamento de modo contraditório. (...) Quando a propriedade privada é posta em risco, o Estado deve protegê-la dos não proprietários.

3) Porém, mesmo preso a interesses privados, o Estado não pode se restringir ao uso da força e da violência, por isso, para garantir a sua legitimidade e hegemonia, incorpora determinadas reivindicações das lutas populares por direitos.

Após 70 anos de consagração de um instrumento global de defesa dos direitos humanos observamos que sua concretização é um desafio, haja vista a não adesão de todos os países e também o questionamento dos países colonizados e de culturas da África, Ásia e da América Latina sobre o lugar de suas tradições e demandas sociais na formatação deste documento.

A experiência histórica dos Direitos Humanos nos mostra um processo não contíguo de lutas, conquistas, retrocessos, desafios e perspectivas de uma convivência humana justa e baseada na igualdade. Observamos nos estudos históricos a recorrente prática de violências, genocídios, dominação e submissão de pessoas, grupos e nações, oriundo de atitudes arbitrarias, guerras religiosas seculares, disputas econômicas destrutivas entre outras. A existência da miséria e da pobreza em diversos países do mundo é um indicador forte de que o disposto nas declarações dos direitos humanos não estão sendo cumpridos.

A identificação de valores que serviriam de parâmetro universal para a convivência harmônica entre os povos emerge em um contexto pós II Guerra Mundial quando a humanidade ainda estava chocada com o holocausto nazista. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 consolidou os anseios por parâmetros básicos de relacionamento harmônico e justo entre os seres humanos.

Contudo, a Declaração é um ato com intenções que não tem o poder imediato de transformação das relações sociais, cultivadas há anos, de um modo violento, injusto e desigual. Em face disso, partimos da ideia de que os direitos humanos são construídos de

forma processual na materialidade da vida social. Em conformidade com Escrivão Filho e Souza Junior (2016) os direitos humanos emergem nas lutas de combate as opressões e contra as violações de direitos, ou seja, de processos sócio-históricos.

Isto implica conceber os direitos humanos na sua concretização a partir das lutas sociais para a sua efetivação em determinados contextos históricos. As relações sociais cotidianas no curso da história configuram a moldagem própria do que são os direitos humanos e neste ponto, que precisamos avançar, na sua efetivação.

Observamos que os direitos humanos enfrentam alguns dilemas, nos termos de Escrivão Filho e Souza Junior (2016), denominados de:

- o efeito encantatório ou ilusório, isto é, a distância real entre os direitos previstos e os direitos efetivados.
- o efeito imobilizante, que, faz daquele que luta por direitos um sujeito passivo e subserviente a lógica dominante assim que tem acesso ao direito.
- o efeito da ordem, ou seja, a crença no direito que existe apenas na letra da Lei.

A superação destes engodos é tarefa prioritária para se descortinar as possibilidades concretas dos direitos humanos. Importa destacar que os direitos humanos tem uma dimensão estatal dada pelos ordenamentos jurídicos, pelos equipamentos e serviços públicos. Tem também uma dimensão da sociedade civil que compreende o movimento em defesa das liberdades, das identidades e do bem-estar social, ao mesmo tempo, na luta contra desigualdades, dominações, opressões e discriminações.

Escrivão Filho e Souza Junior (2016) destacam algumas categorias analíticas no debate sobre os direitos humanos. Uma delas é a indivisibilidade, que significa que nenhum direito deve perder suas propriedades em razão de outro direito. Cada direito precisa ser resguardado e efetivado na sua forma original. A outra é interdependência, que compreende o vínculo orgânico entre direitos civis, políticos, sociais e econômicos para a devida efetivação dos direitos humanos. Assim sendo, temos os direitos humanos efetivados quando de forma conjugada são assegurados os direitos civis, políticos, sociais e econômicos.

Cumprе salientar que é na dinâmica da vida social que os direitos se estabelecem, assim vamos identificar processos de resistência e apoio aos direitos humanos, perfazendo um campo em disputa constante. Por exemplo, na década de 1960 os direitos civis e políticos receberam tratamento diferenciado no debate sobre a afirmação destes direitos em relação aos direitos sociais e econômicos. Isso demonstra a interferência dos processos sócio-históricos relativos a guerra fria na configuração dos Tratados Internacionais, posto que as nações capitalistas tendiam a defender mais os direitos civis e políticos, já as nações socialistas pendiam mais para os direitos sociais e econômicos.

Os direitos humanos inauguraram “no cenário internacional a noção de titularidade de direitos desde uma perspectiva supra estatal” (ESCRIVÃO FILHO e SOUZA JUNIOR, 2016: 55). Tais garantias conferem ao indivíduo, os grupos sociais e a sociedade civil

organizada maior poder de negociação junto à esfera estatal dominante. Assim, a Convenção de Viena sobre os Direitos dos Tratados assegura que não serão aceitos tratamento violentos e nocivos as pessoas protegidas pelos Tratados Internacionais.

Em síntese, a construção dos direitos humanos perfaz a resultante de conflitos, lutas e garantias legais que consagram determinadas demandas da sociedade. Contudo, restam imensos desafios a concretização dos postulados legais de proteção aos direitos humanos que para serem satisfeitos dependem das lutas sociais.

3 | O HISTÓRICO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Quando trafegamos pela experiência brasileira vamos identificar processos sócio-históricos marcantes que culminaram no formato atual da nossa sociedade. Percebemos que o fato de termos sido colonizados por Portugueses, de ter baseado sua economia na superexploração do trabalho escravo dos negros africanos, na extração de matérias-primas, da dependência do capital internacional e em um processo de colonização cultural calçado na classificação de raças e etnias, geramos uma sociedade injusta, desigual e violenta.

A experiência dos direitos humanos no Brasil vem associada as lutas por direitos ensejadas por escravos, índios e trabalhadores precarizados. Estas lutas tiveram avanços parciais, com a abolição da escravidão para os Negros, a suspensão do genocídio dos índios, e os direitos previdenciários dos trabalhadores. Conquanto, tais medidas foram acompanhadas por medidas governamentais drásticas de caça aos opositores, perseguições a lideranças socioculturais, matança de pessoas que fizeram a resistência, enfim de graves práticas de violação dos direitos humanos.

O suicídio de índios, nos séculos XV e XVI, e de negros quilombolas, nos séculos seguintes, revela o nível da situação vivida pelas pessoas que resistiam as arbitrariedades da colonização, do imperialismo e do capitalismo no Brasil.

O Estado adotou medidas legais pró Direitos Humanos apenas quando a população promoveu lutas e embates por direitos. Assim, a concepção que adotamos postula que os direitos humanos podem se materializar em estatutos legais, entretanto, sua essência está no conteúdo construído pela defesa dos seres humanos que viveram em condições adversas e passaram por conflitos para ter estas garantias legais.

Outro caso emblemático da história brasileira encontramos no século XX, especificamente no período da Ditadura Militar, em que as liberdades individuais foram proibidas, as forças de oposição reprimidas e a política econômica aplicada de modo autocrático e alinhado aos interesses capitalistas estadunidenses. A grande questão é que este regime provoca “um sistema de repressão que confunde disciplina e controle social em espaços públicos e privados indiscriminadamente, no campo e na cidade” (ESCRIVÃO FILHO e SOUZA JUNIOR, 2016, p.91). A maior parcela da sociedade fica

então submersa aos ditames dos grupos que dirigem a estrutura estatal.

O mais grave disso é que observamos entre 1950 e 1964 um processo de amadurecimento democrático no país, que caminhava para o rompimento de práticas de exclusão e violação de direitos secularmente implantadas, de modo que trabalhadores urbanos, rurais, forças políticas de esquerda e movimentos sociais cultivavam ações democratizadoras.

O encontro entre as perspectivas dissonantes resultou em confronto, desta vez de caráter bélico militar. A força racional legal dos Atos Institucionais deu crédito para o poder Executivo adotar medidas arbitrárias de controle do poder judiciário e legislativo, limando assim os possíveis apoios dos grupos de resistência. Registra-se que até a igreja católica não passou ilesa em meio este contexto, teve padres e missionários perseguidos e torturados. Tais conteúdos foram apenas recentemente resgatados pelas Comissões de Verdade que trouxeram à baila os episódios de repressão e investigação incessante de pessoas que pudessem representar alguma oposição ao regime militar.

Na Ditadura Militar o Estado brasileiro retrocede ao Estado absolutista em que o Monarca poderia mandar prender arbitrariamente e poderia até mandar matar. Constatamos com a divulgação de documentos apresentados pela CIA em 2018 que o General Geisel, então Presidente do Brasil, aparece como um dos responsáveis por pedir o assassinato de pessoas que eram contrárias à Ditadura. O atraso no respeito aos Direitos Humanos no Brasil, vivido nas décadas de 1960 a 1980, deixaram marcas na formação do povo brasileiro. A população camponesa parece ter sido esquecida dos relatórios de denúncia às violações de Direitos Humanos, como nos diz Escrivão Filho e Souza Junior (2016), assim como indígenas e comunidades tradicionais, que gozam no sistema de castas brasileiro de acesso a menos direitos.

As populações das periferias que resistem ao desemprego, as precárias condições de trabalho e demandam melhores condições de vida, o incremento no acesso a serviços de saúde, educação e benefícios assistenciais são alvo de processos de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. A população carcerária no Brasil revela o quanto o cidadão de baixa renda, negro e de periferia das cidades é alvo da violência e das penalizações estatais.

Isto é, vivemos os resquícios da Ditadura Militar, espelhado em práticas violentas cometidas por agentes públicos, em frágeis políticas públicas de promoção da cidadania e forte criminalização das forças de resistência.

É neste sentido que temos buscado fora do Brasil apoio para demandas sociais reprimidas há décadas, de modo a permitir o resgate da cidadania da maior parte dos brasileiros.

O Sistema Interamericano de Direitos emerge neste contexto com a tarefa de promover “uma cultura jurídica e política de reparação às vítimas pautada, sobretudo, por medidas de indenização, reabilitação, satisfação do sofrimento, e garantias de não

repetição das violações” (ESCRIVÃO FILHO e SOUZA JUNIOR, 2016, p.71).

É neste sentido que se fala de processos de justiça de transição (TOSI, 2014) como mecanismo compensador das experiências admoestadoras vividas pelas pessoas e como estratégia de superação de práticas e instituições que ainda guardam modelos autocráticos de exercício. Por isso, que é importante assinalar os conteúdos históricos das violações dos direitos humanos a fim de afirmar novas construções de políticas e serviços públicos no Brasil.

Os processos de massacre e resistência dos trabalhadores e da população excluída no Brasil tem um capítulo a parte com as conquistas da Constituição de 1988. Os avanços dos direitos sociais, para trabalhadores urbanos e rurais, da Seguridade Social, Saúde e Educação denotam um esforço de minorar os efeitos das desigualdades sociais. Contudo, nos últimos 30 anos temos vivido um campo de disputas jurídicas e orçamentárias para a concretização dos direitos dispostos nas normativas. O citado embate ganhou tonalidades distintas a depender da orientação dos governos que dirigiram o país na nova democracia. Entre os Governos Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer e de outro modo os Governos Lula e Dilma observamos um peso maior dado as políticas sociais nos Governos do Partidos dos Trabalhadores que tentaram dar seguimento as conquistas sociais da Constituição de 1988, ao passo que os Governos Fernando Henrique e Michel Temer procuraram de forma mudar os dispositivos constitucionais numa perspectiva de menor participação do Estado na redistribuição do fundo público para as populações historicamente excluídas.

4 | AS PRINCIPAIS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL – 2016 A 2018

Com o objetivo de se aproximar do nosso objeto de estudo vamos iniciar a análise das principais violações de direitos humanos ocorridas no Brasil contemporâneo, dando destaque para o período de 2016 a 2018.

Partimos da análise documental dos relatórios emitidos pela Anistia Internacional “Relatório do Estado dos Direitos Humanos no Mundo – 2017”, do Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, “Direitos Humanos no Brasil em 2017”, no Relatório de 2017 do Instituto Sou da Paz, do documento de Revisão Periódica Universal da ONU (2017) com as recomendações para o Brasil no campo dos Direitos de Humanos e nas Observações preliminares da visita *in loco* da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ao Brasil em 2018.

Começamos registrando que o Brasil tem um baixo índice de desenvolvimento humano (79º lugar) considerando sua posição como 9ª riqueza do mundo e que no campo da educação também só ocupa o penúltimo lugar entre quarenta países pesquisados pelo Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais(FATORELLI, 2017).

No documento oficial de avaliação dos avanços e limites dos direitos humanos no

Brasil, datado de 2017, observamos que o Governo aponta que nesta última Revisão Periódica Universal (RPU) procurou fortalecer a democratização a partir do envolvimento de todos os Estados da Federação, assim como dos respectivos Conselhos de Direitos Humanos, de modo a captar informações mais verossímeis sobre os desafios de concretizar os direitos humanos em diferentes regiões do Brasil.

O relatório do RPU (2017) demonstra que o Brasil caminha na perspectiva do disposto nas principais Convenções Internacionais, haja visto o disposto na sua Constituição de 1988 e o proposto no Programa Nacional de Direitos Humanos - 3. Contudo, o que vamos observar a partir de 2016 é que o Governo Temer simplesmente vem construindo estratégias político-econômicas contrárias aos direitos previstos nesta Constituição, vide a Emenda Constitucional 95/2016 que prevê limites e restrições aos gastos públicos e sociais e a Proposta de Emenda Constitucional 287/2016 que prevê a redução de direitos no campo da previdência social.

Os dados das melhorias dos indicadores de redução das desigualdades assinalam um período em que o Governo brasileiro vinha, desde 2004 pelo menos, incrementando o gasto social com as políticas de assistência social, habitação, saúde e educação, além de priorizar programas de universalização do acesso a energia elétrica e ao saneamento básico. Contudo, os esforços somados nos últimos 14 anos podem ser descartados em razão de políticas de caráter neoliberal que visam conter o gasto social, fator determinante para a redução das desigualdades, que se acrescido de políticas de justiça tributária poderiam continuar a caminhada na direção da redução das desigualdades sociais.

O relatório do RPU (2017) salienta também as ações realizadas pelo governo brasileiro desde 2012 para enfrentar o problema da escravidão, dando destaque as medidas de transferência de renda, inserção no mercado de trabalho e acesso a bens e serviços sociais e para a emenda constitucional n. 81/2016 que indica a possibilidade de expropriação das terras onde for consignado que aconteceu o trabalho escravo. Conquanto, em 2017, vimos o Governo Temer realizar uma empreitada que visava reduzir as competências dos auditores fiscais de trabalho e reclassificar o conceito de trabalho escravo, abrindo margens para a superexploração do trabalho. A citada medida estava na Portaria do 1.129/2017 do Ministério do Trabalho que depois viria a ser revogada.

Ressaltamos, conforme nossa perspectiva térico-metodológica que é nesta trajetória de avanços e retrocessos que os direitos humanos vão sendo concretizados no Brasil.

No campo do atendimento as necessidades humanas das pessoas com deficiência, dos idosos, do enfrentamento a violência contra a mulher, de promoção da igualdade racial, da população indígena, dos refugiados, dos migrantes, observamos que o Governo brasileiro empreendeu políticas públicas, que para a sua continuidade, precisam de equipes especializadas e de recursos orçamentárias. O mesmo vale para as medidas de acesso ao sistema de justiça, como a autonomia administrativa e financeira conquistada pela Defensoria Pública da União, que para a melhoria do seu trabalho precisa ter um

sucessivo aumento do aporte dos seus recursos. Este é o desafio para o atendimento dos diversos segmentos em situação de vulnerabilidade, a definição de uma parcela do fundo público suficiente para responder as demandas sociais.

No tocante ao sistema penitenciário, que tem o seu contingente em franco crescimento, observa-se um movimento punitivista que se inicia na legislação, se dissemina nas práticas repressivas e muitas vezes abusivas da polícia e culmina no sistema de justiça, em geral, moroso na andamento das sentenças e no seu cumprimento. Observamos, destarte, o desafio que vem assumindo o Governo de criar medidas de prevenção a práticas de crime, de promover penas alternativas e de fortalecer a justiça restaurativa. Registra-se, conforme o relato da visita da CIDH que o Brasil é o quarto país com a maior população carcerária do mundo, com um total de 726.712 pessoas privadas de liberdade em 2016, relata uma taxa de 197,4% de superlotação e entre 2000 e 2016, sendo que sua população aumentou em 212%.

A garantia da realização das audiências de custódia para se verificar se o cidadão precisa continuar preso e se foi vítima de maus tratos e tortura é um avanço que precisa ser expandido para outras perspectivas. Outra desafio do sistema penitenciário é promover a educação e o acesso ao trabalho as pessoas reclusas, pois até 20% destas pessoas tem acesso a estas políticas, o que vai de encontro a Lei de Execução Penais e a ideia das penitenciárias como locais de ressocialização dos indivíduos.

No campo da criança e do adolescente o Governo observa a necessidade de manter medidas de combate ao trabalho infantil, ainda presentes, de mobilizar esforços para assegurar a integração do Sinase e a rede de proteção social. Assim como, busca desenvolver ações para o registro de nascimentos, especialmente das populações indígenas, em situação de rua e em vulnerabilidade.

Na política de saúde, que no Brasil é consagrada com o Sistema Único de Saúde (SUS), o Governo brasileiro identifica por meio do seu Tribunal de Contas da União (TCU) que existe carência de profissionais e de infra-estrutura o que prejudica a cobertura e a qualidade do atendimento. No rastro desta análise, observamos que a transfência do fundo público para a área de saúde é urgente no sentido de manter esta política fundamental, universal.

No que se refere a política de educação o RPU (2017) observa que o nível de aprendizado dos estudantes brasileiros é inferior em Matemática, Ciências e Leitura. Por isso, o Governo junta esforços para fortalecer a educação básica, com foco no ensino médio, muito abaixo dos padrões internacionais.

Em relação ao meio ambiente, observa-se no RPU (2017) que o Governo assumiu compromissos com a redução do desmatamento e com a redução da emissão de carbono. No entanto, enfrenta desafios para o alcance destas metas. O Relatório aponta ainda o caso de “Mariana” como um desastre ambiental que ainda precisa ser superado.

O RPU (2017) destaca o protagonismo do Conselho Nacional de Direitos Humanos

na defesa dos direitos, especialmente de familiares de pessoas que faleceram na luta pela defesa dos direitos humanos, protegendo pessoas ameaçadas de morte, e mediando conflitos, principalmente, nas disputas por território no campo e dos povos indígenas. Demonstra que atuou desde 2012 em mais de 500 casos dos programas de proteção aos direitos humanos, com destaque para violações no seguintes campos: direito a terra, populações indígenas, comunidades quilombolas e meio ambiente.

No entanto o relatório aponta a necessidade de o Governo assegurar a continuidade da execução orçamentária das ações dos Programas de Proteção, incluindo-os nos Planos Plurianuais. Este alerta demonstra a necessidade de o governo brasileiro alinhar a sua gestão orçamentária às demandas das ações no campo dos direitos humanos, com vistas a evitar a descontinuidade dos serviços.

O relatório registra que curiosamente o Brasil ainda está examinando se aceitará o Protocolo Facultativo do Pacto pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A não recepção deste protocolo em um país que convive com uma enorme desigualdade social é revelador da presença de interesses de rentabilidade econômica das grandes corporações na agenda governamental em detrimento do atendimento às necessidades humanas.

O RPU (2017) assinala que no marco legal avançou ao criar dispositivos de controle social e transparência pública, a saber: Sistema Nacional de Indicadores dos Direitos Humanos, Informes sobre a Violência contra a Mulher, Sistema Nacional de Informação de Seguridade Pública, Prisão e Drogas e o Pacto Universitário Nacional.

Em síntese, o que vemos nos documentos é que o discurso pró direitos humanos perante as Nações Unidas e a prática violadora cotidiana do Governo se contradizem, denotando assim a necessidade de darmos vazão as necessidades humanas não satisfeitas, via publicações, estudos e manifestações sociais.

O Governo brasileiro seguindo a agenda de transferência dos recursos públicos para o pagamento dos juros da dívida pública, especialmente para bancos e investidores, tenta engendrar uma nova reforma da Previdência Social, que penalizaria apenas o trabalhador, pois teria de ficar mais tempo no mercado de trabalho para conseguir se aposentar. Esquecem-se os arautos das reformas, que a previdência social está na base da formação das organizações dos trabalhadores. Lembremos que devido as péssimas condições de trabalho nas indústrias e carvoarias milhares de trabalhadores se acidentavam e não tinham como sobreviver, assim como os trabalhadores mais idosos. Foi então neste impulso solidário que constituíram fundos para garantir os meios de sobrevivência destes que tinham necessidades humanas não satisfeitas. Em seguida, após travarem diferentes lutas conquistaram a contribuição do empregador e depois do Estado para financiar este direito, a previdência, que é o sustentáculo da força de trabalho. Em face disso, observamos que medidas como essa presente na PEC 287/2016 afrontam um dos núcleos fundamentais dos direitos humanos, qual seja a previdência social.

No outro pólo emerge o movimento social que visa instaurar a Auditoria Cidadã

da Dívida de modo a compreender os rumos que os recursos públicos têm seguido no pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Sendo assim, nestes caminhos e contra fluxos percebemos o campo tensionado da luta e defesa dos direitos humanos.

Ademais, observamos uma tendência de marcar nestes documentos de análise dos direitos humanos no país as mudanças políticas ocorridas no Brasil, tendo em vista o impedimento da presidenta Dilma Roussef. As mudanças legislativas decorrentes da agenda governamental do Presidente Michel Temer, assim como do recém empossado Governo Bolsonaro seguem a perspectiva da redução das funções do Estado, bem como do gasto público.

Assim, a primeira medida de impacto na realização dos direitos humanos foi a Emenda Constitucional n.95/2016 que limitou aumento do gasto público e social aos índices de inflação do ano anterior. O impacto desta medida pode ser visto na impossibilidade do alcance da universalização dos direitos, ou simplesmente da ampliação do acesso aos serviços públicos de saúde, assistência, educação, entre outros. O pressuposto para a garantia dos direitos humanos da interdependência e da indivisibilidade dos direitos é duramente atacado com tal medida, visto que com a restrição orçamentária o Governo passa a ter de priorizar algumas áreas em prejuízo de outras. Estabelece-se desta forma uma violação de direitos, que é a restrição do acesso aos direitos fundamentais.

Adiciona-se a isso as reformas geradas na legislação trabalhista decorrentes da aprovação da Lei da Terceirização Irrestrita (Lei 13.429/2017) e da Lei da mudança das regras da CLT (Lei 13.467 de junho de 2017). Ambas provocam o aumento do poder de barganha do capital frente ao trabalho, individualizando os contratos e reduzindo o espaço da intervenção sindical. Essas medidas podem gerar o aumento da rotatividade dos trabalhadores e a busca pela informalidade. Em síntese, o que decorre destas mudanças legislativas é a redução do direitos sociais, ou seja, mais uma violação dos direitos humanos (DELGADO, 2017).

No mundo agrário são criados mecanismos para a redução do poder de fiscalização e intervenção de agências estatais como o Incra, a Funai, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (DELGADO, 2017, p.24) e também medidas que reduzem o lugar do pequeno agricultor:

1 – o ataque aos territórios dos assentamentos agrários em todo o Brasil, para efeito de colocação no mercado de terras desses espaços, para o que se concede a titularidade individual à base de 10% do valor de venda da terra;

2 – na Amazônia Legal, reeditam-se regras de legislação permissivas à grilagem, editadas ainda em 2008, legalizando grandes áreas públicas invadidas, mediante idênticos expedientes de “venda” a preços irrisórios e sem conexão com a reforma agrária

Soma-se a isso recursos judiciais realizados que visam criar oportunidades de reduzir o espaço assegurado aos indígenas. Nesta direção são implementadas as medidas político-legislativas-jurídicas que destoam dos preceitos dos direitos humanos, especialmente das

populações historicamente prejudicadas pela ordem colonial e capitalista.

As tensões emergentes destas medidas transpareceram nas manifestações populares, nos dias de greve geral, os quais tiveram como resultado o uso abusivo das forças policiais e militares. Reitera-se, destarte, uma prática de violação de direitos, qual seja, a violência policial.

Os relatórios demonstram que em 2016 aconteceram mais de 60 assassinatos no meio rural e em 2017 ficou marcado pelas mortes de indígenas ocorridas no norte do País. Quanto aos impactos desproporcionais que a violência produz em pessoas afrodescendentes, como mencionado acima, a cada 100 mortos em 2016, um total de 71 pessoas, são afrodescendentes. Da mesma forma, 76% das pessoas que perdem a vida em intervenções policiais são afrodescendentes. Conforme relatório da CIDH os jovens afrodescendentes do gênero masculino têm 2,5 vezes mais probabilidades de morrer como resultado da violência do que os jovens não afrodescendentes.

Registra-se que o Brasil já foi condenado por graves violações dos direitos humanos, destacando-se a Chacina da Candelária, o Massacre do Carandiru e a morte de diversos líderes pela defesa do direitos a terra, a vida e ao bem-estar.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumpre destacar que o pano de fundo deste debate sobre os direitos humanos está na política neoliberal que tem contribuído para reduzir os investimentos com gastos públicos o que tem implicado em retrocessos em termos da quantidade e da qualidade dos serviços públicos. Tais medidas vem gerando manifestações em prol da luta de direitos, que estão sendo reprimidas duramente. Neste contexto, urge ficarmos atentos na relação entre a dinâmica societal global e os eventos reais dos direitos humanos.

Em síntese o nosso desafio é empreender políticas públicas de enfrentamento e prevenção a

- a violência urbana e rural;
- a falta de segurança dos direitos humanos;
- a violência contra ocupantes de terras rurais improdutivas;
- a situação de servidão forçada dos trabalhadores rurais;
- a existência de grupos de extermínio;
- a violência policial e sua impunidade e tortura como método de investigação;
- a violência contra mulheres, meninas e adolescentes;
- a discriminação racial;
- a situação da população indígena;
- os problemas das crianças em situação de rua;

- a precária situação do sistema penitenciário.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. **A historicidade dos direitos humanos**. Ética e Direitos Humanos: Ensaio Crítico. 2 edição revisada. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2010.

BRASIL, Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília, SDH/PR, 2010.

CIDH, Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Observações preliminares da visita in loco da CIDH ao Brasil em 2018**. In <https://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2018/238OPport.pdf>. Acesso em 04/06/2019.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. In <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>. Acesso em 02/05/2017.

Brasil. Informe nacional presentado con arreglo al párrafo 5 del anexo de la resolución 16/21 del Consejo de Derechos Humanos. In <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G12/116/21/PDF/G1211621.pdf?OpenElement> Acesso em 10/07/2018

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos Humanos e Concepções Contemporâneas**. Cortez Editora, São Paulo. 2014.

TOSI, Giuseppe...[et al.], (Organizadores) *Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade*. .- João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

DIMENSÃO RELIGIOSA E ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI: TEMAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 03/04/2020

Pollyanna de Souza Carvalho

Mestranda em Serviço Social (ESS/UFRJ) e
Bacharel em Serviço Social (UFF/Campos-RJ)
Campos dos Goytacazes/RJ
<http://lattes.cnpq.br/4621235022753961>

Letícia Machado de Araujo

Bacharel em Serviço Social (UFF/Campos-RJ)
Campos dos Goytacazes/RJ
<http://lattes.cnpq.br/7702367963184964>

Verônica Gonçalves Azeredo

Doutora em Política Social (UFF/Niterói) e
Professora do Departamento de Serviço Social
(UFF/Campos-RJ)
Campos dos Goytacazes/RJ
<http://lattes.cnpq.br/5752123675495665>

RESUMO: A finalidade do trabalho é tecer considerações a respeito da formação e trabalho dos assistentes sociais em um cenário onde o neoconservadorismo incide sobre a perspectiva de princípios religiosos e ético-políticos. Tal discussão dialoga com pesquisas realizadas em diversos estados do país, seguidas pelo eixo religião e serviço social, cujos sujeitos analisados foram estudantes e

profissionais da área. A aproximação com a temática aponta para as experiências de cunho religioso e a forma como estas impactam as divergentes esferas de atuação profissional e o quanto tais vivências tendem a corroborar para a manutenção de ações e práticas revestidas de conservadorismo.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente Social; Trabalho; Projeto ético-político; Religião.

RELIGIOUS AND ETHICAL-POLITICAL DIMENSION IN FORMATION AND PROFESSIONAL WORK IN THE 21ST CENTURY: THEMES FOR SOCIAL WORK

ABSTRACT: The objective is to make considerations about the formation and work of social workers in a context where neoconservatism focuses on the perspective of religious and ethical-political principles. To this end, sources of research carried out in several states of the country were explored, cut by the religion and social service axis, whose investigated subjects were students or professionals in the area. The approach to this topic points to the religious experiences and how they impact the different spheres of professional activity and how much these experiences tend to corroborate for the maintenance of conservative

practices and practices.

KEYWORDS: Social Worker; Job; Ethical-political project; Religion.

1 | INTRODUÇÃO

A discussão apresentada se destina a analisar e problematizar a dimensão religiosa e ético-política que atravessam o perfil de acadêmicos de Serviço Social e assistentes sociais nos mais diversos espaços socio-ocupacionais, sem desconsiderar a variável de gênero. A finalidade desse trabalho é tecer alguns fatores que proporcionem indagações sobre como é possível associar o moralismo religioso com os princípios ético-políticos da profissão.

Para tal proposta, recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica, como procedimento metodológico, investigando teorias e pesquisas realizadas no território brasileiro, delimitadas pelo eixo religioso, cultural e ético-político no âmbito do Serviço Social, tendo em vista que os entrevistados se constituíram em assistentes sociais e estudantes da área. Dessa forma, tais pesquisas e discussões foram dirigidas por Abreu (2011), Barroco e Terra (2012), Dutra (2015), Faleiros (1985), Maia e Silva (2011), Neris (2008), Netto (1996; 1999), Portella (2006), Rosendahl (2005), Santana e Matos (2015), Silva (2007) e Simões (2007; 2008; 2009). Alinhado a esse procedimento metodológico, constitui fonte importante a pesquisa sobre perfil profissional de assistentes sociais, realizada pelo CFESS (2005).

Destaca-se que as contribuições socializadas são frutos da pesquisa intitulada “Trabalho do Assistente Social no Norte e Noroeste Fluminense: determinações sócio-políticas e culturais” (2017 a 2018), sendo um sub-projeto que integrou o projeto “Guarda-chuva” autenticado “Mercado de Trabalho e Espaços Sociocupacionais do Serviço Social nas regiões Norte e Noroeste Fluminense”, com fomento da FAPERJ. Refere-se a uma experiência de colaboração entre grupos de pesquisa da UFF-ESR, com parceira do Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão do Programa de Estudos pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP.

Que essas reflexões possam auxiliar àqueles que desejam se dedicar e se aproximar da temática em tela.

2 | DESENVOLVIMENTO

Ao debruçar-se sobre a religiosidade na contemporaneidade, Maia e Silva (2011, p. 2851) apontam que, após os últimos anos do século XX, emergiram uma sucessão de acontecimentos que desencadearam alterações significativas no Brasil, no que tange à área social, política, cultural e religiosa. Isto é, apareceram eventos que perpassaram tanto pelo período militar ditatorial quanto pela revolução de cunho sexual, acarretando

novos valores, crenças e condutas para os sujeitos sociais, culminando, também, em transformações para os indivíduos e a sociedade.

Em relação ao âmbito religioso, os eventos perpetraram-se pela “dança” ou “trânsito” de parcelas de convertidos às igrejas e pelos novos atos religiosos nas Igrejas de caráter tradicional e/ou de missão, originárias das Igrejas Pentecostais. Neste universo, a religião se comportaria como o porto seguro, a esperança de novas oportunidades e caminhos, sobretudo de antecipar o dia seguinte, já que nada poderia acontecer sem o saber e determinação de Deus. Assim, a procura e a participação em Instituições Religiosas que celebravam os sentimentos e emoção transfigurara o caminho a ser percorrido por muitas pessoas (MAIA; SILVA, 2011).

As referidas autoras evidenciam que os sujeitos sociais têm procurado satisfazer suas necessidades materiais e espirituais num quadro de fragilização das relações sociais e afetivas, corroborada pelo rápido processo de modernização, que passa a garantir a exclusividade ao individualismo e a competição entre os indivíduos. Soma-se a esses fatores, a noção de que a modernidade tem ocasionado insegurança na vida das pessoas, culminando numa instabilidade interna e externa, no tocante aos arrependimentos, desemprego e problemas físicos e/ou mentais (MAIA; SILVA, 2011, p. 2854-2855).

Portella (2006) pondera, nessa perspectiva, que, dentro de um espaço religioso, existem especialistas que detêm o monopólio da construção do discurso e de doutrina, o que se constitui em verdadeiro e normativo. Dessa forma, ocorre a institucionalização da legalidade do discurso, que é canalizado pelo grupo de especialistas, alienando os sujeitos sociais leigos de legitimidade em seu discurso.

Nesse ângulo, a religião se comporta como “um feixe de signos de linguagem que vem a construir um determinado imaginário de mundo com seus sentidos” (PORTELLA, 2006, p. 568).

A essa leitura, Bourdieu (2004 apud NERIS, 2008, p. 11) acrescenta que é importante não somente a natureza da mensagem religiosa para os indivíduos, mas a sua habilidade de satisfazer uma demanda específica, quer seja religiosa e/ou ideológica. Igualmente para o pensador, quando se relaciona o âmbito religioso com a formação social, revela-se que a ordem dos sistemas de representações e hábitos religiosos inclinam-se à função de um canal de imposição e legitimação da dominação (BOURDIEU, 2001, p. 94 apud NERIS, 2008, p. 11).

Destarte, a instituição religiosa, a partir de uma ação homogeneizante, empenha-se em produzir nos leigos um habitus religioso que corrobore na assimilação, básica que seja, da produção de cunho oficial. Nesse contexto, a título de exemplo, a religiosidade popular brasileira (re)interpreta discursos oficiais, se apropriando em uso próprios dos mesmos, modificando-os em seu interior e lhes oferecendo uma nova moldagem, sentidos e significados (PORTELLA, 2006, p. 573).

Através desses elementos, cabe indagar: por que interessa-nos conhecer como

esse moralismo religioso difundido na sociedade brasileira interpela o perfil de assistentes sociais e acadêmicos da área?

Primeiramente, é possível inferir que, por mais que um segmento possa influenciar condutas e comportamentos, o uso que se implementa dos discursos e doutrinas da instituição de caráter religiosa é sempre uma utilização particular dirigida pelas necessidades e vivências dos indivíduos. Cabe destacar, também, que as pessoas habitualmente estão submetidas a um espaço religioso por meio de sua liberdade e não de uma dominação cega (PORTELLA, 2006, p. 575-576).

Comprometida com essa discussão, Rosendahl (2005), ao elucidar sobre a religião, ressalta a mesma como um sistema de símbolos sagrados e seus significados, relacionada à produção, ao consumo, às correlações de forças, aos territórios e aos sujeitos sociais, em suas perspectivas econômica, política e espacial. Por isso, o território se imbrica nessa dinâmica, sobretudo com o advento do catolicismo no Brasil, em que as Instituições Católicas vêm conservando uma unidade político-espacial. O território retrata, além da dimensão política, um evidente caráter cultural, essencialmente quando os agentes sociais são oriundos de segmentos étnicos, religiosos ou de outras identidades (ROSENDAHL, 2005, p. 12933).

Nesse sentido, parte-se do pensamento de que o movimento religioso não seria somente um resultado ao processo de secularização que se difundiu por uma sociedade que se modernizou e se urbanizou, subsumindo os valores morais e éticos aos interesses privados e mercantis, permutando Deus à abertura da ciência, ou seja, pela razão de cunho técnico e científico. Posto isso, as relações sociais perpassaram por comportamentos e condutas assentadas no imediato e na superficialidade dos sentimentos, sendo insensíveis aos diferentes segmentos populacionais, que se reproduzem e sobrevivem em condições subalternas (MAIA; SILVA, 2011, p. 2852).

Cabe enfatizar, ainda, que a territorialidade religiosa se remete ao agrupamento de práticas desempenhadas por instituições ou segmentos no que toca ao controle de um espaço social, onde o resultado do poder sagrado reverbera uma identidade de fé. Nesse ínterim, é através de geossímbolos que a religião de um segmento desenha traços que identificam e determinam um dado território, logo o mesmo perpetra a um caráter cultural (ROSENDAHL, 2005, p. 12934).

Na via destes detalhes, recordar-se-á sobre a historicidade do Serviço Social, no século XX, como um curso inserido em um espaço social banhado pelas matrizes confessionais vinculadas à Igreja Católica. Assim, a profissão manifestou-se como alternativa de qualificação do laicato da referida Igreja que, sob os auspícios do desenvolvimento da malha urbana, vinha expandindo sua ação caritativa à classe subalterna, com a finalidade de ampliação da prática ideológica aliada aos trabalhadores urbanos e suas famílias. Buscou-se, com isso, responder ao imperativo da justiça social e da caridade, em observância à missão política do apostolado de cunho social, em virtude

do projeto de cristianização da sociedade civil organizada, cuja princípio de justificação se relaciona à Doutrina Social da Igreja (SILVA, 2007).

Em contraponto a esses fatores, a emergência das instituições e a expansão do mercado de trabalho do Serviço Social ocasionou a possibilidade de rompimento com essa herança confessional, conquistando, assim, um trabalho mais institucionalizado (SILVA, 2007).

No entanto, presencia-se, no contexto atual, com a expansão do neoconservadorismo, em especial após a década de 1990, no Brasil, a disseminação de princípios religiosos, sobretudo no “trânsito” de convertidos, tendo profissionais de Serviço Social reproduzindo, não somente para os usuários, mas no seu campo socio-ocupacional, os valores religiosos em dissonância com os marcos legais e ético-políticos da profissão. Esse ideário, como é sabido, não se coaduna com período de criticidade contra o conservadorismo, percebido no Movimento de Reconceituação (1965-1975) do corpo profissional.

Diante disso, como o trabalho e formação de assistentes sociais reverberam na contemporaneidade, tendo como parâmetro as formas de sociabilidade banhadas pelo neoconservadorismo e pela difusão de princípios religiosos, em um plano dialético com o projeto ético-político da categoria profissional?

Para Simões (2008, p. 47), precisa elencar, no que tange ao perfil profissional, as justificativas para a inserção na profissão. O primeiro pressuposto se direciona aos valores religiosos, políticos, de origem do ser social e de gênero, que estão no pilar da explicação para a escolha pelo Serviço Social. O segundo reflete a procura de ascensão social e prestígio de assistentes sociais.

Não por acaso, em uma pesquisa realizada pelo mesmo autor acerca do perfil de estudantes de Serviço Social da UFRJ, entre 1996-2004, constatou-se que os universitários possuem características bem definidas no que tange ao pertencimento religioso, participação em entidades religiosas, cívico-políticas e até mesmo voluntárias-assistenciais (SIMÕES, 2007, p. 178).

Assim, os universitários evangélicos (76,6%) são os mais participativos no âmbito religioso, acompanhados por católicos (51,1%) e espíritas (33,1%). Além de que, analisa-se que os estudantes não deixam afora os valores religiosos absorvidos por meio de suas famílias e de suas socializações, antes do momento de se inserirem na academia (SIMÕES, 2007).

Nesse fluxo de análise, consegue-se também observar a vinculação entre o pertencimento religioso e a participação política. Apenas 10% dos universitários religiosos, independente da religião que sigam, possuem alguma participação no bojo político. Cabe frisar que a porcentagem dos universitários que não “possuem religião” perpetrados em uma instituição cívico-política se direciona ao dobro do que os grupos religiosos (SIMÕES, 2007, p. 180).

Outrossim, interessa-nos compreender que 85% dos estudantes religiosos, num

tempo dos 10 anos explorados, a religião e o “espírito voluntário” são predominantes em face à política. É nesta vertente que eles se debruçam, mesmo que seus debates sejam atravessados por categorias, chavões ou noções de cunho político. Nesse ângulo, a perspectiva de “ser cidadão”, de cidadania, de acato às autoridades etc. são perpassados, na maioria, por um senso cívico-religioso e não cívico-político (SIMÕES, 2007).

Ressalta-se, que os fundamentos morais, no tocante à ação social de universitários, direciona-se, essencialmente, à formação de caráter cristã, que os estudantes absorveram em suas socializações primárias (SIMÕES, 2007, p. 188). O autor ainda expressa:

O ethos profissional relaciona, assim, gênero (feminino), religião e voluntariado. Se a maioria dos alunos está afinada com este ethos, deve-se considerar também que, no interior da profissão e entre os alunos, não deixa de existir um grupo minoritário “sem religião”. Este grupo é caracterizado por ter vínculos mais fortes com a política e maior engajamento nas relações associativas de cunho cívico-político do que os demais, embora compartilhem, em alguma medida, de valores religiosos (SIMÕES, 2007).

Portanto, afirma-se, através da pesquisa feita por Simões (2007, p. 187), que existe uma predominância de universitários religiosos no curso de Serviço Social, chegando a 88,9%, e que muitos deles, 62,4%, têm participação nas instituições mencionadas. Sendo que a maior participação ocorre no bojo religioso (49%), acompanhado do trabalho voluntário (36%) e do âmbito cívico-político (11,5%) (SIMÕES, 2007).

Contabilizando a problematização em tela, Simões (2009, p. 118), em outra pesquisa feita com estudantes de Serviço Social no Rio de Janeiro, demonstrou que tanto em 1999 como em 2006-2007 existiam cinco justificativas centrais para o ingresso no curso mencionado, tais como a adequação às aptidões pessoais, totalizando 46,5% de universitários; a vontade de ajudar as pessoas, chegando a 13%; indicação de outrem da área, em 8%; pouca concorrência no vestibular, atingindo 5%; por último, o mercado de trabalho, em 5%.

Vale mencionar que o curso de Serviço Social é viável para os segmentos sociais que o procura: predominantemente marcado pelo recorte de gênero feminino, religioso e de baixo status social. O Serviço Social transforma-se, assim, numa manifestação de ambições e dos valores do corpo profissional, sobretudo, da utopia viável para o grupo social que o engloba (SIMÕES, 2009).

Se insere à discussão a perspectiva de gênero, uma vez que Santana e Matos (2015, p. 48) identificam que a mulher, na esfera privada de sua vida, opera, historicamente, com várias tarefas como: cuidar, educar e organizar. Assim, esse cenário desencadeia influência na vida particular e profissional, ou seja, na esfera pública, tendo em vista que essas ações auxiliam para a tomada de decisão para planejamentos futuros.

Conectado com essa concepção, segundo o CFESS (2005), a categoria profissional de Serviço Social possui 97% em seu quadro de mulheres. Sendo assim, além das atribuições conhecidas como “femininas” que integram o perfil do curso de Serviço Social, a formação política dessas profissionais não se manifesta em uma participação concreta

em entidades de caráter cívico-político (SIMÕES, 2007).

O fato talvez resida no debate de que profissões reconhecidas como femininas estão relacionadas aos valores humanitário-religiosos que se vinculam às tarefas na esfera privada da vida feminina, como o cuidado, o altruísmo, a educação, entre outros elementos (SANTANA; MATOS, 2015).

Tais processos podem ser averiguados através da pesquisa realizada pelas mesmas autoras com profissionais de Serviço Social em Aracaju/SE (2009). Nesse intento, as assistentes sociais relataram que o serviço social é tido como um curso de ajuda, auxílio e trabalho em obras sociais, numa dimensão caritativa e assistencialista para a camada subalterna, chegando a 86% das entrevistadas. Essa realidade não se coaduna com 4% do grupo minoritário que abordou o mercado de trabalho, como também os 10% que não buscaram o conceito (SANTANA; MATOS, 2015).

Seguindo-se nessa investigação, a socialização religiosa das profissionais foi verificada nas frequências, de forma semanal, em 34%, e mensal, 26%, à Igreja, somente 13% só vão ao mesmo lugar para eventos. É imprescindível pontuar que essa socialização religiosa é oriunda desde a vida jovem e infantil, com as idas ao catecismo, missas, grupos formados por adolescentes, instituições de cunho religioso etc. Quando indagadas(os) sobre a religião, 69% afirmaram que são católicas(os), 10% são protestantes, 4% espíritas e seguidos pelos evangélico (cada). Além disso, assinala que a educação religiosa é um fator relevante na origem das famílias das entrevistadas, demonstrando uma totalidade de 87% (SANTANA; MATOS, 2015).

A pesquisadora Dutra (2015) também desempenhou outro estudo com assistentes sociais no Norte do Paraná, em 2012. Constatou, acerca da frequência em práticas religiosas, que 45% relataram ir uma vez por semana, 23% frequentam ocasionalmente, 24% frequentam mais de um dia por semana e 18% visitam com intervalos mais altos no tocante a um mês. Destaca-se que, 68% vão à Igreja desde a fase da infância e 32% operam em ações ofertadas pela Igreja. Sobre a questão de haver no espaço socio-ocupacional a presença de símbolos religiosos, 44% afirmaram, porquanto 56% relatam que não. Foi indagado, ainda, quais objetos eram presentes e 35% direcionaram-se à bíblia, 17% a calendários com imagens religiosas, 12% identificaram a cruz. Também indicaram altar e imagens, em 12%, acompanhados de livros de cunho religioso em 6% (DUTRA, 2015).

Pelas lentes desse diálogo, a referida autora também investigou se os entrevistados faziam alguma relação entre o âmbito da religião e os impasses sociais os quais atravessam o trabalho profissional todo dia. Na sua totalidade, a resposta foi afirmativa. Estas se redimensionam a culpabilização dos sujeitos sociais por não acompanharem alguma religião, ocasionando as implicações sociais apresentadas e a vontade divina como justificativa às condições mencionadas (DUTRA, 2015, p. 08).

Surpreendentemente, os entrevistados nessa pesquisa relataram que fazem orações

para os usuários dos serviços socioassistenciais de maneira particularizada, mais ainda de dar o “encaminhamento” com a finalidade de que o usuário ore e siga alguma religião e/ou instituição (DUTRA, 2015).

Ademais, salienta-se que os profissionais de Serviço Social têm procurado cotidianamente uma orientação para o seu trabalho em relação à religião. Dessa forma, isso tem se expressado nas orações antes de começar o trabalho profissional, nas leituras de caráter bíblica e entre outros elementos existentes no campo, como os símbolos religiosos. A pesquisa demonstrou, ainda, que a imagem socialmente atribuída da profissão – como caridade e ajuda feita nas instituições religiosas –, foi, entre outros motivos, a escolha do curso superior dos entrevistados (DUTRA, 2015, p. 10).

Compondo ainda o debate, Simões (2008, p. 51) acrescenta que, na ação de assistentes sociais, há um contrato social acordado entre o usuário e assistente, existe junto uma ação tutelar. Desse modo, os profissionais de Serviço Social, e até se referindo aos agentes sociais responsáveis pela política de Assistência Social, ao trabalharem na procura de defesa dos direitos de seus usuários, podem desempenhar, também, uma proteção, assegurando a figura de “pai” ou de “mãe” (SIMÕES, 2008, p. 51).

Por esse prisma, será que os universitários e assistentes sociais portadores de valores religiosos se sentem representados com os marcos legais da profissão, no que corresponde ao projeto ético-político, Código de Ética Profissional de Serviço Social (1993), Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)?

Refletindo sobre isso, Netto (1999, p. 04) pontua que os projetos profissionais são constituídos por um sujeito coletivo, no que toca ao corpo ou categoria, que não incorpora somente os profissionais de Serviço Social de campo ou de prática. Porém, precisa ser compreendido como um conjunto de atores sociais que dão materialidade à profissão. Elenca-se, nesse contexto, os profissionais, instituições, entidades político-organizativas – CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO –, estudantes de Serviço Social, pesquisadores, professores e sindicatos.

É bom que se recorde que o projeto profissional é produto de uma construção derivada de um universo heterogêneo, tendo em vista que os sujeitos sociais que o compõem são divergentes nas origens, condições, posições, esperanças, intelectos, condutas e preferências quanto à teoria, ideologia e política, dentre outros (NETTO, 1999, p. 05).

Nessa perspectiva de diferentes pensamentos e disputas de discursos para a constituição do projeto profissional, não é viável a existência de colocações e práticas revestidas de uma certa moralidade religiosa¹. Para que, desse modo, haja o respeito

1. Deixa-se claro que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, há a liberdade religiosa e laicidade do Estado. Dessa forma, cada sujeito social pode se direcionar para a religião desejada. A defesa deste trabalho se vincula ao momento em que a religião se impõe sobre o trabalho profissional e aos princípios ético-políticos. Nesse construto, compreende-se que a escolha por uma religião pertence à esfera privada da vida, o que significa que os sujeitos não devem impor suas crenças

ao projeto ético-político profissional e sua direção social, sobretudo para a democracia, socialização de direitos e informação, cidadania e justiça social para a classe trabalhadora, como já pensaram a Barroco e Terra (2012).

Nessa contribuição de pensamento, Barroco (2011, p. 212) expressa que “a reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo teórico e técnico e pela fragilização de uma consciência crítica [...]”.

Conforme argumenta Abreu (2011, p. 135), os princípios fundamentais do trabalho de assistentes sociais devem se repousar numa pedagogia emancipatória das classes sociais, porquanto a socialização de informações do referido profissional interfira na subjetividade de seus usuários, no quesito de constituição de uma nova cultura, que ultrapasse o conformismo presente numa sociedade dividida em classes.

Vis-à-vis, Barroco e Terra (2012) apregoam sobre a relevância de assistentes sociais materializarem os princípios do Código de Ética Profissional do Serviço Social, essencialmente nos princípios mais relevantes no presente debate:

VI – Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. [...]. XI – Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/da, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BARROCO; TERRA, 2012).

Com vistas ao alcance de tais conquistas árduas do corpo profissional de assistentes sociais, como a construção de um Código de Ética (último em 1993), a Lei de Regulamentação (8.662/93), Congressos e entidades político-organizativas engajadas na luta em prol da democracia, diante de um cenário banhado pelo avanço do neoconservador e neoliberal, ressalta-se, como bem advoga Netto (1999, p. 09-10), a denúncia da categoria profissional contra o conservadorismo arraigado no Serviço Social, a partir do Movimento de Reconceituação ancorado na teoria social crítica de Marx.

Como se observa, a cultura profissional colide em contraposição à hegemonia política, tendo em vista que a mesma busca direcionar as ações estratégicas da profissão. Desse modo, o enfrentamento contra o conservadorismo, para ter um maior aproveitamento, necessita de profissionais ousados, nos sentidos cívico e intelectual, para estarem à frente dos debates e impasses sócio-político (NETTO, 1996).

Nessas análises, Faleiros (1985) destaca a importância de profissionais de Serviço Social em manter a capacitação atualizada e permanente para analisar e problematizar o espaço institucional e sua autonomia, inserida numa correlação de forças. Acrescenta-se a ambição profissional em saber propor alternativas e estratégias de trabalho, sem cair no pragmatismo e na cotidianidade.

e valores religiosos na esfera pública (Ver: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de jun. 2019).

Perante aos elementos demonstrados, é relevante a participação de assistentes sociais e estudantes em espaços públicos para problematização, debates e discussão sobre os perfis e práticas de profissionais de Serviço Social, considerando os moralismos religiosos e culturais envoltos no cotidiano. Além disso, o trabalho profissional precisa se alinhar tanto à dimensão ético-política, como técnico-operativa e teórico-metodológica, com a finalidade de intervenções qualificadas, bem como a sua articulação com os atores sociais – movimentos sociais, da categoria profissional e usuários.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, com a intensificação da modernidade e das mudanças na conjuntura do país, alteraram-se as relações sociais, crenças e culturas dos indivíduos. Ocorreu um movimento de convertidos pelo prisma religioso, com o aumento de seguidores pentecostais e evangélicos, apostando que é na religião que iriam encontrar auxílio e segurança frente aos rebatimentos do capital.

No entanto, considera-se que o espaço social possui conflitos e a busca pelo poder coaduna com a dominação e o moralismo religioso que incide nos seus seguidores. Essa variável assinalada pode perfazer a continuidade do conservadorismo e dos princípios religiosos no Serviço Social. Todavia, pontua-se que os sujeitos sociais não seguem de forma cega uma religião, já que possuem liberdade nas suas decisões.

Dos fatores que foram recortados, é necessário esboçar os principais: a) o neoconservadorismo favorece a consolidação de valores e normas comportamentais associados à tradicional ideologia patriarcal; b) os dogmas e doutrinas nos seus vieses fundamentalistas passam a se constituir em potenciais obstáculos à materialização da vertente teórico-metodológica marxista na formação e profissão de assistentes sociais através dos anos de 1980 e inspiradora do Projeto Ético-Político em curso da categoria; c) as variáveis de classe, raça-etnia, gênero, religião e política precisam ser fomentadas na reflexão da formação e trabalho de assistentes sociais, enquanto questões atravessadas pela ideologia individualizante, conservadora e fundamentalista, que interfere também no Serviço Social, comprometendo a direção social e política do corpo profissional.

Diante disso, até qual ponto os princípios religiosos persistem em continuar em disputa com os princípios ético-políticos da profissão? Tendo em vista que os sujeitos sociais, através da socialização primária e secundária, carregam consigo o moralismo religioso, numa subjetividade de cunho individualista?

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de jun. 2019.

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e o movimento de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas. In: **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. – 4. ed. – São Paulo: Cortez, p. 128-163, 2011.

BARROCO, M. L.S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. CFESS, Brasília, maio 2005.

DUTRA, Patrícia Vicente. A Presença da Religião no Exercício Profissional de Assistentes Sociais. In: **Anais do I Congresso Internacional da Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, II Seminário de Território e Gestão de Políticas Sociais e I Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental**. Londrina (PR), p. 01-12, jun. 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional**. São Paulo: Cortez, p. 29-56, 1985.

MAIA, Tatiane Simões; SILVA, Claudia Neves da. **Religião e Religiosidade na Contemporaneidade: um Tema de Investigação para a História das Religiões e Religiosidades (Apresentação de Trabalho/Congresso)**, p. 2850-2858, 2011.

NERIS, Wheriston Silva. **Bourdieu e a Religião: aportes para (re)discussão do conceito de campo religioso**. In: X Simpósio da ABHR. Assis/SP, v. X., p. 01-17, 2008.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, p. 01-22. 1999.

_____. Transformações societárias e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n.º 50, ano XVII, p. 87-132, abril. 1996.

PORTELLA, Rodrigo. Discurso Religioso, Legitimidade e Poder: algumas considerações a partir de Bourdieu, Foucault, e Heller. **Fragmentos e Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 7/8, p. 567-576, jul./ago. 2006.

ROSENDAHL, Zeny. Território e Territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da Religião. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**: Universidade de São Paulo, p. 12928-12942, 2005.

SANTANA, Anabela Maurício de; MATOS, Cândida Margarida Oliveira. A Influência da Socialização Religiosa e do Gênero no Universo Acadêmico. **Interfaces Científicas – Humanas e Sociais**, Aracaju (SE), n. 4, n.1, p. 44-53, out. 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Contextualizando o Serviço Social no Processo Histórico Brasileiro. In: **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 4. ed., p. 23-64, 2007.

SIMÕES, Pedro. Por que Estudar o perfil profissional? **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 45-61, 2008.

_____. Religião e Política entre Alunos de Serviço Social (UFRJ). **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, 27(1): 175-192, 2007.

_____. Base de Valores. **Gênero, origem social e religião: os estudantes de serviço social do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: E-papers, p. 87-123, 2009.

PARTICULARIDADES DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: CICLO AUTOCRÁTICO, TENDÊNCIA DE RENOVAÇÃO, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 02/04/2020

Josicleide de Oliveira Freire

Universidade Federal de Alagoas- UFAL
Maceió-AL

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8969989442448024>

Edjane Aragão Dias de Goes

Centro Universitário Tiradentes- UNIT
Maceió-AL

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5714872686032801>

Jadna dos Santos Cavalcante

Faculdade Integrada Tiradentes- FITS
Maceió-AL

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7701136666225929>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar processo de renovação do Serviço Social no Brasil e a forma como os determinantes históricos influenciaram esse processo. Para tanto, tomaremos como ponto de partida a conjuntura brasileira, que sob a égide dos monopólios e de um regime autocrático burguês, desenvolveu uma série de medidas que abalaram toda uma conjuntura e impôs

novas exigências à profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Autocracia burguesa; projeto ético-político; renovação; Serviço Social.

PARTICULARITIES IN THE RENOVATION
PROCESS OF BRAZIL'S SOCIAL SERVICE:
AUTOCRATIC SERVICE, RENOVATION
TENDENCY, ETHICAL-POLITICAL PROJECT

ABSTRACT: This article aims to analyze the process of renewal of Social Service in Brazil and the way in which historical determinants influenced this process. To do so, we will take as a starting point the Brazilian scenario, which under the aegis of monopolies and a bourgeois autocratic regime, developed a series of measures that shaken a whole set and imposed new demands on the profession.

KEYWORDS: Bourgeois autocracy; political ethical project; renovation; social service.

1 | INTRODUÇÃO

Na perspectiva de discutir a relação entre a autocracia burguesa, o modelo dos monopólios e seus desdobramentos no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, propomos uma reflexão sobre o que

foi a autocracia burguesa, seu papel diante desta nova fase do capitalismo, considerada monopolista. Para tanto, este artigo se deterá nos aspectos conjunturais e sócio-históricos que influenciaram a renovação da profissão. Na sequência, analisaremos as diversas tendências teórico-metodológicas incorporadas pelo Serviço Social: a perspectiva modernizadora de caráter funcionalista; a reatualização do conservadorismo que se deu sob uma vertente fenomênica e, por fim, as três direções da intenção de ruptura. Nessa direção, traremos no bojo desta discussão um debate mais contemporâneo sobre a profissão, ao tratarmos do código de ética de 1986 e 1993, bem como dos preceitos pós-modernos que vêm impregnando a prática da profissão.

2 | A AUTOCRACIA BURGUESA: ASPECTOS CONJUNTURAIS E SÓCIO-HISTÓRICOS PARA ENTENDER A RENOVAÇÃO

De acordo com Netto (2011), para se entender o período assinalado como ciclo autocrático, faz-se necessário desmistificar o significado daquilo que foi o golpe de primeiro de abril em 1964. Para tanto, devemos nos atentar aos seguintes aspectos: 1º) que este golpe transcende as fronteiras do país, uma vez que se encontra inserido “num mosaico internacional de sucessivos golpes de Estado” (NETTO, 2011, p. 16), atendendo as exigências advindas da alteração na divisão internacional capitalista do trabalho; ou seja, trata-se de uma contrarrevolução preventiva, que se deu em escala planetária, financiada pelos norte-americanos, cujo objetivo era:

Adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (NETTO, 2011, p. 16).

De acordo com o autor, tal empreitada expôs seus resultados mais expressivamente a partir da segunda metade da década de 1960, ao pôr como saldo entre os países onde triunfou a contrarrevolução um desenvolvimento econômico, subalterno aos interesses capitalistas; ao promover a organização de estruturas políticas que visavam à exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacionais, populares e democráticos, e por fim, ao promover um discurso oficial anticomunista. No entanto, vale ressaltar que tal resultado não foi alcançado de forma homogênea, mas sim, por vias diferenciadas, nos mais diversos países onde se aplicou o golpe, nos quais devem ser considerados os fatores econômicos, sociais e políticos para se compreenderem os objetivos e interesses que motivaram as iniciativas imperialistas. Reportando-nos ao caso brasileiro, tais particularidades estavam assentadas em uma dupla condição, seja por uma atividade econômica básica interna, que tinha como eixo gravitacional o mercado externo, seja pela ausente ruptura com seu status colonial.

Segundo Netto (2011), o desenvolvimento capitalista brasileiro não operou contra o atraso, mas para mantê-lo funcional aos interesses do capital. O autor assinala três fenômenos que comprovam esse fato: o redimensionado, ou seja, ele passa a ser refuncionalizado e integrado à dinâmica do desenvolvimento capitalista; há uma exclusão da massa do povo no tocante ao direcionamento da vida social e, por fim, o desempenho do Estado na sociedade brasileira, que não apenas submete a sociedade civil a uma contínua opressão, mas vem historicamente atuando como um “eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos” (NETTO, 2011, p. 19).

Já Ortiz (2010) explicará porque é funcional para a reprodução do capital que o desenvolvimento entre os países não se dê de forma homogênea, mas desigual e combinada, ou seja, em escala mundial, em que o moderno e o arcaico se combinam. Manter esses países em nível de inferior produtividade e inovação em face aos países centrais torna-os produtores de matérias-primas, bem como consumidores de tecnologia e produtos acabados, além de contribuir para um contingente significativo de mão de obra abundante, politicamente frágil e mais barata, para que possa ser explorada. No que compete às matérias-primas, estas se apresentam financeiramente mais atraentes e é praticamente inexistente um entrave geopolítico e tributário que inviabilize o livre trânsito de capital. Outro aspecto é apresentado por Netto (2011), esclarecendo que o Estado, na face monopólica, passa a ter funções específicas, tanto econômicas quanto políticas, e além de garantir o financiamento, deve contribuir para a conservação da força de trabalho, de modo que ela possa ser explorada.

Assim, a forma como se operou o capitalismo no Brasil é considerada como um “desenvolvimento tardio” (CHASIN, 1978, e CARDOSO DE MELLO, 1986, *apud* NETTO, 2011) e se apresenta com um caráter antinacional ou heteronômico, que se dá com a ausência de autonomia no Brasil em função dos monopólios, e antidemocrático ou excludente, pois não há participação popular, ou seja, as decisões são tomadas “por alto”.

É este contexto histórico heteronômico e excludente que gestará na profissão a necessidade de renovação; não algo mecanizado, mas mediado pelas exigências de um desenvolvimento econômico, que impôs à profissão a necessidade de modernização. Dessa forma, seria impensável discutir a renovação da profissão sem se fazer a mediação com tais categorias. Sendo assim, será discutida no tópico seguinte a relação entre a autocracia burguesa e o Serviço Social.

3 | A AUTOCRACIA BURGUESA E A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Para Netto (2011), a relação entre o Serviço Social e a autocracia burguesa exige uma análise que vai além daquilo que se adjetiva como período ditatorial, expresso pela repressividade. Impõe situar a profissão dentro desse processo, fazendo a mediação entre

ela e a dinâmica e o significado histórico da autocracia burguesa no Brasil. E mais, como novas exigências foram sendo colocadas pela ditadura para as práticas, as modalidades de reprodução e as (auto)representações profissionais” (NETTO, 2011, p. 117). É por meio deste caminho que poderemos “rastrear a essencialidade daquelas relações e identificar com nitidez a sua conexão com o Serviço Social” (idem, ibidem).

O autor adverte que o vínculo entre autocracia e renovação do Serviço Social não pode ser visto como algo estratégico, muito menos intencional, como se pudesse haver uma intenção em erodir ou deslegitimar aquelas formas profissionais consagradas e vigentes desde a época de sua emergência; ao contrário, o que se observou até o final da década de 1960 e entrada de 1970 era um discurso e uma ação governamental que validavam um Serviço Social tradicional, haja vista que atendia a uma dupla funcionalidade para preservar o caráter de subalternidade do exercício profissional, uma vez que sua atuação era estritamente operacional, pois eram, nada mais nada menos, que meros operadores da política social, na qual a prática era passiva de questionamentos que pudessem abalar a ordem e/ou as estruturas organizacionais e institucionais.

Apesar de a autocracia burguesa ter reafirmado esse caráter tradicional da profissão, a conjuntura posta pelo ciclo autocrático e pelos ditames do grande capital impôs mudanças significativas nos mais diversos setores da sociedade, do econômico e político ao social, e uma delas foi a reorganização do Estado. É diante desse cenário que o Serviço Social também é compelido a reformular não apenas sua prática, mas também sua formação profissional.

No que tange à prática profissional, o processo denominado “modernização conservadora” expressou um momento de significativa expansão no mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais. Isso porque, com o desenvolvimento das forças produtivas específico desse período, houve um acirramento das refrações da questão social, que eram administradas via políticas sociais pelo Estado ditatorial, ainda que, desde os anos 1940, aproximadamente uma década após as primeiras escolas de Serviço Social, já existisse um mercado de trabalho. Porém, é apenas no final de 1950 e início de 1960 que tal mercado se expande.

Com a reorganização do Estado em favor do desenvolvimento dos monopólios e sob o discurso centralizado de um Estado de Segurança Nacional, houve uma reestruturação não só das políticas sociais, mas de toda rede organizacional responsável pelo seu planejamento e execução. Esse processo teve como resultado e primeira medida a reforma no sistema previdenciário, que promoveu significativas alterações em toda sua estrutura, atingindo todo um conjunto de instituições, o que acarretou uma burocratização dos aparatos governamentais nos quais se encontram inseridos os assistentes sociais, bem como uma diferenciação e necessidade de especialização das próprias atividades desenvolvidas por esses profissionais, devido a “um elenco mais amplo das políticas sociais, que das próprias sequelas do ‘modelo econômico’” (NETTO, 2011, p. 121).

Todavia, esta consolidação no mercado de trabalho para os assistentes sociais no período do ciclo autocrático burguês não se deu apenas na órbita estatal, mas estendeu-se para as empresas de médio e grande porte, mais especificamente as grandes empresas monopolistas e estatais, fato ocorrido até meados da década de 1960, quando a profissão experimentava outra realidade, com a inserção nessas áreas de forma residual e atípica. Conforme expõe o autor:

O crescimento industrial que se opera, especialmente nos anos do 'milagre', torna este segmento do mercado de trabalho algo extremamente expressivo. É a partir de então que, entre nós, pode-se falar propriamente de um Serviço Social de empresa (NETTO, 2011, p. 122).

Importa salientar que este crescimento macroscópico no mercado de trabalho não foi apenas oriundo daquilo considerado milagre econômico e sim das sequelas da questão social, produto do desenvolvimento econômico orientado a privilegiar o grande capital, que exigiam paliativos, controle e vigilância da classe trabalhadora.

Esse mesmo mercado de trabalho consolidado não trouxe apenas para a profissão novos espaços para serem preenchidos ou um aumento na demanda, mas na medida em que esses profissionais se relacionavam com estruturas organizacionais mais complexas e de uma racionalidade burocrática administrativa, os assistentes sociais são requisitados a assumir uma postura mais “moderna”, haja vista que precisavam estar compatíveis com normas, fluxos, rotinas e finalidades que a racionalidade passava a exigir. Tal circunstância implicou uma erosão do Serviço Social tradicional, que passa a adquirir um caráter técnico-racional.

A conjuntura autocrática fazia emergir no interior da profissão a necessidade de um profissional com novo perfil, não mais com traços tradicionais, como “supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional” (NETTO, 2011, p. 123), mas mais moderno, com procedimentos racionais condizentes com as exigências e ditames do capital, dadas as mudanças oriundas da divisão social do trabalho. Isso impõe não apenas mudanças na prática, mas inclusive na própria formação profissional dos assistentes sociais, que a política educacional da ditadura se encarregou de fazer.

No que tange à formação profissional, houve uma aproximação com as Ciências Sociais, mais especificamente com a Sociologia, Psicologia Social e Antropologia; porém, essa vinculação se deu de maneira asséptica, uma vez que a absorção dessas disciplinas se dava de forma desvinculada de criticidade, fato que é justificado pela sua virgindade acadêmica no período. Compete aqui assinalar que este processo de renovação foi impregnado por várias tendências, as quais trataremos no tópico seguinte.

4 | AS TENDÊNCIAS TEÓRICAS METODOLÓGICAS DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Em *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* (2005), Netto irá tratar do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, que se deu entre os anos 1960 e 1980, no nível de suas formulações, as quais foram denominadas “teorização”.

Para Netto (2011), a renovação do Serviço Social é demarcada em três momentos: o primeiro corresponde à segunda metade dos anos 1960; o segundo, ao lapso temporal de dez anos, e o terceiro, com a abertura dos anos 1980. Esses três momentos encontram-se diretamente ligados aos organismos que sustentam o processo de renovação: no primeiro momento, há o impulso organizador e monopolizador das iniciativas do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), que abrirá as séries dos importantes “seminários de teorização”. O segundo momento contará tanto com a participação do CBCISS, quanto com a inquietação dos cursos de pós-graduação recém-inaugurados; o terceiro acrescentará a essas duas instâncias as agências de formação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), e categorias profissionais como associações, posteriormente sindicatos, e a Comissão Executiva de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CNEAS), dentre outros.

De acordo com Netto (2011), o processo de renovação do Serviço Social brasileiro se dá por meio do entrelaçamento de duas dinâmicas: as demandas sócio-institucionais postas à profissão e a dinâmica interna da realidade profissional. Sob esse ponto de vista, o processo de renovação da profissão é entendido pela mediação entre profissionalidade e sociedade, que seria o resultado das respostas construídas pelos profissionais, por meio dessa articulação. Até a segunda metade da década de 1960; o Serviço Social experimentava uma projeção interventiva consensual e homogênea, que se manifestava por uma unidade nas suas propostas profissionais e se mostrava carente de uma elaboração teórica significativa. É na autocracia burguesa que ocorre o processo de laicização no Serviço Social, ao se imporem novas exigências tanto na sua formação quanto no exercício profissional, levando a uma ruptura com este cenário.

As consequências no interior da profissão foram as mais diversas e ocorreram em todos os níveis, dentre elas, uma disputa pela hegemonia no processo profissional em todas as suas instâncias, tais como o projeto de formação, os paradigmas de intervenção, os órgãos de representação, dentre outros. O que podemos observar é que, na mesma proporção em que a autocracia burguesa impôs ao serviço social novas exigências que lhe atendessem as necessidades, a profissão apontou novas possibilidades e alternativas para uma prática profissional modernizada.

O ingresso do Serviço Social no debate teórico-metodológico corresponde a um dos elementos nesse processo de renovação que se deu em meados da década de 1970,

graças à inserção da profissão no circuito universitário, fato importante para a fomentação na área da pesquisa e investigação, ainda que em meio a uma universidade domesticada pela ditadura. Essa inserção foi necessária para a gestão de uma massa crítica, que criou, pela primeira vez, as condições para o surgimento de um padrão acadêmico. Não se pode negar que tal incentivo na política educacional e cultural representava uma estratégia da autocracia burguesa para produzir profissionais aptos e capazes de atender suas demandas “modernizadoras”. No entanto, este empenho produziu um resultado inverso, uma vez que contribuiu para a profissão adquirir um acúmulo que seria posteriormente direcionado diversamente.

Um dos traços que expressa a renovação na profissão é o pluralismo profissional, aspecto distinto da homogeneidade anterior e que se efetiva nos diferentes procedimentos que norteiam e legitimam a prática e a validação teórica. Todavia, esse pluralismo não se desfaz de sua vertente conservadora, uma vez que os fundamentos da instituição profissional serão deslocados para bases de raízes ético-morais e por uma prática que age por meio da intencionalidade do agente, com uma teoria inconsistente, sem a capacidade de se fazer uma relação entre essas duas dimensões: teoria e prática.

No que tange ao esforço em adquirir uma validação teórica, a profissão passou a se questionar, articulando os problemas da sociedade com as demandas postas à profissão e a contribuição das Ciências Sociais em respondê-las. Isso fez surgir uma mudança do Serviço Social frente às Ciências Sociais, deslocando-se de uma posição subalterna para uma atitude crítica sobre os seus fundamentos.

De acordo com Netto (2011), “a autocracia burguesa contribuiu para um processo de erosão do serviço social ‘tradicional’” (NETTO, 2011, p. 137). Essa erosão se expressará nas distintas representações que a profissão fará sobre si e que se desenvolverão diferentemente, quer cronológica, quer teoricamente. Tal processo se dá em três direções: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e ruptura com o Serviço Social “tradicional”.

A perspectiva modernizadora representa uma resposta da categoria às exigências impostas pela autocracia burguesa à profissão, ao pôr novas demandas às políticas sociais. Coube à autocracia adequar o Serviço Social como um instrumento interventivo a favor de seus interesses, mediante o desenvolvimento capitalista para as exigências vindas do processo sociopolítico do pós-64. Essas formulações ganharam auge na segunda metade dos anos 1960 e têm como grandes momentos os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis.

As características que compõem esta primeira direção se manifestam pela ausência de contestação à ordem sociopolítica; o profissional busca um respaldo por meio de um aparato técnico que lhe permita responder as demandas, contribuindo para o processo de desenvolvimento da sociedade. Apropria-se, assim, de uma metodologia enviesada pelo estrutural-funcionalismo norte-americano, mas com um reporte aos valores tradicionais

com vistas não a negá-la, mas a enquadrá-la teórica e metodologicamente no viés de “modernidade”.

Quanto à segunda direção, entendida como reatualização do conservadorismo, não há uma inflexão do Serviço Social, mas uma recuperação da herança histórica e conservadora da profissão. Mais especificamente, uma reatualização do pensamento católico tradicional, mas sob um verniz de modernidade, ao incorporar matrizes intelectuais sofisticadas, que não se faziam presentes anteriormente na tradição da profissão, o que justifica a expressão renovação. Inspira-se na fenomenologia e foi amplamente difundida nas instituições universitárias do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde encontrou espaço de influência.

A terceira direção, identificada como intenção de ruptura com o Serviço Social “tradicional”, mostra-se distinta das direções anteriores, pois nela há uma inflexão da profissão que tem “como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos”. (NETTO, 2005, p. 159).

De acordo com o autor, apesar de haver uma pretensão de romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (tradição positivista) e com os paradigmas de intervenção social (reformismo conservador), houve inicialmente uma conservação dos traços mais dominantes. É nesse período que há uma aproximação com a tradição marxista, ainda que inicialmente débil, dada a interpretações equivocadas, por meio de um marxismo sem Marx. Porém, deve-se também levar em consideração toda uma conjuntura ditatorial que não favorecia este avanço.

Para Netto (2011), a perspectiva de intenção de ruptura se estrutura em três momentos: emersão, consolidação acadêmica e espraiamento sobre a categoria profissional. No momento de emersão, a intenção de ruptura é inaugurada com um grupo de jovens da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, responsável por formular o “método Belo Horizonte”. Esse método consiste numa crítica ao tradicionalismo profissional, para cuja ruptura são apontadas algumas estratégias, entre elas romper com o tradicionalismo, seja em âmbito teórico-metodológico, seja na concepção, intervenção ou formação profissional. Já a intenção de ruptura, assinalada como consolidação acadêmica, ocorreu no interior da academia, marcada pela recuperação da intenção de ruptura do “Método Belo Horizonte” e manifesta nas mais diversas produções intelectuais, iniciando-se com os trabalhos de pós-graduação.

Essas distintas contribuições representam um momento de evolução profissional, que se inicia no início da década de 1970 e se estende até o final da de 1980. Os principais representantes são: Vicente Faleiros, Marilda Villela Iamamoto, Alba Carvalho e Aldaíza Sposati, além das fundamentais contribuições, embora menos visíveis, de Leila Lima, Maria Carmelita Yasbek, Josefa B. Lopes e Nobuco Kameyama. O marco nessas produções é que a discussão deixa de gravitar em propostas para o Serviço Social, procurando pensar

a própria instituição Serviço Social, apropriando-se de fontes clássicas da teoria social, que convergiram para um salto qualitativo na profissão, representado por uma maioria intelectual e teórica na perspectiva de intenção de ruptura, que deu início ao terceiro momento: o espraiamento sobre a categoria profissional, com início em 1982-1983, favorecido pela transição à democracia. Pode-se dizer que houve um protagonismo de todas as instâncias da vida profissional que convergiram para esse processo de ruptura; no entanto, não se pode considerá-las hegemônicas.

5 | O PROJETO ÉTICO POLÍTICO: NOTAS PARA UM DEBATE CONTEMPORÂNEO

De acordo com Bonetti (1998) é na efervescência do processo de democratização e intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional que surge o código de ética de 1986, diferenciando-se dos códigos anteriores ao postular novos deveres aos assistentes sociais, como democratização de informações e correlação de forças no âmbito institucional; esse código de ética apresenta uma ruptura ética, ideológica e política com as perspectivas neotomistas e funcionalistas. Há também a possibilidade de denúncia não apenas das falhas institucionais, mas de outros profissionais — algo que aparecia nos códigos anteriores, mas não era enfatizado, devido à formação teórico-prática —, bem como a orientação ético-profissional, que não possibilitava uma crítica. Os valores éticos dos códigos anteriores tinham como norte a intenção e o dever de “ajustar”; por isso, entre os assistentes sociais, havia sido incutida a ideia de apaziguador de conflitos. Apesar de o código de ética de 1986 se apresentar como uma evolução na prática profissional, houve algumas fragilidades que foram superadas no código de 1993, tais como a necessidade de tornar o código um instrumento não apenas normativo e punitivo, mas de porte político e educativo, o que se justifica pela ênfase ao como fazer e não àquilo que se deve ou não se deve fazer frente aos compromissos assumidos. Há também, no código de 1986, um traço datado, característico da conjuntura em que vivia a sociedade, e que se expressa pelo seu aspecto político e ideológico do processo de democratização.

Guerra (2011) traz ao debate a contemporaneidade dos novos embates para a profissão a partir da entrada dos anos 1990, em que tem início uma ofensiva conservadora balizada pelos preceitos de pós-modernidade. Mais especificamente, o subitem 5.2.1 fará a discussão sobre “o fetiche dos instrumentos e técnicas ou a deificação das metodologias de ação”, por considerar a nocividade dos preceitos pós-modernos que vêm ganhando força na atualidade e tendem a influenciar o Serviço Social. Concordando com Santos (2007), a pós-modernidade se reflete na essência ideológico-teórica do serviço social, uma vez que “o conservadorismo é um dos componentes do tecido profissional e o sincretismo tende a absorver as novidades paradigmáticas emergentes nas Ciências Sociais” (SANTOS, 2007, p. 11).

A pós-modernidade tem como uma de suas características a centralidade no indivíduo

e em suas potencialidades e um pragmatismo derivado do positivismo, em que a razão é instrumentalizada em benefício do capital, a fim de mascarar seus antagonismos.

De acordo com Guerra (2011), observa-se que há uma tendência em se colocar os instrumentos e técnicas acima dos demais componentes que compõem a prática profissional. Essa tendência encontra ponto de sustentação no fetichismo que impregna tanto as relações sociais, como nossas representações e apreensões da realidade. Ao considerar sua presença nas relações sociais, entende-se que o próprio processo que culminou na constituição da profissão nada mais é que uma expressão de conflitos de interesses antagônicos e que vem ciclicamente se cristalizando e reproduzindo-se.

Em sua acepção, é por meio de um processo histórico e não por uma convergência de vontades próprias ou coletivas que a instituição Serviço Social vai adquirindo determinadas particularidades, como o significado sociopolítico, a direção social da intervenção, o projeto profissional, as metodologias, os instrumentos e as técnicas de intervenção. Sendo assim, trata-se de determinações sócio-históricas externas à sua constituição. A forma como seus agentes empregam o instrumental permite uma efetivação do projeto profissional, haja vista que parte de uma atividade não apenas de técnicos, mas de críticos, que por meio de seus conhecimentos estabelecerá a finalidade a ser alcançada. Assim, o movimento que se dá é entre o sujeito e o objeto e não o seu inverso. Esse processo, conforme explica a autora, não pode ser mecanizado, pois “ao atribuir autonomia às metodologias de ação e ao instrumental técnico, ao separá-los e torná-los independentes do projeto profissional, o assistente social acaba por transformar o que é acessório em essencial” (GUERRA, 2011, p. 169).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa discussão, emergem alguns aspectos que nos remetem a entender que o processo de renovação do Serviço Social, que convergiu para uma intenção de ruptura com o conservadorismo, não pode ser analisado isoladamente, suspenso da realidade, desconsiderando-se o contexto social, econômico e político e sem se fazer um nexo de causalidade entre o Serviço Social e essas categorias.

Levando em consideração que o Serviço Social teve sua institucionalização por meio do Estado, o qual impôs exigências à profissão a fim de atender a seus interesses, e estando ela inscrita em meio a interesses antagônicos, sua prática não é passível de inércia e muito menos de uma evolução da ajuda.

Sendo assim, trata-se de um processo histórico, não de uma convergência de vontades de sujeitos isolados; não de nomes próprios, mas de sujeitos coletivos que, pela própria dinâmica da sociedade, e não por vontade pessoal, rompem com os preceitos tradicionais. Esta inflexão na profissão, aliada ao legado marxista, contribui para um código de ética antenado ao compromisso de uma classe e de uma sociedade justa e

emancipada, bem como para desmistificar o paradigma sustentado pela visão pragmatista de que na prática a teoria é outra.

REFERÊNCIAS

BONETTI, D. A. (Org.) **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 1998.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2005.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

A INFLUÊNCIA DAS CATEGORIAS GRAMSCIANAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 27/03/2020

PALAVRAS-CHAVE: Gramsci. Serviço Social. Produção do conhecimento.

Cintia Maria da Silva

Universidade Federal de Pernambuco

Departamento de Serviço Social

Recife – Pernambuco

<http://lattes.cnpq.br/2429848047439262>

Verônica Maria do Nascimento Moura

Universidade Federal de Pernambuco

Departamento de Serviço Social

Recife – Pernambuco

<http://lattes.cnpq.br/9000457925183920>

THE INFLUENCE OF GRAMSCIAN CATEGORIES ON BRAZILIAN SOCIAL SERVICE

ABSTRACT: The purpose of this article is to present the contribution of Antônio Gramsci's work to the formation of the production of a critical knowledge of Social Service. The work starts from a bibliographic study and shows the trajectory of this intellectual, as well as the arrival of his writings in Brazil. Highlights the approximation of Social Service with Gramscian referential and lastly points out the communist's theoretical contributions to Social Service. As for its relevance, the article aims to be a study instrument for academic theoretical contribution within the scope of Social Service.

KEYWORDS: Gramsci. Social Service. Knowledge Production.

RESUMO: O objetivo desse artigo é apresentar a contribuição da obra de Antônio Gramsci para a formação da produção de um conhecimento crítico do Serviço Social. O trabalho parte de um estudo bibliográfico e evidencia a trajetória desse intelectual, bem como a chegada de seus escritos ao Brasil. Destaca a aproximação do Serviço Social com referencial gramsciano e por fim aponta as contribuições teóricas do comunista para o Serviço Social. Quanto à sua relevância, o artigo visa ser instrumento de estudo para contribuição teórica acadêmica no âmbito do Serviço Social.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo é dividido em três partes, primeiro será apresentado um breve resumo da trajetória intelectual de Gramsci e sua

chegada ao Brasil. Na segunda parte será pontuado o momento de aproximação do Serviço Social ao referencial teórico gramsciano e por fim, a contribuição teórica dos escritos de Gramsci para o Serviço Social, tendo um rebatimento na postura crítica e reflexiva dos assistentes sociais, intelectuais orgânicos¹, em suas respostas as demandas no cotidiano profissional. A motivação para a elaboração desse artigo partiu dos estudos feitos através do Projeto de Extensão Ciclo de Estudos e Formação Política sobre os Cadernos do Cárcere de Antônio Gramsci, incentivando-nos aprofundar nossos conhecimentos sobre a teorização do Serviço Social. Dessa forma, o artigo pretende ser um instrumento de estudo para contribuição teórica acadêmica no âmbito do Serviço Social.

2 | TRAJETÓRIA INTELECTUAL DO COMUNISTA ITALIANO ANTONIO GRAMSCI (1891 – 1937)

Nascido em 22 de janeiro de 1891, na província de Cagliari na Sardenha, “[...] uma das regiões mais atrasadas da Itália, Antonio Gramsci experimenta desde garoto as difíceis condições de vida das camadas mais baixas da população italiana” (COUTINHO, 1992, p.1). O sardo tinha interesse pela leitura desde sua infância, no entanto, seus estudos foram interrompidos pelo trabalho precoce, pois seu pai havia sido preso. Diante das dificuldades em sua juventude, Gramsci começa a refletir sobre o motivo que lhe impediu de seguir com seus estudos. Dessa forma, “[...] o ponto de partida da revolta do pensador italiano deriva do fato que somente quem possuía meios financeiros poderia continuar na escola [...]” (SIMIONATTO, 2004, p. 23).

Aos vinte anos o jovem sardo começa a conhecer melhor o cenário econômico e político da Itália onde há uma visível desigualdade econômica entre o Norte industrializado e Sul, com ampla concentração fundiária e intensa exploração dos camponeses. Essas experiências o levaram a militar no Partido Socialista Italiano – PSI e no Partido Comunista Italiano – PCI².

Gramsci, eleito deputado pelo PCI em abril de 1924. Em maio regressa à Itália com projeto de continuar as atividades em seu partido. No entanto, em 08 de novembro de 1926 é preso pela polícia de Benito Mussolini, juntamente com outros deputados comunistas, ressalta Simionatto (2004). Assim, se proclamava o objetivo dos fascistas: “Precisamos impedir esse cérebro de funcionar durante ao menos vinte anos” (BIANCHI, 2008, p.21). Mas, mesmo encarcerado Gramsci sentia necessidade de materializar sistematicamente suas ideias sobre temas diversos com dimensão política e social, por esse motivo

1. “Torna-se intelectual orgânico das classes subalternas não implica apenas a realização de mudanças de cunho teórico, mas implica também uma prática articulada com as organizações representativas das classes subalternas, contribuindo para que estas se afirmem cada vez mais como protagonistas políticos” (SIMIONATTO, 2004, p. 203).

2. “Em 1922, foi a Moscou, como delegado do PCI, para participar do IV Congresso da Internacional Comunista. Conseguiu ser eleito secretário geral do PCI com o apoio da Internacional e foi para Viena, onde ficou até ser eleito deputado” (KONDER, Leandro. **Em torno de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2010.p.106).

[...] numa carta a cunhada Tatiana Schucht, de 19 de março de 1927, Gramsci comunica-lhe um programa de trabalho intelectual a ser desenvolvido no cárcere, um trabalho que — diversamente de sua produção pré-carcerária, voltada para o “dia-a-dia” — ele pretendia que viesse a ser agora algo “desinteressado”, *fur ewig*, ou seja, “para sempre”. Concebe esse trabalho sobretudo como um meio privilegiado para enfrentar e superar o desgaste material e moral a ser gerado pela vida carcerária, que ele já previa de longa duração (COUTINHO, 1999, p.7 -8).

A partir de 1929 recebe autorização para fazer suas anotações. No cárcere buscou dedicar-se a quatro temas: 1) formação do espírito público da Itália no século passado; 2) Estudo de linguística comparada; 3) Estudo sobre teatro de Pirandello e 4) Um ensaio sobre romance de folhetim e o gosto popular em literatura. Esses estudos resultaram nos trinta e três cadernos escolares de capa dura, escritos no período que estivera limitado de sua liberdade. Gramsci passou vinte anos encarcerado, sendo libertado em abril de 1937 – pelo agravamento de sua doença contraída na prisão –, poucos dias antes de sua morte.

O prisioneiro do fascismo “[...] não podia ter a menor ideia de que esses apontamentos carcerários, que ocupam cerca de 2.500 páginas impressas, tornar-se-iam uma das obras mais influentes, comentadas e discutidas do século XX” após sua morte (COUTINHO, 1999, p.8). A publicação póstuma³ veio através do empenho da sua cunhada Tatiana e do líder comunista Palmiro Togliatti que recuperaram todos os escritos que compõem os *Quaderni*. Após a publicação dos textos gramscianos seus estudos obtiveram um intenso alcance mundial, após três anos de publicado *Lettre dal carcere* na Itália, foram traduzidos para o espanhol e publicado na Argentina ficando de fora volumes *Il Risorgimento e Passato e Presente*.

Bianchi (2008) evidencia que o pensamento gramsciano começou a inspirar os militantes de partidos no Brasil a partir de influências dos movimentos culturais proveniente da Argentina. A obra de Gramsci ganha espaço no Brasil, por volta dos anos de 1960, momento em que houve a preparação da edição brasileira dos *Quaderni del carcere*, pela editora Civilização Brasileira. Evidentemente que a primeira edição trazia em sua tradução suas deficiências próprias⁴, tendo em vista ser baseada na edição temática togliattiana na qual induzia o leitor a pensar o texto gramsciano como completo e acabado, contando com apagamentos no “ritmo de pensamento”, além de conter uma inserção nos prefácios e notas dos editores uma chave de leitura stalinizada e fortemente marcada pela política do Partido Comunista Italiano, segundo Bianchi (2008).

3. De acordo com Carlos Nelson Coutinho Gramsci não publicou em vida nenhum livro, o que significa que o modo pelo qual os *Cadernos do carcere* foram lidos e tiveram influência dependeu tanto de seu conteúdo, quanto da maneira pela qual foram tornados públicos pelos seus vários editores.

4. Nesse primeiro ciclo gramsciano no Brasil, explana Coutinho (2009), Gramsci foi apresentado ao leitor brasileiro como um filósofo e crítico literário, em que a dimensão estritamente política tinha um peso secundário. Logo, a novidade essencial da obra de Gramsci permaneceu na sombra, pois não se destacava, ainda a centralidade da política nas suas reflexões, que só ocorreu na segunda metade dos anos setenta. Outro detalhe a ser pontuado é que a sua chegada ao Brasil também foi “determinada, em grande parte, pelas difíceis condições político institucionais em que se desenvolveram, foi, também, fruto das contradições internas, próprias do projeto dos intelectuais comunistas que o idealizaram” (COUTINHO, 2009, p.39).

3 | O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA APROXIMAÇÃO COM O REFERENCIAL GRAMSCIANO

O Serviço Social no Brasil surge na terceira década do século XX da “iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam por intermédio da Igreja Católica” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2008, p. 127), sendo esta “[...] a mais poderosa força conservadora que governa sob o ponto de vista do divino, salvação última onde a decadência dos valores humanos põe em perigo a estrutura social [...]” (GRAMSCI, 2001, p.65). Nesse momento, a Igreja Católica tem como mote resolver a questão social atrelada a pobreza da população e o Serviço Social surge como um departamento especializado da Ação Social Católica, embasado em sua doutrina social, na qual não há explícita ou implicitamente, um sentido de transformação social, pontuam Iamamoto e Carvalho (2008). Nesse período, o pensamento filosófico neotomista advindo de uma tradição franco-belga, numa visão funcionalista, o influencia com um modo ético abstrato e a-histórico.

Em 1932 é fundado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) com atividades voltadas para a formação técnica especializada e com reuniões para moças da sociedade que possuem um “[...] sentimento profundo de justiça social e de caridade cristã [...] auxiliando as classes sociais mais fracas a formar as suas elites” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 173). É a partir do CEAS que no Estado Novo desponta a primeira Escola de Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1936. A segunda escola é fundada no ano seguinte no Rio de Janeiro e em 1940 inaugura-se a terceira escola no Recife.

Na década de 1940, explana Iamamoto e Carvalho (2008), o Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista, bem como passa a gerir a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Esse Estado na reflexão gramsciana no Caderno 13 (1932-1934) é

[...] concebido como “educador” na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de “racionalização”, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e “pune”, já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é “possível”, a “ação ou a omissão criminosa” devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica (GRAMSCI, 2007, p.28).

Silva et al. (2016) afirmam que o Brasil, no período compreendido entre os fins dos

anos de 1940 até meados da década 1960, passou por um momento de considerável crescimento econômico. É o momento da emergência da ideia do desenvolvimentismo na qual se destaca a ideologia e a política do Desenvolvimento de Comunidade⁵, inseridas no Brasil por organismos internacionais. Essas concepções, à luz do pensamento gramsciano⁶, foram “[...] *absorvidas e difundidas* pelas classes dirigentes e pelas organizações privadas, com a mediação de seus intelectuais, recebendo amplo respaldo do Estado do Brasil”. (AMMANN, 2003, p.19, *grifo nosso*). Entretanto, no país os planos desenvolvimentistas, com sua “modernização conservadora”, não alcançaram os resultados esperados. No entanto, o surgimento de uma economia urbano-industrial traz à tona a necessidade de entidades assistenciais para atender às demandas postas e controlar as lutas sociais, entra em cena a figura *intelectual* do assistente social aceitando “[...] o desafio de participar desse novo projeto desenvolvimentista” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 353).

Iamamoto e Carvalho (2008), fundamentados na teoria gramsciana, pontuam que o profissional de Serviço Social é um *intelectual orgânico* que tem o papel de dar homogeneidade e consciência de sua função às classes fundamentais, ou seja, ele deve contribuir na luta pela direção social e cultural dessas classes na sociedade.

Ainda na perspectiva desses autores, o desenvolvimento político e econômico, o progresso das ciências sociais e as mudanças ocasionadas pelo pós-guerra, acarretaram em novas necessidades para a sociedade expandindo os serviços sociais e relacionando-os noção de cidadania. Estas mudanças são percebidas por esses intelectuais orgânicos, os quais começam a mencionar o conteúdo político de sua prática e assim promovem o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social no início da década de 1960, que “[...] representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço social no continente” (IAMAMOTO, 2011, p. 205), sendo um fenômeno tipicamente latino-americano. A perspectiva modernizadora vem a ser a primeira expressão desse processo, adequando o Serviço Social às demandas envolvidas pelo processo sociopolítico oriundos do golpe militar e se manifestando desde os primeiros encontros que discutiram essa reconceitualização, afirma Netto (2015).

Mas é em 1966 que o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS, propõe um intenso estudo do Serviço Social que ocorrerá nos seminários sediados nas cidades de Araxá (1967), Teresópolis (1970) e Sumaré (1978), com o objetivo de desenvolver os conhecimentos básicos para um trabalho eficiente. Consoante o CBCISS (1986), em Araxá no Estado de Minas Gerais, os estudos serão em torno da *Teorização do Serviço Social*. No Holiday Club em Teresópolis, no Rio de Janeiro, os estudos serão sobre a *Metodologia e Serviço Social*. E em 1978, “[...] vinte

5. Manrique Castro (2000) salienta que o Desenvolvimento de Comunidade “segundo seus defensores” [...] “tratava-se essencialmente de um método de trabalho destinado a facilitar a integração de recursos da população e do governo para colimar o ‘progresso nacional’” (p.149).

6. De acordo com Safira Ammann “Gramsci oferece um instrumental heurístico extremamente rico, tanto para desvelar as conjunções que se operam no equilíbrio de forças, como para compreender o papel dos intelectuais na reprodução das ideologias e na implantação de decisões políticas em uma dada sociedade” (2003, p.19)

e cinco assistentes sociais, a convite do CBCISS, reúnem-se no Centro de Estudos do Sumaré, no Rio de Janeiro, com o objetivo de continuar os estudos de teorização do Serviço Social iniciados em 1967” (CBCISS, 1986, p. 107). Dez anos após, foi desejado retomar esse Documento e possibilitar novos questionamentos na linha da sistematização teórica por ele iniciado.

A influência dos escritos dos *Quaderni del carcere* de Gramsci começou a ser referenciado na teorização do Serviço Social a partir de 1978 no Seminário de Sumaré. Nesta década os espaços de participações dos movimentos populares se ampliaram, “[...] incluindo novos itens na agenda política, que iam desde o direito à greve até melhores condições de trabalho, desse o direito à terra até a luta por melhores serviços urbanos” (SIMIONATTO, 2004, p.177).

No *Documento de Sumaré*, promovido pelo CBCIS (1986), foi que se discutiu a Cientificidade do Serviço Social. Assim, dentro da temática *O Serviço Social e a dialética*, na Conferencia intitulada *Considerações sobre o pensamento dialético em nossos dias*, Creusa Capalbo pontuou o conceito de Estado, intelectual orgânico, de Hegemonia e Bloco histórico conceitos criados pelo político italiano comunista Antonio Gramsci.

Em sua análise do conceito de Estado, Creusa Capalbo afirma que Gramsci irá além do pensamento elaborado por Marx e Lenin ao ressaltar que “[...] o Estado não é só aparelho de Estado, [mas] compreende também as intuições da sociedade civil: Igreja, escolas, sindicatos” (CBCISS, 1986, p.213), estando o fator principal da história na sociedade civil, capaz de formar a vontade social coletiva.

Capalbo ainda continua pontuando sobre os intelectuais orgânicos, Hegemonia e Bloco Histórico:

Para Gramsci, o intelectual exerce uma função num dado distingue o intelectual no conjunto do sistema de relações, no qual a atividade intelectual se situa face ao contexto geral das relações sociais. Assim, não há apenas o intelectual burguês de que falara Marx. Há os intelectuais orgânicos que são criados por um sistema para assegurar a coesão do próprio sistema e a ideologia do sistema ou da classe dominante. No processo histórico que se faz em favor do Marxismo, o que se precisa é de um novo tipo de intelectual, que seja advindo das camadas populares e que seja capaz de realizar uma pedagogia da massa ou pedagogia revolucionaria, a organização da massa é necessária para que se forme a Hegemonia e o bloco Histórico, pela hegemonia se dá o movimento dialético da história enquanto vontade social coletiva. Pelo Bloco Histórico se dá o desenvolvimento histórico pelo processo de conscientização, que consiste na passagem do econômico e da ideologia correspondente para o ético-político (passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade) (CBCISS, 1986, p.214).

Esses conceitos gramscianos desenvolvidos nos *Cadernos do Cárcere* abordados por Capalbo se deram a partir das reflexões, introduzidas no Brasil em 1968, de *Os intelectuais e a organização da cultura (Edição temática)* na tradução de Carlos Nelson Coutinho, bem como com o livro intitulado em francês *Oeuvres choisies (Trabalhos selecionados)* de Antonio Gramsci como consta na nota de rodapé e na bibliografia do Documento de Sumaré (CBCISS, 1986, p.213. p.226). A introdução desses conceitos

reflete o momento histórico onde há uma preocupação com a teorização do Serviço Social.

Simionatto (2004) ressalta que o intelectual comunista traz uma sustentação teórica capaz de subsidiar o projeto a ser desenvolvido no período do Movimento de Reconceituação pelo Serviço Social. Sua contribuição na transformação social é inovadora na perspectiva de que não só a colocava essa transformação no plano econômico, mas também no plano cultural. Para Gramsci existe uma superestrutura que mantém a dominação das relações de classe legitimada pelo Estado, e para essa hegemonia ser superada seria necessário haver uma contra-hegemonia que partisse da classe trabalhadora através dos intelectuais socialistas promovendo a criação e o desenvolvimento de uma nova cultura que acarretasse em uma nova visão de mundo, onde a sociedade substituísse o senso comum da burguesia e o da Igreja Católica. Na perspectiva gramsciana

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. (GRAMSCI, 1999, p. 96).

Para o sardo a forma de a religião e o senso comum serem superados seria através da filosofia, pois para ele a filosofia crítica superaria a religião o senso comum, visto que com estes dois últimos não haveria como “[...] constituir uma ordem intelectual porque não podem reduzir-se à unidade e à coerência nem mesmo na consciência individual [...]” (GRAMSCI, 1999, p. 96).

Simionatto (2004) faz uma observação importante quanto à interpretação equivocada dos escritos de Gramsci, feitas não só pelo Serviço Social, mas também por outras áreas profissionais, onde conceitos eram discutidos fora do contexto aos do verdadeiro direcionamento dado por Gramsci. Mas, apesar dos equívocos ocorridos em sua tradução, o pensamento gramsciano deixou para o Serviço Social um legado para um pensar e agir sobre a realidade contemporânea dando-lhe consciência crítica de sua função contribuindo na luta pela direção social e cultural das classes fundamentais na sociedade.

4 | O LEGADO COMUNISTA DE GRAMSCI E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

“‘Hegemonia’, ‘bloco histórico’, ‘intelectual orgânico’ e ‘sociedade civil’, conceitos-chave de uma reflexão paciente e meticulosa, complexa e intrincada, ocuparam o vocabulário intelectual e político a partir de meados dos anos 1970” afirma Bianchi (2008, p.14). Essa recepção, no nosso continente, segundo Netto (2015), foi favorecida pelas lutas contra as ditaduras latino-americanas que ocorria, simultaneamente, ao processo de crise e decomposição das organizações tradicionais da esquerda e ao processo de “democratização essencial da vida social e do Estado brasileiro”.

As inúmeras reflexões que surgiam nesse período, e que se espalharam fortemente na década de 1980, predominantemente pautadas no pensamento de Marx e de Antonio Gramsci, evidenciam a emergência de uma “[...] produção intelectual que enfrenta a realidade em que se movem as classes e camadas sociais” (NEGRI, 2016, p. 93 apud NETTO, 1991b, p. 258). Desse modo, a absorção do Serviço Social da teoria social crítica, ou da filosofia das práxis⁷, como denomina Gramsci, contribuiu no processo de ruptura com as bases do Serviço Social tradicional, implicando um significativo avanço para a profissão, afirma Negri (2016). De acordo com Netto (2015), a reflexão de Marilda Iamamoto, alicerçada na leitura da obra original de Marx e em algumas obras de Antonio Gramsci, “[...] sinaliza a maioria intelectual da perspectiva da *Intenção de Ruptura*”, e “configura a primeira incorporação bem-sucedida da fonte ‘clássica’ da tradição marxiana para a compreensão profissional do Serviço Social” (p.350-351).

Na aproximação do Serviço Social ao legado de Gramsci, destacam-se os estudos sobre Estado, sociedade civil, hegemonia, classes subalternas, intelectuais, filosofia da práxis⁸, salienta Negri (2016). O referencial gramsciano é buscado, inicialmente, pelo Serviço Social “[...] para pensar a atuação do assistente social enquanto intelectual orgânico, marcando o seu compromisso com as classes subalternas” (SIMIONATTO, 2004, p. 184) e, por conseguinte, para pensar seus referenciais teóricos e suas ações interventivas em resposta aos múltiplos desafios vigentes na sociedade. Continua a autora, que esse novo cenário repercute fortemente na produção teórica do Serviço Social, fomentando pesquisas no âmbito acadêmico⁹ e posterior publicações em livros, artigos e anais de congressos científicos.

Na análise de Simionatto (2004), o aporte teórico gramsciano passa a ser progressivamente incorporado pelo Serviço Social, na década de 1980, extrapolando para a de 1990, abrindo novas possibilidades para pensar seus referenciais teóricos e suas ações interventivas. As ideias gramscianas permearam, também, segundo a autora, mesmo que de forma pouco explícita, a nova visão das instituições, como foi o caso das reflexões veiculadas no encontro realizado pelo *Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS)*, tendo como base as noções de aparelhos privados de hegemonia, de alargamento do Estado e de intelectual.

Em 1985, verifica-se nas teses apresentadas no *V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais* a utilização do aporte teórico gramsciano na apreciação de fatores

7. Carlos Nelson Coutinho no Caderno 11 (1932-1933): Introdução ao estudo da filosofia pontua que a “filosofia da práxis” que, quando da redação dos textos A, antes de sua conversão em textos C, Gramsci designava explicitamente com a expressão “materialismo histórico” (GRAMSCI, 1999, p.16).

8. Segundo Negri (2016) esses conceitos nas produções teóricas do Serviço Social, no período de 2000 a 2012, serão “mediações fundamentais para desvelar as políticas sociais, a luta pela ampliação da cidadania via garantia de direitos, a defesa da democracia, questões que perpassam as práticas profissionais e presentes nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais” (p.40). Isso se deve ao fato dos assistentes sociais se empregarem, em sua maior parte, nas esferas estatais, bem como nas empresas privadas e nas organizações da sociedade civil, afirma a autora.

9. Como afirma Netto (2015, p.317) essa “inserção dos cursos de Serviço Social no circuito acadêmico” é [...] “um dos vetores significativos que intervieram de forma decisiva no processo de renovação da profissão no Brasil”.

econômicos, sociais e políticos brasileiros, com destaque nas “[...] questões de Política Social em seus diferentes desdobramentos: habitação, saúde, previdência e assistência social, movimentos sociais do campo e da área urbana” (SIMIONATO, 2004, p.183), se espraiando na reflexão acerca da dimensão política da prática profissional do assistente social.

A partir dessa década de 1980, ocorre uma mudança no campo político no que tange a categoria profissional, tendo em vista que incorporam os processos de luta desse período histórico, “[...] culminando no projeto ético-político profissional alternativo, a aproximação dos movimentos sociais e, principalmente, da organização e mobilização da categoria dos Assistentes Sociais junto às demais organizações da classe trabalhadora” (MARTINS, 2013, p.5). Nesse momento, vê-se o emergir de uma *pedagogia emancipatória*, a partir do enraizamento da categoria profissional nas práticas cotidianas das camadas populares, politizando-as, encorajando-as à auto-organização.

O Serviço Social é a profissão requisitada para lidar com as expressões da questão social e toda a sua ação profissional está referenciada no projeto ético-político na busca da emancipação humana, pontua Jacinto (2017). Dessa forma, para que o assistente social possa responder as demandas no seu trabalho cotidiano é preciso contribuir com o estímulo à consciência crítica, através de uma boa leitura da realidade. Nessa perspectiva, se tem a importância do pensamento gramsciano no “fortalecimento da produção de conhecimentos, a formação de uma cultura crítica pautada em princípios teórico-metodológico e ético-político” (SIMIONATO e NEGRI, 2017, p. 19), bem como “[...] uma concepção importante para direcionar as práticas profissionais rompendo com o mecanicismo, o voluntarismo, com o messianismo presente nas práticas e análises marxistas” (NEVES, 2017, p.35), fortalecendo cada vez mais o projeto ético-político da profissão.

Nesse contexto, ganha destaque a categoria gramsciana de Estado ampliado – sociedade política mais sociedade civil – tendo em vista que busca compreender as políticas sociais nos marcos da sociedade capitalista contemporânea no âmbito dos processos econômicos, sócio-políticos e culturais. Essas análises remetem também “[...] às relações estruturantes da formação social brasileira, com leituras pautadas nas categorias gramscianas de ‘revolução passiva’ ou ‘revolução pelo alto’, demarcando a transição do Brasil à modernidade capitalista”, bem como o campo do “[...] Estado, sociedade civil e políticas sociais, todos centrados na análise dos espaços ocupacionais emergentes ao trabalho do Assistente Social na esfera do Terceiro Setor” (SIMIONATO e NEGRI, 2017, p. 16). É desse modo que as reflexões e concepções teóricas de Gramsci fortalecem a produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social, permitindo a formação de uma cultura mais crítica pautada em princípios teórico-metodológicos e ético-políticos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo evidenciou a importância do referencial Gramsciano contribuir com o Serviço Social através do seu pensamento crítico e histórico dos processos sociais. Gramsci toma o marxismo como doutrina metodológica de análise concreta do real em suas diferentes determinações, que segundo Simionatto (2004, p.36-37) “percebe-se na sua trajetória uma linha dialética de reflexão que permite compreender os *Cadernos* também segundo o método marxiano da exposição; ou seja, enquanto crítica política [...]”.

Dessa forma, com a influência do referencial marxiano do pensador italiano, o Serviço Social, apreende a realidade numa perspectiva de totalidade, remetendo o profissional ao desenvolvimento de um ponto de vista crítico e reflexivo. Objetivando, desse modo, superar a herança conservadora, deixando para trás um modelo focalizado no tratamento dos problemas relacionados a questão social. E de fato, nos remete a uma sustentação teórica para abrir novos horizontes onde o assistente social possa executar suas ações interventivas enquanto intelectual orgânico.

Embora o tempo histórico, social e político-econômico vivenciado por Gramsci na Itália tenha sido diferente dos que se apresentam no Século XXI, os problemas analisados pelo pensador sardo são visualizados, porém, sobre novas roupagens. Por essa razão, é imprescindível para o Serviço Social resgatar o método de análise apresentado por Gramsci, pois permanece muito atualizado, para compreender a natureza contraditória imposta pela modernidade, além de contribuir para a formulação de um projeto emancipatório a partir da concretude real e histórica.

REFERÊNCIAS

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

CASTRO, M. M.. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 5 ed. revista. São Paulo: Cortez. 2000.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS - CBCISS. **Teorização do serviço social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

COUTINHO, C. N. A presença de Gramsci no Brasil. **Em Pauta**. Teoria social e realidade contemporânea. *Revista da Faculdade de Serviço Social da Uerj*, n. 22, 2009, p. 37-44.

_____. **Gramsci**. Um estudo sobre o pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011. v 1.

_____. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 6.ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de

Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. v. 2. (p. 13-54)

_____. **Cadernos do cárcere**: notas sobre o Estado e a Política. Trad. Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, v. 3. (p. 11-111).

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. e CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25 ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

JACINTO, A. G. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 77-85, jan./abr. 2017.

NEGRI, F. L. **O pensamento de Antonio Gramsci na produção teórica do Serviço Social brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 245 p., 2016.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2015.

NEVES, A. V. Apontamentos sobre Gramsci e sua influência ao Serviço Social no século 21. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 31-36, jan./abr. 2017.

SILVA, A. B. da.; SILVA, D. T. da.; SOUZA JÚNIOR, L. C. de. **O Serviço Social no Brasil**: das origens à renovação ou o “fim” do “início”. In: 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: 80 anos de Serviço Social, tendências e desafios, 2016. 14 p. Disponível em: < <http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ec/ecd5a070-a4a6-4ba1-8e4a-81b016479890.pdf> >. Acesso em: 24 de jan. de 2019.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3. ed. – Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 2004.

_____.; NEGRI, F. L. Gramsci e a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 13-21, jan./abr. 2017.

AS CONTRIBUIÇÕES DA MONITORIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 06/04/2020

Tatiana de Lima Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Norte -
UFRN

Ceará - Mirim/RN

<http://lattes.cnpq.br/9388723200053840>

RESUMO: A monitoria destina-se ao apoio pedagógico, contribui na formação do estudante-monitor e de turmas nas quais intervém. Objetiva-se analisar as contribuições da monitoria na formação em Serviço Social. Realizou-se pesquisa bibliográfica, documental e observação. Os resultados apontaram que, a monitoria envolve protagonismo do monitor, melhora a relação professor/aluno e o trabalho docente.

PALAVRAS-CHAVE: Monitoria. Formação profissional. Docência. Desafios. Serviço Social.

THE TUTORING CONTRIBUTIONS TO THE PROFESSIONAL FORMATION ON SOCIAL WORK

ABSTRACT: The Tutoring aims pedagogical support, enriches the tutor-student's formation

and groups where it intervenes. The goal is analysing the contributions of tutoring in the graduation in Social Work. Observation and bibliographical and documental research were done. The results indicated that tutoring involves the tutor's protagonism, improves professor/student relation and the teaching work.

KEYWORDS: Tutoring. Professional formation. Teaching. Challenges. Social Work.

1 | INTRODUÇÃO

A formação profissional em Serviço Social tem passado por mudanças, que perpassaram seu surgimento e seguem até os dias atuais, da mesma forma que tem ocorrido com as relações sociais na sociedade capitalista. A monitoria se configura como um exemplo dessas transformações, que surgiu para melhorar o processo de formação dos estudantes, possuindo regulamentação específica.

Nas três últimas décadas a profissão passou por um processo de redimensionamento e renovação no âmbito de sua interpretação teórico-metodológica e ético-política, e melhor, qualificou-se, principalmente através da consolidação da pós-graduação *stricto sensu* e da produção científica acumulada a partir da década de 1980, adequando-se as exigências da contemporaneidade (DELGADO, 2013, p.133).

Sendo assim, no curso de Serviço Social a monitoria passa a adquirir algumas particularidades, como a abertura dada pelos docentes para que os monitores desenvolvam suas atividades e construa seu protagonismo, sobretudo, nos momentos em que está na sala de aula.

Tal fato vem promovendo o rompimento com as relações hierárquicas (ainda presentes no âmbito universitário), o incentivo para a continuidade na carreira docente e ainda pelo desenvolvimento de pesquisas por parte dos monitores referentes à docência e a formação profissional.

Principalmente no Serviço Social, defende-se que a monitoria deveria se fazer presente em algumas disciplinas que estão na grade curricular, pois os monitores podem futuramente ser professores, tendo em vista a experiência adquirida no processo de monitoria, a qual além de está preparando o monitor para a docência, poderá despertar o interesse de outros alunos para seguirem na carreira acadêmica também.

O objetivo do presente trabalho foi de analisar quais as contribuições da monitoria para a formação profissional dos discentes de graduação no curso de Serviço Social. Neste sentido, os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desse trabalho consistiram em: estudo bibliográfico, visando assim conhecer melhor o processo de monitoria e sua relação com o Serviço Social, levantamento documental acerca da legislação existente sobre a monitoria no âmbito da UFRN e observação participante nas aulas das disciplinas ministradas no 1º e 4º período do curso de Serviço Social que se referiram a: Fundamentos Históricos teórico-metodológicos do Serviço Social III e Oficina de iniciação a vida acadêmica, as quais integraram o projeto de monitoria do qual esse artigo resultou. Cabe ressaltar que este trabalho é de natureza qualitativa.

O método utilizado para analisar os dados coletados foi o materialismo histórico-dialético, visto ser aquele que permite fazer análises em uma perspectiva de totalidade, apreendendo as determinações do objeto de estudo. “[...] é sempre importante reiterar que a dialética marxiana quer explicar, é radical, quer ir a raiz dos fenômenos e desvendar as interconexões que os conformam no seu processo de constituição [...]” (PRATES, 2016, p. 90).

2 | APONTAMENTOS SOBRE A MONITORIA NO SERVIÇO SOCIAL

A monitoria surge na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN no ano de 1971 por meio do Decreto nº 66.135, de 13 de março. Documento esse que regulamentava esta atividade que envolve estudantes e professores do ensino superior das instituições públicas (SOUSA, 2010).

O fator que identificamos como sendo primordial para a adesão da monitoria pelas universidades foi principalmente o reconhecimento da necessidade de melhoria do ensino

superior. Adentrando no curso de Serviço Social da UFRN um pouco depois do que em outros cursos, fato que está relacionado à própria entrada da profissão no circuito universitário.

De acordo com Lima (2005, p.70-71),

[...] a Escola de Natal obteve seu reconhecimento junto ao MEC, como Escola de Ensino Superior em 04 de outubro de 1956 (Decreto nº 40.066). Sua agregação à Universidade Federal do Rio Grande do Norte se deu através da Lei Estadual nº2307, de 25/06/1958, mantendo-se na situação de agregada, mesmo quando se deu a federalização da Universidade em 1960 [...].

Inicialmente o estudante monitor era para o professor uma espécie de técnico exclusivo que estava a sua disposição para o cumprimento de tarefas que tendiam a se distanciar de um processo de aprendizagem. Após discussões e com a publicação das Resoluções nº 169/2008 e nº 221/2012 – Consepe de 24 de outubro de 2012 as quais explicitaram do que se tratava a monitoria e quais eram as competências e as atividades que integram essa bolsa, bem como os deveres dos coordenadores de Projetos de monitoria, que finalmente ocorreram mudanças na conduta dos coordenadores de Projetos de Monitoria.

Sabemos que, independente do curso de graduação, a monitoria tem se configurado como sendo um apoio pedagógico de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem e formação profissional dos discentes universitários.

Sousa (2010) aponta que a graduação em Serviço Social não prepara completamente os discentes para serem professores universitários. Isso porque, o curso titula os formados de bacharéis em Serviço Social. Sendo assim, a monitoria aos poucos vem conquistando legitimidade e os professores começam a visualizar e a compreender melhor a relevância desse apoio pedagógico para o satisfatório andamento das disciplinas que lecionam. Havendo a aproximação do estudante com o cotidiano docente e os dilemas dessa categoria na sociedade contemporânea.

Porém, observamos que ainda são poucos os componentes curriculares integrantes do curso de Serviço Social da UFRN que contam com o auxílio de monitores. Sendo que, para a maioria deles seria de suma importância que tivessem bolsistas de monitoria, tendo em vista a densidade dos conteúdos, que nem sempre e por diferentes motivos, os docentes conseguem ensinar de uma forma simples, que possibilite a compreensão por parte dos discentes. É nesse processo que os monitores podem contribuir para descomplexificar esses conteúdos.

Desse modo, por estar em formação e ser também um discente, o monitor geralmente possui mais aproximação com os alunos, o que possibilita dialogar e transmitir os conteúdos com uma linguagem mais acessível, que facilita o entendimento da turma.

O discente monitor, como o próprio nome já sinaliza está sempre monitorando, observando e acompanhando como está a aprendizagem dos estudantes e as dificuldades

que estão enfrentando para que isso aconteça. E é por meio desses breves diagnósticos realizados durante os momentos em sala de aula pelo monitor, que vão emergindo as sugestões para a melhoria na socialização dos conteúdos, para possíveis mudanças na sequência em que são trabalhados os textos, organização da disciplina e por último para o desenvolvimento do protagonismo do monitor, como será mais adiante abordado.

Apesar de ser bem antiga na academia, como falado no início desse artigo, a monitoria é até mesmo desconhecida por alguns estudantes, pois eles questionam se existe bolsa de estudos para essa modalidade de apoio pedagógico aos docentes universitários e o que realmente um monitor faz em sala, uma vez que já se tem o professor para ministrar as aulas. Esses aspectos fomentam a ideia arraigada de que o docente detém todos os conhecimentos, não sendo preciso nada acrescentar. Para Gramsci (1995, p.37), [...] a relação entre professor e aluno é uma relação ativa, de vinculações recíprocas, e que, portanto, todo professor é sempre aluno e todo aluno, professor [...].

Articulado a essa questão do quase desconhecimento da monitoria no Serviço Social, resgatamos que no tocante as discussões sobre a docência no período da graduação, afirma-se que:

O debate acerca da formação para a docência dentro do Serviço social caracteriza-se por ser inexistente, fato que pode ser comprovado pela ausência de referências sobre o tema. Verifica-se que há certo desinteresse em discutir questões relacionadas às competências pedagógicas e profissionais dos docentes nessa área do conhecimento, aspecto que encontra raízes na natureza dessa profissão voltada para o bacharelado (SOUSA, 2010, p.11).

Sendo assim, percebemos que isso ocorre principalmente, porque a formação em Serviço Social é generalista, relacionado a isso está o fato da profissão se fazer presente de forma significativa na área das políticas de saúde e assistência social. Na educação, constata-se que os Assistentes Sociais geralmente estão vinculados com a implementação de políticas de assistência estudantil. Com isso, a atuação na docência termina por ser uma escolha de poucos profissionais. Essa é mais uma questão que reafirma a importância de valorização da monitoria.

Esse tipo de bolsa obteve sua expansão com o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades – REUNE, que de acordo com Dahmer (2008, p.43) possibilitou uma “[...] ampla reestruturação do sistema público de ensino [...]”.

Segundo Paura (2013, p.117-118),

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (mais conhecido como REUNI) foi instituído através do decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e apresenta como principal objetivo criar condições para acesso e a permanência na educação superior, por meio de diversas ações, como por exemplo, a expansão da estrutura física, acadêmica e pedagógica das instituições, o aumento do número de vagas nos cursos de graduação e a ampliação dos cursos noturnos.

Devido a isso, existem muitas críticas que são feitas por diferentes segmentos da sociedade a esse programa de aceleração do crescimento das universidades.

Nesse sentido, problematizando essa política de expansão das universidades públicas, sabe-se que o REUNI segue uma lógica produtivista almejando estatísticas positivas em detrimento da realização de investimentos nas IES, o que tem provocado a precarização do trabalho docente, tornando o ensino universitário cada vez mais superficial (SOUSA, 2010, p.37)

Sabe-se que existe uma relação do crescimento da oferta de bolsas de monitoria com o apoio do REUNE, obviamente que se torna necessário um olhar crítico e cuidadoso a todas essas problemáticas e limites do REUNE, porém isso não reduz a relevância da monitoria por está inserida nesse quadro de mudanças das universidades, ou melhor, de contrarreforma do ensino superior. Mas não são essas questões que irão invisibilizar as contribuições da monitoria para a formação profissional no curso de Serviço Social.

Os projetos de monitoria requisitam do discente-monitor responsabilidades e atividades de estudo, pesquisa e comprometimento com a formação profissional. Em síntese, com a melhoria da educação superior pública. Essa rotina objetiva aprofundar os conhecimentos inerentes a formação profissional em Serviço Social, indo para além dos textos utilizados em sala de aula pelo coordenador do projeto de ensino.

Tal questão se justifica pelo fato de que, é necessário ter segurança e clareza quanto ao que é falado e explicado nas aulas, uma vez que, não adianta “falar por falar”. Na resolução nº 221/2012, o capítulo VI, no Art. 17 nos diz que o monitor “II – deve demonstrar conhecimento sobre o conteúdo do componente curricular no qual irá atuar” (CONSEPE/ UFRN, 2012, s/p). Portanto, as intervenções do monitor precisam ter um embasamento teórico e em especial no curso de Serviço Social, ser fundamentadas em uma perspectiva crítica, que leve em consideração a totalidade dos processos sociais.

[...] Mais do que nunca, é vital, no debate teórico-metodológico e ético-político no âmbito da profissão, assegurar a análise sob a perspectiva da totalidade, com apropriação dos fundamentos ontológicos-históricos, para apreender o processo histórico real (BEHRING, SANTOS, 2009, p.17).

Obviamente que essa não é uma tarefa fácil, simples, exige dedicação, empenho e novamente afirmamos comprometimento, uma vez que a monitoria está para além do auxílio financeiro repassado pela Universidade para os seus respectivos bolsistas universitários.

Com isso, é possível perceber que da mesma forma que a docência, a monitoria não se resume e não pode está relacionada apenas a sala de aula, existem e são desenvolvidas atividades que ultrapassam esse âmbito, pois ela envolve protagonismo e participação. Por isso, as orientações do coordenador do projeto preparam melhor o monitor, instrumentalizando-o para fazer seu “trabalho” em sala de aula.

3 | PROBLEMATIZANDO O PROTAGONISMO DO MONITOR

Podemos dizer que no andamento do projeto de monitoria, existem alguns momentos importantes que influenciam no protagonismo do monitor, pois inicialmente o mesmo

conhece a dinâmica da disciplina, familiarizando-se ainda mais com os textos que em sua maioria já conhece, tendo em vista sua trajetória na graduação.

O segundo momento refere-se ao de traçar e compreender o perfil da turma, visto que, é por meio desse levantamento que se torna possível intervir de forma coerente e articulada com as particularidades dos discentes. Depois desse processo de aproximação do monitor com o grupo de estudantes, tem-se o início da construção do seu protagonismo e legitimidade em sala de aula.

Com base no que foi dito acima, o protagonismo do monitor pode ser identificado quando ele realiza plantões de dúvidas para esclarecimento e aprofundamento de textos, frequenta todas as aulas da disciplina, trazendo para a turma contribuições sobre o conteúdo que está sendo explanado e também de experiências vivenciadas na própria graduação.

Essas experiências estão relacionadas principalmente ao momento do estágio curricular obrigatório em Serviço Social, o qual desperta interesse dos discentes, devido à aproximação do monitor com a realidade do fazer profissional do Assistente Social em seu espaço sócio ocupacional. Geralmente os monitores estão alguns períodos a frente da turma em que está acompanhando, assim já passou por momentos que seus colegas ainda passarão.

Esse fato possibilita que os discentes interliguem a teoria com a prática profissional, mostrando que elas se constituem em uma unidade que possui suas particularidades e rompendo com a ideia equivocada muito falada no curso de que ‘na prática a teoria é outra’ (GUERRA, 2005).

[...] *o famoso distanciamento entre o trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico, e o exercício da prática profissional cotidiana* [...] é um desafio colocado por estudantes e profissionais ao salientarem *a defasagem entre as bases de fundamentação teórica da profissão e o trabalho de campo*. Um outro aspecto a ser enfrentado é *a construção de estratégias técnico-operativas para o exercício da profissão, ou seja, preencher o campo de mediações entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho profissional* (IAMAMOTO, 2015, p.52, grifos da autora).

Destacamos que o monitor desenvolve atividades como as orientações dentro da sala de aula e fora dela também, retirando as dúvidas dos estudantes, fazendo suas intervenções e participando dos momentos de planejamento e orientações com o coordenador do projeto de ensino, o qual proporciona momentos riquíssimos de aprendizagem, possibilitando seu crescimento enquanto futuro docente na área de Serviço Social. Sousa (2010, p.12) amplia ainda mais essas atividades:

[...] a participação no planejamento do programa da disciplina, das aulas e na elaboração de avaliações; leitura da bibliografia indicada pelo programa do componente curricular; pesquisa e leitura de referências bibliográficas complementares; apoio pedagógico durante as aulas, durante a aplicação das avaliações e correções destas; realização de plantão de dúvidas sob orientação docente; busca de estratégias que viabilizem um melhor aprendizado em sala, através de reuniões semanais com a coordenadora do projeto; contribuição no processo de horizontalização da relação aluno-professor

O protagonismo é perceptível quando o monitor a luz do referencial teórico utilizado no projeto, consegue refletir e atender as principais demandas apresentadas pelos estudantes, que em alguns casos podem estar para além de suas possibilidades, porque são demandas que extrapolam o âmbito das atividades do monitor.

Para exemplificarmos melhor trazendo elementos da realidade vivenciada na experiência de monitoria, foi observado que um dos maiores problemas presentes nas turmas, tanto na disciplina de fundamentos quanto na de Oficina, se referia à dificuldade e em alguns casos até mesmo a ausência de organização do tempo para a leitura dos textos indicados pela professora.

Assim, para o desvendamento dos condicionantes que levavam a essa situação se fez preciso algumas reflexões conjuntas entre a monitoria e a docente. Desse modo, alguns pontos foram elucidados, como o perfil do alunado do curso de Serviço Social que é composto geralmente por estudantes que trabalham (fazem parte da classe trabalhadora) e que enfrentam dificuldades em fazer todas as leituras. Para Iamamoto (2014, p.629),

[...] a metamorfose na situação de classe dos estudantes cria uma ambientação favorável, apoiada na experiência de vida, à identificação com os dilemas do conjunto da classe, alvo predominante dos serviços profissionais e das políticas sociais públicas. Assim, pode também representar para o profissional um reforço à identidade de classe enquanto trabalhador, matizada por recortes de gênero, etnia e geração.

Outra questão para aqueles que não estavam trabalhando era a falta de dinheiro para estar fazendo a aquisição do material de apoio das aulas. Assim, chegou-se a conclusão de que a não leitura dos textos envolviam diversos fatores relacionados com a condição objetiva e subjetiva dos discentes.

Esse fato incidia diretamente no andamento satisfatório das aulas e no rendimento acadêmico dos estudantes. Apesar de que, compreendemos plenamente a situação dos alunos de se deparar com vários textos para ler e não dispor de tempo suficiente para realizar todas as leituras de modo exitoso.

Diante da quantidade significativa de textos para ser praticamente devorados, muitos discentes fazem uso do “método de exclusão dos textos por aula”, ou seja, os textos escolhidos serão aqueles utilizados nas próximas aulas e esses passarão por uma peneira, e disso restarão apenas os que serão necessários para a realização das atividades avaliativas.

Nisso reside um grande problema identificado no percurso do projeto de monitoria, os estudantes deixavam de ter acesso a conhecimentos que podem ser de extrema relevância para sua formação e atuação nos espaços ocupacionais em que se inserem os Assistentes Sociais.

Os espaços ocupacionais do Assistente Social têm lugar no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário -, em empresas privadas capitalistas, em organizações

da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e, especificamente, os trabalhadores) (IAMAMOTO, 2009, p.5).

Nessa diversidade de realidades apresentadas, a monitoria colaborou no encaminhamento, repasse de informações e orientação com os discentes, subsidiando no processo de organização do tempo possibilitando um melhor rendimento acadêmico nas turmas nas quais a monitoria acompanhou.

O monitor transmitindo para o professor tais dificuldades pode permitir ao docente elaborar estratégias coletivas, para minimizar ou até mesmo sanar esta problemática que tem permeado a trajetória acadêmica de muitos estudantes universitários.

O protagonismo da monitoria também está intimamente relacionado com o perfil do docente, o qual precisa possibilitar que o monitor obtenha segurança para fazer suas colocações nas aulas. Isso porque, não é fácil para um discente que é monitor orientar e acompanhar os outros estudantes de Serviço Social em processo de formação. Essa afirmação sinaliza que é preciso existir uma sintonia entre o monitor e o docente, para que assim as dificuldades e os desafios da monitoria possam ser vencidos coletivamente.

4 | AS DIFICULDADES E OS DESAFIOS DA MONITORIA NO SERVIÇO SOCIAL

No atual contexto da sociedade capitalista, dificilmente encontraremos um campo de trabalho em que está atuando o Assistente Social que não seja perpassado por limites, dificuldades e possibilidades. Na docência, não é diferente, o monitor tem a oportunidade de conhecê-los, bem como o desafio e a necessidade de dar um devido encaminhamento a elas, obviamente dentro de suas capacidades.

Assim, uma das grandes dificuldades do monitor é durante as aulas encontrar os momentos propícios para fazer suas intervenções, de modo que não “corte” o raciocínio do professor, que as vezes por está por um período expressivo ministrando aquela mesma disciplina já tem, ousamos dizer, o domínio dos conteúdos, fazendo exposições belíssimas dos mesmos nas aulas.

Como o monitor complementa e acrescenta nas aulas ministradas pelo professor, ou seja, se caracterizando realmente enquanto um apoio pedagógico, o mesmo deve necessariamente se preparar para isso, como já dito, haja vista que, não é interessante está em sala sem ter estudado previamente o conteúdo da seção.

Mas, às vezes, o estudante-monitor tem outras disciplinas próprias do período que está cursando, em alguns casos possuindo até mesmo outras bolsas sejam elas de pesquisa, extensão, entre outras, tais fatos acabam dificultando que tal exigência seja contemplada. Mesmo assim é necessário compromisso e estratégias para vencer tais

dificuldades.

Outra dificuldade que envolve a monitoria se relaciona ao fato de existirem poucos estudos e pesquisas sobre essa temática na área do Serviço Social, que possam servir de base e subsidiar outras experiências de monitoria. Esse fato está intimamente ligado com a questão de serem poucos projetos de monitoria e consequentemente bolsistas e coordenadores, que nem sempre escolhem se debruçar sobre a relação da monitoria e a formação profissional, por já possuírem aproximação com outros assuntos mais debatidos desde o começo da graduação.

Assim, o monitor desenvolve suas atividades, elabora os relatórios requisitados, ler a bibliografia obrigatória, mas não ultrapassa isso, mesmo tendo o incentivo do docente para que participe de eventos para poder socializar suas descobertas na monitoria. Então, é muito importante que as experiências de monitoria sejam sistematizadas e publicizadas para o meio acadêmico. Que ocorram mais seminários sobre as experiências de monitoria e não apenas o Seminário de Iniciação a Docência – SID, no caso da UFRN.

Em relação aos desafios temos: estabelecer uma relação de confiança entre o monitor e a turma, o que inicialmente não é algo simples de se alcançar, já que, os estudantes nos primeiros encontros tendem a desconfiar se realmente o monitor está preparado para desempenhar suas atribuições. Com a convivência eles vão compreendendo que a presença do monitor em sala de aula visa qualificar ainda mais a formação profissional deles e fortalecer a relação discente-docente.

Outro desafio da monitoria que precisa ser problematizado se refere à necessidade da existência de mais bolsas remuneradas, isso porque os professores que decidem enviar seus projetos de ensino, geralmente solicitam determinada quantidade de bolsas remuneradas que nem sempre são acatadas pelos editais, haja vista o reduzido recurso que dispõe atualmente as universidades públicas brasileiras.

Desse modo, o monitor precisa estar atento, preparado para lidar com suas dificuldades enquanto um estudante-monitor e com as dificuldades dos discentes, e sempre buscando recursos que objetivem aprofundar as temáticas, fazendo com que os estudantes se interessem ainda mais e sintam prazer e motivação ao cursar a disciplina, que consigam principalmente visualizar a importância do conteúdo para sua atuação profissional.

Isso contribui diretamente para o protagonismo do monitor como foi discutido e para a melhoria do processo de aprendizagem das turmas e disciplinas que tem o apoio pedagógico da monitoria.

Conforme Iamamoto (2015, p. 20),

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano [...].

Portanto ao monitor e futuro Assistente Social cabe pensar e desenvolver conforme

a reflexão de Iamamoto propostas novas de ensino que qualifique ainda mais o processo formativo dos discentes, que saiba identificar e compreender as particularidades de cada turma que passa, interligando sempre com a prática profissional, tendo como guia os princípios e valores defendidos pela categoria que se fazem presentes no Projeto Ético-político e no Código de Ética de 1993.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, tendo como base as reflexões e observações resultantes da monitoria, em que foi possível observar e vivenciar o cotidiano dos docentes e as dificuldades e limites postos a eles para realizarem seu trabalho de forma qualificada, ética e crítica o ato de ensinar parece tornar-se mais difícil, porém nos incentiva e aproxima mais das lutas por melhorias no ensino superior público as quais são travadas pelos docentes de Serviço Social articulados com profissionais de outras áreas do conhecimento.

Como não há licenciatura em Serviço Social, o monitor de forma paulatina, obviamente contando principalmente com as orientações do Coordenador do Projeto de Ensino, apreende como ser um professor, quais suas características e as principais dificuldades enfrentadas por esses profissionais, identificando dessa forma as melhores estratégias para organizar os conteúdos do componente curricular, desenvolvendo dinâmicas inovadoras, descobrindo os “encantamentos” e também os “desafios” da docência.

Nesse processo ocorre também um certo espanto com a precarização pela qual passam muitos professores que estão inseridos nas universidades públicas, em especial aqueles que são substitutos, aos quais são delegadas atividades que extrapolam o tempo que dispõem para realizá-las, o que contribui para situações de adoecimento do docente.

Portanto reafirma-se a relevância da monitoria no processo de ensino-aprendizagem dos discentes e no desenvolvimento do interesse pela docência por parte do monitor, contribuindo para a aproximação dele com a docência. Com isso, defende-se que se houvesse um quantitativo maior de bolsas de monitoria no curso de Serviço Social e discussões mais fecundas sobre essa temática, outros estudantes, para além dos monitores se sentiriam mais motivados a cursarem o mestrado e até mesmo serem docentes na área do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Questão social e direitos. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS 2009.

CONSEPE/UFRN. **Resolução 221/2012 de 24 de outubro de 2012**. Estabelece normas para o Programa de Monitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

DAHMER, Larissa. Mercantilização do Ensino Superior, Educação à Distância e Serviço Social. In:

DELGADO, Leila Baumgratz. Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.113, p. 131-151, jan./mar. 2013.

GERRA, Yolanda. **No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?”** Eixo Temático: Formação Profissional/Fundamentos/História-Teoria-Método. 2º Seminário Nacional de Estado e Políticas Sociais no Brasil. UNIOESTE. Campus de cascavel. Outubro de 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. (Tradução de Carlos Nelson Coutinho).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.120, p. 609-639, out./dez. 2014.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26º. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LIMA, Rita de Lourdes. Serviço Social: uma profissão, seus contrastes e contradições. In: **Os assistentes sociais e a questão da subalternidade profissional: reflexões acerca das representações sociais do “ser mulher” e do Serviço Social**. Recife, UFPE, 2005. (Tese de Doutorado).

PAURA, Simone Giglio. O Serviço Social na Educação Superior. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Orgs.). **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

PRATES, Jane. O método e a teoria marxiana. In: PAIVA, Ilana Lemos de (Orgs.). **Marx hoje: pesquisa e transformação social**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

SOUSA, Josivânia Estelita. **A importância da monitoria para iniciação a docência no curso de Serviço Social da UFRN**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

O DIÁRIO DE CAMPO: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Data de aceite: 01/07/2020

Valéria Debortoli de Carvalho Queiroz

pós doutoranda do Programa de Pós Graduação
em Política Social da UNB

Maria Terezinha da Silva

coordenadora do curso de Serviço Social-UNIP/
campi Brasília

Leylla Magna dos Santos Residente

R2 da Escola Superior de Ciências da Saúde-
ESCS-Brasília

Samantha Freitas Tavares

Assistente Social das Aldeias SOS- Brasília

RESUMO: Esse artigo versa sobre o processo de formação em serviço social e a importância do diário de campo como um instrumento que auxilia no processo de qualificação da formação profissional. Nesse sentido, busca-se enfatizar que a dimensão técnico-operativa deve ser repensada e discutida dentro o âmbito profissional com a mesma ênfase das demais dimensões teórico-metodológica e ético-política.

PALAVRAS CHAVE: Serviço Social, diário de campo e formação profissional

ABSTRACT: This article deals with the training process in social work and the importance of

the field diary as an instrument that helps in the qualification process of professional training. In this sense, it seeks to emphasize that the technical-operative dimension must be thought and discussed within the professional scope with the same emphasis as the other theoretical-methodological and ethical-political dimensions.

KEYWORDS: Social work, field diary and professional qualification

INTRODUÇÃO

Este artigo foi tecido a oito mãos de forma colaborativa com o intuito de fomentar a reflexão sobre a importância do Diário de Campo (DC) para o processo de formação do assistente social. Desta forma, nos propusemos a escrevê-lo trazendo os diferentes pontos de vista, uma vez que o mesmo foi redigido por duas alunas recém-formadas pela Universidade Paulista (UNIP) campus Brasília (DF) e por duas professoras que ministraram a disciplina de Estágio Supervisionado Acadêmico.

O DC é instrumento de registro baseado nas observações rigorosas dos fatos, dos fenômenos sociais e dos atendimentos realizados. Ao relatar a atividade desenvolvida

o estudante/profissional deve fazê-la associando uma análise crítico-reflexiva. O DC serve como uma ferramenta de parâmetro para o planejamento das ações e para as avaliações das ações executadas. Assim, as reflexões e interpretações pessoais do profissional/investigador nele contida colabora para o aprimoramento das três dimensões do serviço social: teórica-metodológica, ético-política, técnico-operativa. A indissociabilidade dessas três dimensões é fundamental para a realização de uma prática pautada nos princípios éticos de nossa profissão.

Neste sentido, refletir sobre a importância do registro crítico-analítico da prática profissional por meio do DC é essencial, pois o Serviço Social foi marcado, historicamente, pelo tecnicismo e pela dissociabilidade entre a teoria e a prática profissional. Após o Movimento de Reconceituação do Serviço Social¹, a perspectiva de Intenção de Ruptura buscou romper com o conservadorismo e com o pragmatismo presentes no âmbito profissional. Conforme, salientam Gomes; Diniz

a profissão superou seu estágio embrionário - marcado pela execução de filantropia - acompanhando a dinâmica social, buscando emancipar-se através da aproximação da análise crítica, da apropriação de bases teórico-metodológicas, da construção de estratégias técnico-operativas e do comprometimento com seus componentes ético-políticos, que compõem sua instrumentalidade, incidindo em sua identidade profissional (2013, p. 08).

Neste contexto, o perfil do aluno foi sendo modificado paulatinamente, buscando-se a formação de um profissional crítico, criativo, propositivo, investigativo e comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Desta forma, objetiva-se com essas reflexões trazer para o debate a importância do DC como um instrumento que pode contribuir para o fortalecimento da prática investigativa do profissional como também pode subsidiar a construção de novos fazeres profissionais, por meio da interpretação crítico/reflexiva das informações nele registrada.

DESENVOLVIMENTO

A supervisão acadêmica de estágio é uma atividade privativa do Assistente Social expressa na Resolução n.533/2008. A finalidade da supervisão acadêmica é estimular o aluno a refletir sobre a realidade profissional vivenciada nos campos de estágio, reconhecer os limites e as possibilidades da prática profissional com o intuito apreender a realidade para superá-la (ABEPSS 2011). Andrade em seu artigo sobre supervisão acadêmica de estágio reforça o comprometimento que o docente deve ter ao ministrar essa disciplina. Segundo a autora, a Supervisão de Acadêmica consiste:

“numa disciplina cujas especificidades exigem estratégias diferenciadas em sua condução, pois trabalha teoria e prática de forma ativa e integrada (...) Observamos que uma vez Supervisora Acadêmica, a docente, mesmo assumindo outras funções, permanecerá na disciplina o que significa participar ativamente, inclusive da construção

1. Para maiores informações consultar Neto, J. P Ditadura e Serviço Social, Ed. Cortez, 1990.

do estágio na IES. As formalidades burocráticas ligadas ao estágio, os encaminhamentos de alunos aos campos de estágio a abertura e o acompanhamento de campos e vagas, bem como a sua organização, requerem a participação da docente nos trâmites legais. Ainda, a docente Supervisora Acadêmica torna-se responsável por representar a IES nos mais diferentes ambientes ligados ao estágio” (2016, p. 770).

O Supervisor Acadêmico de estágio deve estar atento a conjuntura sócio histórica, uma vez que esta reverbera diretamente nas condições técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-política da profissão. Ao mesmo tempo, incide no processo de formação dos assistentes sociais. O contexto atual demanda a formação de profissionais críticos e capazes de decifrar a realidade. Objetiva-se que a intervenção seja crítica, propositiva e permeada por processos de investigação contínuo. O contexto atual demanda a formação de profissionais críticos e capazes de decifrar a realidade. Objetiva-se que a intervenção seja crítica, propositiva, e permeada por processos de investigação contínuo e comprometida com os valores éticos da profissão.

O Estágio Supervisionado, componente curricular obrigatório do Curso de Serviço Social da UNIP, integraliza 450 horas em campo de estágio somadas a 180 horas em sala de aula de orientação teórica e técnica. Configura-se, portanto, em um procedimento didático-pedagógico que colabora no processo educativo-formativo dos alunos e é parte relevante do Projeto Pedagógico do Curso. Tem como referência a Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão; o Código de Ética Profissional de 1993 que indica o rumo ético-político a serem seguidos pela categoria profissional, bem como os conhecimentos a serem alcançados. Também norteiam o Estágio Supervisionado a Resolução CFESS nº 533/2008, que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social, a Política Nacional de Estágio instituída pela ABEPSS (PNE/2010), e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Serviço Social (CNE – MEC / 2002).

Em consonância com os objetivos da Instituição e do Projeto Pedagógico do Curso o aluno cumpre as exigências estabelecidas na disciplina supervisão de estágio acadêmico que envolvem o cumprimento de três períodos de estágio, a apresentação de um portfólio ao final de cada semestre, a elaboração do Planos de Estágio em comum acordo com a supervisora de campo de estágio, a confecção de DC, Relatórios, Projetos de Intervenção e as avaliações. Vale ressaltar que, o portfólio deve conter todas as atividades desenvolvidas pelo aluno durante a realização do estágio. Não obstante, estas devem estar correlacionadas com as competências e com as atividades privativas dos Assistentes Sociais. Assim, nele deve estar contido as reflexões e as análises pertinentes a cada atividade executada. Vale destacar que, no decorrer do estágio, as atividades desenvolvidas são acompanhadas pela supervisora de campo e em sala de aula pelas supervisoras acadêmicas.

No entanto, após termos contato com os primeiros DC redigidos pelos alunos, pudemos observar que os estudantes realizavam relatos meramente descritivos, sem a apropriação adequada dos termos técnicos específicos de nossa profissão e sem haver

uma contextualização entre a demanda apresentada pelo usuário.

Tal fato evidenciou haver um déficit em nossa formação, pois o aluno estava cumprindo as horas de estágio, mas sem existir o processo de consolidação ensino-aprendizado e o devido amadurecimento intelectual necessários ao processo de formação profissional. De acordo com nossa experiência, acreditamos que essa deficiência está associada ao baixo acúmulo de leituras, a dificuldade em interpretar textos e de elaborar a sua própria opinião. Consequentemente, os alunos apresentam uma grande dificuldade em redigir textos. Gaviraghi *et al* reforça a realidade vivenciada por nós em seu artigo ao afirmar que a:

(...) experiência na docência, temos constatado, cada vez mais, que essa elite intelectual, assim denominada por Santos (2007), chega à Universidade com formações cada vez menos solidificadas. Ler e escrever, apesar de algo básico, supostamente trabalhado desde a mais tenra educação formal continua sendo um desafio a ser superado por muitos estudantes (2015, p 258).

Essa realidade passou a ser uma constante em nossa disciplina e a forma utilizada por nós para modificar esse cenário foi introduzir o DC como fonte de registro das atividades desenvolvidas nos campos de estágio. O DC é um instrumento importante, deve ser utilizado para documentar a ação profissional, pois as reflexões nele contida refletem os registros do cotidiano profissional. Estes relatos devem ser analisados considerando as dimensões da profissão que qualificam o fazer profissional: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Costa e Guindani salientam que o DC

configura-se como uma metodologia que integra o processo de supervisão e pode ser usado como estratégia para preencher as lacunas existentes na formação profissional, melhorando o diálogo entre as instituições de ensino e de estágio e se transformando num canal de trocas de conhecimento entre alunos e supervisores (2012, p. 266).

Assim, o Supervisor Acadêmico de estágio ao reler os DC tem a oportunidade de fazer uma reflexão com o aluno sobre o conteúdo redigido, sugerindo-lhes leituras complementares e levantando novos pontos de análises sobre a prática relatada. Esse trabalho de acompanhamento da construção do DC é fundamental, para o processo de formação profissional, pois objetiva articular a teoria com a prática profissional.

Sabe-se que a prática para ser realmente efetiva o profissional deve conhecer a realidade para além do imediato. O DC, juntamente com outros instrumentais existentes no âmbito institucional, contribui para que tanto os estagiários e os profissionais sejam capazes de propor alternativas para a atuação que colaboram para a construção de uma nova realidade social. O registro das atividades cotidianas no DC permite novas reflexões e suscita questionamentos, uma vez que a documentação das atividades diárias pode subsidiar informações, pesquisas e projetos de intervenção. Ademais, a elaboração do DC amplia o conhecimento, à medida que estimula o aluno/profissional a revisitar o referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operacional de forma contínua e permanente e auxilia no descortinamento do aparato institucional. Essas duas análises

são fundamentais para o avanço do trabalho a ser realizado.

Outro ponto observado por nós durante a leitura dos DC foi que os alunos apresentam dificuldades em registrar as ações desenvolvidas nos campos de estágio. Essa mesma realidade foi constatada nos estudos de Lima et al ao afirmar que são:

perceptíveis as dificuldades que os profissionais têm de registrar cotidianamente suas ações profissionais. Alegam falta de tempo devido à sobrecarga e ao grande número de atendimentos e ações e, ainda, às inúmeras atividades a serem relatadas. Inclusive, o fato de prestar atenção no usuário requer que o registro seja feito a *posteriori* (2007, 97)

Assim, a elaboração dos documentos básicos que compõem o fazer profissional do Assistente Social tais como: DC, relatórios e projeto de intervenção tornam-se atividades relegadas ao segundo plano. Tal situação nos permite inferir que muitos alunos/profissionais se sentem inseguros quando são requisitados a realizar tarefas que dizem respeito as competências profissionais do assistente social. Diante dessa realidade, torna-se necessário estimular o aluno/profissional a repensar de forma contínua o trabalho realizado para qualificar ações desenvolvidas. Como reitera Iamamoto ao enfatizar que o mercado de trabalho necessita de “um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só no executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade” (1998, p.49).

Dessa forma, as análises apresentadas pelos estagiários nos DC eram superficiais, não apresentavam a apropriação dos termos técnicos e sem a contextualização da demanda relatada. O conteúdo apresentava-se meramente descritivo não existindo uma análise crítico-reflexiva que é essencial para uma prática profissional comprometida com a qualidade dos serviços prestados e com a ética profissional. Almeida nos auxilia a compreender melhor essa defasagem entre teoria e prática ao salientar que

(...) o Serviço Social ao passo que foi capaz de forjar certas rotinas e procedimentos de registro de suas atividades prático-interventivas não conseguiu, porém, imprimir aos mesmos a marca de um esforço de sistematização, quer da realidade social como das respostas profissionais formuladas que determinam a sua atividade profissional, o seu trabalho em sentido amplo. (...) vale dizer que muitas vezes os registros acabam se transformando numa peça a mais na burocracia dos estabelecimentos onde atua o assistente social (, 2006, p.2).

Reconhecer que os estudantes têm apresentado essa fragilidade é fundamental para qualificarmos o processo de formação profissional. Uma vez que o Serviço Social surge historicamente como profissão fundamentalmente interventiva e como objetivo garantir o acesso às políticas sociais e alterar as condições de vida dos usuários. Nesse interim, a dimensão técnico-operativa deve ser repensada e discutida dentro do nosso âmbito profissional com a mesma ênfase das demais dimensões. Necessita ser objeto privilegiado de debates e de discussões para o aprimoramento da profissão.

Neste sentido, a alternativa encontrada pelas supervisoras acadêmicas de estágio foi estimular os alunos a refletir criticamente sobre suas ações e suas anotações contidas no DC. Associado a essa atividade eram sugeridas o fichamento de artigos correlacionadas

com a temática, estimulando os alunos a fazer inferências com as experiências acumuladas no campo de estágio. Os fichamentos eram entregues ao Supervisor Acadêmico de Estágio para leitura e posterior considerações e correlações com o campo de estágio. Ao longo da disciplina, pode-se perceber uma melhora acentuada na redação de todos os documentos acadêmicos elaborados pelos alunos.

Na disciplina de estágio supervisionado aprendemos que DC é um instrumento pessoal de registro sobre a realidade vivenciada no campo de estágio, essencial no processo de formação profissional. O DC desempenha um papel importante no processo de ensino-aprendizagem ao permitir que o estagiário inicie o processo de reflexão do campo de estágio compreendendo a instituição, o território, as demandas e os usuários e o serviço.

Pudemos constatar que a dificuldade em registrar as atividades desenvolvidas também envolvia alguns supervisores de campo de estágio, fato que chamou a nossa atenção. Notava-se que, tanto os profissionais e tanto os estagiários só realizam o registro das atividades quando solicitado, não sendo o registro uma necessidade da prática profissional.

A ausência do registro profissional contribuía para uma apreensão superficial da realidade e comprometia o planejamento das ações posteriores. É preciso entender que há necessidade da articulação entre a teoria e prática. Esta deve ser entendida como fundamental para qualificar a prática profissional e ampliar o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo assistente social no âmbito institucional. Portanto, aprimorar o registro das atividades profissionais é uma tarefa que deve ser estimulada dentro das IES.

A realização do estágio nos permitiu reconhecer que o processo de documentação da prática profissional não pode ser relegado ao segundo plano, uma vez que contribui para a sistematização, para o planejamento e para a qualificação da prática profissional assim como o conhecimento do campo de trabalho e dos usuários e do serviço.

Nessa perspectiva Lima nos mostra que:

a documentação tem um caráter dinâmico e flexível quando se consideram suas finalidades – enquanto base para a investigação e para o direcionamento do exercício profissional. Longe de se constituir em mera burocracia no cotidiano profissional, a documentação está em constante movimento e a sua utilização está vinculada aos objetivos do profissional (de conhecer ou intervir), às exigências do trabalho profissional (atendimento direto em situações singulares, planejamento e gestão, assessoria aos movimentos sociais e organizações populares, ensino e formação profissional), ao arcabouço teórico e ético-político do profissional (2007, p. 96).

No decorrer do estágio nos deparamos com outro dilema que ainda está presente na prática profissional e que precisamos enfrentar: romper com a prática imediata e mecânica. As demandas que chegam ao Serviço Social são múltiplas, facetadas, dinâmicas e urgentes. Fato que, muitas vezes, colabora para que as ações sejam burocráticas e mecanizadas.

Ao adentrar ao campo de estágio os alunos se deparam, às vezes, com o um discurso equivocado de que não é possível questionar determinada intervenção e que não há uma correlação da teoria para a prática. Ouvimos muito na prática a teoria é outra. Esse discurso, porém, está longe de sedimentar uma postura crítica e reflexiva da profissão e muito distante do domínio do aporte teórico metodológico, técnico-operativo e ético-político adotado pela profissão ao longo dos anos.

Vale ressaltar que, sob o nosso ponto de vista, tanto os supervisores de campo como os supervisores acadêmico de estágio desempenham um papel crucial no processo de formação do estagiário. Ambos imprimem marcas profundas no futuro profissional ao influenciar a sua conduta, a sua forma de interpretar a realidade e ao estimular novas leituras para apreensão da realidade que é dinâmica e contraditória. Portanto, a interpretação do cotidiano não pode ser vista de forma superficial. Desta forma, enfatizamos que o DC é um instrumento valioso, pois contribui para o processo de reflexão e análise do fazer profissional. À medida que a leitura dos registros nos permite vislumbrar novas estratégias para o enfrentamento da realidade social. Não esquecendo que as análises realizadas devem ser pautadas na busca de novas estratégias de intervenção, de novas alianças políticas ampliando a capacidade criativa de intervenção.

Portanto, as atividades desenvolvidas no campo de estágio não podem ser somente feitas de forma descritiva ou quantitativa. Torna-se vital que sejam registradas, pensadas e analisadas em conjunto com os supervisores de campo e acadêmico de estágio. A fim de correlacionar as três dimensões que norteiam a nossa ação profissional: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. A documentação não pode ser deixada de lado, além do mais deve ser considerada a sua relevância para o processo de sistematização, planejamento e qualificação da prática profissional. Assim como o conhecimento do campo de trabalho e do usuário dos serviços.

Assim sendo o DC é um instrumento importante para o processo de formação profissional, pois estimula o estagiário a desenvolver um exercício constante de observação e problematização dos fatos no âmbito das práticas sociais. O registro no DC fortalece a ideia de sistematizar as principais inquietações que surgem em virtude das intervenções realizadas pelos profissionais. Ele permite rever condutas, explorar a diferença de rumo que a intervenção pode tomar assim como permite revisitar os casos e a sustentação teórica para as intervenções facilitando o debate e o amadurecimento intelectual dos estagiários.

Cabe salientar que o registro da atuação profissional é um componente do trabalho do assistente social e não deve ser transformado em uma peça burocrática e sem significado gerando apenas dados e informações de forma quantitativa, mas sim, em um processo que envolve produção, organização e análise das intervenções a partir de uma postura crítico-investigativa, constituindo-se como um esforço problematizador sobre suas diferentes dimensões em relação às expressões cotidianas da realidade social. Nesse

contexto Almeida nos lembra que:

o trabalho do assistente social deve ser necessariamente atravessado por procedimentos investigativos. Esta discussão não é nova no Serviço Social e nos remete a compreensão da unidade que existe entre investigação e ação na condução teórico-metodológica e técnico-instrumental da ação profissional (2006, p. 6 e 7).

Sob esse viés, destaca-se a importância do diário de campo como instrumento de análise e transformação da realidade. O DC mesmo tempo permite registrar a rotina do espaço sócio ocupacional e possibilita retornar a uma situação já passada. Sendo que por meio dos registros efetuados pode -se perceber determinações que constituem o presente. Ademais o DC armazena dados de outras instituições que compõem a rede de serviços socioassistenciais que o assistente social precisa acessar para realizar um trabalho intersetorial. Além disso, auxilia na identificação de demandas que não foram identificadas durante um primeiro atendimento, mas que podem ser importantes para dar continuidade ao atendimento.

O DC deve ser visto como uma ferramenta que potencializa as sistematizações da práxis profissional, por meio de diferentes percepções e perspectivas. A partir de então tem-se a oportunidade de encontrar subsídios para problematizar a articulação entre a teoria e a prática. Ao mesmo tempo, vislumbrar nas perspectivas de atuação associadas a novos procedimentos investigativos que objetivam promover a melhoria da qualidade de vida da população usuária do serviço. Ademais este instrumental também serve para a socialização de experiências profissionais que contribuam para o enfrentamento dos desafios cotidianos que permeiam o fazer profissional do assistente social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade torna-se necessário debater os instrumentais técnico-operativos do Serviço Social, uma vez que qualificam o nosso fazer profissional, pois que estão associados de forma intrínseca a dimensão teórico-metodológica e ético-política.

De acordo com a nossa experiência o Diário de Campo é uma ferramenta essencial para a formação do assistente, à medida que possibilita a reflexão e sistematização da prática profissional desenvolvida. Fortalece a dimensão investigativa da prática profissional que é essencial para superação da prática a tecnicista e pragmática.

Portanto, a escrita do Diário de Campo deve ser estimulada na academia, com o intuito de instrumentalizar o estagiário a fazer a correlação entre teoria e prática. A ausência dessa articulação compromete a formação profissional e é um obstáculo a ser superado para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “sistematização da prática” em Serviço Social.

In: MOTA, Ana Elizabete et. al. (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: http://fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-2.pdf Acesso em: 01/06/2019.

ANDRADE, S. A. L. Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social: Um Estudo no Estado de São Paulo. *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, Volume 3, 2016.

CAPUTI, L. .Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. *Revista Katalisis R. Katál.*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, out./dez. 2016.

CATANI, Denice B.; BUENO, Belmira O.; SOUSA, Cynthia P.; SOUZA, Maria Cecília C. *Docência, Memória e Gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras, 2000

Lima, T. C. S et al. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. *Revista Textos & Contextos Porto Alegre* v. 6 n. 1 p. 93-104. jan./jun. 2007.

COSTA, J.V, GUINDANI, M. K. Didática e pedagogia do diário de campo na formação do Assistente Social *Emancipação*, Ponta Grossa, 12(2): 265-278, 2012. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>.

GAVIRAGHI, F. J. et al. O diário de campo no processo de sistematização. *Sociedade em Debate*, 21(1): 255-275, 2015.

GOMES N. A.; Diniz, C. A. S. TEORIA E PRÁTICA NO SERVIÇO SOCIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS in: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: expressões socio culturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o serviço social, 2013.

LEWGOY, A. M. B. O Estágio Supervisionado em Serviço Social: os desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional. *Revista Temporalis Brasília (DF)*, ano 13, n. 25, p. 63-90, jan./jun. 2013

LOPES, J. B. **50 ANOS DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA**: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. *Revista Políticas. Públicas.*, São Luís, v. 20, n 1, p 237-252, jan./jun. 2016.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica**: A construção do conhecimento. - 7 ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SOUZA, A.P. G de et al. A escrita de diários na formação docente. *Revista Educação* . Belo Horizonte, v. 28 n. 1, p. 181-210, Mar. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 28 May 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982012000100009>.

SOUSA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Revista Emancipação*, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <<http://www.uepg.br/emancipacao>>.

FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL I NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD) EM CUIABÁ/MATO GROSSO

Data de aceite: 01/07/2020

Cláudia Regina Paese

Doutora em Política Social e Direitos Humanos pela UCPEL/ RS, Mestre em Política pela UFMT, graduanda do 6º semestre em Serviço Social da Unopar, Polo Cuiabá/MT. Pedagoga. Professora da rede municipal de educação de Cuiabá/MT.

RESUMO: O objetivo do artigo é apresentar a experiência de prestação de serviços à comunidade escolar, unindo, reflexão, teoria e prática. Trata-se de estágio obrigatório em Serviço Social I da Universidade do Norte do Paraná desenvolvido no Setor Pedagógico/ Social de uma escola privada de Cuiabá, denominado Escola/Família.

PALAVRAS-CHAVES: Formação profissional; Estágio obrigatório; Serviço social.

ABSTRACT: The objective of the article is to present the experience of providing services to the school community, uniting, reflection, theory and practice. This is a mandatory internship in Social Work I at the University of Northern Paraná developed in the Pedagogical / Social Sector of a private school in Cuiabá, called School / Family.

1. Brasil. Portaria nº 2.253, de 18 de outubro de 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/marg/portar/2001/portaria-2253-18-outubro-2001-412758-publicacaooriginal-1-me.html> Acesso em: 23 mar 2019.

KEYWORDS: Professional qualification; Mandatory internship; Social service.

1 | INTRODUÇÃO: A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD)

A Ead “[...] vem do grego *tele* (longe, ao longe), e pode ser conceituada como o processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, onde professores e alunos ficam ‘separados’ espacial e/ou temporalmente.” (HERMIDA; BONFIM, 2006, p. 168). A expansão da EaD que é uma modalidade de ensino, tem como marca

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), regulamentada em 1996, que abriu caminhos para uma série de alterações na política de ensino superior, com destaque para o ensino a distância (EaD). (JUNQUEIRA; REIDEL; CUNHA, 2014, 303).

Mas a expansão da EaD ocorreu mesmo em 2001, quando o Ministério da Educação (MEC) através do Conselho Nacional de Educação (CNE) publica a portaria nº 2253¹. A educação a distância só cresceu, e

[...] a partir de 2003, com a contrarreforma universitária ocorrida no governo Lula, quando foram muitos os decretos, medidas provisórias e leis implementadas. O resultado dessa contrarreforma foi a proliferação de matrículas no ensino superior privado, em especial no EaD. (JUNQUEIRA; REIDEL; CUNHA, 2014, p. 304).

Em 2006 o ensino EaD “[...] começou a ser implementada nos cursos de Serviço Social e, desde então, muitos debates surgiram pela iniciativa dos profissionais e dos órgãos representativos da profissão [...]”. (JUNQUEIRA; REIDEL; CUNHA, 2014, p. 304). Este texto é resultado do processo pedagógico de construção da experiência do estágio em EaD em Serviço Social que segundo Pereira, o Serviço Social

[...] ao vincular seu projeto ético-político profissional hegemônico ao projeto societário da classe trabalhadora, visa a uma formação cujos embasamentos ético-políticos, técnico-operativos e teórico-metodológicos sejam orientados à construção de um profissional comprometido em dar respostas qualificadas à questão social. (PEREIRA, 2016, p.362).

A seguir meu relato de experiência de estágio obrigatório em serviço social I na EaD, e a reflexão que faço sobre tal momento, levando em conta o projeto ético-político do Serviço Social, a qual acolhi desde 2017/2.

2 | DESENVOLVIMENTO: O RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM EAD

Entrei para a graduação em Serviço Social na Unopar em 2017/2 com muita expectativa com relação a fazer um curso superior na modalidade EaD. “A formação profissional de assistentes sociais através da modalidade Educação a distância (EAD) é centro de fervorosos debates no seio do Serviço Social.”²Os primeiros semestres foram bastante intensos com relação ao conteúdo – a teoria – o curso tornou-se um desafio e ao mesmo tempo uma novidade ao deparar-me com o ritmo das aulas.

[...] o cenário da formação é ainda mais revelador destas recentes transformações do ensino superior. A informação a ser destacada refere-se à prevalência de 52% das matrículas em cursos de Serviço Social na modalidade EAD, sendo esta modalidade responsável pela formação (já em 2010) de 43% dos assistentes sociais brasileiros. Em 2013, 64% dos alunos em formação no Serviço Social estavam na modalidade EaD e 36% na presencial.³

Eu me dirigia ao polo uma vez por semana para assistir a tele aula e o resto da semana precisava me organizar para realizar as pequenas provas realizadas na internet com um número considerável de questões em torna de 5 (cinco). Estudar em casa e sozinha tornou-se uma rotina, que me obrigava a ter muita disciplina e organização.

A metodologia de ensino-aprendizagem compreende: Fóruns – de apresentação, integração, conteúdo e dúvidas; Atividades avaliativas – objetivas e discursivas; Biblioteca virtual – material produzido pelo professor, bem como textos, publicações pertinentes às disciplinas e de livre acesso, email e mural de avisos.⁴

2. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_193.pdfAcesso em: 23 mar. 2019.

3. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_193.pdfAcesso em: 23 mar. 2019.

4. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_193.pdfAcesso em: 23 mar. 2019.

Depois de 3 (três) semestres de conteúdos constantes e avaliações periódicas veio o 4º semestre e aí a obrigatoriedade do estágio. A primeira coisa que passou pela minha cabeça “Como? já?” Neste momento surgiram várias dúvidas a minha mente “Estaria preparada” “A teoria que tinha visto até agora seria suficiente para dar conta da prática. E a segunda coisa após estar mais calma “Aonde vou fazer o meu Estágio? ”O estágio é segundo a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 Art. 1º, um

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos [...] § 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.⁵

É a Resolução Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 533/2008⁶, que regulamenta a supervisão de estágio em Serviço Social. A prática de estágio em EaD funciona assim

Trata-se de um/a assistente social que realiza encontros semanais com os/as estagiários/as para a orientação das atividades de estágio, sob a supervisão do professor da net aula. Efetiva-se, assim, a supervisão direta de estágios, porém virtualmente mediada.⁷

O campo de estágio foi desenvolvido através da articulação entre o Curso de Serviço Social da Universidade do Norte do Paraná (Unopar) e o Setor Pedagógico/Social de uma escola privada de maternal a 5ª série da região metropolitana de Cuiabá/Mato Grosso. Segundo a Lei 8662/1993 que corresponde ao código de ética do assistente social e que trata do estágio supervisionado em Serviço Social no parágrafo 5º cabe,

[...] ao supervisor de campo averiguar se o campo de estágio está dentro da área do Serviço Social, se garante as condições necessárias para que o posterior exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética e se as atividades desenvolvidas no campo de estágio correspondem às atribuições e competências específicas previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/1993.⁸

O campo de estágio desenvolvido situa-se na área denominada social, em um setor conhecido por Escola/Família tendo como especificidade a atuação profissional de uma orientadora educacional atuante a mais de 10 (dez) anos e a partir do ano de 2019 – primeiro semestre – com 5 (cinco) estagiários de serviço social, do 4º semestre e do 5º semestre.

É evidente que no atual contexto social brasileiro o papel do assistente social se reafirma com a expansão de políticas sociais e se legitima na gestão de projetos e programas sociais, bem como, nas diferentes áreas em que os profissionais construíram e demarcaram como campo de intervenção a dimensão social das demandas apresentadas aos três níveis da sociedade: Estado, Mercado e Sociedade Civil.⁹

O Serviço Social tem demonstrado em sua trajetória uma dinâmica muito flexível – um processo de adaptação quanto a campos de atuação profissional isto faz com

5. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: <https://www2.camaraleg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11788-25-setembro-2008-581200-publicacaooriginal-104017-pl.html> Acesso em: 2 jun. 2019.

6. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf> Acesso em: 2 jun. 2019.

7. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_193.pdf Acesso em: 23 mar. 2019.

8. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf> Acesso em 23 mar. 2019.

9. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_193.pdf Acesso em: 23 mar. 2019.

que a expressão social da questão social seja enfrentada com o objetivo de promover a cidadania de todos os agentes envolvidos. Nesta proposta de formação profissional frente as novas possibilidades de estágio o

[...] eixo central a questão social, entendida como objeto de trabalho do Serviço Social e a relação entre processo de trabalho e Serviço Social; através dele, destacava-se o necessário rigor teórico-metodológico no trato da realidade social, a apreensão da totalidade (universalidade, particularidade e singularidade), indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a ética e a pesquisa eram propostas de forma transversalizada, ou seja, ultrapassando a compreensão de ser apenas conteúdo disciplinar, mas se materializando em todo o processo formativo, o pluralismo e a direção social do projeto profissional vinculados à classe trabalhadora, na luta por uma nova ordem societária que pressupõe a superação do capitalismo. (JUNQUEIRA; REIDEL; CUNHA, 2014, p. 305).

A escola tem vários programas e projetos de natureza pedagógica e social,

Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. Somente eles apresentam esta característica – os outros projetos coletivos (por exemplo, os projetos profissionais, [...]) não possuem este nível de amplitude e inclusividade. (NETTO, 1999, p. 2).

Descrevo, dentre eles, apenas aqueles dos quais participei como observadora no Estágio em Serviço Social I da Unopar: o projeto Bullying coordenado pela orientadora educacional e pela psicóloga escolar. Após inúmeras discussões sobre o tema em sala de aula, foram confeccionados cartazes com a participação das crianças de toda a escola, e por último foi realizada uma palestra com todos os pais, que ao final assistiram seus filhos cantarem uma música sobre o tema. Este projeto tem por objetivo abordar uma necessidade urgente de se fazer reflexão e prevenção no ambiente escolar acerca da possível violência que cada vez mais se faz presente nas escolas que é o Bullying.

A diretriz que trouxe este debate visa tentar amenizar a dor e sofrimentos vividos pelas crianças em idade escolar devido à diversidade de hoje em nossa região. Levar temáticas como: tipo de cabelo, formato dos corpos, culturas regionais e principalmente orientação sobre as mídias sociais e o que eles podem encontrar nesse ambiente.

A finalidade deste projeto é o “alerta” educativo também aos alunos e pais ou cuidadores das crianças quanto a atitudes de encolhimento social, reclusão, e tentativas de suicídio que podem surgir dentro do seio familiar.

Outro projeto da qual participei mais ativamente - através da realização de uma roda de conversa - foi o de Saúde Mental. Aqui acontece um fato interessante, pois vendo nossa qualificação, a experiência de vida – dos cinco estagiários – o chefe dos recursos humanos resolveu nos desafiar apesar de estágio em Serviço Social I ser apenas de observação, propondo que fizéssemos uma roda de conversa com os funcionários da escola. Tal desafio foi aceito, e o tema que mais nos deixava seguros foi o de “Saúde Mental”.

Esta tarefa foi coordenada então pelo setor de recursos humanos, pela chefe,

e direcionado aos funcionários da escola, e foi organizado por nós cinco estagiários, de Serviço Social Unopar/Polo Cuiabá/MT na referida escola, com carga horária de 4h (quatro). A roda de conversa incluiu temas como a valorização da vida em sociedade e dinâmicas de interação de grupo, por parte de nós estagiários.

Aqui faço uma pequena reflexão dentro do processo de formação do assistente social, e esta reflexão envolveu um chamado a questão social – a saúde – dos funcionários da escola que foi prontamente atendida pelo nosso grupo. Esta situação possibilita aos

Profissionais que têm consciência da importância de uma prática informativa, questionadora, argumentativa, enfim transformadora, trabalham na perspectiva de intervir como facilitador para a formação de usuários conscientes, que possam garantir seus direitos e buscar exercer sua cidadania, saindo de uma percepção alienada. (BORGES, 2012, p. 5).

Este projeto tem por objetivo abordar uma necessidade latente sobre os funcionários que é sobre o estresse. A diretriz que trouxe este debate é tentar amenizar possíveis doenças mentais ocasionadas pelo grande estresse do trabalho. Levar temáticas como: conversar sempre que estiver com problemas pessoais, pedir ajuda, parar para se exercitar, e a questão do afeto e companheirismo são levantadas na discussão. A finalidade é diminuir o número de atestados médicos, os pedidos de saída ao médico para consultar e a própria falta não justificada ao trabalho. Apresento, então, a partir do que foi vivido, uma reflexão sobre as inúmeras contribuições do estágio/trabalho/atividade para o estagiário:

a. Motiva o estudo, pois o aluno percebe a finalidade dos conhecimentos discutidos no curso e sua aplicação na prática profissional; b. Facilita e antecipa as escolhas do estagiário quanto às áreas de atuação disponíveis na futura profissão; c. Possibilita perceber as próprias deficiências de formação pessoal, incentivando a busca do aprimoramento; d. Permite adquirir uma atitude de trabalho sistematizado, organizado e de planejamento, a partir de objetivos e metas que devem ser trabalhados coletivamente; e. Incentiva a observação e comunicação concisa de ideias, bem como o uso de termos específicos da área de atuação; f. Estimula o exercício do senso crítico, da criatividade e da sociabilidade; g. Oferece a clareza de que as instituições possuem filosofia, diretrizes, organização e funcionamento específicos, que devem ser respeitados na prática profissional; h. Estimula a análise do ambiente organizacional e da cultura ali desenvolvida.¹⁰

Os pais que procuram a escola pertencem a classe trabalhadora da região sul da sociedade cuiabana, e possuem algo em comum que é em geral precisar trabalhar o dia todo (8h) e esperam que a escola fique com seus filhos pelo menos 4h por dia.

Pensando nisso, a escola oferece um programa que atende de modo diferenciado alguns pais no tocante a preços e matrículas dos alunos. Tem a seleção de bolsas, programa social caracterizado pela escolha, através de uma prova que avalia os conhecimentos do aluno em relação ao seu ano de escolaridade

O setor Família/Escola prioriza o diálogo, a transparência de suas ações – pedagógicas

10. Disponível em: <https://www.colaboraread.com.br/aluno/webaula/index/1798354404?atividadeDisciplinalId=7521216>Acesso em: 24 abr. 2019.

e sociais - bem como o sensibilizar das famílias a tomarem consciência de seu papel de responsáveis pela educação e formação de seus filhos, e assim assumirem um trabalho em conjunto com a escola. Este setor também atende de forma diferenciada os alunos, sempre que possível dando suporte logístico aos pais na saída do aluno mantendo-o dentro da escola em lugar seguro e com alimentação até a chegada dos pais, que vêm do horário de trabalho.

Como foi o primeiro estágio em Serviço Social I, este é apenas de observação. Nosso trabalho constava em observar e anotar aspectos dos atendimentos individualizados que eram realizados, após fazíamos reuniões educativas, de estudos, orientações, informações e discussões individuais e após em grupo dos estagiários. Estas reuniões eram acompanhadas de palestras com temas informativos, e a presença sempre constante da psicóloga escolar bem como nossa preocupação constante em respeitar a realidade sócio-histórica e econômica dos alunos e seus familiares.

As pessoas – os pais que utilizam os serviços dessa instituição do campo de estágio – são, em sua maioria, trabalhadoras do comércio, ou donos (empresários) de pequenos negócios como: borracharia, lojas de peças de carros, doces, marmitaria, ou terceirizados: empregadas domésticas (serviços que incluem a faxina/limpeza), e de pequenos artesãos locais.

As crianças possuem entre 2 (dois) e 12 (doze) anos, são em maioria sexo feminino, e pertencem ao grupo social “trabalhador”. Em sua maioria não apresentam dificuldades em pagar a escola, até porque esta oferece uma série de possibilidades para que o pagamento seja efetuado (sorteio de bolsas, pagamento da mensalidade em dia tem desconto etc.).

As famílias mais carentes, que correspondem a um pequeno grupo, são atendidas no departamento Família/Escola como já foi falado. Este departamento atende as principais características da população atendida, e mantém um número de 50 (cinquenta) pessoas atendidas direta ou indiretamente pela instituição por mês. Este departamento também encaminha e orienta as famílias a utilizarem serviços comunitários como o Conselho Tutelar (CT) ou Centro de Referência Assistência Social (CRAS) e o Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) da região.

A cultura cuiabana é bastante familiar, ou seja, preza pela união das famílias, e estas são chefiadas em sua grande maioria por mulheres trabalhadoras (filhas, mães, avós, bisavós). A grande maioria das famílias mora perto (ou ao redor) da escola, e os que moram um pouco mais longe em outros bairros vem de Van escolar ou com mães que possuem carro e trazem outras crianças (num processo de carona). As famílias que constituem a comunidade escolar são denominadas pequenas, pois possuem 1 (um) ou no máximo 2 (dois) filhos.

Um dos grandes desafios como estagiária envolvendo a escola no setor Escola/Família era ter claro o que era competência pedagógica e o que era competência

envolvendo o assistente social. “O estágio supervisionado é um ‘divisor de águas’ no processo de formação profissional, um momento onde se descortina ao estagiário novas possibilidades de entender a dinâmica do trabalho profissional.” (OLIVEIRA, 2009, p. 107).

Meu aprendizado no setor envolveu o atendimento/ acolhimento social das famílias trabalhadoras da escola, onde era feito um atendimento a partir de uma entrevista semiestruturada que envolvia uma escuta social qualificada/especializada. A escuta é

[...] um processo de intervenção profissional que incorpora as relações humanas. Não se limita ao ato de receber alguém, mas a uma sequência de atos dentro de um processo de trabalho. Envolve a escuta social qualificada, com a valorização da demanda que procura o serviço oferecido, a identificação da situação problema, no âmbito individual, mas também coletivo. (SANTOS, 2006 apud CHUPEL; MIOTO, 2010, p. 47).

Após esta escuta o setor Família/Escola planejava em conjunto as possibilidades de intervenção com a família ou se era um problema diagnosticado como comum ao grupo social até mesmo era desenvolvido ações que envolvessem toda escola, como foi o projeto “bullying”.

E as pequenas conquistas vivenciadas no processo de formação do Assistente Social, através da experiência do Estágio Obrigatório em Serviço Social I, tiveram a ver com as alegrias envolvendo “a matéria-prima do fazer profissional: “A questão social”. (SOUZA, OLIVEIRA; BUENO, 2010, p. 139). O estágio neste setor inovador para mim, qual seja, na escola, me fez refletir sobre o Serviço Social e/na educação e sua atuação.

Esta relação teve minha análise baseada nos aspectos sociais que perpassam pela educação – a educação como um direito social - e compreendendo o papel do Estado frente a estes aspectos enquanto viabilizador de políticas sociais de intervenção em prol de melhorias na educação.

No Brasil a presença do Serviço Social na área da Educação se faz presente desde a origem dos processos sócio-históricos da profissão. Desde seus primórdios, a atuação dos/as assistentes sociais, tem sido de caráter e cunho educativos principalmente nas chamadas “grandes instituições”, uma vez que, as expressões da “questão social” eram vistas como problema de “educação” e que deveriam ser “tratadas” com a reeducação e o reajustamento da população. (CRUZ et al., 2013, p. 3).

Neste momento de reflexão sobre o estágio em Serviço Social I, descobri que

[...] o Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes; podemos buscar meios para identificar fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto e realizar encaminhamentos aos serviços sociais e assistenciais caso seja necessário para as famílias e estudantes, sobretudo os que se encontram em situação de vulnerabilidade. (CRUZ et al., 2013, p. 5).

O Serviço Social no âmbito escolar atua para a garantia de efetivação de uma educação – enquanto direito - de crianças e adolescentes, através das políticas sociais de inclusão e respeito à cultura e diversidade, desenvolvida pelo Estado e que constam no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) esta é Lei n. 8.069/1990 e Lei de Diretrizes

e Bases da Educação – Lei n. 9.394/1996.

Ainda no âmbito escolar, a ação profissional/o trabalho do assistente social, “[...] pode ser desempenhado com as mais diversas instâncias das escolas públicas como: Conselhos Escolares, Associação de Pais e Professores grêmios escolares e outros”. A escola ainda é um ambiente profissional novo para o assistente social, mas tem se tornado um espaço cada vez mais social. O assistente social precisa sentir-se parte integrante deste ambiente, para que possa contribuir no seu fazer profissional, promovendo assim a ampliação da política educacional inclusiva e uma intervenção profissional interdisciplinar que poderá contribuir com a busca de novos saberes.

3 | CONCLUSÃO

O Estágio em Serviço Social I foi para mim muito produtivo, pois envolveu um processo de ensino – aprendizagem em relação à teoria/prática, e encontrei um campo/atuação de trabalho maravilhoso – a Família/Escola na instituição escolar.

Fui muito bem acolhida em meu processo de aprendizagem. Meus erros foram sendo superados dia-a-dia com a compreensão e dedicação a mim pela supervisão de campo e acadêmica. Entendendo que “A importância do profissional do serviço social neste processo, não se dá apenas para melhoria das condições de aprendizagem do aluno, mas de exercício de cidadania e o protagonismo social.” (CAMPOS; DAVID, 2010, p. 271-2712). Foi um grande aprendizado neste setor para minha formação como assistente social.

REFERÊNCIAS

BORGES, V. V. O projeto ético-político profissional no dia-a-dia da prática profissional do Serviço Social. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, v. 13, n. 26, p. 157-172, 2012.

CAMPOS, L. D. S. DAVID, C. M. O profissional de Serviço Social no ambiente escolar: uma vivência prática. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 19, n. 1, p. 269-294, 2010.

CHUPEL, C. P.; MIOTO, R. C. T. Acolhimento e Serviço Social: contribuição para a discussão das ações profissionais no campo da saúde. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 9, n. 10, 2010.

CRUZ, Tatiane Oliveira et al. **Uma análise sobre a atuação do/a assistente social na educação**: notas para o debate. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. 20-23 agosto de 2013, Cidade Universitária da UFMA. São Luís.

HERMIDA, Jorge Fernando; BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. A educação à distância: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.166–181, ago. 2006.

JUNQUEIRA, M. R.; REIDEL, T.; CUNHA, F. L. da. Experiência de Estágio Obrigatório em Serviço Social: a efetivação da tríade e da pesquisa na formação profissional. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 302 - 314, 2014.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético político do Serviço Social frente à crise contemporânea: capacitação em Serviço Social e política social**: Brasília: CEAD, 1999.

OLIVEIRA, C. A. H. da S. Estágio supervisionado curricular em Serviço Social: elementos para reflexão. **Temporalis**, Brasília, v. 9, n.17, 2009.

PEREIRA, M. E. R. O estágio supervisionado frente à conjuntura atual de formação em Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 361-369, 2016.

SANTOS, E. T. O acolhimento como um processo de intervenção do Serviço Social junto a mulheres em situação de violência. 2006 – Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Serviço Social. In. CHUPEL, C. P.; MIOTO, R. C. T. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 9, n. 10, 2010.

SCHEUNEMANN, A. V. **Formação profissional virtualmente mediada em Serviço Social**: a experiência da Ulbra EAD. Canoas, 2015. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_193.pdf Acesso em: 23 mar. 2019.

SOUZA, T. M. C.; OLIVEIRA, C. A. H. da S.; BUENO, C. M L. B. P. Políticas de estágio e o contexto do Serviço Social. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 9, n. 9, jul. 2010.

PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: UMA EXPERIÊNCIA DESAFIADORA NO CONTEXTO PRIVADO

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 04/04/2020

Milene Lúcia Santos

Faculdade de Mauá - FAMA, Serviço Social

Mauá – São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/0439238857020805>

Andreia Agda Silva Honorato

Faculdade de Mauá - FAMA, Serviço Social

Mauá – São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/3489236125151813>

John dos Santos da Silva

Faculdade de Mauá - FAMA, Serviço Social

Mauá – São Paulo

Maria Cristina Campos da Silva

Faculdade de Mauá - FAMA, Serviço Social

Mauá – São Paulo

Maurício da Silva Santos

Faculdade de Mauá - FAMA, Serviço Social

Mauá – São Paulo

Tatiane do Nascimento Bastos Nunes

Faculdade de Mauá - FAMA, Serviço Social

Mauá – São Paulo

Rosineide Alves de Amorin

Faculdade de Mauá - FAMA, Serviço Social

Mauá – São Paulo

RESUMO: Este artigo traz relato de um grupo

de estudantes que vivenciam a experiência de um projeto de iniciação científica realizada pelo curso de Serviço Social de uma faculdade privada na região do ABC paulista, assim, buscam socializar não apenas os desafios existentes em sua materialização, mas destacar as possibilidades de introduzir e realizar a pesquisa no processo de graduação.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Iniciação Científica. Pesquisa. Formação Profissional. Instituição Privada.

SCIENTIFIC INITIATION PROJECT: A CHALLENGING EXPERIENCE IN THE CONTEXT PRIVATE

ABSTRACT: This article presents a report of a group of students who experience the experience of a scientific initiation project carried out by the Social Service course of a private faculty in the ABC region of São Paulo, thus seeking to socialize not only the existing challenges in their materialization, but to highlight the possibilities of introducing and conducting research in the undergraduate process.

KEYWORDS: Social Work. Scientific research. Search. Professional qualification. Private Institution.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta relatos de experiência de um Projeto de Pesquisa e Iniciação Científica – PROPIC realizado em uma faculdade privada na cidade de Mauá, situada na região do ABC paulista. Segundo dados do IBGE, tem hoje (2019) cerca de 417.064 habitantes, sua densidade demográfica é de 6741 hab/km², sua economia gira em torno dos trabalhadores que residem no município com uma média de 3,2 salários mínimos. A arrecadação bruta do município é de R\$ 184.978.905,32 (2016), a renda percapita por habitantes no mesmo período era de R\$ 363,21. Podemos afirmar que trata-se de uma cidade considerada de caráter extremamente periférico, territórios super-habitados, inclusive em áreas de riscos, em morros e encostas. É caracterizada como cidade-dormitório, pois a conjuntura tem impactado negativamente no desenvolvimento político e econômico, logo, social. Em 2019 foi decretada a cidade como em estado de calamidade financeira.

Neste cenário está localizada a Faculdade de Mauá – FAMA, que iniciou suas atividades acadêmicas no segundo semestre de 2001 como uma das primeiras instituições de ensino superior do município. Na ocasião, mantida pelo Instituto Educacional Irineu Evangelista de Souza, “Barão de Mauá”- IEBS, tendo como diretriz, o compromisso com a Educação e a formação de profissionais com sólidos conhecimento teórico, ético-político e técnico, capazes de permitir o desenvolvimento pessoal, a atuação profissional e a intervenção na realidade econômica e social, compreendendo-o criticamente e contribuindo para a construção de novas relações sociais nas quais fossem ampliadas a cidadania e a democracia, ou seja, preocupada com uma formação de profissionais capazes de atuar na perspectiva de uma mudança qualitativa e significativa do perfil da cidade, logo, de sua população.

Falar da cidade e situar a caracterização da faculdade torna-se importante para enfatizar que o cenário municipal carece de mudanças e que essas podem ser decorrentes de políticas de inclusão, mas também, de ambientes formativos que potencializem os cidadãos mauaenses a intervir na realidade local.

Assim como aconteceu com várias instituições educacionais de pequenos e médios portes, ocorrerá com a FAMA, adquirida pelo Grupo UNIESP, hoje, Universidade Brasil. Apesar de um processo de mudança filosófica e mercadológica, a FAMA conseguiu assegurar suas marcas, sua história e parte de suas características locais, que nasceram para atender a munícipes que, até então, tinham que se deslocar da cidade natal para ter acesso ao ensino superior. Destaca-se que, de acordo com dados do IBGE sobre escolaridade superior na cidade, com ensino completo havia em 2016, 20.493 habitantes, ou seja, não atingindo a 5% do total populacional e, em ensino superior incompleto 11.604 habitantes.

Em 2019, A FAMA conta com 3200 estudantes distribuídos em 10 cursos de graduação:

Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Educação Física, Nutrição, Pedagogia, Processos Gerenciais, Gestão Financeira, Sistema de Informação e Serviço Social. O curso de Serviço Social existe na faculdade há 16 anos na modalidade presencial e, no ano de 2018 foi submetido a incluir 20% de seus componentes em sistema on line – EaD por anuência do Ministério da Educação e Cultura - MEC, assim, às sextas feiras os/as estudantes não frequentam aulas regulares. O corpo docente em resistência, busca sanar de diversas formas as lacunas oriundas deste sistema, tentando criar mecanismos de atividades extra classe para suprir, ou seja, para além do ensino.

No ano de 2018 foi apresentado um projeto ao programa institucional denominado PROPIC- submetido por uma docente através de um projeto que, ao ser aprovado, contemplaria a inclusão de seis (06) graduandos(as) selecionados por critérios de elegibilidade definidos e publicados anteriormente. Assim, o projeto submetido e aprovado teve como título “Núcleo de Estudos sobre Pesquisa Científica: construindo e fomentando conhecimentos”. Este projeto está em andamento e com previsão de conclusão desta etapa para dezembro de 2019.

O objetivo geral remete-se a criar um núcleo de estudos e de pesquisa social com formação ampliada de técnicas de pesquisa e metodologia científica fomentando as habilidades teórico metodológicas, ético políticas e técnico operativas dos estudantes das diversas áreas do conhecimento, de modo a prepará-los para realizar pesquisas e participações nos projetos de extensão com condições de elaboração e publicação de resultados, ou seja, de socialização de conhecimentos construídos nos processos acadêmicos na relação teoria e realidade (ensino, pesquisa e extensão).

Segundo Severino (2007) a universidade tem como objetivo formar profissionalmente em diferentes áreas aplicadas através do ensino de habilidades e competências técnicas, formar cientistas a partir da disponibilização de métodos e conteúdos de conhecimentos e estimular o(a) estudante a voltar-se para a sua existência histórica, pessoal e social criando uma consciência social. Com isso, a educação superior atinge sua contribuição fim que é o aprimoramento da vida humana em sociedade.

Trata-se de um compromisso da universidade, em criar um indivíduo ético- político que referenda sua universalidade no coletivo. Severino (2007, p. 23) completa afirmando que “o que se espera é que, no limite, nenhum ser humano seja degradado no exercício do trabalho, seja oprimido em suas relações sociais ao exercer sua sociabilidade, ou seja alienado no usufruto dos bens simbólicos, na vivência cultural”.

A receita para fazer com que esse compromisso se concretize, tem como base um tripé: ensino, pesquisa e extensão. Essas atividades devem se articular entre si, e no âmbito universitário, ter a pesquisa como norte do ensino e extensão.

Entende-se a universidade como espaço de ensino e transmissor de saberes acumulados produtos do conhecimento, isto é, a instituição como fomentadora de produção de conhecimento. Conhecimento por sua vez, que se dá pela construção do objeto que

se conhece. Logo,

Sendo o conhecimento construção do objeto que se conhece, a atividade de pesquisa torna-se elemento fundamental e imprescindível no processo de ensino/aprendizagem. O professor precisa de prática da pesquisa para ensinar eficazmente; o aluno precisa dela para aprender eficaz e significativamente; a comunidade precisa da pesquisa para poder dispor de produtos de conhecimento; e a Universidade precisa da pesquisa para ser mediadora da educação (Severino, 2007. p. 25-26).

Contudo, assume-se uma tríplice dimensão na Universidade

A pesquisa, como processo de construção de conhecimento, tem uma tríplice dimensão: uma dimensão propriamente epistêmica, uma vez que se trata de uma forma de conhecer o real; uma dimensão pedagógica, pois é por intermédio de sua prática que ensinamos e aprendemos significativamente uma dimensão social, na medida em que são seus resultados que viabilizam uma intervenção eficaz na sociedade através da atividade de extensão (Severino, 2007. p 26).

Portanto, concatenar a universidade com a transformação da sociedade, faz com que seja realçada a importância da produção de pesquisas dentro do espaço universitário. O conhecimento é intrínseco a emancipação humana.

Para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, vem sendo adotado o método de pesquisa-ação e pesquisa-intervenção; segundo Chizzotti (2006) a pesquisa- ação se propõe a uma ação deliberada visando uma mudança no mundo real, comprometida com um campo restrito, englobado em um projeto mais geral e submetendo-se a uma disciplina para alcançar os efeitos do conhecimento. Este caminho metodológico visa privilegiar a construção do conhecimento na área da pesquisa e da extensão associada ao ensino, ou seja, efetivando-se o tripé do ensino superior brasileiro. Os registros e as análises serão fontes para elaboração de artigos científicos, que apresentarão os resultados, conclusões e recomendações.

Este PROPIC deveria ter ampliação nos investimentos para a pesquisa, tal como, a oferta de bolsa parcial ou integral aos estudantes que o compõe. A universidade mantenedora da faculdade investe em parcial hora aula ao docente para que este prepare o grupo para a iniciação científica. As atividades acontecem desde setembro de 2018 quando houve a seleção do grupo, tendo como critérios enquanto perfil dos candidatos(as): Estar regularmente matriculado nos Curso de Serviço Social; Não ter sido reprovado em disciplinas do (s) período (s) anterior (es); Ter disponibilidade nos dias e horários estipulados pela docente orientadora para o encontro de orientação nas atividades da pesquisa; Ter conhecimento e dar aceite ao Regulamento do PROPIC da IES.

Os(as) estudantes envolvidos(as) neste PROPIC realizaram três diferentes técnicas de pesquisa: bibliográfica (sobre pesquisa e método), análise documental (nas grades e ementários curriculares de todos os cursos da instituição para verificação de como aparece o eixo pesquisa materializado) e, de campo na III FAE – Feira de Acadêmicos e Empresários que aconteceu em outubro de 2018 no próprio campus e aberto amplamente para a comunidade acadêmica e ao público em geral.

Observaram que, segundo a grade curricular de 2018, a pesquisa aparece nas atividades extracurriculares e nos trabalhos integrados, mas, em alguns cursos, não na natureza presencial, o que prejudica significativamente a qualidade da articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão. Em linhas gerais, nos cursos de: Pedagogia aparece Metodologia do Trabalho Científico on-line e somente para 3º semestre; Gestão Financeira este mesmo componente aparece no 1º semestre on-line; Em Ciências Contábeis on-line no 3º semestre; Administração, Metodologia do Trabalho Científico aparece no 3º semestre on-line, mas, têm Pesquisa em Administração presencial nos períodos 4º, 5º, 6º e 7º. Em Processos Gerenciais há o componente Pesquisa Operacional presencial no 3º semestre; Observando com mais precisão, chegou-se a verificar que na totalidade dos cursos, desde a grade 2018 o componente Metodologia do Trabalho Científico tornou-se on-line e, em poucos cursos, vemos componentes relacionados a pesquisa em sistema presencial. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso manteve-se presencial nos cursos de Nutrição, Enfermagem e Serviço Social, entretanto, com carga horária reduzida em 50%. Destacamos também que no Curso de Serviço Social existem componentes como Pesquisa em Serviço Social 100% presencial e há um laboratório de Observatório de Políticas públicas onde a pesquisa aparece resistindo.

A pesquisa e a produção de conhecimento entre as diversas expressões é base fundamental para sustentação teórico-metodológica do Serviço Social. O desenvolvimento da pesquisa não se diferencia de outras áreas do saber, o que diferencia é o processo pelo qual se percorre em busca de retratar a realidade em sua verdade.

Perante um recorte temporal e espacial, com questões analíticas a serem pautadas como: Qual a proposta da pesquisa? Em qual espaço e tempo se dá a pesquisa? Quais os desafios e dificuldades encontrados e quais as maneiras de superação para efetuação da pesquisa? Entre outros. Certos de que tratar de pesquisa, pressupõe debruçar-se a relacionar as questões do processo que se dá sobre todo esse acúmulo científico e tecnológico.

Consubstanciado por estudantes e docentes dessa área de conhecimento, o Programa de Pesquisa e Iniciação Científica (PROPIC) iniciado no curso de Serviço Social vêm nos instigar a buscar novos métodos e técnicas para alcançar resultados minimamente qualitativos e quantitativos, provocando outros cursos a aderir a pesquisa como perspectiva de alcançar coletivamente um lugar que priorize a mesma na formação e no exercício profissional.

Novos desafios se colocam também para a função docente diante do aumento das informações nas sociedades contemporâneas e da mudança da sua natureza. Mesmo quando experiente, o professor muitas vezes terá que se colocar na situação de aprendiz e buscar junto com os alunos as respostas para as questões suscitadas. Seu papel de orientador da pesquisa e da aprendizagem sobreleva, assim, o de mero transmissor de conteúdo (BRASIL, 2013, p. 111).

Sabe-se que a pesquisa é um meio de acesso ao conhecimento, pois desenvolve

maior grau de inteligência, pois ela pressupõe ações para o exercício intelectual: reflexões, leitura, interpretação, compreensão, argumentação, dedicação, entre outros atributos, que contribuem para o desenvolvimento da espécie humana, sendo assim, a prática da pesquisa é de suma importância para se alcançar a sociedade justa a qual tanto almejamos.

Sendo então inevitável a condição da pesquisa no interior da profissão, parte do pressuposto que é através dela que se dá o entendimento à cerca das reflexões sobre o Serviço Social. É a construção do conhecimento dentro do Serviço Social que traça a luta para o progresso da profissão.

Com isso, afirmamos que é nos momentos de maior tensão que as questões sociais se tornam mais visíveis, e que ocorre o maior chamamento do Serviço Social para a pesquisa. (SETUBAL, 2003. p. 17)

Em “Pesquisa em Serviço Social: Utopia e Realidade” aborda-se o atual contexto de crise e amadurecimento da cultura acadêmica no Brasil, abrindo espaços para discussões e debates sobre a prática da pesquisa inserida no âmbito acadêmico, através de programas onde se dá maior importância para a construção à inserção da pesquisa, devendo essa ser constante e de permanente construção

Nota-se a maturidade da profissão por seu respaldo na prática de intervenção nas relações sociais, com um efetivo diálogo na constituição do campo social, desvendando os mistérios entre produção e conhecimento, a união entre prática e saber profissional. Tais reflexões têm como objetivo principal provocar docentes e estudantes do curso de Serviço Social para a importância da pesquisa em diferentes contextos de atuação, mesmo mediante a muitas dificuldades e desafios para a sua realização, usando assim da instrumentalidade, das técnicas investigativas para uma intervenção profissional crítica, qualificada para a apropriação da realidade concreta.

Somos sabedores das dificuldades do Serviço Social em realizar pesquisa, e das situações concretas que dão conta da pequena familiaridade da área com a produção do conhecimento. Mas é no desenvolvimento desse trabalho que mostramos, sem mistificação do processo, a trajetória de lutas, dificuldades múltiplas encontradas por todos os que se propuserem a desenvolvê-lo. Por isso, mas do que justo, considerarmos importante dar voz aos que ousaram macular a especialidade do Serviço Social, por meio da ampliação dos horizontes profissionais. (SETUBAL, 2003. p. 21,22)

Sabe-se que a pesquisa é uma das exigências postas ao profissional Assistente Social na contemporaneidade, pois o Serviço Social está na linha de frente para o enfrentamento da barbárie que está posta pelo capital à classe trabalhadora. E um dos grandes desafios é formar profissionais engajados com a perspectiva emancipadora que a profissão traz em seus princípios éticos.

Mesmo porque o quadro atual da educação tem como intuito limitar o ensino, reproduzir a lógica de interesse do capital, forçando assim docentes a limitar-se daquilo que deveras ser de fato colocado e discutido na formação acadêmica. O intuito do capital

é formar profissionais que se adequam aos moldes de reprodução do trabalho e não os formar intelectualmente para que assim tornem esses sabedores da verdade.

É necessário trazer para o âmbito acadêmico um debate expressivo sobre a qualidade da formação profissional, com vista na competência desse profissional em resposta às demandas que lhe serão apresentadas corriqueiramente, ou seja, respostas as diversas expressões da questão social, que é o objeto central do Serviço Social. Diante disso, cabe uma discussão sobre a precarização atual do trabalho dos docentes nas instituições de ensino, públicas e privadas, que tem reafirmado os princípios neoliberais. O docente sofre forte repercussão da transformação do mundo do trabalho, transformações relativas ao processo de expansão do Instituto de Ensino Superior (IES) iniciado na década de 90.

Verifica-se que os docentes estão cada vez mais submetidos ao mundo do capitalismo, que reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, sucateando cada vez mais a atuação do trabalho desses profissionais nas universidades. O que nos deixa evidenciado é que os profissionais da área da educação esgotam-se ao passar seus conhecimentos e também extenuam-se para enriquecimento dos empresários que transformaram o ensino em máquinas de fazer dinheiro.

Abordar o trabalho do Assistente Social implica em situá-lo no processo de produção e reprodução da sociedade capitalista, como fator que interfere decisivamente nas relações de trabalho. Pois, sendo o Serviço Social uma especialização do trabalho inserido nos diversos setores que compõem a vida social, a profissão não foge dos determinantes macroscópicos que influenciam as demais especializações do trabalho coletivo (JUNIOR, PIANA, LIMA, 2014, p.58).

É necessário reafirmar diariamente o papel fundante que a profissão Serviço Social tem na sociedade. Se preciso for, explicitar ponto por ponto, sua formação e luta até seu reconhecimento como categoria inserida na divisão social do trabalho, reconhecimento esse que foi galgado através de muita resistência.

Falar de pesquisa hoje no campo acadêmico é sinal de resistência, e lutar pela implantação de um núcleo que aborde essa temática é um grande privilégio para os aqui então envolvidos. Mesmo diante dos embaraços colocados por conta desse cotidiano avassalador, busca-se então respostas que nos direcionem a compreender em sua essência a importância de se iniciar a pesquisa científica no seio das universidades, buscando métodos de rompimento com esse padrão raso de ensino colocado na atual conjuntura, onde a educação é senão vista apenas como mercadoria.

A metodologia científica tradicional – moderna – não começa esclarecendo que a problemática do conhecimento pode ser abordada de dois pontos de vista: gnosiológico ou ontológico. Obviamente, ela não esclarece porque, para ela, não existem dois caminhos, mas apenas um. Ela parte simplesmente do pressuposto de que a abordagem apresentada é a única correta. Do mesmo modo, também não explicita o fato de que essa abordagem tem um caráter gnosiológico. Esse caminho carece de justificação. Sua apresentação é sua própria justificação (TONET, 2016. p. 13).

Contudo, sente-se a necessidade de esclarecer que gnosiologia tem como objeto

de estudo o conhecimento. Diferente de ponto de vista gnosiológico que tem como eixo o sujeito, ou seja, o objeto a ser estudado gira em torno do sujeito, portanto é o sujeito que constrói teoricamente o objeto. Assim como esclarece também que a ontologia é o estudo do ser, e com isso, as determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe. Já o ponto de vista ontológico aborda o objeto tendo como eixo o próprio objeto, não o resumindo apenas a elementos empíricos, mas também, ao elemento que constituem a sua essência.

Tonet discorre sobre o padrão greco-medieval de produção de conhecimento

Desta realidade do mundo objetivo, grego e medieval, deriva a característica predominantemente metafísica, idealista e ético-política e/ou ético-religiosa do conhecimento. O auto movimento da razão, guiado pela lógica, era o principal instrumento para a produção deste saber. Como o objetivo principal não era a produção de um conhecimento voltado para a transformação da natureza, mas para a organização e a direção da polis e/ou da vida para a transcendência, tratava-se de elaborar um tipo de conhecimento que pudesse servir a esses propósitos. Fundamental, para isso, seria o conhecimento da ordem universal e dos valores mais sólidos, universais e imutáveis, tais como a verdade, o bem, a justiça, o belo, etc. Só eles permitiriam encontrar estruturas mais firmes que garantissem maior estabilidade à organização da polis e da sociedade. Por outro lado, quem elaborava esse tipo de conhecimento eram aqueles que se ocupavam das coisas do espírito. Não é difícil entender como isso proporcionava um fundamento aparentemente sólido à autonomia das ideias (TONET, 2016 p. 30).

O conhecimento nesse período baseava-se em apreender a essência, que por sua vez era imutável. Desse modo o conhecimento não era construído pelo sujeito, mas era encontrado no próprio objeto, no qual continha a verdade, então a razão percorria um percurso até supera a aparência e alcançar a essência das coisas.

A transição do mundo medieval para o mundo moderno e o mundo feudal para o mundo capitalista, transforma não somente a perspectiva política e econômica. A perspectiva de mundo e de produção de conhecimento também sofre alterações, a centralidade não é mais o objeto, passa a ser o sujeito. Uma das características do mundo moderno é também a centralidade da subjetividade, fazendo com que a consciência perda cada vez mais a capacidade de apreender a realidade. A fetichização, mistificação e estranhamento, fazem parte do processo de produção de mercadoria.

Onde há mercadoria há necessariamente estranhamento e o desgoverno da produção da mercadoria (caso o mundo atual) tem sempre como consequência a intensificação desse estranhamento. A fragmentação, a diferença, a empiricidade, a efemeridade, então, deixam de ser produtos histórico-sociais, para se tornarem características naturais da realidade. Estas sem essência, sem unidade, sem ordem, sem hierarquia, sem gênese.[...] Como consequência disso, pode-se dizer que hoje vigora não apenas a centralidade, mas a hipercentralidade da subjetividade, que se manifesta sob as mais diversas formas e nas mais variadas áreas. Na esfera do conhecimento, desde a sua forma mais extremada, que é o irracionalismo, tônico das chamadas concepções pós-modernas, até as formas mais moderadas, como o neolusionismo, o pragmatismo e outras. Todas elas têm em comum a ênfase na subjetividade face a uma objetividade que se recusa – total ou parcialmente - à compreensão (TONET, 2016, p. 74).

Alberti (2004) traz contribuições sobre a técnica de entrevista e o tratamento do documento assim criado. A pesquisa aplicada, conjunta a uma metodologia combinada com

o método biográfico, tendo por base a memória, embutida na relação entre o entrevistador/a e entrevistado/a. Tornando a pesquisa um método que privilegia a investigação, pois recupera o passado tendo por base versões de fatos verídicos. A história oral, técnica moderna de documentação histórica pode ser definida como:

[...] a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 2004, p.18).

Como qualquer outro trabalho as fontes orais merecem um minucioso trabalho de crítica e interpretação, cabendo ao pesquisador/a usar a história oral de maneira correta. É o pesquisador/a que procura o entrevistado/a e/ou objeto de sua pesquisa, é ele que minuciosamente elabora todo plano de ação, consumado depois de vasta investigação e averiguação de fatos. Exige respeito pelo outro, por suas ideias, opiniões. Falar sobre assunto que lhe instigue; atraia; estimule; dando ênfase na voz das pessoas que vivenciaram ou vivenciam a situação que está sendo pesquisada, se preciso considerar depoimentos de sujeitos dentro da situação do cotidiano.

Não se trata de aprimorar a forma de enunciar as ideias para alcançar uma linguagem mais elaborada. Ao contrário: porque o documento de história oral guarda uma especificidade que o distingue de outras fontes, convém preservar as características da linguagem falada (ALBERTI, 2004, p. 214).

Provocar um olhar crítico do conceito, da prática e método, sem fugir da estrutura inicial, explorando a pesquisa em uma visão quantitativa e qualitativa é um dos desafios para dos pesquisadores.

[...] Metodologias de pesquisa Qualitativa, entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do SIGNIFICADO e da INTENCIONALIDADE como inerentes aos atos, às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas (MINAYO, 2004, p. 22- 23).

O todo social é mais rico, dinâmico e completo que qualquer estudo científico, a ciência que estuda apenas o âmbito social apenas das diretrizes, não a captura na sua totalidade.

O valor da pesquisa qualitativa, no entanto, não é reconhecido integralmente nem dentro das ciências sociais. Muitos cientistas sociais consideram importantes os estudos qualitativos apenas para fins exploratórios, recomendado sempre o uso de questionários estruturados para o que definem como “pesquisa científica”, na qual são exigidos testes de hipóteses, possibilidades de repetição pela standardização das perguntas e testes de validade e fidedignidade (MINAYO, 2004, p. 60).

Por fim trazemos um olhar sobre a instrumentalidade do Serviço Social sob o olhar de Guerra (2011) que relata que em seu primeiro momento costuma se associar instrumentos e instrumentalidade, entretanto, quando se aprofunda no texto da autora, vai nos mostrar

que a Instrumentalidade é uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio histórico.

A instrumentalidade do serviço social coloca-se não apenas como a dimensão constituinte e constitutiva da profissão mais desenvolvida, referenciada pela prática social e histórica dos sujeitos que a realizações, mas, sobretudo, como campo de mediação no qual os padrões de racionalidade e as ações instrumentais se processam (GUERRA, 2011, p.37-38).

Desse modo a atuação e reflexão da atuação do Serviço Social produzem várias racionalidades com níveis e graus distintos e podem adquirir maior ou menor importância dependendo do momento histórico da profissão.

Há algo que precede a discussão de instrumentos e técnicas para a ação profissional que no nosso entendimento e refere-se à sua instrumentalidade, ou melhor, a dimensão, que o componente instrumental ocupa na constituição, da profissão. Para além das definições operacionais (o que faz como faz), necessitamos compreender “para que” (para quem, onde e quando fazer) e analisar quais as consequências que no nível ‘IMEDIATO’ as novas ações profissionais produzem (GUERRA, 2011, p. 30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este PROPIC é uma iniciativa de suma importância para a Faculdade e para o Curso de Serviço Social, pois este tem como natureza profissional a intervenção e, esta, seus fundamentos advindos do concreto, da realidade, que fazem com que a pesquisa seja e esteja num lugar privilegiado no processo de formação e no exercício profissional.

Conclui-se que o PROPIC em seus moldes atuais não atinge o patamar ideal das prerrogativas e objetivações da profissão, mas é sem dúvida um avanço em meio a tantos desmontes nos investimentos educacionais. Conforme pontuado neste artigo, defende-se investimento para além dos proventos dos docentes, mas de bolsas de estudos e auxílio aos estudantes envolvidos.

A vivência deste grupo de pesquisadores(as) iniciantes percebeu até aqui que há inúmeros desafios para garantir a pesquisa nos cursos, principalmente porque a grade que atende 20% a distância submeteu exatamente componentes curriculares que ensinam a pesquisa e provocam a arte de pensar a sociedade numa perspectiva diferente da que está em circuito.

Na semana acadêmica intercursos realizadas entre 23 e 26 de outubro de 2018 na III FAE, este coletivo visitou todas as 32 exposições e considerou que, apesar da riqueza das mesmas em termos de criatividade, em informações e metodologias expositivas, deixaram a desejar em método de pesquisa com o público que receberam, ou seja, a ausência de elementos para que sistematizassem a experiência de valor que ali realizara, bem como, sua publicização enquanto conhecimento a ser multiplicado.

Deste modo, apesar do PROPIC ainda estar em andamento, pretende-se firmar sua

ampliação com estudantes de outras áreas, debater a pesquisa, fomentar o debate sobre pesquisa em núcleo de estudo iniciado com este grupo e investir em formações e novas experiências interdisciplinares.

Apesar dos dilemas que existem no quesito pesquisa, tais como: falta de maior investimento, garantia de componentes específicos de pesquisa presenciais em todos os cursos e em vários semestres e o perfil majoritário de estudantes trabalhadores com pouco tempo para se debruçar neste tripé, damos “luzes” as possibilidades existentes que, dentre estratégias e compromissos vão sendo realizadas e provocadas a ocupar lugares mais densos na graduação.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2º edição revista e atualizada – 2004.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

GUERRA, Yolanda, **A Instrumentalidade do Serviço Social**, São Paulo: Ed. 9 Cortez, 2011.

JUNIOR, Araré de Carvalho; PIANA, Maria Cristina; LIMA, Maria Jose de Oliveira. **Trabalho, Educação e Formação Profissional**. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Editora Hucitec, 13ª edição-2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. E ed Maceió: Coletivo Veredas, 2016

O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL (MESS): UMA MEDIAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/AS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Jodeylson Islony de Lima Tomascheski

Assistente Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul campus de Ponta Porã (UFMS/CPPP);

Mestre e Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Ponta Porã/MS

<http://lattes.cnpq.br/7819108340566107>

RESUMO: Discutir o MESS é sempre um desafio, visto que esse debate não se mostra tão evidente em nossas sistematizações teórico-políticas. Dessa forma, o relato de experiência aqui sistematizado, expressa um pouco da nossa vivência no campo das mediações ético-políticas da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) em prol de uma formação profissional de qualidade, entre 2012 e 2013.

PALAVRAS-CHAVE: MESS; ENESSO; Formação Profissional; Organização Política; Projeto Ético-Político.

ABSTRACT: Discussing the MESS is always a challenge, since this debate is not evident in our theoretical-political systematizations. Thus, the

report of experience systematized here, expresses a little of our experience in the field of ethical-political mediations of the national executive of Social Service students (ENESSO) in favor of a professional training of quality, between 2012 and 2013.

KEYWORDS: MESS; ENESSO; Vocational Training; Political Organization; Ethical-Political Project.

“Que a caminhada seja alegre
Que os passos sejam firmes
Que as amizades sejam sinceras
E a poesia não muito triste, antes profeta!
Que tua juventude não canse
E que tua voz não cale
Que teus sonhos não murchem
E que a fé não falhe!
Que a luta te encante (cada vez mais)
E a ternura se faça sempre presente!
Ternura e resistência!”
(Evenice Neta)

INTRODUÇÃO

Buscamos aqui empreender algumas análises acerca do direcionamento ético-

político dos/das estudantes de Serviço Social, fazendo uma sistematização de alguns anos de vivência e militância dentro do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), sob o prisma da defesa do **trabalho e da formação profissional** com qualidade.

Inicialmente, gostaríamos de expor que não temos a menor pretensão de esgotar essa discussão, mas sim darmos uma contribuição a esse tema, visto que a formação profissional se dá de forma permanente – como aponta a própria Política Nacional de Formação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS – num contingente diverso de espaços, que vai desde o Movimento Estudantil até os próprios locais sócio-ocupacionais, onde estão os/as assistentes sociais, possibilitando uma reflexão crítica desta realidade no processo de organização ética e política dos/das estudantes de Serviço Social.

Por questões de didática, a nossa exposição se dará a partir de dois elementos a serem analisados (ambos interconectados), pois eles se autodeterminam e autocomplexificam no processo de organização política desses estudantes e profissionais. Vale ressaltar, também, que esses pontos não são exclusivos ao Serviço Social, pelo contrário, suas inflexões estão na totalidade das profissões na contemporaneidade.

SITUANDO O AMBIENTE EM QUE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL SE EXPRESSA NA ATUAL CONJUNTURA

A tendência que se tem, enquanto Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), no tocante à formação profissional é a construção coletiva de um projeto que o MESS vem articulando com a categoria profissional, no qual se fincam as bandeiras de luta afinadas com a direção social construída pelo Serviço Social à luz do Projeto Ético-Político Profissional.

E nesse sentido o MESS tem se colocado no campo da crítica direta e resistente às respostas que o movimento burguês de sociedade tem dado à universidade, opondo-se a toda forma e expressão de deterioração do ensino superior brasileiro.

Nesse sentido, é importante apontarmos aqui, que um dos viés do processo de precarização da educação superior se dá pela mercantilização do direito à educação, por meio de duas grandes frentes: 1ª. Pela precarização e sucateamento, através de uma expansão sem qualidade das universidades públicas combinadas com o aligeiramento do processo de formação, subordinando toda sua estrutura pública ao interesse da iniciativa privada; 2ª. Através do estímulo ao ensino privado como uma gigantesca rede de “escolões”.

A expansão precarizada das universidades públicas, através principalmente da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cumpre um papel de acelerar o processo de formação profissional reestruturando-as no tocante ao ensino e à aprendizagem, alocando um número muito maior de estudantes numa mesma sala de

aula, aumentando exponencialmente a proporção professor/aluno. Isso significa, em última instância, reduzir custos na produção da força de trabalho como mercadoria, fazendo despencar o seu valor no mercado, resultando numa “natural” redução dos salários. Essa redução de salários aparece na empiria como resultado da lei da oferta e demanda, mas na verdade é resultado da essencial lei do *valor trabalho* da economia política marxiana.

Portanto, não há como negar que a educação está umbilicalmente ligada com o mundo do trabalho, estando assim suscetível a uma transformação recíproca, mesmo sendo seu momento predominante a esfera da produção. Ou seja, a reestruturação produtiva do capitalismo demanda profissionais flexíveis, com conhecimentos genéricos e tecnicizados, tudo isso combinados com baixos salários, e, afinal, a universidade é que tratará de fornecer esses quadros aos grandes monopólios e ao latifúndio.

Em outra face, não apenas da forma, mas agora do conteúdo, os currículos dos cursos de graduação têm servido cada vez mais a voracidade do capital, cursos das agrárias servindo ao agronegócio como latifúndio moderno, engenharias servindo aos monopólios industriais, dentre outros.

A própria produção de conhecimento e tecnologia, que no Brasil majoritariamente acontece nas universidades públicas, tem sido direcionada em sua essência ao lucro dos interesses privados, através das chamadas “fundações de apoio” que ao invés de promover a autonomia didático-científica, na verdade a destrói brutalmente.

Todos os projetos e convênios entre os cursos de graduação, professores pesquisadores, institutos e laboratórios públicos são submetidos, por meio dessas chamadas fundações de apoio, aos interesses privatistas, já que a comunidade universitária praticamente não é chamada a decidir sobre o conteúdo dos projetos.

Nesse contexto, podemos observar que a universidade pública tem cedido seus recursos, humanos e estruturais, aos interesses do mercado, tendo em vista que a empresa privada conveniada acabam por ter acesso a uma nova tecnologia, a qual será inserida em seu ciclo produtivo depois de patenteada.

E a situação ainda piorou com a implementação da Lei 13.243/2016, que versa sobre o Código da Ciência, Tecnologia e Inovação (com o mesmo direcionamento do código florestal e código da mineração), o qual nasceu pela justificativa de acabar com todas as “amarras burocráticas” na pesquisa tecnológica. Essa só aprofunda toda lógica mercantil a que está subordinada a produção tecnológica brasileira, além de permitir acesso livre e exploração de grandes empresas ao patrimônio genético da fauna e flora do nosso país.

Além dessa realidade, também expressa a atual conjuntura em que vivemos: o incentivo ao ensino privado, como uma faceta mais precarizada da expansão educacional brasileira, combinada com injeção de grandes montantes de recursos públicos nos barões da educação, a título do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Programa Universidade para Todos (PROUNI), da exponencial e explosiva massificação da Educação a Distância (EaD), assim como a entrega completa ao capital, de universidades

municipais que se mantêm por meio de recursos de dupla natureza (pública e privada), através da Lei Ordinária 12.881/2013.

Dentro desse processo de reconfiguração da política educacional surge o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que tem como uma de suas etapas o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, se apresentando como um dos grandes gargalos postos aos estudantes de Serviço Social, devido a análise crítica que se tem sobre esse processo de avaliação do ensino superior, o qual não poderia deixar de ser mencionado.

Com isso, gostaríamos de demarcar nossa concepção de que qualquer toda avaliação é política. Em que sentido? Acreditamos que elas nunca são neutras, que reproduzem uma visão de mundo e trazem concepções claras sobre a educação e sobre a sociedade, sempre existindo um para quê e um para quem. Avaliações não apresentam simplesmente aspectos neutros, técnicos e metodológicos.

No sistema capitalista, a educação é importante, mas não pelo seu caráter emancipador, libertador e transformador, mas por representar possibilidades de ascensão social, ganhos individuais e capitalização de recursos. Nessa lógica, as instituições de educação devem produzir conhecimentos úteis e rentáveis como condição para sua sobrevivência no mercado educacional.

A avaliação educacional, dentro dessa compreensão, só serve como medida de controle do que se espera desse processo na lógica neoliberal em que ela está calcada. No nosso sistema, o SINAES se mostra como uma espécie de 'Inmetro das Universidades' e o/a estudante assume um papel de cliente, consumidor de um produto, orientado pela relação custo/benefício que as instituições oferecem.

Esse sistema de avaliação aprofunda aspectos que historicamente foram rechaçados pelo movimento estudantil e pelos movimentos sociais da educação, como: **ranqueamento; caráter não só obrigatório, como punitivo; centralização e desrespeito às características regionais.**

Toda essa realidade posta, nada mais é, do que a condensação das finalidades do capital monopolista e do agronegócio subsumidos à tutela do imperialismo, representado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM) em suas recomendações para a educação. E no sentido contrário a tudo isso, o Serviço Social, balizado no projeto ético-político hegemônico, talvez, representa entre a área das humanas no Brasil, uma das últimas trincheiras do pensamento crítico, na luta contra esse processo de mercantilização da vida.

Na contramão dessa realidade, a ENESSO entende que as avaliações são parte relevantes do processo de formação, quando a análise diagnóstica deve se pautar pelo projeto político-pedagógico; por condições estruturais de ensino, pesquisa e extensão; pela relação ensino-aprendizagem; pelos os quadros de docentes, técnicos administrativos; diretrizes curriculares; ênfases de curso; e, especialmente, por avaliar se

os/as estudantes têm a possibilidade de análise crítica do contexto social em que estão inseridos/as, podendo contribuir de forma positiva para sua transformação. Contudo, não é o que está pautado no SINAES.

E QUAL O PAPEL DA ENESSO? REFLETINDO ALTERNATIVAS PARA UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE QUALIDADE

Sendo assim, a ENESSO nos últimos anos, percebe a centralidade da discussão da formação profissional, na perspectiva de construir uma programática que fomente acúmulo teórico e político para além da direção da nossa entidade, buscando contribuir ainda mais para a aproximação da base e enraizamento de debates consistentes, no que diz respeito a análises de conjuntura e de formação ético-política.

Assim sendo, a partir de uma maior aproximação com a base dos/as estudantes de Serviço Social, percebemos cotidianamente como o nosso processo de formação acadêmico-profissional vem se fragmentando e se coisificando, ao ponto de chegarmos a um aligeirado processo dessa formação, que nas palavras de Guerra (2010) seria um processo de **deformação profissional**. Dessa forma, a ENESSO, vem se posicionando de forma clara, resistiva e combativa acerca dos seguintes elementos:

- I. Imprescindível crítica à estrutura governamental e todos os seus defensores, entendida dentro do estado autocrático burguês como fiel representante dos interesses do imperialismo, dos monopólios e dos latifúndios, *ainda mais nos dias atuais no “desgoverno” de Bolsonaro*;
- II. O necessário reconhecimento de que a reorganização do movimento estudantil não pode estar desvinculada de um projeto estratégico na disputa da universidade brasileira, de um horizonte que dê luz a uma luta que transcenda a característica atual de simples resistência conjuntural, que aponte para uma ofensiva na destruição da universidade servil ao capital e edifique a universidade do povo, a Universidade Popular;
- III. A inerente defesa da autonomia e independência da ENESSO frente a qualquer forma de organização exterior, sejam partidos, organizações, coletivos, ou até as próprias entidades da categoria, não significando sua negação como aliados ou importantes contribuidores na organização do MESS.

No que se refere à Educação a Distância (EaD), mais do que nunca é necessário um aprofundamento crítico sobre essa realidade, só que, um aprofundamento a partir dos princípios eminentes no Projeto Ético-Político, pois ao discutir EaD não estamos reduzindo-o a uma crítica acerca dos sujeitos aí inseridos, mas principalmente ao processo de desmonte das políticas públicas, em específico da educacional.

Sendo assim, nosso posicionamento, enquanto ENESSO se pauta na crítica ao EaD, não contra os sujeitos inseridos nesta modalidade de ensino. É de extrema importância frisar esse posicionamento, pois outros projetos profissionais que buscam disputar a

hegemonia no Serviço Social se utilizam de tais artimanhas rasteiras e medíocres para tentar deslegitimar a atual direção política impetrada por nossas entidades representativas. E, diante disso, nos cabe também perguntar: Afinal, essas proposituras de projetos alternativos ao atual Projeto Ético-Político Profissional estão a serviço de quem e de quê?

É nesse limiar, que a ENESSO juntamente com o conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS, vem se posicionando contrário a essa modalidade de ensino, travando lutas no sentido de buscar uma efetiva formação acadêmica, pública, presencial, laica e de qualidade, que respeite as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, que garantam o Currículo Mínimo para sua materialização, e, que nesse processo de formação, a matriz crítico-dialético esteja interligada na apreensão das competências profissionais do/a assistente social, sejam elas teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa, que não seja uma formação estéril, meramente tecnicista, mas que permita uma análise crítica da realidade, em sua totalidade.

E, no que se refere ao ENADE, a ENESSO nos Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social (ENESS) de 2012 e 2013, bem como no seu Planejamento Estratégico Nacional pautou a crítica a esse processo, como parte constitutiva do SINAES, sendo deliberado coletivamente: que o direcionamento a ser dado ao ENADE do ano de 2013 será de debates críticos sobre esse sistema de avaliação, possibilitando aos Coordenadores Regionais (CR's), Centros Acadêmicos (CA's) e Diretórios Acadêmicos (DA's) um material de apoio para as discussões, e que assim fosse possível realizar atos nos locais onde as provas do ENADE foram aplicadas.

Essa deliberação se dá, a partir de uma análise crítica e política sobre os desdobramentos advindos dos boicotes realizados pelos/as estudantes ao ENADE, principalmente pelas punições advindas do Ministério da Educação aos/as estudantes que assim optaram pelo boicote, dentre outras sanções punitivas desse sistema opressor ao qual estamos imersos.

Sendo assim, é na formação profissional que o Serviço Social encontra uma das mais importantes táticas para a consolidação de seu Projeto Ético-Político, e nessa realidade, o MESS – no que se refere à atuação ética e política, visando a garantia da direção social da formação profissional – vem refletindo na realização dos Seminários Regionais e Nacionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SRNFPMESS) como fóruns de caráter organizativo, bem como no fortalecimento da relação do MESS com a ABEPSS, enquanto entidade orgânica-política na área da formação profissional em Serviço Social.

Além disso, consideramos que a defesa do atual Projeto Ético-Político é necessária para a construção do projeto de universidade popular como horizonte estratégico de luta pela transformação da universidade brasileira, já que em geral somos, talvez, a única profissão cujo Código de Ética e as Diretrizes da formação profissional posicionam-se ao lado do povo trabalhador na luta de classes, rompendo com a apologia direta ao sistema

e com a pretensa neutralidade científica que pregam os ideólogos da burguesia.

Na nitidez da própria realidade que vivenciamos, avaliamos que a ENESSO esteve (e está) construindo coletivamente táticas de enfrentamento a essa realidade de precarização e mercantilização da vida em suas mais diversas formas. O enfrentamento se fez e, se faz, na articulação e construção com os diversos sujeitos políticos que também se opõem a barbarização da vida social, num contexto de retração de direitos como é o caso das iniciativas do conjunto CFESS/CRESS, da ABEPSS e da ENESSO, dentre outros.

A construção de um projeto de universidade alternativo ao projeto hegemônico e global do capital se faz tão necessária quanto urgente, justamente porque a formação profissional que estamos vivenciando, se consolida em uma instituição, que, por sua própria natureza, tem um compromisso com a manutenção da ordem burguesa, e não com a classe trabalhadora, nem tampouco com a emancipação humana. O nosso dever, portanto, é o de utilizar o espaço da universidade burguesa, como terreno para semear nossas lutas, porém sem jamais perder de vista que essas lutas devem ir para além dos muros dessa instituição.

Em “tempos de barbárie” – como aponta Netto (2007), é urgente e necessário a defesa do Projeto Ético-Político Profissional “com unhas e dentes”, principalmente por entendermos que vivemos um longo contexto de mercantilização e coisificação das relações sociais, expresso pelo processo de desumanização do próprio homem.

Compreendendo todas essas determinações que compunham e, ainda, compõem a conjuntura econômico-política-social do Brasil e seus rebatimentos na política educacional, no que se refere ao processo de formação profissional no âmbito do Serviço Social, Abreu e Lopes (2007, p.15) afirmam que essa formação:

[...] sob as diretrizes curriculares, mas orientada pelo Projeto Ético-Político, move-se entre a flexibilização posta pela política privatista da educação superior para atender as exigências do mercado e a resistência a esta tendência, a partir da afirmação do compromisso profissional com as lutas democráticas emancipatórias da sociedade.

Com isso, é perceptível que o grande desafio posto ao Serviço Social como um todo (profissionais, estudantes e entidades representativas) no campo da formação profissional, está em pressionar pela abertura dos muros das instituições de ensino superior públicas, não como tem se dado por meio do REUNI, mas sim, pela abertura que possibilite o aumento do número de vagas com qualidade para a população, a partir de uma reestruturação da universidade que ofereça as condições objetivas e subjetivas de materializar o modelo de universidade que queremos.

Nesse sentido, como bem pondera Braz (2007), às vezes na resistência e às vezes na ofensiva, é que se sustenta o Projeto Ético-Político Profissional como alternativa de uma verdadeira emancipação humana e de que uma outra sociedade, para além do capital, é possível. Só que isso implica também numa luta permanente contra as forças do conservadorismo da sociedade e profissional.

E, é nessa resistência que se consolida e se apresenta o Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação Profissional e contra a precarização do Ensino Superior construído coletivamente entre as entidades representativas da profissão, a partir do GT de Trabalho e Formação Profissional do CFESS, que possibilitou e possibilita o debate e a identificação da inserção das correntes conservadoras no Serviço Social, hoje dominantes na sociedade, e mesmo assim vem se mantendo firme no propósito da resistência.

Pois, como diria Braz (2007, p. 9) “a saída está na defesa radical dos princípios e na criação de formas e mecanismos políticos adequados ao tamanho do desafio que temos pela frente”. Logo, devemos pensar a luta de forma consistente, coerente e articulada, apontando que não devemos só resistir, mas sim avançar na ofensiva da defesa do atual Projeto Ético-Político Profissional e principalmente na luta contra a mercantilização da vida.

Com isso, afirmamos que vivemos tempos adversos para o Serviço Social, mas, sobretudo tempos de luta e resistência, onde ratificamos que nesse caminho de barbárie o nosso posicionamento é de **NENHUM PASSO ATRÁS** na defesa da formação profissional de qualidade.

Portanto, observando o grande avanço, às vezes escamoteado às vezes mais visível do conservadorismo estudantil e profissional no Serviço Social é que precisamos unir forças nessa luta, que é da ENESSO, da ABEPSS e do conjunto CFESS/CRESS. Conquanto, essa luta não é exclusiva dessas entidades, já que a luta diária em defesa do nosso Projeto Ético-Político Profissional, do Projeto de Universidade Popular, bem como, do Projeto Societário a qual nos vinculamos e defendemos: é minha, é sua, é nossa!

Dito isso, terminamos esse debate com alguns indicativos: a discussão não se esgota aqui, pelo contrário, contribuimos com algumas análises de nossa inserção concreta nos espaços de discussão política e organização da nossa categoria profissional, em um dado momento histórico nesses 80 anos de profissão, e, com isso, temos a certeza de que a saída é pela esquerda, o que se mostra urgente e necessária a luta orgânica e coletiva dos sujeitos sociais. Dessa maneira, terminamos com as seguintes palavras de Bertolt Brecht, apontando-as para uma reflexão estética da realidade:

“[...] Não se envergonhe de perguntar, camarada!

Não se deixe convencer

Veja com seus olhos!

O que não sabe por conta própria

Não sabe.

Verifique a conta

É você que vai pagar.

Ponha o dedo sobre cada item

Pergunte: O que é isso?

Você tem que assumir o comando.”

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. Formação profissional e diretrizes curriculares. In: **Revista inscrita**. Brasília: CFESS; Ano VII, nº X, nov. de 2007.

BRASIL, **Lei 13.243**, 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm>. Acesso em 29. abr. 2016.

BRASIL, **Lei 12.881**, 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/L12881.htm>. Acesso em 28. abr. 2016.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do serviço social e seus elementos. In: **Revista Inscrita**. Brasília: CFESS, ano VII, nº X, Nov. de 2007

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In **Revista Serviço Social e Sociedade** [online]. 2010, n.104, p.715-736.

NETTO, José Paulo. Das ameaças à crise. In: **Revista inscrita**. Brasília: CFESS; Ano VII, nº X, nov. de 2007.

TIRA A MÃO DA MINHA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TEMPOS DE CORTES ORÇAMENTÁRIOS

Data de aceite: 01/07/2020

Nívia Barreto dos Anjos

IF Baiano *Campus* Santa Inês

Santa Inês – Ba

ORCID: 0000-0002-4225-9868

Artigo apresentado no 16º CBAS (2019)

RESUMO: Este artigo tem a intenção de apresentar o resultado de uma pesquisa desenvolvida tem como objetivo geral discutir o lugar do Movimento Estudantil do IF Baiano relativo a manutenção do direito à Assistência Estudantil em tempos de cortes orçamentários. A metodologia empregada recorre ao estudo de caso (IF Baiano – *Campi* Guanambi, Santa Inês e Uruçuca), com recorte de tempo 2014-2017.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Estudantil – Assistência Estudantil – Cortes Orçamentários

TAKE THE HAND OF MY STUDENT
ASSISTANCE: STUDENT MOVEMENT IN
TIMES OF BUDGET CUTS

ABSTRACT: This article intends to present the result of a research developed with general objective to discuss the place of the Student

Movement of the IF Baiano regarding the maintenance of the right to Student Assistance in times of budget cuts. The methodology employed is based on the case study (IFBaiano - Campi Guanambi, Santa Inês and Uruçuca), with a time cut of 2014-2017.

KEYWORDS: Student Movement - Student Assistance - Budget Cuts

O problema de investigação levantado neste artigo consiste em procurar identificar até que ponto o movimento estudantil do IF Baiano tem contribuído para a garantia do direito a assistência estudantil em tempos na resistência às restrições orçamentárias impostas pelos cortes orçamentários.

Convém ressaltar que Assistência Estudantil é fundamental para a permanência e êxito do estudante na Instituição. Com base nas lutas do Movimento Estudantil e do Fonoprace - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis foi instituído em 2010 o Decreto 7.234, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

No entendimento de Almeida (2013) a Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior, criada em

1989, representa as Universidades Federais e Institutos Federais junto ao Ministério da Educação. A Andifes, através do Fonaprace que é seu fórum assessor, possui grande preocupação com as questões relacionadas à Assistência Estudantil, e inclusive realiza estudos e pesquisas com o objetivo de traçar o perfil socioeconômico dos estudantes matriculados nestas instituições de ensino superior. Kowalski (2012) afirma ainda que tanto o Fonaprace quanto a UNE promoveram vários debates para discutir a Assistência Estudantil.

Kowalski (2012) ressalta que “a ascensão dos direitos são resultado de lutas e conquistas sociais que muitas vezes vivenciam um “processo histórico cheio de vicissitudes, em que as necessidades e as aspirações são articuladas em reivindicações no embate de peleja até serem reconhecidos legalmente como direitos”. (IDEM, p. 133). Mas é preciso ter consciência que “O direito a educação não é apenas a questão de garanti-la nas legislações brasileiras: o Estado tem um papel fundamental em criar medidas, políticas sociais com vista a facilitar a plena realização deste direito”. (KOWALSKI, 2012, p. 136)

O Decreto n. 7234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o PNAES. O artigo 1º destaca que “o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na **educação superior pública** (grifo nosso).” (BRASIL, 2014, art, 1º)

Os objetivos do PNAES consistem em:

I. Democratizar as condições de permanência dos jovens na **educação superior pública federal** (grifo nosso); II. Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da **educação superior** (grifo nosso); III. Reduzir as taxas de retenção e evasão; IV. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2004, art. 2º.)

As ações de AE no PNAES, de acordo com o art. 3º, devem ser desenvolvidas em dez áreas:

I. moradia estudantil; II. alimentação; III. transporte; IV. atenção à saúde; V. inclusão digital; VI. cultura; VII. esporte; VIII. creche; IX. Apoio pedagógico; X. acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2004, art. 2º.)

Antes de comentar sobre este artigo convém lembrar que segundo Moura (2007) a estrutura da nova LDB está dividida em dois níveis: educação básica e educação superior; e por incrível que pareça a Educação Profissional não se encontra em nenhum dos dois níveis, o que consolida a dualidade histórica de forma completamente clara. Para ele, a EP não faz parte da educação regular brasileira, pois é tida como algo que vem paralelo, como um verdadeiro apêndice apelidado de modalidade.

Sendo assim, pode-se sugerir que no artigo 4º desse Decreto a EP é lembrada, talvez nem mesmo como um apêndice (como na LDB), mas como uma “prima distante” que precisa de assistência, e que dessa vez é denominada de “aquela que possui especificidades”, a que é incluída agora como “abrangências”.

As ações de Assistência Estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, **abrangendo** (grifo nosso) os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas **especificidades** (grifo nosso), as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas do seu corpo discente (BRASIL, 2004, art. 4º).

Almeida e Rodrigues (2012) deixam um alerta visto que é necessário ter uma cuidadosa atenção ao modo como as interfaces com a educação tem se apresentado, por meio de diferentes programas sociais no campo da cultura, do lazer, da política de atenção à criança e ao adolescente, da política para a juventude, da assistência, do trabalho e do enfrentamento da pobreza. Isto porque a educação deixa de ser valorizada e passa a ser parte das estratégias de sobrevivência da população em função da vinculação desse acesso à obtenção de um recurso social no âmbito dos programas sociais. Isto tem causado uma distorção da compreensão da assistência social como direito social, segundo os autores, direito que assegure uma renda mínima a uma dimensão assistencialista.

Outra questão que merece destaque é que o PNAES no artigo 5º registra que: “Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”(BRASIL, 2010, art. 5º).

É preciso alertar que este artigo do PNAES apresenta uma concepção assistencialista pois é necessário deixar claro que a Assistência Estudantil é para todos os estudantes e não apenas para aqueles em situação de vulnerabilidade social. Os auxílios financeiros sim, deverão ser destinados para os discentes oriundos das classes desfavorecidas, todavia a AE vai muito além de distribuição de auxílios ou bolsas.

Neste sentido Souza (2017) esclarece que a AE não pode ser entendida somente por um caráter de recursos financeiros.

[...] pois, além de propiciar mecanismos de desenvolvimento da aprendizagem, também tem que prezar pelo bem-estar e qualidade de vida do estudante, prevenindo condições de risco, fomentando a participação em todos os espaços do instituto e para além dele, como participe das relações sociais, que se desenvolve em sociedade, tendo condições de exercitar, com consciência, sua identidade como ser social (SOUZA, 2017, p. 148,149)

Voltando ao PNAS, ele apresenta também como áreas de atuação: atenção à saúde, cultura, esporte e apoio pedagógico; então, isto é a prova de que a Assistência Estudantil deverá ser destinada a todos os estudantes e não apenas para aqueles em situação de vulnerabilidade social. Talvez pelo motivo do PNAES não estar regulamentado como uma Política acabe gerando tanta confusão na concepção da sua abrangência. Inclusive Kowalski (2012) registra que em pesquisa realizada identificou que os próprios servidores das Instituições de Ensino Superior acabam confundindo a Assistência Estudantil com a Assistência Social.

A autora deixa explícito que esta concepção é totalmente equivocada porque a própria Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8742/93) visa ao atendimento dos mínimos

sociais para atendimento das necessidades básicas das pessoas que se encontram na linha da pobreza ou abaixo dela. Sendo assim, ela irá contemplar pessoas em situação de risco.

Nisso ainda há um processo de depreciação do próprio direito à educação, que se configura como uma política universal (declarada como direitos humanos) a ser usufruída por todos os estudantes, independente da sua condição social. (KOWALSKI, 2012, p. 150)

Por outro lado, é necessário lembrar que deve existir o controle social sobre os programas e projetos da Assistência Estudantil e o Movimento Estudantil deve ter um lugar fundamental neste sentido. Voltando a Teixeira (2009), o planejamento de um programa requer: decisão, ação e controle social; pois, o ideal democrático exige cidadãos atentos para as escolhas das alternativas apresentadas pelas forças políticas e sociais. “O controle e avaliação do orçamento público assume cada vez mais importância numa sociedade que se democratiza” (TEIXEIRA, 2009, p. 568)

Convém ressaltar que Nascimento (2014) registra que houve um crescimento nos recursos orçamentários para os Programas de Assistência Estudantil, mas por outro lado, as ações também aumentaram em virtude do processo de expansão de vagas na Rede Federal de Ensino. Isso implica que “o crescimento absoluto dos valores continua expressando insuficiente dotação orçamentária para dar conta das necessidades estudantis apresentadas, especialmente pelo perfil socioeconômico dos estudantes que ocupam as vagas ofertadas, pois obviamente a gratuidade dos cursos não garante as condições de acesso e permanência.” (NASCIMENTO, 2014, p. 134,135)

A questão do orçamento da AE merece uma atenção especial, visto que os seus programas devem ser desenvolvidos com qualidade. E o movimento estudantil deve participar ativamente da gestão de todos os programas inseridos na Política de Assistência Estudantil. Principalmente com os cortes orçamentários ocorridos com o novo governo Bolsonaro que não tem como prioridade a Educação.

É necessário afirmar, parafraseando Moura (2013) que quem vai plantar e cuidar para que cresçam as sementes da educação de qualidade são os movimentos sociais pela educação, principalmente o dos estudantes, que são os mais diretamente afetados pela ameaça do capital financeiro à Educação e à Educação Profissional.

Na Reforma de Córdoba que ocorreu na Argentina em 1918 os estudantes já clamavam por Assistência Estudantil (AE) e este grito continua ecoando, porém dentro da Educação Profissional ele precisa ressoar com uma ultra intensidade, visto que se na LDB a EP já foi colocada como um apêndice, imagine o que o capital financeiro pretende fazer com a AE dentro desta modalidade de ensino.

De acordo com Dutra e Santos (2017) a AE é alvo de muitas discussões da comunidade acadêmica e hoje ela possui um papel de centralidade para o Estado, o qual foi conquistado como resultado de muitas lutas do Movimento Estudantil, organizadas

pela UNE e pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace.

No Brasil, segundo as autoras, as primeiras práticas de Assistência Estudantil ocorreram na década de 1930: “uma importante ação de assistência prestada ao estudante nesse momento foi a abertura da Casa do Estudante do Brasil, a qual se estabeleceu no Rio de Janeiro no início dos anos 1930, com o objetivo de auxiliar os estudantes com maiores dificuldades econômicas.” (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 150).

Dutra e Santos ainda destacam que em 1937, com o apoio do Ministério da Educação, a Casa do Estudante do Brasil realizou o 1º Conselho Nacional dos Estudantes, e a partir daí conseguiu criar a entidade máxima dos estudantes, a UNE, como fruto da necessidade da organização política da categoria estudantil. “A criação da UNE no bojo das organizações dessa residência universitária já aponta para a sua ligação com a AE (IDEM, p. 151).

De acordo com Souza (2017) a história da Educação Profissional no Brasil acaba configurando como parte da Assistência Estudantil, e ambas possuem traços multifacetados e ainda em construção.

A principal lacuna no trato da Assistência Estudantil na Educação profissional é que a sua história se perde nos marcos da história do Ensino Superior Brasileiro. Há claramente demarcadas e sistematizadas ações consideradas precursoras da Assistência Estudantil que refletem o movimento de luta pela educação superior no Brasil. A Educação Profissional tem em si uma característica que a difere da superior: é uma educação voltada para o labor, que tem em sua gênese a formação da força de trabalho. Logo, pensar Assistência Estudantil na Educação Profissional, é a partir do referencial de educação destinada aos trabalhadores. (SOUZA, 2007, p. 44)

Isso implica que a AE na EP deve ser compreendida em um contexto diferenciado no qual esteja implícito que ela possui suas especificidades, até porque é fruto de um apêndice da LDB, e por incrível que possa parecer ela também é colocada como um apêndice no próprio Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). É preciso recordar que em 2007, o Ministério da Educação, por meio da Portaria n. 39, instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil que é bem similar ao atual PNAES.

Antes convém lembrar o Plano Nacional de Educação 2014 - 2024 registra como estratégia 11,11 da meta referente a expansão da EP(11) , “elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio” (BRASIL, 2014, p.72 – grifo nosso).

Todavia, em 2019 esta elevação gradual tem sido sinônimo de estancamento. É muito pior, pois se o recurso financeiro da Assistência Estudantil não tem sido afetado teoricamente pelos cortes, na prática a realidade é outra, porque as instituições de ensino vêm perdendo recursos e a sua forma de sobrevivência acaba recaindo sobre o da Assistência Estudantil.

Em relação ao IFBaiano (estudo de caso da pesquisa) e dos três campi lócus da pesquisa (Guanambi, Santa Inês e Uruçuca), percebe-se que durante os anos de 2014 a 2017 o orçamento não “sofreu” alteração. Todavia, na aplicação dos recursos o impacto tem sido grande.

Campi	2014	2015	2016	2017
Guanambi	R\$ 1.675.890,20	R\$ 1.884.760,00	R\$ 2.216.337,00	R\$ 2.219.548,00
Uruçuca	R\$ 1.374.213,00	R\$ 1.741.294,00	R\$ 1.936.239,00	R\$ 1.806.469,00
Santa Inês	R\$ 1.722.089,22	R\$ 1.952.928,00	R\$ 1.884.422,00	R\$ 1.923.911,00

Tabela 1: Distribuição da Assistência Estudantil 2014-2017

Fonte: Matriz CONIF 2014, 2015, 2016 e 2017

Verifica-se que no “mundo orçamentário” da Assistência Estudantil a crise não chegou. O discurso político é de que os recursos da AE não estão sendo afetados pela crise. Todavia, a realidade é outra. Em 2014, por exemplo, o *campus* Santa Inês não precisava redirecionar a AE para o custeio do Refeitório; já em 2016 foi preciso retirar R\$ 450.000,00 para o Refeitório.

Um dos entrevistados teceu o seguinte comentário em relação ao ano de 2014:

Por meio de um relatório da Assistente Social a CLAE conseguiu recursos extras para comprar óculos e cama para os estudantes em 2014. Foi por causa deste recurso que passei uma tarde inteira assinando liberação de cama e óculos! (Entrevistado SI 10)

Por outro lado, ao ser indagado sobre a autonomia da Comissão o entrevistado respondeu claramente sobre como a crise vem provocando na Assistência estudantil:

A CLAE tem autonomia, com algumas exceções em relação a divisão dos recursos financeiros, principalmente nos últimos anos (de crise). (Entrevistado SI 02)

Neste sentido, Araújo e Rodrigues (2010) registram que a educação, inclusive a profissional, fazem parte de campos de disputa nos quais prevalecem dois tipos de abordagem: 1) os que buscam a conformação dos homens à realidade dada; 2) Os que procuram a transformação social. “Tais abordagens consubstanciam em nossa sociedade, dois projetos antitéticos de formação dos trabalhadores: uma pedagogia focada no trabalho e outra pedagogia focada no capital” (IDEM, 2010, p. 51).

Os autores registram que é necessário um projeto democrático de educação profissional que assuma uma nova postura frente aos saberes, às práticas de ensinar e de aprender, aos procedimentos de organização curricular e de avaliação. E a construção dessa EP qualitativamente nova perpassa pela sua emancipação em relação ao controle do capital.

Em relação ao estudo de caso da pesquisa, é importante destacar que em 2008, por meio da Lei n. 11.892, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. E Moura (2007) ressalta que “uma possibilidade para os filhos da classe trabalhadora é a tentativa de ingresso em uma das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, instituições que historicamente atuam como referência nos vários componentes que constituem a formação integral” (MOURA, 2007, p. 21). Mas Moura ainda lembra que a concorrência para ingresso na EP é muito grande, visto que o número de vagas é limitado.

O IF Baiano agrega as antigas Escolas Agrotécnicas Federais e as Escolas Médias de Agropecuária Regionais da Ceplac (EMARC) presentes na Bahia. Sua Missão consiste em “oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão” (IFBAIANO, PDI 2015-2019, p. 21).

A primeira versão da Política de Assistência Estudantil do IFBaiano foi aprovada em 2011; a segunda, em 2016; e a terceira em 2019. Ela traz como objetivo geral: “O desenvolvimento de programas e ações que visem a democratização do acesso, a permanência e o êxito no percurso formativo do(a) estudante, enquanto cidadão(ã) em processo de desenvolvimento, propiciando-lhe o exercício pleno da cidadania” (IFBAIANO, 2019, p. 1)

E nesta perspectiva ela apresenta os seguintes programas:

I. Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante - PAISE; II - Programa de Auxílios Eventuais - PAE; III - Programa de Residência Estudantil; IV - Programa de Alimentação Estudantil; V - Programa de Incentivo à Participação Político Acadêmica - PROPAC; VI - Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer - PINCEL; VII - Programa de Prevenção e Assistência à Saúde - PRO-SAÚDE; VIII - Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico - PROAP. (IDEM: p. 6 e 7)

A Política de Assistência Estudantil do IFBaiano elenca as atribuições da Comissão Local de Assistência Estudantil a qual compõe os sujeitos da Pesquisa Empírica realizada (2014-2017).

A primeira incumbência da CLAE consiste em divulgar as ações da Assistência Estudantil na perspectiva de consolidá-la como política institucional. Neste sentido alguns depoimentos foram registrados na pesquisa: Tudo era afixado no mural da Assistência Estudantil (Entrevistado GUA 01) ; Divulgava por meio de reunião no Auditório e passava todos os detalhes para os estudantes (Entrevistado SI 01); Tinha sempre quórum na assembleia dos estudantes para repassarmos as informações e a administração também estava presente (Entrevistado URU 07); Divulgação no site e nos murais. Os estudantes da CLAE socializavam as informações com os colegas. A CLAE ia nas salas para informar aos estudantes as etapas dos programas. Nunca ficou nada na escuridão! (Entrevistado URU 02).

A segunda atribuição da CLAE consiste em acompanhar e avaliar os programas, projetos e ações desenvolvidos no âmbito da Política de Assistência Estudantil no campus.

ENTREVISTADO	ESTUDANTES PARTICIPAM	ESTUDANTES NÃO PARTICIPAM	ESTUDANTES ÀS VEZES PARTICIPAM	TOTAL
ESTUDANTES	10		3	13
SERVIDORES	12		1	13
GESTORES	4		2	6
TOTAL	26		6	32

Tabela 2 – Existência de Participação Estudantil na Divisão dos Recursos

Fonte: Entrevista Pesquisadora

Verifica-se que de acordo com a opinião dos entrevistados 82 % dos estudantes participam da divisão dos recursos, momento em que são definidos os programas, projetos e ações a serem desenvolvidos durante o ano. E 18% participam às vezes, sendo suas ausências justificadas por excesso de atividades acadêmicas.

Outra tabela que sugere que existe este acompanhamento refere-se a periodicidade de reuniões da CLAE.

ENTREVISTADO	SEMANAL	QUINZENAL	MENSAL	NÃO HÁ PERIODICIDADE	TOTAL
ESTUDANTES	4	7	2		13
SERVIDORES	2	5	2	4	13
GESTORES	1	3		2	6
TOTAL	7	15	4	6	32

Tabela 3 – Periodicidade de Reuniões da CLAE

Fonte: Entrevista Pesquisadora

Verifica-se que 47% dos entrevistados afirmam que ocorrem reuniões quinzenais, 22% semanal, 13% mensal e 18% que não há periodicidade visto que as reuniões são por demandas.

Convém ainda ressaltar que de acordo com a Política de Assistência Estudantil do IFBaiano, o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE):

É destinado aos estudantes regularmente matriculados, que possuam renda *per capita* de até um salário mínimo e meio vigente, conforme definido pelo decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre Programa Nacional de Assistência Estudantil, para garantia da permanência dos mesmos na instituição, durante os anos destinados ao processo formativo do curso escolhido. (IDEM, 2019, p. 8)

Em relação a CLAE, os seguintes depoimentos foram registrados nas entrevistas:

Os programas eram discutidos e a divisão dos recursos ocorria de forma participativa,

com a inclusão dos estudantes. Foi adquirido o suporte para bicicletas, Academia para os estudantes residentes, geladeira, microondas e TV de Led para as Residências (Entrevistado GUA 08);

Desenvolve os programas e busca fazer gestão participativa do orçamento (Entrevistado GUA 03);

Tudo era discutido em grupo e era muito organizado. (Entrevistado SI 04);

Tão atuante que eu não podia viajar sem comunicar a escola, por causa das assinaturas e reuniões. A CLAE exigia muito do estudante! (Entrevistado SI 07);

A CLAE era obrigada a ser atuante, principalmente porque se tratava de recursos financeiros. Era uma das comissões que mais trabalhavam. (Entrevistado URU 01);

Realiza reuniões, discute os temas pré e pós edital. Discutindo e avaliando a efetividade, abrangência e eficácia da Política (Entrevistado SI 05).

Em relação a atuação do Grêmio Estudantil na luta pelos direitos no depoimento dos estudantes na pesquisa realizada os entrevistados de Uruçuca afirmaram que o Grêmio era muito atuante entre 2014 e 2015 e existia diálogo com o Centro Acadêmico. Em Santa Inês, eles faziam tanta manifestação que chegaram a interditar a BR; o Grêmio tinha muita responsabilidade em relação ao direito dos estudantes por isso eram ativos, faziam reuniões e participavam de manifestações externas. Em Guanambi faziam muitas reuniões, organizavam palestras e criaram o Cine IF e outros projetos.

Já quanto aos Diretórios ou Centro Acadêmico no engajamento desta luta pela Educação e pela Assistência Estudantil 07 estudantes, sendo 4 de Santa Inês e 3 de Uruçuca definiram os Diretórios ou Centro Acadêmicos como participativos. Em Santa Inês os seguintes comentários foram tecidos: “Os estudantes participavam mais do que assistiam aula”, 90% dos estudantes participavam das reuniões, as informações eram transmitidas para os demais estudantes. Já em Uruçuca o Centro Acadêmico ajudou até no reconhecimento do curso. A atuação era em parceria com o Grêmio. Ocorriam muitas viagens, principalmente em época de greve.

Dois gestores classificaram os DAs ou CAs como participativos (Santa Inês e Uruçuca), alegando que eles estavam presentes em todas as reuniões e eram muito politizados, inclusive em Uruçuca eles influenciavam o Grêmio Estudantil.

Isto comprova que o IFBaiano possui realmente um diferencial na sua Política de Assistência Estudantil: a gestão com a participação estudantil. Um estudante residente afirmar que não poderia se deslocar da Instituição sem comunicar a CLAE representa o tamanho da responsabilidade que ele possuía enquanto representante. No *Campus* Santa Inês não era liberado desde um óculos para o estudante até uma televisão para o gabinete odontológico sem a assinatura do estudante que era aluno titular na CLAE.

Hoje o *Campus* Santa Inês nem sabe se ofertará óculos para os estudantes porque o seu orçamento foi afetado por diversos cortes, tendo sido necessário que a CLAE

liberasse R\$ 760.000,00 para o Refeitório Estudantil. Em 2019, a CLAE recebeu R\$ 2.090.999,72 para Assistência Estudantil, ou seja, aparentemente o recurso da CLAE foi ampliado, mas a essência está imbuída em um contexto de crise orçamentária que vem afetando toda a educação.

É neste sentido que Almeida e Rodrigues (2012) acreditam que pensar a educação nos marcos da sociedade do capital exige refletir em seu processo hegemônico, como também nas possibilidades de resistência e de constituição de outras formas de sociabilidade.

Ainda dentro desta perspectiva, Saviani (2008) afirma que a educação se destina à promoção do homem, desta forma um processo de desenvolvimento que considere o homem como a principal preocupação, com certeza terá a educação como setor fundamental.

Porém Meszáros (2007) afirma que da forma como as coisas são encaminhadas na atualidade em relação à educação, o seu principal papel acaba sendo o de cão-de-guarda para levar a população a um conformismo sem limites a ponto de se subordinar as exigências do capital. Todavia, para o autor, o lugar que a educação possui na sociedade é soberano em dois aspectos: 1) Na elaboração de estratégias de mudanças das condições objetivas de reprodução social; 2) Para a automudança consciente das pessoas que passam a ser convidadas a concretizar a criação de uma nova ordem social. Por isso ele registra que a tarefa educacional consiste na busca de uma transformação social ampla e emancipadora ao mesmo tempo.

Por isso Meszáros (2011) registra que “é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa significativamente diferente (MESZÁRIOS, 2011, p. 198). E Iasi (2011) lembra que o fundamento da emancipação humana consiste na possibilidade dos homens assumirem o controle da história de forma planejada e consciente.

Neste sentido, Nogueira e Nogueira (2014) afirmam que a escola e o trabalho pedagógico desenvolvido por ela só podem ser entendidos, na perspectiva de Bourdieu, quando relacionados ao sistema das relações entre as classes. Dentro desta concepção, a escola é compreendida como “uma instituição a serviço da reprodução e da legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2014, 71)

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o material necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostos (MÉSZAROS, 2011, p.202)

Por isso, Almeida e Rodrigues (2012) registram que para a educação se torne um direito livre das artimanhas do capital é preciso caminhar na direção da construção de

uma nova ordem social.

Todavia, enquanto esta nova hegemonia não se planta é preciso ter consciência de que a educação também faz parte das contradições que envolve as lutas sociais por direitos. Neste sentido, o IFBaiano também sofre os impactos das artimanhas do capital contra a educação e por isso o Movimento Estudantil grita: Tira a mão do minha Assistência Estudantil!

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGUETTO, Maria Lucia (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2014.
- ALMEIDA, Jaqueline Cavallari Sales de. **Avaliação da Implementação do PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPR**. Impactos e resultados para graduandos com fragilidade socioeconômicas. 2013, 156p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas. Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina.
- ALMEIDA, Ney Teixeira de e ALENCAR, Monica Maria Torres de. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2011.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira e RODRIGUES, Maria Cistina Paulo. O Campo da Educação na Formação Profissional em Serviço Social. In: PEREIRA, Larissa Dahmer e ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Org). **Serviço Social e Educação**. 2ª edição. Ed Lumen Juris / Serviço Social, Rio de Janeiro:2012.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira . Escola: espaço de convívio social e construção coletiva. In: LINHARES. Célia (organ.) . **As Escolas Querem Estrelar o Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro; Léo Christiano Editorial, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 010172**, de 09 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação.
- BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação.
- BRASIL. **Decreto 7.234**, de 19 de junho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil.
- DEMO, Pedro. **A Nova LDB: Rarões e Avanços**. 23ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
- DUTRA, Natália Gomes dos Reis e SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência Estudantil sob Múltiplos Olhares: a disputa de concepções. In: **Ensaio Avaliação Política Pública Educacional**. Rio de Janeiro, v.25, n.94, p. 148-181. Jan/mar 2017.
- IASI, Mauro. As Manifestações de Massa e a Dimensão Estratégica. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGUETTO, Maria Lucia (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2014.
- IASI, Mauro. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.
- IF BAIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019)**. 2014. 156 p. Aprovado pela Resolução nº 2, de 05 de fevereiro de 2015.
- IF BAIANO. Política de Assistência Estudantil. 2019. Aprovada pela Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2019..

KOWALSKI, Aline Vieira. **Os (Des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos**. 2012. 180p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

MESZÁROS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. (Tradução Ana Cotrin, Vera Cotrin). São Paulo: Boitempo, 2007.

MESZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria 39**, de 12 de dezembro de 2007. www.portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf

MOURA, Dante Henrique. Ensino Médio Integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? In: **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v.39, n.3, p. 705-720, jul./set. .2013

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**. Natal, V2. P -17, 2007.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **Uma Análise das Ações de Assistência Estudantil no Contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**. 2014, 153 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. São Cristovão.

NOGUEIRA, Maria Alice e NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. 4ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora: 2014 (Pensadores & Educação).

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas. v.12, n. 32, p 52-180, jan/abr 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira**: Estrutura e Sistema. 10º edição. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação**: Trajetórias, Limites e Perspectivas. 12ª edição. Campinas: Autores Associados, 2011.

SOUZA, Jacqueline Damiane Almeida de. **Na Travessia: Assistência Estudantil na educação Profissional**. As interfaces das Políticas de Assistência Social e Educação. 2017, 191p. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social, Brasília.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, Administração e Execução de Políticas Públicas. In: In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

CAPÍTULO 13

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TRÊS RIOS: UMA ANÁLISE APROXIMATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 03/04/2020

Patrícia Bonfante Soares Freitas

Graduanda do Curso de Serviço Social -

UniRedentor - Paraíba do Sul

<http://lattes.cnpq.br/5814475323966416>

Sueli do Nascimento

Doutora em Serviço Social/UFRJ – UniRedentor -

Paraíba do Sul

<https://wwws.cnpq.br/6546032612240610>

Julia Marinho Moreira da Silva

Graduanda do Curso de Serviço Social -

UniRedentor - Paraíba do Sul

<http://lattes.cnpq.br/9140967147901129>

Vanessa Miranda Soares

Graduanda do Curso de Serviço Social -

UniRedentor - Paraíba do Sul

<http://lattes.cnpq.br/5694179061982209>

Thais Carpinter de Souza

Graduanda do Curso de Serviço Social -

UniRedentor - Paraíba do Sul

<http://lattes.cnpq.br/9960950862222460>

Luzineth Corrêa da Silva Carvalho

Graduanda do Curso de Serviço Social -

UniRedentor - Paraíba do Sul

<http://lattes.cnpq.br/3522188331666916>

Caroline de Carvalho Pinto

Graduanda do Curso de Serviço Social -

UniRedentor - Paraíba do Sul

<http://lattes.cnpq.br/3517846475397520>

Vanilda de Oliveira Carvalho Pinto

Graduanda do Curso de Serviço Social -

UniRedentor - Paraíba do Sul

<http://lattes.cnpq.br/2824818308025559>

RESUMO: O texto trata das expressões da questão social presentes no município de Três Rios, tomando como referência o saber popular articulado ao debate teórico. O município tem suas origens no escravismo e no coronelismo. Atualmente, tem um desenvolvimento na região em que se localiza, entretanto não se desponta com os índices de pobreza, educação e saúde.

PALAVRAS-CHAVE: população, questão social, serviço social.

THE EXPRESSIONS OF THE SOCIAL
QUESTION IN TRÊS RIOS: AN
APPROXIMATE ANALYSIS OF SOCIAL
SERVICE

ABSTRACT: The text deals with the expressions of the social question present in the municipality of Três Rios, taking as reference the popular knowledge articulated to the theoretical debate. The municipality has its origins in slavery and coronelismo. Currently has a development in the region in which it is located, however it does

not appear with the indices of poverty, education and health.

KEYWORDS: population, social issue, social service.

1 | INTRODUÇÃO

Esse artigo pretende apresentar as transformações sociais e econômicas do município de Três Rios – RJ. Tal apresentação foi constituída a partir da entrevista com os moradores de bairros do município, quando buscamos identificar a relação das expressões da questão social, relacionando o crescimento econômico no município com o perfil econômico e social dos moradores nas últimas décadas.

A pesquisa utiliza-se do referencial crítico que possibilitará esclarecer que, na sociedade capitalista, com a divisão social do trabalho, existem dois grupos: o primeiro, que detém riquezas e os meios de produção, denominado por Marx de burguesia, e o outro que possui somente a força de trabalho para vender: chamado de proletariado ou classe trabalhadora. Essa exploração de uma classe sobre a outra é geradora de profunda desigualdade social que se encontra ao conjunto de expressões da questão social na sociedade capitalista.

Para essa proposta de pesquisa, foram realizadas entrevistas com moradores locais, aqui denominados “sujeitos sociais”, para interpretar a partir de suas respostas como esses sujeitos se reconhecem nesta sociedade. Essa pesquisa tem caráter metodológico-qualitativo por se tratar da análise de dados obtidos através da aplicação de um questionário semiestruturado com questões abertas e fechadas.

Foi utilizado também, um breve levantamento bibliográfico da historicidade do município, desde a sua formação e emancipação até os dias de hoje. Com o método quantitativo, através de dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do site da Prefeitura do município de Três Rios, foi possível entender o desenvolvimento, tanto do território, quanto da população do município.

Essa pesquisa é pertinente e se justifica por 2 (dois) elementos fundamentais: o pouco conhecimento da população sobre a história da cidade e da observação de que parte dessa população não se beneficiou do desenvolvimento econômico e social do município.

Assim, este artigo está dividido nesta introdução na qual explicamos nossos objetivos; posteriormente, discutimos a questão social como elemento analítico para o município de Três Rios; em outro momento, apresentamos dados de pesquisa sobre o perfil da população, relacionado ao perfil do município onde se constata o desenvolvimento econômico desigual da população em detrimento ao crescimento da cidade; por fim, nas considerações finais, analisamos os dados e concluímos que os elementos da formação social brasileira estiveram e estão presentes nos microespaços como Três Rios.

2 | QUESTÃO SOCIAL: UM ELEMENTO DE ANÁLISE

Nossa reflexão parte do texto de Iamamoto (2018), quando explica o significado da questão social conforme abaixo:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2018, p.27)

Tais desigualdades são expressas na forma de apropriação da riqueza socialmente produzida, na qual os proprietários dos bens de produção concentram a posse da riqueza em detrimento da produção do pauperismo no interior da classe trabalhadora.

Mas como fica a questão social em tempos de capital financeiro? Responde Iamamoto (2008):

[...] o predomínio do capital fetiche conduz a banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças. Nessa perspectiva, a questão social é mais do que as expressões da pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social e dos sujeitos que o realizam na era do capital fetiche [...] (IAMAMOTO, 2008, p. 125)

Nesses termos, na análise do capital financeiro, a questão social se metamorfoseia e assume novas roupagens, qualificadas por Iamamoto (2008, p. 145) de “fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. Fratura esta que vem se traduzindo na banalização da vida humana [...]”.

Estas condições postas demonstram a importância do capital financeiro em detrimento do capital que é investido na produção e gera trabalho, fundamentando a banalização do ser humano e o seu descarte enquanto força de trabalho na produção de novas mercadorias.

Assim, o Serviço Social tem uma relação intrínseca com as expressões da questão social, pois seu trabalho concreto, ou seja, útil e o trabalho abstrato, que compõe o conjunto de trabalho da sociedade, vem cotidianamente produzindo análises e encontros para as condições que os usuários dos serviços apresentam nos atendimentos, plantões, entrevistas, grupos dentre outros. Desta forma, orienta-nos Iamamoto que:

[...] o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1999, p. 27)

Se compreendermos o papel que as expressões da questão social têm para Serviço Social, aqui, deparemos-nos com tais expressões para a análise de um município

e as situações enfrentadas pela população relacionando as questões pessoais dos questionários respondidos.

Neste momento é necessário trazer a contribuição de Pastorini (2010) quando menciona a necessidade de estudarmos a formação social de cada país ou região, para aí colocarmos as análises da questão social. Para ela, a forma como o capitalismo e o Estado se constitui remete à questão social e, ainda, complementa que as análises devem relacionar os problemas de vinculação com a integração nacional, participação política e redistribuição de riqueza.

Assim, só é possível entender a atual sociedade trirriense a partir do contexto sócio-histórico em que ocorreu a formação social, econômica e cultural nesta sociedade. Essa história começa a se desenhar quando o sargento-mor Antônio Barroso Pereira obtém por requerimento em 1817 “as terras de sesmaria no sertão entre os rios Paraibuna e Paraíba” (SILVA, 1991, p.127). Antônio Barroso era enteado do Capitão Tiramorros, fundador de Bemposta.

De acordo com Teixeira (2004), as divisões das terras formaram 5 (cinco) fazendas: Cantagalo, a mais importante e a que originou grande parte da cidade de Três Rios; e as fazendas Piracema, Rua Direita, Boa União e Cachoeira, todas dependentes da primeira.

O nome da vila foi decorrente do título de Barão de Entre-Rios concedido em 1852, ao fazendeiro Antônio Barroso, pelo imperador Pedro II como reconhecimento a importante doação de terras para a construção da rodovia União-Indústria (importante ligação entre Petrópolis e Juiz Fora); de parte das terras que passa a linha férrea que corta esse território e da estação ferroviária que também recebeu o nome de Estação de Entre-Rios,

Em 1880 com a morte do Barão, sua filha Maria Claudina Pereira de Carvalho herda as propriedades do pai e recebe o título de Condessa do Rio Novo, mas morre logo em seguida, em 1882 em Londres.

Neste momento surge outra figura importante para o crescimento de Três Rios, Miguel Ribeiro de Sá, o Barão Ribeiro de Sá que tomou providências, contra a vontade de muitos, para executar a última vontade da Condessa do Rio Novo: distribuir as terras que doou em testamento em prazos para que surgisse, na fazenda Cantagalo, um grande núcleo populacional, conforme Teixeira (2004, p.16).

Muito católica, ela doa a fazenda Cantagalo para a Casa de Caridade que fundou em Paraíba do Sul, a Irmandade Nossa Senhora da Piedade. E as outras terras deviam ser loteadas e aforadas. A fazenda Cantagalo devia se transformar em uma colônia agrícola, dividida entre os escravos que trabalhavam lá, porém 50% da produção agrícola advinda dessas terras deveriam ser destinadas a instituição filantrópica. Os escravos só se tornariam proprietário do seu lote, depois de 50 anos de posse.

Neste momento podemos perceber um traço importantíssimo da formação da sociedade trirriense: o escravismo. Então concluímos que grande parte da população descende diretamente dos escravos, que eram os trabalhadores das fazendas que

originaram o município e que “ganharam” as terras da Condessa como forma de reconhecimento pelo trabalho.

De situação geográfica privilegiada pelo entroncamento rodoferroviário e devido ao fácil acesso para diversas regiões, esse povoado passou a ser um centro-operário e teve instalado o depósito e a criação do distrito de paz em 13 de agosto de 1890, que desde então, se elevou de povoado à Vila de Entre-Rios, 2º Distrito de Paraíba do Sul.

Entendemos até aqui, que além dos ex-escravos, a grande massa populacional era funcionários advindos da ferrovia, chamada de Central do Brasil. O município de Três Rios se desenvolveu em todas as dimensões no período em que o trem era o principal meio de transporte de pessoas e de cargas.

Com o acelerado progresso local, apresentado por uma superioridade frente ao distrito sede: maior população, maior contingente eleitoral, maior arrecadação de impostos - variados componentes que fizeram com que o povo entre-riense reivindicasse sua emancipação político-administrativa de Paraíba do Sul, já no início da década de 20 do século XX.

Esse movimento conhecido como dos autonomistas foi liderado por inúmeros fazendeiros, entre eles: Joaquim Gomes da Silva, o Quincão; Dr. José Vaz. O porta-voz de todo esse processo foi o advogado Bernardo Belo Pimentel Barbosa, então deputado estadual. As reuniões e comícios do grupo aconteciam no coreto da atual Praça da Autonomia.

Esse intenso movimento efetivou a emancipação, a criação do município de Entre Rios, que ocorreu através do decreto 634 em 14 de dezembro de 1938. Contudo, a triplicidade do nome em outros municípios brasileiros resolveu que a partir de 31 de dezembro de 1943 pelo decreto lei 1056 o município passaria a se chamar Três Rios (conotação aos três rios mais importantes que cortam o território: Paraíba do Sul, Piabanha e Paraibuna). O primeiro prefeito do município de Três Rios foi Walter Gomes Franklin.

Também foi neste território a instalação da primeira oficina para manutenção de trens (conhecido como Depósito) e a Escola Profissional (para qualificar e formar mão de obra especializada) para o trabalho desenvolvido para a ferrovia.

Depois de um áureo tempo de desenvolvimento do município, onde a economia era baseada exclusivamente na ferrovia, na fabricação de vagões e na fabricação de peças de reposição para as locomotivas, a indústria Santa Matilde, maior empregadora do município e da região, entra em processo de falência e deixa um enorme número de trabalhadores sem trabalho, sem salários e sem perspectiva de recebimento de direitos trabalhistas.

Esse período refletiu diretamente em toda a população, pois desencadeou o desemprego e falência de muitos comerciantes locais, totalmente dependentes dos salários vindos dos trabalhadores de Companhia Santa Matilde.

Três Rios viveu um momento de cidade dormitório e de fins de semana, já que muitos

homens, responsáveis pelo sustento das famílias, foram embora da cidade. Porém, a população mais empobrecida foi a mais afetada, pois eram trabalhadores do comércio que ficaram desempregados e empregadas domésticas que foram demitidas ou submetidas à diminuição de salários.

Depois desse período, os gestores municipais entenderam que a atividade econômica não pode ser dependente somente de um setor e, atualmente, a base da economia do município de Três Rios se encontra na indústria diversificada e no forte comércio. A prestação de serviços e a agricultura também são atividades econômicas desenvolvidas no município.

No ano de 2014 o panorama era esse: 3.715 estabelecimentos comerciais formalizados, 3.661 microempreendedores, 2.179 microempreendedores individuais (MEI) e 23.524 empregos gerados. Todas essas atividades são promovidas através de leis com incentivos fiscais e, com isso, o município se tornou um dos principais aliados desses pequenos empresários. Sem contar no pioneirismo da “Lei dos Mototaxistas” (lei 3351 de 27-01-2010) que regularizou essa atividade, visando a ordem e a segurança.

A fonte de renda da população tem origem na indústria, no comércio, no setor de serviços e na agricultura. Os programas de transferência de renda do governo federal têm grande importância na renda da população do município.

Em relação ao Estado do Rio de Janeiro o município de Três Rios não se encontra em situação de igualdade no que tange dimensões essenciais para o desenvolvimento populacional. De acordo com a PNUD 2010, todos os indicadores que medem o desenvolvimento humano, educação, longevidade e renda se encontram em menor porcentagem em relação ao Estado, também se encontra em menor porcentagem (IBGE 2004) os índices de pobreza e indigência, (PNUD-2014) de renda per capita, e de analfabetismo (IBGE-2000) de 15 anos ou mais.

3 | REFLETINDO SOBRE A QUESTÃO SOCIAL: DADOS DE REALIDADE

A partir dos resultados obtidos através de pesquisa (11 entrevistados), foi possível identificar os principais dados pessoais dos entrevistados, sendo esses: a faixa etária, a relação de gênero, a identificação de cor dos sujeitos, estado civil, escolaridade e ocupação. Esses pontos foram incluídos nesta pesquisa a fim de fazer uma relação com a realidade de cada indivíduo mostrando aqui as diversas expressões da Questão Social.

Do total de questionários aplicados (11) foi possível analisar que 43% tinham entre 51 (cinquenta e um) e 79 (setenta e nove) anos e 57% tinham entre 31 (trinta e um) e 50 (cinquenta) anos. A idade dos entrevistados foi necessária dentro do trabalho para observar a visão dos moradores do município de diferentes idades.

A questão de gênero foi importante para realizar a distinção de gênero buscando correlacionar o desenvolvimento pessoal e social a partir da identidade de gênero. De

acordo com os resultados este grupo é majoritariamente feminino, sendo 86% composto por mulheres e 14% homens.

Foi identificado que 14% se reconhecem como amarelos 43% como pardos e 43% como brancos. Dos 100% dos questionários respondidos, nenhuma pessoa se reconheceu como preta.

Essa pesquisa visa identificar o indivíduo através de autodeclaração. Isso se faz necessário para entender o processo de miscigenação que ocorreu no Brasil. Segundo IBGE, aspectos da identificação de origens étnica e geográfica da população e da percepção da influência da cor ou raça em alguns espaços da vida social contribuem, assim, para o estudo deste fenômeno, bem como nos possibilita relacionar os dados de cor daqueles que deram origem a Três Rios com os atuais moradores.

É importante ressaltar que, devido este trabalho estar relacionado à história de Três Rios, pessoas a cima de 30 anos responderam os questionários para que as questões postas sobre o município fossem respondidas com visões diferentes por pessoas que viveram por mais tempo dentro do município.

Devido essa faixa etária, neste questionário foi utilizado “preto, branco e amarelo” para que pudesse ser respondida sua cor de registro ou de reconhecimento pessoal, e a cor “parda” foi inclusa para o não reconhecimento de cor. Essa classificação foi utilizada em razão do censo de 1940, pois a pessoa mais velha que respondeu o questionário tem 79 anos.

Através do estado civil será possível identificar a estrutura familiar neste momento. Com os resultados foi possível identificar que 14% são viúvos, 14% se classificam como “outro”, 29% são solteiros e 43% casados.

A escolaridade foi posta para realizar a percepção da construção histórica do município a partir da escolaridade. Foi observado que entre os questionários respondidos 14% possuem o Ensino Fundamental completo, 14% Ensino Médio completo, 15% Ensino Fundamental incompleto e 57% possuem Nível superior completo.

A relevância deste resultado foi observar se a ocupação influencia ou não no conhecimento da história do município. Foi identificado que 43% das pessoas que responderam os questionários são aposentados e 57% estão empregados, tais informações indicaram o desconhecimento da história do município. Os dados relacionados ao município foram essenciais para o entendimento dos dados pessoais respondidos. Assim foi possível fazer uma relação com os mesmos.

O tempo de moradia em Três Rios foi importante para ver se há diferença de conhecimento da história do município entre os nascidos e os nascidos em outros municípios. Pode-se observar que 20% dos moradores moram entre 01 (um) e 20 (vinte) anos, 20% entre 41 (quarenta e um) e 60 (sessenta) anos, 20% entre 61 (sessenta e um) e 80 (oitenta) anos e 40% moram entre 21 (vinte e um) e 40 (quarenta) anos.

A percepção do município através da ligação com o bairro que reside atualmente

sobre a ótica do morador que já morou em outros bairros e do morador que nunca se mudou. Os motivos elencados pelas pessoas que se mudaram do bairro são: divórcio, casamento, trabalho e outros.

Baseado nos resultados do questionário aplicado, podemos observar que 80% dos moradores antigos responderam que seus bairros eram áreas rurais – com mais sítios e fazendas, com poucos comércios e poucas residências. Em relação aos moradores mais atuais, 100% responderam que os bairros são bem estruturados e mais comerciais.

De acordo com os resultados obtidos, atualmente esses bairros encontram-se mais populosos, mais providos de áreas residenciais, grandes áreas comerciais, Unidades Básicas de Saúde (UBS), asfalto, escolas, coleta de lixo diária, faculdade.

Em relação à história de Três Rios foi possível identificar que poucas pessoas possuem conhecimento real sobre a construção histórica do Município. A proposta dessa pergunta na pesquisa é identificar o nível de conhecimento da população do surgimento do município. Entretanto, as respostas foram adversas e trataram de questões como saúde, educação e urbanização. Esses dados também precisam ser interpretados como história, pois é a lente do morador.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro ponto a ser discutido é o não acompanhamento das famílias de Três Rios das transformações que ocorreram no município. Através dos questionários, foi possível observar a diferença do crescimento de estrutura física, comercial e econômica, para o crescimento esperado no que diz respeito às transformações ao acesso à saúde, educação e acessibilidade.

Com os resultados finais, foi possível compreender que, tanto a questão de gênero, cor, escolaridade, quanto ocupação estão relacionadas às transformações e crescimento ocorrido no município de Três Rios. Podemos observar no que tange a esses itens a relação com a empregabilidade.

A partir de um relato marcante do questionário relacionado à acessibilidade foi identificado que para que uma moradora se locomovesse para atividades básicas como ir à Unidade Básica de Saúde, mercado, hospital e trabalho era necessário atravessar seu bairro de barco. Para que isso acontecesse, cada casa comprada tinha direito a um barco, e nessa situação essa moradora se afogou três vezes. Sendo seu acesso restringido, pode-se dizer que as transformações ocorridas foram focalizadas e não contemplou toda a população. As mudanças significantes ocorreram em pontos específicos do município no que tange à estrutura e acessos.

Todas essas análises estão justificadas pelos sistemas que atuam em conjunto na sociedade desde o início do processo da formação social brasileira perpetuado até os dias de hoje. Em Três Rios não é diferente; observamos o patriarcado como principal agente

político, sustentando a subordinação da mulher ao homem; o clientelismo/coronelismo que não socializa os direitos conquistados dos sujeitos para fortalecer personalismo da benesse e da caridade de representantes para com a população, principalmente, na atual conjuntura com retrocessos de políticas sociais no neoliberalismo.

São esses elementos conformativos da sociedade que naturalizam a exploração de uma classe sobre a outra e gera um conjunto de expressões da questão social numa sociedade com desigualdade de oportunidades. Neste município, o mercado de trabalho é um indicador dessa desigualdade onde os munícipes ocupam cargos que exigem menor qualificação profissional e menor salário, e os cargos que exigem qualificação específica e maior salário são ocupados por pessoas advindas de outras cidades.

Foi possível concluir que as desigualdades sociais estão legitimadas pelos sistemas que se favorecem e enriquecem às custas de outros e que precariza todas as formas de acesso da população de políticas sociais. Assim, foi percebido que quanto mais longe o indivíduo morar em relação ao bairro Centro, maior será a dificuldade para o acesso a saúde, educação e cultura. Também foram nesses locais a sinalização de maior número de pessoas desempregadas e subempregadas.

O município de Três Rios - RJ está localizado na região Centro Sul Fluminense no Estado do Rio de Janeiro, com uma população (fixa) de 77.432 habitantes conforme o último censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Há uma população flutuante do município caracterizada por moradores de cidades vizinhas consumidores do comércio varejista, pessoas que utilizam serviços médicos, funcionários e colaboradores das indústrias e empresas. Sem contar nos estudantes matriculados nas universidades instaladas no município nos últimos anos. Tudo isso gera impacto direto nas atividades imobiliárias e em setores de serviços e comércio.

Embora o município, neste momento, disponha de uma boa estrutura, em relação a outros municípios do mesmo porte e localização, esse mesmo desenvolvimento não abarcou de forma igualitária toda a população, sem contar nos períodos de recessão e retrocessos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 24 de out. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela et al. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. In: **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. In: **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/rj/> Acesso em: 16 de maio de 2019.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/ubs-unidade-basica-de-saude>> Acesso em: 20 de maio de 2019.

PREFEITURA DE TRÊS RIOS. Disponível em: <<http://www.tresrios.rj.gov.br/historia-de-tres-rios/>> Acesso em 12 de maio de 2019.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão Social” em Debate**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, Ezilma. **Aprendendo Nossa Terra**. 1 ed. Juiz de Fora: Editar, 2004.

A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA'S)

Data de aceite: 01/07/2020

Jodeylson Islony de Lima Tomascheski

Assistente Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul campus de Ponta Porã (UFMS/CPPP);

Mestre e Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Ponta Porã/MS

<http://lattes.cnpq.br/7819108340566107>

Ana Cleide Ferreira de Souza

Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho de Natal. Natal/RN

<http://lattes.cnpq.br/3650530026712309>

Francisca Fabiana Lima

Assistente Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania do Município de Coronel João Pessoa/RN e Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do Município de São Miguel/RN.

São Miguel/RN.

RESUMO: A atuação nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) demonstra peculiaridades à intervenção profissional e traz consigo diversos novos desafios, enriquecendo o debate sobre a instrumentalidade do Serviço Social. Dessa

forma, com essa pesquisa podemos concluir que o enriquecimento da instrumentalidade profissional nas UPA's é uma saída para o rompimento com práticas profissionais ainda estereadas.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Instrumentalidade; Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

ABSTRACT: The work in the Emergency Care Units (UPA's) demonstrates peculiarities to the professional intervention and brings with it several new challenges, enriching the debate about the instrumentality of Social Work. In this way, with this research we can conclude that the enrichment of the professional instrumentality in the UPA's is an exit for the break with professional practices still stereos.

KEYWORDS: Social Work; Instrumentality; Emergency Care Units (UPA's).

INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1988, compreendendo-a como expressão das lutas políticas e sociais, as políticas sociais ganharam especial atenção, principalmente aquelas que compõem a seguridade social: saúde, previdência e assistência social.

A partir desse marco, a saúde é estruturada em todo o território nacional através do Sistema Único de Saúde – SUS e são inegáveis os avanços no âmbito dessa política, principalmente no tocante ao aparato legal composto por diversas normativas, dentre elas, a Lei Federal de nº 8.080/90 (também chamada de Lei Orgânica da Saúde).

Com o avanço da regulamentação e estruturação das ações e serviços dessa política no Brasil, em 2010 foram criadas as Redes de Atenção à Saúde (RAS), como forma de melhor organizar o atendimento, visando a integralidade no cuidado que, de acordo com o órgão regulador, através da Portaria nº 4.297 de 30 de dezembro de 2010 se ordenam como “arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado” (BRASIL, 2010, p. 1). Entre as RAS, está a Rede de Atenção às Urgências e Emergências, e um dos componentes institucionais desta rede são as Unidades de Pronto Atendimento – UPA’s 24 horas.

Assim, é a partir de nossa inserção em uma UPA no estado do Rio Grande do Norte que desenvolvemos um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Pós-Graduação *Lato Sensu* em Instrumentalidade do Serviço Social, no qual refletimos sobre a atuação dos/as assistentes sociais nas UPA’s. E, nesse artigo, fragmentos do referido TCC, objetivamos fazer uma contextualização das UPA’s no âmbito da política de saúde, considerando a crise do capital e as medidas neoliberais que impactam nas condições dessa política, bem como buscamos analisar a instrumentalidade profissional, com base nas atribuições e competências do/a assistente social no âmbito das UPA’s, por meio da teoria crítica.

Nos ancoramos no materialismo histórico-dialético como método de análise, tendo a pesquisa bibliográfica e documental como técnicas de pesquisa. Didaticamente organizamos esse trabalho da seguinte maneira: Abordamos aspectos relacionados à saúde e seus principais conceitos, com uma breve contextualização da construção dessa política até a institucionalização das UPA’s no SUS, bem como o lugar do/a assistente social nesse espaço ocupacional. Levantamos questões sobre o lugar do Serviço Social nas UPA’s, na perspectiva de refletir sobre a instrumentalidade profissional, a partir das atribuições e competências profissionais dos/as assistentes sociais. Por fim, apontamos nossas considerações finais.

O PAPEL DAS UPAS’S NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E O LUGAR DO SERVIÇO SOCIAL NESSAS UNIDADES

A concepção de saúde entendida a partir de diversos aspectos – biológicos, meios socioeconômicos e culturais, espaço físico, entre outros – parte da compreensão da necessidade de saúde que considera as relações sociais, cujas demandas configuram-se em expressões da questão social, dadas às desigualdades reproduzidas historicamente na sociedade capitalista brasileira.

Reconhece-se, ainda, que a compreensão da saúde como um processo, priorizando a vida com qualidade em vez da ausência de doença, a promoção da saúde situa-se em oposição crítica à medicalização da vida social, enfatizando o aspecto político que induziria a relações sociais mais igualitárias. (MARCONDES, 2004 *apud* NOGUEIRA & MIOTO, 2006, p. 232)

No Brasil, em sua trajetória histórica de desigualdades sociais, econômicas e culturais, a questão social é acirrada e expressada em diversas dimensões da vida social, a exemplo quando a população não tem acesso a serviços de saúde de forma universal, a saneamento básico, trabalho, habitação, dentre outros. Nesse contexto, a saúde é afetada diretamente, e por isso deve ser matéria de intervenção do Estado, mas deve também ser pauta no debate popular, a fim de fortalecer o aspecto político que a temática possui.

Um importante marco nessa discussão foi o Movimento de Reforma Sanitária instaurado na década de 1970 do século XX, ele assume papel importante na movimentação político-social da Carta Magna de 1988, na qual se vincula o conceito de saúde ampliada, como citado anteriormente. Porém, é salutar mencionar que, embora esse amadurecimento, do ponto de vista ideológico e teórico, medidas neoliberais implementadas no país desde o governo Collor de Mello (1990-1992) exerceram influência negativa nos setores de políticas públicas, haja vista os cortes de gastos sociais, ou seja, a transferência de serviços para o setor empresarial, alinhando o Estado à política privatista. Os governos seguintes ao governo Collor mantiveram as iniciativas de Estado Mínimo, acirrando as desigualdades sociais vigentes, aumentando a prática do setor privado no âmbito das políticas públicas, trazendo assim a contradição do ideário constitucional de 1988, cujas garantias vislumbram princípios para a seguridade como universalidade e estatização (BEHRING & BOSCHETTI, 2011).

Nesse contexto, a política de saúde sofre impactos diretos, com a restrição de gastos e privatizações que, de acordo com Behring e Boschetti (2011, p.161) “a saúde pública padece da falta de recursos, o que se evidencia nas longas filas, na demora para prestação dos atendimentos, na falta de medicamentos e na redução de leitos”. Apreende-se que essa lógica de redução na alocação de recursos financeiros para a política social está na sobreposição da política econômica em detrimento da social, característica marcante do neoliberalismo.

Contudo, é na estruturação do SUS, com base nos princípios da universalidade, equidade e integralidade, que emerge as Unidades de Pronto Atendimento (UPA's), no âmbito da Rede de Atenção às Urgências e Emergências¹, com o objetivo de organizá-la. As UPA's foram implantadas como estratégia para a configuração dessa Rede, cujo atendimento pressupõe o acolhimento, a classificação de risco e assistência multiprofissional, articulada à Rede de Atenção Básica, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e Hospitais, construindo fluxos de referência e contrarreferência.

No início dos anos 2000, estabeleceu-se no âmbito do Ministério da Saúde a

1. Conforme consta no artigo 4º inciso VI da portaria 1.600 de 07 de julho de 2011.

Assim sendo, as UPA's surgiram com o objetivo de reunir os atendimentos de saúde, cuja complexidade dos serviços atenda às demandas intermediárias, ou seja, demandas entre a atenção básica e a atenção hospitalar, buscando garantir a diminuição da procura aos hospitais que passaram a atender apenas os casos de alta complexidade. Os fatores que influenciaram o surgimento das UPA's partiram principalmente do componente fixo pré-hospitalar, pouca resolutividade da atenção básica à saúde, falta de estrutura física dessas unidades e a superlotação dos hospitais. Por essa razão, o trabalho das UPA's adquiriu, nos últimos anos, importante relevância no atendimento de saúde, dada a absorção de consideráveis demandas que antes faziam "inchar" as filas dos hospitais, além de localizar-se no território mais próximo à população usuária, com funcionamento ininterrupto, passando a ser referência em urgência e emergência para as populações de várias cidades no país nos últimos anos.

A partir de 2007 houve um processo de expansão das UPA's com investimentos em estruturas físicas, equipamentos e contratação de recursos humanos, porém o mesmo não se viu no tocante à investimentos na atenção básica e hospitalar, o qual reflete na atuação das UPA's, a partir de efeitos negativos em sua resolutividade, dado o aumento de suas demandas. O trabalho dessas Unidades encontra-se em posição intermediária e isso requer delas à absorção de demandas de usuários considerados urgentes e não urgentes. O atendimento do primeiro grupo pressupõe a necessidade de contrarreferência à rede hospitalar de alta complexidade, que apresenta diversas deficiências; e o segundo grupo precisa ser remetido à atenção básica para o trabalho preventivo, contudo, o que se observa é que essa não dispõe de capacidade suficiente para a cobertura dos serviços demandados.

Essa realidade é expressa, de um lado, pela relevância dos serviços das UPA's para os usuários alinhada à capacidade de oferta do sistema, mesmo que relativa, e, por outro lado, apreende-se a fragilidade dos serviços da atenção básica e o comprometimento da referência e contrarreferência no âmbito da assistência à saúde pública.

É inegável a importância das UPA's para a população, à medida que abarca diversas demandas, sejam elas urgentes ou não. No entanto, esses equipamentos, apesar do pouco tempo de implantação no país, já enfrentam desafios em sua resolutividade, considerando que não há um efetivo investimento nos demais componentes da política de atenção às urgências, bem como nos hospitais, gerando assim o aumento no tempo de permanência dos pacientes nas UPA's, por motivo dos leitos insuficientes nos hospitais de referência, e também pelo próprio agravamento do quadro de saúde dos pacientes, sobrecarregando-as, gerando uma demanda reprimida no serviço.

E, nesse contexto, apontamos que um dos maiores desafios enfrentado nas UPA's é a

questão dos recursos humanos. Diante do aumento da demanda, tornam-se insuficientes, e implicam diretamente na qualidade do atendimento, além da grande rotatividade dos profissionais, em decorrência de vínculos temporários e sem grandes investimentos em capacitação de forma permanente e continuada. É salutar destacar nesse aspecto, a necessidade de implementação da Política de Humanização em sua totalidade, que é transversal aos serviços de saúde, em toda rede de atenção². Conquanto, a equipe multiprofissional que executa os serviços das UPA's, como consta na Portaria nº 10 de 3 de janeiro de 2017, deve atentar:

Equipe Assistencial Multiprofissional com quantitativo de profissionais compatível com a necessidade de atendimento com qualidade, considerando a operacionalização do serviço, o tempo - resposta, a garantia do acesso ao paciente e o custo-efetividade, em conformidade com a necessidade da Rede de Atenção à Saúde - RAS e as normativas vigentes, inclusive as resoluções dos conselhos de classe profissional. (BRASIL, 2017, p. 8)

Dentro dessa estruturação de atendimento é que se encontra o/a assistente social, inserido em mais um espaço sócio-ocupacional no âmbito da saúde, contribuindo com um fazer profissional que, assim como nos demais campos de atuação, está orientado e norteado pelas balizas ético-normativas da categoria, tais como a Lei de Regulamentação e o Código de Ética Profissional.

Nesse sentido, concerne ao assistente social o entendimento de que o Serviço Social está inserido na divisão sociotécnica do trabalho, como categoria de especialização do trabalho coletivo e que assume a questão social como objeto de intervenção, e

[...] essa compreensão implica enxergar a profissão para além de suas fronteiras, entendendo que os rumos da realidade interferem no exercício profissional, que não se realiza exclusivamente pelo desejo e vontade dos assistentes sociais (ARAGÃO, 2017, p. 164).

Assim, podemos compreender que nos mais diversos campos de atuação profissional, os/as assistentes sociais atuam frente às mais variadas expressões da questão social, tais como elas se apresentam nas relações de trabalho, familiares, de saúde, entre outros. E, dada sua dinamicidade na saúde, esta apreensão torna-se um importante desafio aos/as assistentes sociais, principalmente em serviço de urgência como o das UPA's, devido a rotatividade de usuários e a necessidade de respostas ágeis e precisas.

Todavia, a profissão é dotada de um “conhecimento acumulado” (NOGUEIRA & MIOTO, 2006, p. 280) que a capacita a intervir em contextos adversos e complexos, já que a profissão se debruça no conhecimento da realidade e dos sujeitos envolvidos em sua intervenção. Assim, esses conhecimentos:

Devem-se constituir em eixo central da atuação do profissional de Serviço Social, [...]

2. A Política Nacional de Humanização (PNH) existe desde 2003 para efetivar os princípios do SUS no cotidiano das práticas de atenção e gestão, qualificando a saúde pública no Brasil e incentivando trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários. A PNH deve se fazer presente e estar inserida em todas as políticas e programas do SUS. Promover a comunicação entre estes três grupos pode provocar uma série de debates em direção a mudanças que proporcionem melhor forma de cuidar e novas formas de organizar o trabalho. (BRASIL, 2008)

os quais se constituem na chamada educação em saúde. O seu enfoque abrange diversos aspectos: informação e debate sobre rotinas e funcionamento das unidades tendo por objetivo a sua democratização e as necessárias modificações; análise dos determinantes sociais das situações apresentadas pelos usuários; democratização dos estudos realizados pela equipe (com relação à rede de serviços, perfil epidemiológico, socioeconômico e cultural dos usuários); análise da política de saúde e dos mecanismos de participação popular. (CFESS, 2010, p. 55 – *grifos nossos*)

Embora seja característica nos serviços de urgência e emergência a imediatidade, fluxo intenso de atendimentos e rotatividade, que muitas vezes ocasionam ao/a assistente social intervenção pontual, o esforço do enriquecimento da instrumentalidade profissional, deve ser uma pauta diária, tendo em vista que esse espaço de atuação se apresenta como um recente cenário no âmbito do Serviço Social, e que por suas determinações contraditórias já emana um conjunto de desafios, tais como: superlotação, escassez de meios de resolutividade suficientes, correlações de forças e a (re)afirmação do projeto profissional em contraponto aos interesses antagônicos postos pelas instituições dessa sociabilidade. Dessa forma, no próximo item buscaremos aprofundar o debate sobre a instrumentalidade do Serviço Social, a partir das atribuições e competências profissionais no contexto das UPA's.

A INSTRUMENTALIDADE PROFISSIONAL: REFLETINDO AS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO/A ASSISTENTE SOCIAL NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA'S)

O trabalho do/a assistente social em unidades de urgência e emergência tende a ser caracterizado como pontual, rotativo e imediato (ARAGÃO, 2017), dada a demanda do serviço que requer solução imediata. Essas três características se dão pela dinâmica organizacional, cuja demanda de atendimento se apresenta de forma sazonal, no qual a dinâmica de trabalho é permeada pela imprevisibilidade das demandas. Nesse contexto, os/as profissionais assumem a jornada de trabalho em regime de plantão, sendo esses sequenciados, garantindo o funcionamento ininterrupto, ou seja, 24 horas por dia.

Nas UPA's, o Serviço Social é uma das portas de entrada dos/as usuários/as. São inúmeras as atribuições deste profissional no serviço, e ele está em contato com praticamente todos os demais setores, mas com a competência de promover à população demandatária o acesso ao atendimento digno de saúde. Essa atribuição traz consigo diversos desafios a serem vencidos pela categoria neste âmbito de atuação.

A (re)afirmação do trabalho profissional perpassa não só pelas discussões internas, mas pelas relações profissionais com outras categorias, como também na relação com os usuários do serviço, além das condições de trabalho e vínculo empregatício, já que:

A relativa autonomia do assistente social se apresenta como caminho para se imprimir uma direção social no exercício profissional (...). O caráter institucional coloca um relativo limite à ação profissional, através de definições de funções e condições de

trabalho, apresentando exigências ao assistente social, que se tencionam aos rumos que o profissional pretende dar as ações. Na correlação de forças construídas no espaço sócio-ocupacional, o assistente social possui a sua relativa autonomia para tentar moldar e operar o exercício profissional de acordo com os objetivos e finalidades pretendidos. (ARAGÃO, 2017, p. 124)

A reflexão dessas problemáticas que envolvem o/a assistente social no trabalho das UPA's, assim como em outros campos de atuação, requer que se remeta à discussão apontada por Iamamoto (2004, p. 22) de “que o Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade”, e por isso, enlaça-se com as determinações concretas nos processos de trabalho os quais está inserido, e as condições objetivas “interferem e incidem na ação do Serviço Social, sendo a sua problematização necessária para a compreensão do exercício profissional”. (ARAGÃO, 2017, p. 122).

A implantação no Serviço Social neste segmento da saúde é uma estratégia de amplitude das demandas atendidas que, embora se apresentem por necessidade de atendimento curativo, traz consigo outras necessidades que ultrapassam a relação saúde x doença e, como adoção de um novo conceito de saúde, o serviço das UPA's abrange também questões sociais que se relacionam ao entendimento de saúde adotado.

Dito isso, é sabido que a prática dos/as assistentes sociais na saúde apresenta diversas atividades, as quais se configuram em uma importante ação interventiva, quando contribui para a melhoria do atendimento à população, a democratização da participação popular e o acesso à saúde, enquanto direito. No entanto, no cotidiano das UPA's, os/as assistentes sociais nem sempre dispõem de condições para promover o acesso dos usuários aos seus direitos de forma digna. Essas condições são traduzidas constantemente em desafios, os quais estão diretamente relacionados ao trabalho em equipe, correlações de força, dinâmica da instituição, estrutura física, e isso, acaba por desembocar numa condição em que o/a profissional tende a desempenhar, muitas vezes, ações não tão condizentes com as suas competências e atribuições privativas.

Nesse campo, o/a assistente social desempenha atividades como visita aos leitos, entrevistas, acolhidas, internamento, liberação/acompanhamento de visitas, orientações, encaminhamentos, etc. Essas atividades caracterizam o lugar da profissão nesse espaço, que é a interação com os/as usuários/as, demais profissionais e outros segmentos das políticas públicas, no intento de construir mediações favoráveis à atenção integral aos usuários.

A visita aos leitos é uma atribuição de várias categorias da área hospitalar e cada uma assume um objetivo com a atividade. O/A assistente social através das visitas aos leitos “rompe com o tradicional trabalho do/a assistente social na urgência e emergência, em que permanecia aguardando a demanda, por atendimento espontâneo ou encaminhamento da equipe” (VASCONCELOS, 2007 *apud* ARAGÃO, 2017, p. 126). Esse é o momento no qual também se podem observar as condições de tratamento e relacionamento entre paciente

e cuidador, tendo em vista a requisição frequente ao/a assistente que intervenha em processos de desconstrução de ciclos de violência entre cuidador e paciente. O momento de visita aos leitos ajuda nessa interação, podendo ser chamada também de “busca ativa da demanda” (ARAGÃO, 2017, p. 125) onde são executadas ações socioeducativas.

Nas UPA's as entrevistas sociais são atribuições da equipe de Serviço Social e essas são feitas também no processo de acolhida das demandas. Geralmente são feitas com o acompanhante dos pacientes, processo pelo qual são repassadas orientações sobre a dinâmica institucional. É interessante que o profissional já tenha tido contato prévio com os profissionais de medicina e enfermagem para ter uma noção do quadro clínico do paciente e proposições de tratamento possíveis para que possa dialogar com o acompanhante/paciente sobre essas possibilidades, relacionando o tratamento proposto ao contexto social vivenciado. Este é o momento onde o/a assistente acolhe as demandas sociais e posteriormente traça, junto com as demais equipes, o plano de acompanhamento da família.

É importante frisar que as UPA's possuem setores de internamento (embora muitas pessoas achem que o atendimento está restrito ao atendimento imediato de estabilização do paciente). As unidades contam com sala de estabilização, onde geralmente ocorre o primeiro atendimento das demandas classificadas como amarelo e vermelho³. Em seguida, caso o paciente demande internamento, pode ser encaminhado aos leitos da sala amarela ou vermelha. Sendo que, cada unidade possui uma quantidade mínima de leitos que depende do porte da instituição⁴.

Nos leitos da sala vermelha os pacientes não dispõem de acompanhantes, dado o quadro clínico mais delicado, e aqui, o Serviço Social possui papel fundamental na interação com os familiares desses. Nesse caso, o paciente/acompanhante geralmente tem contato com o Serviço Social desde a acolhida à alta/transferência, inclusive a decisão de alta do paciente perpassa também pela avaliação social – chamada de alta social – já que em grande parte das problemáticas motivadoras de internamento há contextos sociais, os quais nem sempre favorecem o retorno do paciente ao seu lar.

Outra atividade requisitada aos/as assistente sociais no cotidiano desse trabalho é de liberação e acompanhamento de visitas que, embora não deva ser uma atribuição privativa do Serviço Social e seja meramente burocrática, há valor no tocante à possibilidade de aproximação das situações de vida dos usuários, fundamentando possíveis encaminhamentos que se fizerem necessários, além de poder repassar informações relevantes à rede familiar e comunitária dos pacientes internos.

Outro ponto importante na presente discussão é sobre o relativo desconhecimento das atribuições e competências do/a assistente social, por parte de algumas categorias profissionais que atuam no mesmo espaço institucional e da população usuária, que leva

3. Para um melhor entendimento, ver sobre o Protocolo de Acolhimento com Classificação de Risco proposto pela Política de Humanização do Ministério da Saúde.

4. O porte de cada unidade é definido pela Portaria nº 10 de 3 de janeiro de 2017.

ao risco de que a atuação desses profissionais esteja condicionada ao imediatismo de assessorar outros profissionais em ações burocráticas ou limitadas ao pragmatismo.

O/a assistente social não desenvolve suas ações de forma isolada, mas sim coletivamente, e essa característica é relevante quando se considera essencial o trabalho em equipe multiprofissional nas unidades de urgência, pois as necessidades de saúde da população ultrapassam o atendimento centrado na consulta médica. Daí a importância da unidade entre as dimensões do fazer profissional: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa numa perspectiva crítica e propositiva. Nesse interim, pensar a instrumentalidade do Serviço Social, é apreendê-la enquanto mediação, na qual o profissional tem a capacidade de articular suas estratégias interventivas, já que “o Serviço Social é uma profissão eminentemente interventiva, que acabou por desenvolver formas de realizar a prática pelas quais se tornou conhecida e reconhecida socialmente” Guerra *et al* (2017, p. 23).

E nessa perspectiva, a compreensão da instrumentalidade do Serviço Social se ancora nos fundamentos ontológicos do ser social, pelos quais se orientam os valores de liberdade, democracia, respeito aos direitos humanos, de justiça, equidade social, entre outros, fincados em nosso Projeto Profissional. Entretanto, esse fazer profissional perpassa o cotidiano das relações sócio-profissionais, engendrado num processo contínuo de interações sociais.

Pensar o cotidiano num universo tão contraditório constitui um campo infindável e encantador a ser desvelado. Por conseguinte, por que não extrair do próprio cotidiano vivido os elementos para a construção de um arcabouço teórico-conceitual-filosófico, fundamentando numa determinada proposta ética e política? (VERONEZE, 2013, p. 165)

Entretanto, nesse cotidiano, a demanda institucional do trabalho profissional, desemboca na requisição de um profissional polivalente, imediatista e executor de atividades meramente burocráticas. É claro que as respostas às burocracias do dia a dia adentram também o contexto de atuação do/assistente social, a exemplo de que, diariamente é necessária a mera produção de documentos e catalogação de informações, e, demandas como execução do processo de regulação⁵ tem sido crescente, no qual o profissional é responsável apenas pela ação de contatar outros serviços médicos.

Assim sendo, acreditamos que a forma mais simples, talvez, de avaliar se a atividade (ainda que burocrática) é ou não condizente com os pressupostos para a profissão é saber se “essa ação demanda conhecimento teórico ou técnico que somente o/a assistente social pode responder?”.

Sabemos que a profissão é parte de um todo articulado, e que sofre influências de diversas relações, situação não tão diferente no espaço das UPA's. Porém, a cultura

5. A regulação é uma atribuição que deve ser privativa ao médico já que se dá a partir da classificação de risco, através de informações sobre as condições clínicas, exames complementares e diagnóstico médico. Trata-se de uma procura, na rede do SUS, pelo serviço que atenda as necessidades do paciente. Porém pode está articulada a outras categorias quando houver a necessidade de consulta de uma abordagem.

profissional constituída pelo amadurecimento teórico, formação profissional de cunho crítico e do Projeto Ético-Político, está em constante embate com posturas ainda conservadoras presentes na profissão, as quais refletem diretamente na instrumentalidade profissional.

Nessa direção, é importante considerar o espaço institucional das UPA's, compreendendo-o em suas demandas, requisições, necessidades apresentadas pelos usuários, suas particularidades e relacioná-las à política de saúde instaurada no país. Essa apreensão torna-se um desafio ao/a assistente social, uma vez que não se trata apenas de compreender as normas, rotinas presentes na instituição, mas refletir no seu cotidiano a relação entre o fazer profissional crítico e maduro frente às suas diversas manifestações do imediatismo, da burocratização e do pragmatismo.

Sob esse prisma de abordagem, “a premissa é de que a técnica é uma construção histórica que implica aprimoramento do instrumento; aprimoramento este que aciona o conjunto das dimensões que integram o exercício profissional”. (GUERRA *et al*, 2017, p. 38). Isso denota à profissão o exercício constante de autorreflexão, para que não se corra o risco de promover uma dicotomia entre teoria e prática, próprio das instituições capitalistas. Esse risco se evidencia nas atitudes conservadoras sustentadas pela ordem burguesa e suas ideologias históricas, que enquadram o/a assistente social como “profissão de caráter eminentemente técnico” (GUERRA, 2014, p. 231), trazendo o risco de exaurir-se somente às preocupações cotidianas.

Em todo esse contexto, o/a assistente social é requisitado a posicionar-se frente aos mais diversos desafios que colocam em “xeque” os ideais democráticos da profissão e da população usuária, visando o que talvez seja nosso mais árduo desafio: construção de uma nova ordem societária, sem qualquer tipo de dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. Faz-se necessário, portanto, transitar do real abstrato apresentado no cotidiano para o real concreto através da estruturação de mediações capazes de “compreender e transformar a realidade social [...], no intuito de desvelar as vias de resistência ultrageneralizadas que impedem a transformação dos nexos de articulação do fenômeno estudado para o concreto pensado” (VERONEZE, 2013, p. 165)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas neoliberais adotadas pelo Estado brasileiro impactaram negativamente as políticas sociais, e essa contrarreforma acarreta limites à atuação profissional dos/as assistentes sociais, os quais historicamente lhes foram impostos, considerando sua condição de trabalhador assalariado, por meio da precarização do trabalho, pelo espectro do conservadorismo, dentre outros.

Dessa maneira, a principal consideração que identificamos acerca do trabalho do/a assistente social nas UPA's é a importância de se ter clareza das suas atribuições privativas e competências profissionais, e para isso se faz necessário o aprimoramento

intelectual constante, apropriando-se das normativas da profissão, que tecem orientações imperativas, as quais impactam na qualidade do atendimento às demandas dos usuários.

Sabe-se que assumir uma postura embasada nessas normativas de forma crítica é mais um desafio a ser enfrentado pelo/a profissional, já que no espaço sócio-profissional também está presente uma correlação de força institucional, onde o/a profissional muitas vezes é requisitado a desempenhar ações que não condizem com suas competências e atribuições, recaindo diretamente na conformação da uma ***instrumentalidade institucional***.

Dessa forma, refletir sobre a atuação do/a assistente social na UPA, além das mediações teóricas, éticas e políticas, sinalizamos a importância do conhecimento da Política de Saúde e da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, que compreendem a articulação das UPA's com os demais níveis de complexidade do SUS, possibilitando as mediações necessárias ao acesso dos usuários aos serviços de saúde de forma participativa.

Também se faz necessário construirmos coletivamente entre a categoria profissional, formatos de resistência diante dos desafios encontrados nas UPA's, articulando-se com as demais categorias e com os usuários, em defesa dos seus direitos por um SUS de forma integral e universal. É com essas e outras possibilidades que tenderemos a qualificar a atuação profissional na direção do Projeto Ético-Político, ***enriquecendo a instrumentalidade profissional***, como capacidade de viabilizar o acesso à saúde.

Portanto, diante de todas essas questões que foram abordadas, tem-se uma realidade complexa que se expressa no cotidiano das UPA's e exige do/a assistente social uma análise concreta dessa realidade, a partir da apreensão da unidade dialética entre teoria e prática, refletindo a vivência profissional, por meio das condições objetivas e subjetivas que se conectam no cotidiano profissional, ou seja, buscar o concreto-pensado para qualificar diariamente o trabalho profissional.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, T. V. C. **O Trabalho do Assistente Social nas UPAs de Juiz de Fora**: especificidades de um espaço sócio-ocupacional. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde**. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm> Acesso em: 10 ago.2018.

_____. Ministério da Saúde. **Humaniza SUS**: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4 ed. 1ª reimpressão, Série B, Textos Básicos de Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização Brasília, 2008. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizaus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf> Acesso em: 12 Set 2018.

_____. Portaria MS de nº 10 de 3 janeiro de 2017. **Redefine as diretrizes de modelo assistencial e financiamento de UPA 24h de Pronto Atendimento como Componente da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde.** Brasília, 2017.

_____. Portaria MS de nº 4.297, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2010. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html> Acesso em: 10 ago.2018.

_____. Portaria nº 1.600, de 7 de julho de 2011. Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1600_07_07_2011.html> Acesso em: jul.2018.

CFESS. **Código de Ética Do/A Assistente Social.** Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 10ª. Ed. Rev. e Atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** Brasília: CFESS, 2010.

GUERRA, Y. (org.). **A Dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GUERRA, Y. **A Instrumentalidade do Serviço Social.** 10 Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 7 ed. São Paulo: 2004.

NOGUEIRA, V. M. R.; MIOTO, R. C. T. **Desafios atuais do Sistema Único de Saúde — SUS e as exigências para os assistentes sociais.** In: MOTA, E. E. et al. (Org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

RECIPUTTI, L. et al. **O processo de implantação das unidades de pronto atendimento no Brasil.** Rev. Saúde Pública. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872017051000072.pdf> Acesso em: 12 ago.2018.

VERONEZE, Renato Tadeu. **Agnes Heller:** cotidiano e individualidade — uma experiência em sala de aula. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação). São Paulo: PUC-SP, 2013.

O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS - GAP

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 16/04/2020

Gisleane Silva de Araújo

Centro SUVAG do Rio Grande do Norte
Natal/RN

<http://lattes.cnpq.br/9865505819834010>

<https://orcid.org/0000-0001-8346-5791>

RESUMO: Esse trabalho tem como objetivo identificar a intervenção da (o) assistente social com trabalhos grupais com ênfase em famílias de crianças e adolescentes que estão em tratamento de reabilitação da audição e da fala. Para tanto, foram utilizadas como base de análise o trabalho realizado pela assistente social no Grupo de Apoio aos Pais (GAP) no Centro SUVAG do Rio Grande do Norte. Com embasamento nas informações sobre os encontros grupais, bem como, a intervenção da assistente social em cada encontro, constatou-se que é fundamental apreender o trabalho de grupo e as ações grupais através de atividades socioeducativas que articulem um conjunto de informações e uma prática reflexiva dos sujeitos envolvidos no processo, ampliando a capacidade de autonomia e de crítica,

possibilitando a transformação social e novas configurações de sociabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Exercício profissional. Intervenção grupal. Grupo de Apoio aos Pais.

**GROUP WORK IN SOCIAL SERVICE: A
PROFESSIONAL EXPERIENCE IN THE
PARENTS SUPPORT GROUP - PSG**

ABSTRACT: This work aims to identify the intervention of the social worker with group works with emphasis on families of children and adolescents who are under treatment for hearing and speech rehabilitation. For that, the work performed by the social worker in the Parents Support Group (PSG) at the SUVAG Center in Rio Grande do Norte was used as the basis for analysis. Based on information about group meetings, as well as the intervention of the social worker in each meeting, it was found that it is essential to apprehend group work and group actions through socio-educational activities that articulate a set of information and a reflective practice of the subjects involved in the process, expanding the capacity for autonomy and criticism, enabling social transformation and new configurations of sociability.

KEYWORDS: Social Service. Professional

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir da experiência profissional da autora como assistente social no Centro SUVAG do Rio Grande do Norte.

Por se tratar de um Centro que atua no diagnóstico e (ha) reabilitação da audição e da fala, a atuação dos profissionais do Centro ocorre por meio de intervenções diferenciadas, como realização de exames auditivos, protetização auditiva, terapia da audição e da fala, curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para usuários/familiares, entrevistas de acolhida/atendimento, acompanhamento individual, atendimentos grupais, entre outras formas de ação.

Essas intervenções estão em consonância com a Política Nacional de Proteção a Saúde de 2006, a qual objetiva promover a qualidade de vida reduzindo a “vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais”. (PNPS, 2010, p. 17)

Estão em conformidade, também, com a Política Nacional de Assistência Social de 2004, a qual determina que as ações nos equipamentos da Assistência Social devem priorizar a matricialidade familiar como centro das atividades. Estabelece, ainda, “um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida” (PNAS, 2004, p.41).

A perspectiva do atendimento grupal por meio do grupo multifamiliar foi realizada inicialmente pela Professora Doutora Joseli Soares Brazorotto do curso de fonoaudiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 2014. Na época, o grupo era denominado “Você faz a Diferença” e constituía-se de um pequeno número de familiares, os quais recebiam apoio de fonoaudiólogas que estavam realizando uma especialização em audiologia. Além destes, a psicóloga e a assistente social do Centro foram convidadas a dar um suporte no GVFD.

A experiência com esse grupo foi considerada exitosa no que tange à otimização do trabalho com as famílias das crianças e adolescentes, os quais estavam em tratamento de (ha) reabilitação da audição e da fala, e, na compreensão da importância do apoio familiar nos resultados terapêuticos dos (ha) reabilitados. No entanto, ao ser finalizada a especialização o GVFD foi encerrado e passou a ser denominado Grupo de Apoio aos Pais (GAP) sendo estendido aos demais familiares dos usuários em tratamento de (ha) reabilitação da audição e da fala.

Devido a isso, e, a ampliação dos atendidos, montou-se uma equipe multidisciplinar composta por profissionais do Centro. Sendo estes, uma fonoaudióloga, uma psicóloga e

uma assistente social, para que fosse abordado além dos aspectos fonoaudiológicos, os psicológicos e os sociais.

A metodologia utilizada no presente trabalho compreende a pesquisa bibliográfica por meio da análise de produções acadêmicas na área do Serviço Social e em áreas que discutem o tema abordado. Destacando, assim, as especificidades a respeito do trabalho com grupos no Serviço Social. Essa etapa diz respeito, também, à pesquisa de campo através da experiência profissional na intervenção grupal.

Diante disso, esse trabalho se estrutura da seguinte forma: inicialmente se discute sobre a categoria grupo e a intervenção grupal como espaço de convivência para a troca de experiências entre famílias que apresentam demandas em comum. Logo em seguida, aborda-se o contexto de realização do GAP, as ações realizadas e seus respectivos objetivos. E, por fim, a intervenção grupal no exercício profissional do Assistente Social numa perspectiva crítica, situando o trabalho com grupos como uma estratégia de socialização de informações e de reflexões que corroborem com o processo de autonomia das famílias, além da construção de um pensamento crítico em defesa dos direitos e de uma sociedade mais justa e igualitária.

2 | DISCUSSÃO

Com a Constituição Federal de 1988 as Políticas Públicas tiveram um grande avanço constitucional. Os programas e legislações de âmbito nacional, todos criados a partir da década de 1990, reiteraram a proposta de avanço, principalmente na preconização da Política Pública como um direito social (SILVA; DESSEN, 2016). Com isso, a pessoa com deficiência passou a ter também seus direitos individuais e sociais assegurados.

Nesse sentido, cabe ressaltar que, a expressão “pessoas deficientes” segundo a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, “refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais” (ONU, p. 1, 1975).

Já a deficiência auditiva, de acordo com o Art. 4º do Decreto nº 3.298/99 é a: “II - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, p.2, 1999).

No entanto, mesmo com os direitos assegurados por lei, a pessoa com deficiência ainda tem dificuldade de acesso aos serviços, pois o que é preconizado por lei diverge da realidade vivida por ela e seus familiares, os quais têm seus direitos vetados pela inconformidade do sistema, ocasionando uma dificuldade na assistência necessária (SILVA; DESSEN 2016).

A pessoa com deficiência demanda Políticas Públicas que promovam suas competências, identifiquem seus avanços, estimule sua capacidade e desenvolvimento.

Isto é, um conjunto de serviços capazes de oferecer suporte que auxilie no gerenciamento de suas vidas.

Diante desse contexto, a utilização de programas de atendimentos grupais pode ser uma ferramenta essencial para orientar o deficiente e suas famílias “[...] no que se refere às tarefas de desenvolvimento do curso de vida, quanto para apoiá-los, fortalecê-los e encorajá-los na busca de soluções para seus problemas” (SILVA; DESSEN, p. 68, 2016).

No que diz respeito aos procedimentos de caráter grupal podemos verificar em Trindade (1999, p.288) que:

Os procedimentos de caráter grupal são aqueles que envolvem o atendimento dos usuários em agrupamentos organizados pelos assistentes sociais, geralmente tomando como critério a existência de situações comuns, que implicam necessidades comuns. Os grupos assumem características bem diferenciadas e o seu desenvolvimento faz parte de um esforço profissional voltado à ampliação das possibilidades de compreensão e reflexão dos usuários, através da convivência entre pessoas que possuem necessidades e situações de vida semelhantes.

Ainda sobre grupo, Eiras (2006) afirma que os grupos ou trabalhos grupais são decorrência de um fluxo da realidade social no qual é fundamental, para sua compreensão, não só a análise das suas relações internas, mas também a análise das lutas de classe.

Já a autora Lane (2012, p.78) aborda a categoria grupos na sociedade capitalista evidenciando que, a partir desta, é viável apreender as cânonas que atuam sobre o sujeito, além das ações que os homens projetam na realidade tendo a compreensão de que “toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando indivíduos se agrupam”.

No tocante à problemática supracitada, observa-se que os autores apresentam expressões diferentes ao abordar o termo grupo, mas dialogam no sentido de que a ação do trabalho grupal parte das necessidades individuais de sujeitos que possuem algum elo semelhante. E, que esses estão inseridos em uma sociedade capitalista, sendo importante a realização de um trabalho grupal (organização/ações) numa perspectiva histórica que considere sua inserção em tal sociedade.

Cabe destacar que, independente da expressão utilizada e dos “recursos educativos para a interação com o grupo, o planejamento das ações, definindo o caminho educativo com os sujeitos do grupo, é fundamental para o processo interventivo do/a assistente social” (SILVEIRA, p.20, 2016).

De acordo com Batista (2000, p.13), o planejamento é parte singular da ação profissional, “na perspectiva lógico-racional, refere-se ao processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social [...]”

É necessário também delimitar o número de participantes, o tempo de duração das atividades, a quantidade dos encontros, a clareza nos temas a serem trabalhados, definir os materiais a serem utilizados, além do relatório com registro das atividades desenvolvidas com dados quantitativos e qualitativos (EIRAS, 2013).

Portanto, o trabalho com grupos exige uma percepção individual e coletiva, para além

do debate imediato ou emergente. “Trata-se de conhecer a realidade de cada indivíduo e da trajetória de formação do grupo. Tendo o propósito de subsidiar o/a assistente social em busca de proposições as quais serão à base do diálogo com o grupo” (SILVEIRA, p.20, 2016).

3 | METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Contexto de realização do grupo de apoio aos pais – GAP

O Grupo de Apoio aos Pais (GAP) é desenvolvido com as famílias que acompanham parentes (crianças ou adolescentes) que estão em tratamento de (ha) reabilitação da audição e da fala no Centro SUVAG do Rio Grande do Norte. Ele se reúne duas vezes por semana no turno matutino e vespertino, com duração de 45 minutos cada encontro. O grupo ocorre durante os meses de março a novembro, desde o ano de 2015. Os temas dos encontros são planejados semestralmente, e, semanalmente um profissional fica responsável por subsidiar um tema correspondente a sua área de atuação.

Participam do grupo vinte e quatro pessoas, sendo doze pela manhã (todas mulheres) e doze à tarde (dez mulheres e dois homens). A renda dos participantes varia de rendimentos de benefícios de transferência de renda ao Benefício de Prestação Continuada - BPC. A escolaridade varia de nenhuma a Ensino Superior Completo e a faixa etária é entre 30 anos e 50 anos.

Compõem a equipe de execução do grupo uma assistente social, uma psicóloga e uma fonoaudióloga.

3.1.1 Resultados

Na tabela abaixo estão descritas as atividades executadas e/ou organizadas pela assistente social juntamente com o grupo, seguindo a descrição de cada encontro no decorrer do período de março a meados de maio do ano em curso. As ações foram realizadas de forma equivalente no GAP matutino e vespertino.

ETAPAS		1º ENCONTRO	2º ENCONTRO	3º ENCONTRO	4º ENCONTRO	5º ENCONTRO	6º ENCONTRO	7º ENCONTRO
APRESENTAÇÃO	PROFISSIONAIS	Boas-vindas e apresentação do GAP aos novos participantes	Foi explicado sobre os pontos do Inventário das Necessidades Familiares (INF)	Foi informado o resultado da análise dos resultados do Inventário das Necessidades Familiares (INF)	Foi realizada a exposição "Não queremos flores, queremos respeito" em alusão ao dia Internacional da Mulher	Foi discutida por uma assistente social convidada a Política Pública de Assistência Social	Foi explanado sobre a Educação como direito de todos e dever do Estado	Foi abordado sobre 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes)
	FAMILIAS							
DESENVOLVIMENTO		Dinâmica da "teia de aranha"	Aplicação do Inventário das Necessidades Familiares (INF)	Ficou acordado entre o grupo que seria debatido o que foi de maior interesse dos participantes	A exposição foi composta por vinte quadros produzidos com a colaboração da arte educadora do Centro, os quais abrangiam frases sobre amor próprio, respeito e união entre as mulheres	Realizou-se um resgate histórico da Política Pública de Assistência Social a partir da CF de 88 até os dias atuais	A discussão foi realizada a partir da CF de 88	Uma vítima de abuso sexual infantil compartilhou o seu depoimento no GAP
CONSIDERAÇÕES FINAIS		Foi observado o círculo formado; pontuado a demanda em comum entre as famílias; e a importância do elo entre as famílias, os profissionais do Centro, e a rede de serviços.	Foi informado que as profissionais executoras iriam avaliar os questionários com as necessidades das famílias	Foi pontuado o pertencimento das famílias como parte integrante do processo grupal, estabelecendo uma relação horizontal entre profissionais e participantes	Foi abordado o empoderamento feminino e a importância do Dia Internacional da Mulher	Foi ressaltada a importância da Política Pública de Assistência Social como um direito social	Foi discutido as conquistas na educação para pessoas com necessidades educacionais especiais; o corte de gastos provenientes da Emenda Constitucional 95 e as consequências na precarização do ensino público, especialmente no das pessoas com deficiência auditiva	Foi debatido sobre combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, reforçando o compromisso na proteção das crianças e adolescentes

Quadro 1- cronograma das atividades do serviço social no GAP 2019.1

Fonte: grupo de apoio aos pais – (GAP)

- 1. Primeiro Encontro:** Foi realizado um momento de boas-vindas e explicado aos novos participantes do que se tratava o GAP. Logo em seguida foi aplicada a dinâmica da "teia de aranha". O objetivo era que ao pegar o barbante cada participante se apresentasse, falasse quem estava acompanhando no tratamento de (ha) reabilitação da audição e da fala, como foi à descoberta da perda auditiva e há quanto tempo estava no Centro. Ao final, foi solicitado que os participantes pontuassem o que estavam observando no círculo formado, foi abordado o ponto em comum entre eles, e, pontuado a importância do elo entre as famílias, os profissionais do Centro, bem como a rede de serviços como um todo.
- 2. Segundo Encontro:** Foi aplicado com a colaboração da fonoaudióloga e da psicóloga o Inventário das Necessidades Familiares (adaptação cultural - português brasileiro). O INF consiste em um questionário de auto-resposta, composto por itens que avaliam as necessidades de informações (audição e perda auditiva, comunicação; desenvolvimento da linguagem; serviços e recursos educacionais; suporte familiar, social e psicológico; serviço comunitário e cuidados; custos/ manutenção do tratamento e próteses auditivas) das famílias. Cada item é cotado segundo duas subescalas: "sim", para quando sentir necessidade que seja

trabalhado ou precisar de informações sobre o tópico. E, “não”, para quando não sentir necessidade que seja trabalhado ou não precisar de informações sobre o tópico.

3. **Terceiro Encontro:** Foi realizada, em um momento anterior, a análise dos resultados do INF pelas profissionais executoras, e, no terceiro encontro foi discutido com os participantes os itens de maior e menor pontuação. Ficou acordado entre o grupo que seria debatido o que foi de maior interesse, o que não impossibilitava a discussão dos demais itens. Foi pactuado, também, como seria a ordem dos temas, a execução e o formato das ações. É importante pontuar que, nesse encontro, o objetivo foi despertar o sentimento de pertencimento das famílias como parte integrante do processo grupal, estabelecendo uma relação horizontal entre profissionais e participantes.
4. **Quarto Encontro:** Em alusão ao 8 de março (Dia Internacional da Mulher) foi realizada a exposição “Não queremos flores, queremos respeito”. A exposição foi composta por vinte quadros confeccionados com a colaboração da arte educadora do Centro, os quais abrangiam frases sobre amor próprio, respeito e união entre as mulheres. O intuito foi abordar sobre empoderamento feminino e a importância do Dia Internacional da Mulher. Cabe destacar, que no GAP existem mulheres que não são alfabetizadas, no entanto, as que são, auxiliaram na leitura dos quadros não sendo necessário o apoio das profissionais executoras. Esse momento foi de bastante emoção, pois expressou dentre outros sentimentos, a união e a afetividade entre as famílias do grupo.
5. **Quinto Encontro:** Foi discutida por uma assistente social convidada a Política Pública de Assistência Social. A profissional realizou um resgate histórico da referida Política a partir da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais. Tal momento teve como objetivo ressaltar a importância da Política Pública de Assistência Social como um direito social.
6. **Sexto Encontro:** Foi explanado sobre a Educação como direito de todos e dever do Estado. A discussão foi realizada a partir da Constituição Federal de 1988 e teve como foco as conquistas oriundas do processo constitucional na educação para pessoas com necessidades educacionais especiais, bem como, o corte de gastos provenientes da Emenda Constitucional 95 e as consequências desses na precarização do ensino público, especialmente no das pessoas com deficiência auditiva.
7. **Sétimo Encontro:** Em alusão ao 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes) foi realizado o último encontro do mês sob a coordenação da assistente social. Uma vítima de abuso sexual infantil compartilhou o seu depoimento no GAP e este relato teve como objetivo fortalecer o combate a esse tipo de crime, reforçando o compromisso na proteção das crianças e adolescentes.

2.1.1.1 A intervenção grupal no exercício profissional da (o) Assistente Social

É oportuno iniciar ressaltando que o exercício profissional não se restringe as respostas instrumentais. A instrumentalidade no exercício profissional de acordo com Guerra (p.1, 2007) “refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a

instrumentação técnica) mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico”.

“[...] Diante do avanço da questão social, fruto das relações sociais contraditórias, de exploração e de dominação, ampliam-se as demandas para o Serviço Social”. Como forma de responder paliativamente a essas demandas, o “Serviço Social brasileiro adota o trabalho com grupos já em vigência, nos países da Europa e da América do Norte [...]” (SILVEIRA, p. 10, 2016). Assim, a metodologia de intervenção grupal torna-se uma das ferramentas de instrumento técnico-operativo do Serviço Social brasileiro.

Cabe salientar que, do ponto de vista do pensamento crítico e tendo como referencial a teoria de Marx e a tradição marxista, pode-se entender o Serviço Social e sua intervenção profissional “como trabalho e o cotidiano de sua intervenção profissional como processo de trabalho” (GRANEMANN, 1999, p. 155).

Dessa forma, o exercício profissional da (o) assistente social configura um modelo de intervenção inclusa nas práticas sociais presentes na sociedade, sendo também uma especialização do trabalho coletivo inserido na divisão sociotécnica do trabalho no sistema capitalista, o que torna o assistente social um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho em troca de um salário (BATISTA, 2014).

Sendo assim, o exercício profissional é um processo inconclusivo, construído e reconstruído cotidianamente o qual responde às demandas que lhe são apresentadas segundo a conjuntura sócio-histórica (BONFIM; TEIXEIRA; ALBIERO, 2018).

Por conseguinte, o exercício profissional da (o) assistente social está posto no âmbito da reprodução das relações sociais, no modo como o indivíduo apraz suas necessidades, proporcionando alterações na forma como os sujeitos vivem a realidade e o seu dia a dia (SARMENTO, 2014).

Ainda nessa perspectiva, Sarmiento (2014, p. 180) apreende a intervenção do Serviço Social pela

[...] ação no cotidiano de vida dos trabalhadores e não trabalhadores, pela interferência nos modos de pensar, agir, sentir e fazer das pessoas e instituições, induzindo as posições e comportamentos teleologicamente desejados, visando à transformação do homem, de suas relações sociais e do curso dos acontecimentos.

Além de tudo isso, a prática do Serviço Social é assinalada por inúmeras dimensões que segundo Guerra (2013) possui as suas particularidades, mas que vinculadas incluem a intervenção do assistente social, sendo homogênea, mesmo na diversidade. Por conseguinte, o Serviço Social dispõe de “dimensões constitutivas tais como a dimensão interventiva, a investigativa e a formativa marcadas pela competência teórica-metodológica, ético-política e técnico-operativa” (BONFIM; TEIXEIRA; ALBIERO, 2018, p. 79).

Cabe destacar que a relação da (o) assistente social com o trabalho com grupos vem transcorrendo a história do Serviço Social no Brasil, como descreve Moreira (2013, p. 11):

O trabalho com grupos é uma prática inerente à cultura profissional do assistente social e está presente no trabalho de campo desde seus primórdios. Mesmo após todas as mudanças pelas quais o Serviço Social brasileiro experimentou - em especial com o Movimento de Reconceituação - este instrumento permanece ocupando um importante lugar no arsenal técnico-operativo de seus profissionais [...]

Diante de tal realidade, o trabalho grupal no Serviço Social também passou por um processo de resignação. “Deixou de ser um “método” que colocava uma espécie de especialização, tornando o/a “assistente social de grupo”, passando a ser mais um importante instrumento no processo de intervenção profissional” (SILVEIRA, p.12, 2016).

Na década de 1990, o Serviço Social com grupos passou a ser parte constituinte da Lei nº 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão da (o) assistente social e dá outras providências, com o texto subsequente:

Artigo 4º Constituem competências do Assistente Social:

[...] III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; [...]

Assim, no mundo contemporâneo, o Serviço Social é convocado para “contribuir no enfrentamento da questão social, preparando-se para tanto. Os novos rumos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos (dentre estes o trabalho com grupos) sintetizam o alinhamento da profissão com a realidade social” [...] (SILVEIRA, p.12, 2016).

A respeito desta vertente, Iamamoto (1998, p. 49) assinala que:

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho neste momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional a nado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações cotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente, os homens presentes, a vida presente e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história.

Destarte, o/a assistente social nivelasse as demandas postas pela realidade social agregando-se com os sujeitos (indivíduos e grupos) com os quais interage profissionalmente. (BONFIM; TEIXEIRA; ALBIERO, 2018).

O que realmente é significativo ao pensar a respeito do Serviço Social com grupos é “valorizar o encontro do grupo como espaço educativo, onde os indivíduos passem a ter a oportunidade de novas experiências e novas relações em sociedade. É um espaço que envolve a resignificação dos valores e a percepção de mundo” (SILVEIRA, p.16, 2016).

Assim sendo, o trabalho social é direcionado à possibilitar que os sujeitos se identifiquem como tal, reconheçam sua identidade social e valores, construindo experiências hodiernas e refletindo sobre as vivências (SILVEIRA, 2016).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho organizou um conjunto de informações embasadas no conhecimento empírico e na intervenção profissional da assistente social no Grupo de Apoio aos Pais (GAP) de crianças e adolescentes em tratamento de (ha) reabilitação da audição e da fala no Centro SUVAG do RN, considerado como foco a importância do Serviço Social de grupo.

A intervenção do Serviço Social é marcada por diferentes abordagens, como as observadas na experiência aqui relatada, a qual combina abordagens interventivas, investigativas e formativas, que se complementam no processo de intervenção profissional da (o) assistente social.

O trabalho com grupos pode ser utilizado pela (o) profissional de Serviço Social como um instrumento de socialização de experiência e informações na luta por direitos, inclusive, com famílias que estão acompanhando parentes em tratamentos de (ha) reabilitação da audição e da fala.

As práticas grupais garantem a dialeticidade necessária à construção de conhecimento comum e útil, unindo os sujeitos através das demandas em comum.

A atuação da (o) assistente social em grupos traz a consciência de direitos e deveres e reavivam noções de cidadania e comunidade através de ações socioeducativas, levando os sujeitos imersos no tratamento de seus familiares a repensarem seu cotidiano de modo crítico, o que em grande medida retoma o protagonismo da família no processo de (ha) reabilitação da audição e da fala, ao mesmo tempo em que fortalece vínculos de solidariedade entre essas unidades familiares.

Nessa perspectiva, o GAP vem apresentando como resultado das intervenções, o desenvolvimento do pensamento crítico, uma visão de cidadania com relação aos direitos e deveres, autonomia das famílias envolvidas, envolvimento das famílias participantes para com o tratamento das crianças e adolescentes em (ha) reabilitação da audição e da fala, crescimento por meio da cooperação e do apoio mútuo, e maiores informações sobre projetos, programas e serviços, especialmente voltados para a pessoa com deficiência auditiva.

Contudo, há um amplo campo de pesquisa para o aperfeiçoamento do uso de grupos no processo de (ha) reabilitação da audição e da fala. Sugere-se, desse modo, que mais profissionais atuem no sentido de mensurar quantitativamente e qualitativamente as interações grupais.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Myrian Veras. Prática Social/Prática Profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. In: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. **A Prática Profissional do Assistente Social: teoria, ação construção do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Veras, 2014.v. I.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo, Veras, 2000.

BONFIM, Giverson Gonçalves; TEIXEIRA, Juvanira Mendes; ALBIERO, Cleci Elisa. O Trabalho com Grupo no Serviço Social: contribuições para a intervenção profissional. **Caderno Humanidade em Perspectiva**, v.2, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/humanidades/article/view/642>>. Acesso em: 13 maio 2019.

BRASIL, Conselho Federal de Serviço Social. **Lei nº 8.662/1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 13 maio 2019.

BRASIL. **Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 02 maio 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004, Norma operacionais básica-NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso: em 02 maio 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Proteção a Saúde-PNPS/2006**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Série Pactos pela Saúde 2006, v. 7. Ed. 3ª. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf>. Acesso: em 02 maio 2019.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. Problematizações acerca do trabalho com grupos no Serviço Social brasileiro. In: Eduardo Mourão Vasconcelos. (Org.). **Abordagens Psicossociais: perspectivas para o Serviço Social**. São Paulo: Hucitec, 2009. v. III.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico – operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A Dimensão técnico – operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 2.ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Belo Horizonte, 2007.

GRANEMANN, Sara. Processos de trabalho e Serviço Social I. In: CFESS/CEAD/UNB. **Capacitação em Serviço social e política social**. Módulo 02: reprodução social, trabalho e serviço social. Brasília: CEAD, 1999.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. O processo grupal. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley. **Psicologia social: o homem em movimento**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 02 maio 2019.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. O Debate contemporâneo sobre a Intervenção Profissional. In: FAGUNDES, Helenara Silveira; SAMPAIO, Simone Sobral. **Serviço Social: questão social e direitos humanos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. V. I.

SILVA, Simone Cerqueira; DESSEN, Maria Auxiliadora. Programas de educação familiar para famílias de crianças com deficiência: uma proposta promissora. **Contextos Clínicos**, 11(1):59-71, janeiro-abril 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v11n1/v11n1a06.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2019.

SILVEIRA, Darlene de Moraes; VIEIRA, Karina Melo. **Trabalho Social em grupos**. UnisulVirtual, Palhoça. 2016. Disponível em: <https://www.uaberta.unisul.br/repositorio/recurso/14690/pdf/trabalho_social_com_grupos.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. **Desvendando o significado do instrumental técnico- operativo na prática profissional do Serviço Social**. 1999.347 f. Tese (Doutorado em Serviço social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.1999.

O ACOLHIMENTO REALIZADO PELO SERVIÇO SOCIAL EM SITUAÇÃO DE ÓBITO NEONATAL

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 03/04/2020

Brenda Gonçalves de Sales Costa

Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP)

Fortaleza - Ceará

<http://lattes.cnpq.br/1434400437608693>

Conceição Rodrigues Teodózio

Hospital Geral Doutor César Cals (HGCC)

Fortaleza - Ceará

<http://lattes.cnpq.br/3894359159345152>

Daiana de Melo Barros

Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP)

Fortaleza - Ceará

<http://lattes.cnpq.br/2730805617512568>

Elayne Cristina da Costa Ferreira

Hospital Geral Doutor César Cals (HGCC)

Fortaleza - Ceará

<http://lattes.cnpq.br/4929213517182891>

Ana Beatriz Araújo Vieira

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Fortaleza - Ceará

<http://lattes.cnpq.br/9505089050246524>

RESUMO: O estudo trata-se de um relato de experiência de Assistentes Sociais que compõem a equipe multiprofissional da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN)

de um hospital terciário. O objetivo central do trabalho é abordar a atuação do Assistente Social no acolhimento das famílias no momento do pós-óbito neonatal, ficando constatada a importância deste profissional no acolhimento dessas famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Óbito Neonatal. Acolhimento Familiar. Serviço Social.

THE ACCOMMODATION PERFORMED BY SOCIAL WORK IN NEONATAL DEATH

ABSTRACT: The study is an experience report of Social Workers that make up the multiprofessional team of the Neonatal Intensive Care Unit (NICU) of a tertiary hospital. The main objective of the study is to address the role of the social worker in fostering families at the time of neonatal post-mortem, showing the importance of this professional in the reception of these families.

KEYWORDS: Neonatal Death. Family Accommodation. Social Service.

1 | INTRODUÇÃO

A morte de um recém-nascido internado em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) se torna um momento muito difícil para

a família, principalmente, quando esse neonato vem sendo idealizada desde a gestação. Por isso, conforme está disposto na Lei nº 8.080/90, é de extrema importância que seja realizado o atendimento humanizado, em que reconheça o conjunto das necessidades dos indivíduos envolvidos na atenção à saúde, como também na atenção ao óbito neonatal (BRASIL, 1990).

Como cita a Política Nacional de Humanização, acolher significa:

Reconhecer o que o outro traz como legítima e singular necessidade de saúde. O acolhimento deve comparecer e sustentar a relação entre equipes/serviços e usuários/populações. Como valor das práticas de saúde, o acolhimento é construído de forma coletiva, a partir da análise dos processos de trabalho e tem como objetivo a construção de relações de confiança, compromisso e vínculo entre as equipes/serviços, trabalhador/equipes e usuário com sua rede socioafetiva (BRASIL, 2013, p. 7-8).

Essa prerrogativa é observada pelo Serviço Social, que assume atribuições no âmbito das políticas públicas de saúde, reconhecendo os direitos da família e mediando junto as situações de óbito, no qual representa a concretização dos objetivos do SUS, no que concerne a humanização da atenção (SANTOS, 2009).

De acordo com Martinelli (2011), a intervenção do Assistente Social na saúde representa um espaço de múltiplas oportunidades para o desenvolvimento do seu trabalho, pois ele consiste na porta de entrada para a garantia dos direitos dos usuários, como também na perspectiva de ampliação da cidadania. Esse é o espaço em que o Assistente Social trabalha de forma técnica, política, teórica, eticamente, e em consonância com os princípios norteadores do Código de Ética Profissional.

Por isso, o interesse em descrever a experiência do Serviço Social atuante na UTIN, surgiu do processo de adequação de um fluxo ainda em construção que visa promover a humanização e acolhimento adequado as famílias dos neonatos em situação de óbito desta unidade hospitalar. O serviço social atua nas UTIN's compondo o quadro multiprofissional desta unidade.

Nesse sentido, o Assistente Social acompanha as famílias em todo o processo de internação, em que, diariamente, fazemos visitas ao leito para identificar as novas famílias de recém-nascidos internados na unidade neonatal, assim como atendimentos sociais com intuito de identificar possíveis demandas sociais junto às famílias com maior tempo de internação.

O hospital em questão é de atenção terciária de alta complexidade, sendo reconhecido também pelo Ministério da Saúde e Ministério da Educação como uma instituição de ensino. Localiza-se na região central da capital do Estado do Ceará. Sendo referência nas áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Ginecologia, Obstetrícia e Neonatologia.

Na maternidade temos duas Unidades de Cuidados Intermediários Neonatais Convencionais (UCINCO I e II), temos uma Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru (UCINCA) e duas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN I e II). Estas são caracterizadas como sendo,

Um ambiente especializado no atendimento de neonatos a termo ou pré-termo em condições de risco de vida e que necessitam de monitorização contínua e/ou terapias específicas. Nesta unidade, os profissionais de saúde direcionam todos os seus esforços para o cuidado do bebê gravemente enfermo e o atendimento das suas necessidades e de sua família (ALMEIDA, F. A. A. MORAES, M. S. CUNHA, M. L. R. 2016. p. 02).

Diariamente são disponibilizados dois profissionais do Serviço Social para acompanhar essas unidades, estes trabalham em regime de plantão sendo que cada profissional está pelo menos dois plantões por semana, além de dois profissionais residentes que fazem parte do programa de Residência Multiprofissional em Saúde. É importante destacar que os Assistentes Sociais atuam sempre em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), desenvolvendo competências aliadas ao Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social.

A seguir descreveremos o fluxo de atendimento do Serviço Social quando acionado para atender uma situação de óbito neonatal. Destacando a atuação multiprofissional, em todo o processo, desde o acolhimento familiar na ocasião da comunicação do óbito à despedida do recém-nascido, bem como todas as orientações necessárias que visam a garantia dos direitos sociais reservados a esta situação.

2 | A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM SITUAÇÃO DE PERDA NEONATAL

O hospital em questão é referência em obstetrícia e neonatologia de alto risco, dessa forma recebe gestantes de todo Estado do Ceará. Muitos dos casos atendidos no referido hospital são de gestantes que apresentam alguma alteração durante a gestação como, por exemplo, excesso de líquido amniótico, descolamento prematuro de placenta, placenta prévia, dentre outros até mesmo desconhecidos, que podem provocar parto prematuro (RAMOS, CUMAN, 2009). Por isso, o nascimento prematuro, ou pré-termo, por sua vez, pode estar atrelado a vários fatores de risco, pois o bebê não está pronto para nascer (RAMOS; CUMAN, 2009).

De acordo com o Ministério da Saúde (2015), recém-nascido (RN) pré-termo (RNPT) é todo aquele que nasceu antes de 36 semanas e 6 dias de idade gestacional. E quanto mais prematuro, maior o risco de morbidade devido a dificuldade de se adaptar a vida extrauterina (SALGE, 2009), o que pode, inclusive, evoluir para o óbito. Por isso, “Quanto mais cedo for o nascimento, maior será sua imaturidade e provavelmente maior será a presença de complicações clínicas no período neonatal e doenças associadas, que poderão acompanhá-lo durante toda a vida.” (BRASIL, 2015, p.9).

Além da prematuridade, outros fatores relacionados às comorbidades gestacionais e malformações também podem prejudicar o desenvolvimento saudável do bebê e até mesmo levar ao óbito neonatal ou intraútero (RAMOS, CUMAN, 2009). Tais situações se apresentam como complexas e inesperadas, pois esta é uma fase em que se anseia pela vida, porém, mesmo com tantos avanços tecnológicos para suporte, em muitos casos a

morte é inevitável.

Por ser uma situação muito delicada, é necessário que tenha uma equipe preparada para dar total suporte e apoio aos pais e a família para que recebam nesse momento, uma assistência respeitosa, digna e adequada, possibilitando que estes familiares enlutados possam ter boas lembranças de seus filhos e recordar suas breves histórias de forma saudável.

Nessa perspectiva, o trabalho em equipe proporciona um acolhimento a demanda da família, o que pode ajudar em todo processo. O Assistente Social também faz parte desses profissionais responsáveis pelo acolhimento da família. “A família é um sujeito privilegiado de intervenção do Serviço Social desde os primórdios da profissão” (MIOTO, 2010, p. 163) e na unidade neonatal não é diferente, as famílias são o principal ponto de intervenção na atuação do assistente social nas unidades neonatais.

Não é atribuição do Assistente Social realizar a comunicação do óbito, conforme diz a resolução nº. 49/96 do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), da 7ª Região, mas sim de se fazer presente e participar junto com a equipe multiprofissional do momento da comunicação do óbito. Mas mesmo assim, o profissional de Serviço Social passa a ser um agente mediador, pois é ele quem fará a escuta qualificada, dará as orientações e os encaminhamentos às famílias dos recém-nascidos na ocasião óbito (SANTOS, 2009).

Dessa forma, ao ser acionado para atender uma situação de óbito, caso os pais não se encontrem no hospital, o Serviço Social é o responsável por entrar em contato com a família solicitando sua presença. Acolhemos sua chegada e os acompanhamos até a unidade neonatal para que a equipe médica possa conversar e comunicar o óbito. Conforme cita Chupel (2010), o acolhimento significa para o profissional de Serviço Social um fator importante no seu processo interventivo, pois ele traz três fatores que se relacionam: a escuta, a troca de informações e o conhecimento da situação em que se encontra o usuário.

Nesse momento o cuidado deve ser a principal linha de condução da má notícia, entretanto nem todos os profissionais conseguem ter empatia pelas famílias que estão vivendo a situação de perda neonatal, o que a torna ainda mais difícil. Muitas vezes o profissional não tem a técnica para comunicar a notícia do óbito, falta habilidade em tornar aquele momento mais adequado a cada realidade familiar. Sobre este assunto Silva (2012) destaca,

Cada processo de comunicação exige uma técnica adequada ao seu conteúdo. Não existe uma técnica que sirva para todas as situações. A maneira de dar uma má notícia varia de acordo com a idade, o sexo, o contexto cultural, social, educacional, a doença que acomete o indivíduo, seu contexto familiar [...] Enfim, a eficácia do processo de comunicação depende da flexibilidade para utilizar a técnica adequada em cada circunstância (SILVA, 2012, p. 50).

Destarte, apesar de não contarmos com um espaço físico reservado que proporcione privacidade a família nesse momento dor. O trabalho em equipe é fundamental para

possibilitar um momento de despedida adequada dos pais com seu filho recém-nascido. Assim, assistentes sociais, psicólogos e enfermeiros participam desse processo criando um ambiente de privacidade na unidade, garantindo assim maior tempo dos pais e/ou familiares junto ao recém-nascido durante a despedida. Neste momento eles podem segurar o neonato no colo, acariciar, conversar, chorar, sempre recebendo o apoio da equipe multiprofissional.

É importante sempre lembrar que “para o profissional, o óbito de um bebê pode ser uma ocorrência que faz parte da rotina de trabalho. Para a família, no entanto, é possivelmente o dia mais trágico de suas vidas.” (SALGADO; POLIDO, 2018, p. 39). Por isso, devemos exercitar a empatia e dignidade, procurando acolher essa família da forma mais respeitosa possível.

Cabe ao Assistente Social orientar sobre o auxílio funeral para as famílias que são cadastradas no Cadastro Único ou que não possuem condições financeiras de arcar com os gastos do sepultamento do recém-nascido. Essa garantia está prevista no artigo 15^a da Lei Orgânica da Assistência Social, no qual afirma que “compete aos municípios de origem dos usuários destinarem recursos financeiros para o custeio do pagamento de auxílio funeral, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho de Assistência Social.”. Esse contato com o município de origem das famílias é realizado pelo Serviço Social, para que seja dada as orientações corretas diante dos trâmites previstos por cada gestão municipal.

Também cabe ao profissional de Serviço Social que está acompanhando a família, verificar as questões necessárias para emissão da Declaração de Óbito (D.O), dessa forma verificamos se o recém-nascido já possui registro civil de nascimento, caso não possua, a família é conduzida a Unidade de Cartório, que fica dentro do próprio hospital, para que seja realizada e após conclusão possa ser preenchida D.O pelo médico responsável, o que por muitas vezes se torna difícil, já que nem todos os médicos trabalham em regime de plantão.

Após o acolhimento da família e a conclusão de todas as questões burocráticas relacionadas com as documentações é então acionada a funerária, que se a família optar pelo auxílio funeral municipal, o Serviço Social é quem entra em contato informando a situação da família. Posteriormente acompanhamos a família nos últimos trâmites de liberação, reconhecimento e retirada do corpo do necrotério, sendo estas últimas duas ações viabilizadas por profissionais responsáveis.

3 | CONCLUSÃO

Diante de tudo que foi exposto, fica reconhecida a importância do Assistente Social no acolhimento às famílias enlutadas, pela perda do seu recém-nascido, pois este profissional busca a garantia e viabilização dos direitos inerentes aos sujeitos atendidos

pelas Políticas Públicas.

Assim sendo, o acolhimento, a escuta qualificada, bem como as orientações e os encaminhamentos para os procedimentos referentes ao sepultamento dizem respeito aos direitos reservados a estas famílias. Percebe-se ainda que para realização de um atendimento humanizado em situações de perdas, não há necessidade de grandes estruturas físicas, o mais importante é o respeito, a empatia e o tratamento individualizado à cada sujeito atendido, compreendendo e respeitando o tempo de cada família.

Outra forma de humanizar o atendimento é a gestão proporcionar capacitações contínuas para os profissionais e obrigatoriedade de seguir protocolos. Considerando ainda a necessidade de desenvolvimento de pesquisas nesta área, a fim de identificar pontos a serem melhorados e qualificar cada vez mais a equipe para um atendimento humanizado e respeitoso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. A. A. MORAES, M. S. CUNHA, M. L. R. Cuidando do neonato que está morrendo e sua família: vivências do enfermeiro de terapia intensiva neonatal. **Revista da Escola de Enfermagem USP** – 2016, n. 50, p. 122-129. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v50nspe/pt_0080-6234-reeusp-50-esp-0122.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 set. 1990a. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm>. Acesso em: 22 jun. 2019.

_____. Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 dez. 1998.

_____. Ministério da saúde. **Manual do Método Canguru**: seguimento compartilhado entre atenção hospitalar e a atenção básica. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf. Acesso em: 22 jun. 2019.

CHUPEL, C. P. Acolhimento e Serviço Social: contribuição para a discussão das ações profissionais no campo da saúde. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 9, n. 10, dez 2010.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO. Termo de Orientação ao Exercício Profissional. **Assunto**: Comunicação de Óbito pelo Assistente Social. Rio de Janeiro: CRESS 7ª Região, aprovado pelo Conselho Pleno, maio 2008. Disponível em: <<http://www.cressrj.org.br/download/arquivos/termo-de-orientacao-saude.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

MARTINELLI, M. L. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 107. São Paulo: Cortez, jul/set 2011.

MIOTO, R. C. Família, trabalho com famílias e serviço social. **Serviço social revista**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, jan/jun 2010.

RAMOS, H. A. C; CUMAN, R. K. N. Fatores de risco para prematuridade: pesquisa documental. Escola Ana Nery. **Revista de enfermagem**, abr/jun 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S14141452009000200009&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 20 jun. 2019

SALGADO, H. de O.; POLIDO, C. B. A. **Como lidar luto perinatal**: acolhimento em situação de perda gestacional e neonatal. São Paulo: Luxema: Ema Livros, 2018.

SALGE, A.K.M. VIEIRA, A.V.C. AGUIAR, A.K.A. LOBO, S.F. Fatores maternos e neonatais associados à prematuridade. **Revista eletrônica de enfermagem**, 2009. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/revista/v11/n3/pdf/v11n3a23.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019

SANTOS, S. M. V. **A importância da atuação do Serviço Social as famílias no momento do óbito, no Hospital Regional Dr. Homero de Miranda Gomes – São Jose – SC**. 2009, 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade do Sul de Santa Catarina – Pedra Branca, Palhoça, 2009.

SILVA, M. J. P. Comunicação de más notícias. Artigo de Revisão. **O Mundo da Saúde**. São Paulo, v. 36, n. 1, p. 49-53, 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/comunicacao_mas_noticias.pdf> Acesso em: 21 de jun. 2019.

O MÉTODO HISTÓRIA DE VIDA ENQUANTO METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS PCD'S DO ICSA/UFGA

Data de aceite: 01/07/2020

Ana Maria Pires Mendes

Assistente social da UFGA

Mestre em Ciências Sociais

Ana Paula Dias Martins

Graduanda em Serviço Social

Alexandre Felliipe A. dos Santos

Graduando em Serviço Social

RESUMO: Este artigo aborda sobre um estudo de natureza qualitativa, cujos autores relatam a sua experiência com discentes PcD's da Universidade Federal do Pará, utilizando o método de História de Vida com o procedimento da narrativa. Descrevem a abordagem metodológica, explicitando a técnica da entrevista para a coleta e análise das narrativas, buscando compreender o processo de escolarização desses discentes, bem como as dificuldades enfrentadas no ensino superior. Os autores argumentam que esse método possibilita a aproximação entre o pesquisador e os sujeitos, dando voz aos pesquisados, destacam ainda a dimensão subjetiva ao tratar das experiências e vivências individuais no social. O estudo revelou a discriminação de colegas de faculdade com estudantes PcD's e

uso de metodologias desgastadas por parte de professores que deixam a desejar o processo de ensino/aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVES: História de vida, narrativa, pessoa com deficiência, escolaridade.

ABSTRACT: This article discusses a qualitative study, whose authors report their experience with PcD's students from the Federal University of Pará, using the Life History method with the narrative procedure. They describe the methodological approach, explaining the interview technique for the collection and analysis of the narratives, seeking to understand the students' schooling process, as well as the difficulties faced in higher education. The authors argue that this method allows the rapprochement between the researcher and the subjects, giving voice to the researched ones, they also emphasize the subjective dimension when dealing with the experiences and individual experiences in the social. It has revealed the discrimination of college colleagues with PcD's students and the use of discarding methodologies that leave the desired teaching / learning process unfulfilled.

KEYWORDS: History of life, narrative, person with disabilities, schooling

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão - LBI, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que afirma a autonomia e a capacidade dos cidadãos com deficiência para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas, a Universidade Federal do Pará – UFPa em cumprimento de seu tripé base para a atuação (ensino, pesquisa e extensão), aprovou em 2009 com o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE por meio da Resolução nº 3.883, de 21 de julho de 2009, que determinou a reserva de uma vaga, por acréscimo, nos cursos de graduação da UFPa aos portadores de necessidades educativas especiais a partir do ano de 2011.

A partir então, o número de entra de PcD's na UFPa vem crescendo gradativamente, com o objetivo de atender essa demanda foi elaborado o Projeto de Extensão “Acessibilidade e Diversidade no Espaço Universitário: compromisso com responsabilidade aos discentes do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPa” aprovado por meio do edital PIBEX 2017, e que vem sendo renovado desde então, para atender as demandas e especificidades desses discentes.

Segundo a Coordenadoria de Acessibilidade - CoAcess da UFPa, o universo de estudantes com deficiência até o ano de 2018 na UFPa era de 428, a amostra com a qual se trabalha no ICSA é de 31 estudantes, sendo: 20 deficientes físicos (02 cadeirantes), 10 deficientes visuais (08 com baixa visão e 01 com cegueira total e 01 com cegueira parcial) e 01 deficiente auditivo, para efeito desse trabalho vamos abordar duas historias de Vida narradas por PCD'S que participam do Projeto.

As ações do Projeto estão pautadas numa perspectiva interdisciplinar, visto que o mesmo se desenvolve em um Instituto composto por sete faculdades, envolvendo várias áreas do conhecimento, a saber: arquivologia, biblioteconomia, administração, ciências contábeis, serviço social, economia e turismo, na relação com gestores, professores e alunos da graduação.

O presente artigo é resultado dos estudos realizados e experiências vividas a partir dos objetivos do referido projeto, onde se vivencia uma conjuntura em que o Brasil possui mais de 45 milhões de Pessoas com Deficiência (PcD's), o que representa cerca de 24% da população, conforme o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE. E diante destas transformações o Serviço Social, enquanto profissão, se insere e busca intervir na realidade a qual lhe foi posta, considerando as múltiplas determinações das expressões da questão social, além da correlação de forças que interferem na sua atuação, uma vez que estas se voltam para atender os interesses do sistema capitalista

Este trabalho está estruturado em cinco tópicos, dos quais a primeira parte é introdutória, o segundo item apresenta a Política de Inclusão Social, sendo um direito conquistado a partir de lutas e reivindicações que trouxeram ampliação das políticas

públicas e sociais, que passaram a enxergar o PcD como um sujeito de direito, e deixando a visão assistencialista para trás. O terceiro tópico abordará sobre a intervenção do Serviço Social junto aos PcD's do ICSA utilizando o método de História de vida a partir da narrativa dos mesmos. O penúltimo tópico será exposto a Contribuição da história de Vida para compreender os percalços dos PcDs do ICSA. E por fim, traremos algumas considerações construídas ao longo do referido trabalho quanto à importância de discutir sobre a experiência profissional relacionado às narrativas dos discentes PcD's, demonstrando seu itinerário até ao ensino superior, a partir disso o projeto faz uma análise interventiva, elaborando estratégias para que o PcD enquanto sujeito de direito, tenha uma formação de qualidade, e posteriormente sejam inseridos no mercado de trabalho.

2 | A POLITICA DE INCLUSÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Nos últimos anos o Brasil tem realizado esforços significativos na tentativa de melhorar a educação no país, fato percebido pela ampliação de alguns direitos sociais garantidos nas políticas educacionais. Essas políticas são fundamentais na valorização de cidadãos, mas, contudo, existem desafios que precisam ser contornados como o sócio econômico, gerador de desigualdades sociais e conseqüentemente de inibidor de acesso ao ensino da grande maioria de trabalhadores.

Dentro desse contexto educacional encontramos também uma questão que vem sendo bastante discutida, a Política de Inclusão da pessoa com deficiência (PcD). Este é um direito conquistado a partir de lutas e reivindicações que trouxeram ampliação das políticas públicas e sociais, que passaram a enxergar o PcD como um sujeito de direito, e deixando a visão assistencialista para trás. Essas conquistas voltadas para educação foram definidas em 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial, que ocorreu em Salamanca na Espanha, em que se coloca o direito de todos a educação, atendendo as especificidades de cada pessoa, favorecendo a aprendizagem e a inclusão.

Enquanto em alguns países o olhar para o PcD ainda está voltado para a reabilitação, no Brasil apresentou-se avanços na defesa da Política de Inclusão, tornando-se um dos países mais inclusivos da América do Sul, nos últimos anos pode-se notar um movimento mais engajado em debater e garantir direitos ao PcD, observa-se como consequência, as Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas com Deficiência, realizadas em 2006 e 2008 e outros eventos que ocorreram com esta temática que trouxeram como agenda a discussão sobre a inclusão e a Acessibilidade do PcD.

O Governo oficializa então o sistema de cotas através da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, como um instrumento que promove principalmente a igualdade social. Contudo, as Instituições de Educação de Ensino Superior, públicas e particulares, não eram obrigadas a fazer reservas para a pessoa com deficiência, porém a partir de 2017, os PcD's são incluídos nos Programas de Cotas das Instituições Federais de Ensino

Superior em todo Brasil, aumentando as oportunidades, trazendo igualdade de direitos e inserindo estes alunos na luta direta por uma vaga futura no mercado de trabalho.

No movimento dessa luta foi formalizado em 2015, com a Lei Brasileira de Inclusão que assegura uma série de direitos que são relacionados à Acessibilidade, saúde e Educação, buscando principalmente a igualdade. Com essas medidas aos poucos vão se eliminando as chamadas Barreiras Físicas, progredindo na manutenção de espaços adaptados para o PcD, dando autonomia a este para se locomover e desenvolver suas atividades diárias, e as Barreiras Atitudinais, diminuindo o preconceito, substituindo a imagem do PcD como inválido, trazendo reflexões de forma positiva sobre a pessoa com deficiência e seus direitos.

3 | O USO DO MÉTODO HISTÓRIA DE VIDA PELA NARRATIVA ENQUANTO METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS PCD'S DO ICSA

Este artigo é produto do trabalho desenvolvido pela equipe do Projeto de Extensão “Acessibilidade e Diversidade no Espaço Universitário: compromisso e responsabilidade com discentes do ICSA”, o referido projeto foi aprovado no edital do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX -2017.

A base do trabalho prima pela articulação teórico-prática, na intervenção do profissional de serviço social junto aos discentes de graduação PcD's do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA, visando captar o movimento e o desenvolvimento dos mesmos, a partir das práticas e experiências vivenciadas por eles, tendo o ponto de partida as condições reais e contraditórias vividas e narradas na História de Vida dos estudantes PcD's do ICSA

As atividades do projeto se desenvolvem em duas dimensões: a primeira volta com atenção direta aos discentes PcD's, e a segunda com atividades socioeducativas, na perspectiva de um trabalho interdisciplinar que ocorre através de rodas de conversas, seminários e oficinas, visando provocar discussões e reflexões acerca do movimento de inclusão social e acessibilidade de PcD's, não apenas no espaço universitário mas na sociedade de um modo geral.

Para efeito desse artigo vamos dar ênfase atenção voltada direta aos discentes PcD's, utilizando a metodologia de história de vida narradas por esses atores. A investigação história de vida é uma metodologia de coleta e análises de dados, se constitui em uma perspectiva própria de forma legítima de construir conhecimento na investigação educativa e social, a partir das experiências e vivência narradas pelos próprios sujeitos da situação.

Pesquisas sobre “narrativas de vida” inclui autobiografia, biografia, história oral, histórias de vida, diários e outras formas de reflexão oral ou escrita que utilize a experiência pessoal (Smith, 1994) apud Bolivar (1998). O método história de vida, mais

que uma estratégia metodológica que utiliza como instrumento a entrevista, se tornou uma abordagem específica ou uma perspectiva específica.

Nessa perspectiva, se insere a proposta do uso da história de vida pela narrativa, como método de pesquisa que busca, por meio da oralidade histórica, ser uma ponte entre o social e o individual. A narrativa tem uma função descritiva e avaliadora, pois, quando se relata um fato, uma vivência e/ou na verdade, se estar tendo oportunidade de refletir sobre aquele momento.

O interesse de trabalharmos com esse método ocorre por ele expressar o desejo de se retornar às experiências significativas que encontramos na vida cotidiana, não como uma rejeição da ciência, mas como um método que pode abordar preocupações que normalmente excluídas na ciência objetiva, visto que o mesmo dá voz aos atores e capta a riqueza e os detalhes dos significados narrados pelos esses, como: as motivações, sentimentos, desejos ou propósitos.

Segundo Bolívar (2012) “la investigación biográfico-narrativa trata de otorgar toda su relevância a la dimensión discursiva de la individualidade, los modos como los humanos viven y dan significado al mundo de la vida mediante el lenguaje”, assim sendo, a subjetividade tem papel preponderante ao conhecimento social.

A abordagem biográfico-narrativa busca explorar os significados profundos das histórias de vida, em vez de limitá-la apenas a uma metodologia de coleta e análise de dados. Esta estrutura conceitual e metodológica nos permite fazer um inventário de experiências, conhecimentos práticos e propósitos pessoais, a partir de uma compreensão global da pessoa e de seu papel social, visto que age como um espelho crítico que retorna a imagem para que possa ser repensada, refletida, analisada e reconstruída (BOLÍVAR, 2012).

O objetivo do uso desse método de investigação de história de vida é a narração da vida dos PcD's, sendo realizada através da entrevista do pesquisador com o pesquisado, gravadas em áudio com o consentimento dos entrevistados, sendo que esses relatam sobre sua vida ao pesquisador.

Nesse sentido, utilizamos aqui como exemplo, um estudo feito com dois estudantes PcD's do ICSA/UFPa. Esse exemplo será usado como uma proposta de amostrar, na prática, como a história de vida contribui para a compreensão dos aspectos da identidade e escolaridade desses discentes PcD's, a fim de manter a identidade preservada dos mesmos classificamos a estudante pela letra L e o estudante pela letra C.

O que nos interessa nas entrevistas realizadas com os PcD'S do ICSA, é buscar ouvir o que eles têm para nos dizer sobre o trajeto de vida tendo como propósito da nossa investigação suas experiências no processo de escolarização, no ensino fundamental, médio e atual, na Universidade Federal do Pará, buscamos identificar as superações de obstáculos para chegar ao ensino superior.

4 | A CONTRIBUIÇÃO DAS NARRATIVAS SOBRE A HISTÓRIA DE VIDA PARA COMPREENDER OS PERCALÇOS ENFRENTADOS PELOS PCD'S DO ICSA

A narração da estudante L, cega, sobre sua escolaridade:

“No ensino fundamental eu não tinha um itinerante para passar a prova, era o coordenador ou o professor mesmos, eles liam as provas e eu respondia, todas as questões eram assim, já no ensino médio, eu passei a ter um itinerante, que era um professor que me auxiliava em um dia da semana, dava ajuda com material em braile ou digital, como tinha duas alunas na escola, esse professor ia duas vezes na semana e passava nossas provas [...]”

Essa estudante nasceu com baixa visão em virtude de glaucoma congênito, frequentou uma escola especializada a partir dos 4 anos de idade, e não tinha conhecimento da leitura em braile.

“Aqui na UFPA estou fazendo 04 disciplinas, estamos sem professor da disciplina de matemática, estou me adaptando[...] na questão de pegar material, é que está difícil, mas os professores estão sendo compreensíveis, estão me dando um tempo maior para entrega de trabalhos e os alunos também ajudam bastante, a turma e os professores são bem solidários, mas a minha maior dificuldade é ter o material de aula, para fazer alguns trabalhos tenho que estar em contato com ... da CoAcess, para pedir ajuda, ela conversa comigo, pergunta sobre avaliação, professores e as disciplinas. Tenho ajuda de vcs e a Diretora emprestou um notebook da Faculdade para eu estudar aqui na Universidade, quando tenho algo muito importante para fazer eu levo pra casa, mas ele (notebook) costuma ficar na sala dos professores.”

A estudante está no primeiro semestre, é caloura, aluna do curso de administração. Quanto a dificuldade de material que ela refere, ocorre porque o textos que são entregues pelos professores precisam ser retrabalhados por técnicos e professores da área da deficiência visual para retornarem a aluna, e esse trabalho leva um tempo em virtude da UFPA não dispor de um quantitativo de profissionais capacitados na área.

A equipe do projeto tem buscado sensibilizar professores, gestores das faculdades e demais discentes no sentido de oferecerem condições para que esses estudantes tenham acesso ao conteúdo das disciplinas em tempo hábil para estudarem e quando isso não ocorre, se faz jus os professores darem um tempo maior para esses alunos, e os demais colegas da turma colaborarem na organização dos trabalhos.

“Estudo muito pelo celular, pego as matérias pelo celular, mas tenho outra dificuldade, quando o professor da disciplina de ... passa seminário a cada aula e pede para fazermos um relatório, aí eu gravo apresentação do grupo para fazer o relatório, porém o gravador do meu celular não é tão bom, o que prejudica minha transcrição, fico sem tempo para estudar para as outras disciplinas”.

Constata-se pela narrativa da estudante, que determinados professores continuam utilizando a mesma metodologia há anos, sem buscar inovar as apresentações de trabalhos, também não considera a presença de aluna cega em classe.

“Sou do interior, de família humilde do município de Vizeu, quando estudei o ensino fundamental não tive problemas, as crianças de minha idade não se importavam por eu só ter um olho, porém no ensino médio só ofereciam pra gente o ensino modular, ou seja,

o professor vinha de fora para dar aula pra gente uns 30 a 40 dias, depois ia embora, aí você não sabia quando iria ter aula de novo, tanto é matemática durante todo o meu primeiro ano eu só tive uma aula, aí foi precário, tive que estudar por fora, sempre pedia para meus professores do ensino fundamental deixarem eu assistir aula deles de novo. Até que eu falei pro meu irmão que eu queria vir mora pra cá (Belém). Tinha terminado meu ensino médio lá, aí aqui eu passei a um ano fazendo cursinho municipal lá em Marituba, e foi aí que eu conseguir fazer pela primeira vez o ENEM e graças a Deus conseguir passar e conseguir a vaga aqui na UFPA”.

A narração do estudante C, do Curso de biblioteconomia retrata sua história de vida no período do ensino fundamental e médio, fazendo leitura crítica sobre a modalidade de ensino modular. Quanto a questão da deficiência visual, narra que:

“Sobre minha deficiência, quando eu tinha cinco anos, eu estava brincando com um colega, a gente fazia uma flecha em um foguete com uns talos grandes, aí eu não sei como, a flecha deu no meu olho [...] e como lá era interior, não tinha assistência a saúde, não tem praticamente nada, procurei atendimento fora muito tarde, uns três meses depois. Foi que eu vim pra cá e os médicos falaram que era irreversível, depois de perambular por vários médicos, [...] para ficar esteticamente apresentável e para melhorar minha sociabilidade me aconselharam a usar lentes, mas não me adaptei, optei por não usar. No início das aulas desde o ensino médio, as pessoas me olhavam diferente, não vinham conversar comigo, encontrava dificuldades pois não tinha amigos, mas com passar do tempo as pessoas vão se acostumando, algumas se aproximam mais, aqui na faculdade estou há uns três meses, as únicas pessoas com quem eu me socializo, são as do meu grupo de trabalho, é com quem eu converso. Mas eu converso sempre com meu irmão e digo que não me deixo abater, é ruim, não é legal a maneira porque as pessoas não me procuram, todo mundo tem amizade, é difícil pra mim, mas eu procuro relevar, a gente se acostuma também ”

O estudante C ressalta que adquiriu a cegueira de um olho em virtude de acidente enquanto criança, e ao relatar sobre esse fato, o estudante faz uma análise da situação, refletindo sobre a saúde no seu município, e que por não ter tido assistência de imediato perdeu a visão do olho esquerdo.

O relato do estudante está impregnado de emoção, pois este percebe e sente que a deficiência visual ainda é um fator de discriminação das pessoas para com ele, embora diga que não se deixa abater, mas expõe sentimento de tristeza por não ter amizade e de acomodação quando diz “a gente se acostuma também”, situação que não deveria acontecer, porque ao se acomodar deixa que o comportamento preconceituoso do outro prevaleça.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos que as políticas de Educação Inclusiva no Brasil, apesar de ainda demonstrarem muitas dificuldades na sua efetivação, têm-se avançado significativamente, permitindo assim que a pessoa com deficiência seja inserida na sociedade em forma de igualdade as pessoas ditas “normais”, eliminando barreiras tanto físicas como atitudinais, assegurando assim o PcD, reconhecido como sujeito de direito, sua autonomia para assim desenvolver suas atividades cotidianas sem desmerece-los por suas limitações.

Porém, para que esse processo realmente aconteça, é necessário que haja um trabalho em equipe, principalmente junto ao PcD, pois é a partir de suas narrativas identificamos as reais necessidades desses sujeitos.

O trabalho aqui apresentado se desenvolveu com base nas narrativas de história de vida discentes PcD's do ICSA, suas experiências vivenciadas durante sua trajetória no processo de escolarização, ensino básico, médio e atualmente superior, na Universidade Federal do Pará, o possibilitou a compreensão do sujeito em âmbito global, além de permitir a identificação de fatores que influenciaram/influenciam nesse processo.

Portanto, a análise de dados a partir da vivência e percepção dos sujeitos entrevistados, vinculada a escuta qualificada do entrevistador, assistente social do ICSA, permite identificar os fatores que inibem ou dificultam o processo de formação acadêmica, nesse caso, a discriminação preconceituosa por parte ainda de colegas de sala de aula e bem como, uso por docentes de velhas metodologias que não se adequam atual realidade do processo de ensino /aprendizagem, e por fim, faz-se necessário elaborar estratégias de intervenção, que venham substituir essas velhas metodologias de ensino e prosseguir com espaços de discussões e reflexões sobre a política de inclusão e permanência do PcD na educação superior, bem como, em todas as esferas da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 2015, **Lei n. 13.146**, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 01 jun. 2019.

IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_uf_xls.shtm . Acesso em: 01 jun. 2019.

BOLÍVAR Antonio, DOMINGO Jesús e FERNÁNDEZ Manuel. LA INVESTIGACIÓN BIOGRÁFICO–NARRATIVA EN EDUCACIÓN. GUÍA PARA INDAGAR EN EL CAMPO. Granada: Grupo Editorial Universitario.1998.

BOLIVAR. Antonio. Dimensiones Epistemológicas y Metodológicas de la Investigacion (auto)biográficas. In: Dimensões Epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográficas tomo I. Org. ABRAHÃO. Maria Helena Barreto; PASSAGGI.Maria da Conceição. Natal:UFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB. 2012. p.32

LOPES, Marina. **Educação inclusiva é para todos**. Disponível em: <http://porvir.org/educacao-inclusiva-e-educacao-para-todos/> Acesso em 02 de junho de 2019

FERREIRA. Marieta de Moraes et al. (Org) História Oral: desafios para o Século XXI. Rio de Janeiro: Editora FioCruz/ Casa Oswaldo cruz/CPDOC. 2000.

A OPERACIONALIZAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS REALIZADA ATRAVÉS DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - SAEST: O ACESSO DE ALUNOS PCDS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E OS AUXÍLIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA-DIRECIONADOS E ESTE PÚBLICO

Data de aceite: 01/07/2020

Eracele do Carmo Conceição

Assistente Social

Técnico Administrativo-SAEST/UFPA – Belém,
Pará

RESUMO: O objetivo do presente artigo é problematizar e entender de que forma está sendo realizada a operacionalização das Instruções Normativas direcionadas aos alunos PcDs da UFPA, desde o início de implantação dos auxílios até o ano de 2018. A trajetória histórica na perspectiva da garantia de direitos da Política Nacional da Assistência Estudantil - PNAEs. A partir de pesquisas Bibliográficas, Artigos, Internet, Sites da UFPA e outros. Também será analisado o trabalho articulado entre a Coordenadoria de Assistência Estudantil – CAE e a Coordenadoria de Acessibilidade – CoAcess, quanto ao reconhecimento enquanto Direito Social e a Política Pública.

PALAVRAS-CHAVE: PcD, Assistência Estudantil, Educação Superior.

OUT THROUGH THE SOCIAL ASSISTANTS
OF THE STUDENT ASSISTANCE
SUPERINTENDENCE - SAEST: THE ACCESS
OF PWD STUDENTS IN A SITUATION OF
SOCIOECONOMIC VULNERABILITY AND
THE FEDERAL UNIVERSITY FEDERAL
UNIVERSITY AID

ABSTRACT: The objective of this article is to discuss and understand how the operationalization of the Normative Instructions directed to UFPA PwD students, from the beginning of the implementation of the aid until 2018. The historical trajectory from the perspective of guaranteeing rights of the National Student Assistance Policy - PNAEs. From Bibliographic searches, Articles, Internet, UFPA Sites and others. It will also analyze the articulated work between the Student Assistance Coordination - CAE and the Accessibility Coordination - CoAcess, as the recognition as Social Law and Public Policy.

KEYWORDS: PcD, Student Assistance, Higher Education.

THE OPERATIONALIZATION OF THE
NORMATIVE INSTRUCTIONS CARRIED

1 | INTRODUÇÃO

Este Artigo tem o objetivo de realizar

estudos relacionados aos alunos Pessoas com Deficiências dos cursos de graduação da UFPa em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mais especificamente aqueles que solicitaram os auxílios financeiros da UFPa. Para isso é necessário o entendimento quanto a definição sobre deficiência. A Organização Mundial de Saúde (OMS) diz que “A definição de deficiência é complexa”.

A transição de uma perspectiva individual e médica para uma perspectiva estrutural e social foi descrita como a mudança de um “modelo médico” para um “modelo social”; A OMS também menciona que “A deficiência uma importante questão de desenvolvimento com cada vez mais evidências de que pessoas com deficiência experimentam piores resultados socioeconômicos e pobreza do que as pessoas não deficientes”.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência define pessoas com deficiência da seguinte maneira: “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

O Decreto Federal nº. 3.956 de 2001, conceitua a deficiência de maneira abrangente, o decreto sugere que a deficiência vem a ser: “Perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica temporária ou permanente, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”.

Para a referida pesquisa foi adotada a definição sugerida pelo Decreto Federal nº 3.956/2001, o qual refere-se às pessoas que por alguma situação ou patologia sofrem ou foram acometidas de doenças que limitam a sua participação em igualdade de condições com as outras pessoas. No item 2 será trabalhado sobre a “Acessibilidade ao Ensino Superior de PcDs”; no 3 será discorrido sobre “O processo de Inclusão na Instituição de Ensino Superior-UFPa”; no 4 sobre “Mecanismos Utilizados para a Realização da Análise do Trabalho”; no 5 “A Metodologia” e no 6 “As Considerações Finais”

2 | ACESSIBILIDADE AO ENSINO SUPERIOR DE PCDS

A Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 6º trata dos direitos sociais dentre eles a Educação, os direitos elencados neste Artigo é direcionado a toda a população brasileira, entre as quais se incluem as que possuem algum tipo de deficiência, todos têm direito ao acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho, observando que essas áreas contribuem para a inserção social, desenvolvimento de uma vida saudável e de uma sociedade inclusiva. O tema acessibilidade é novo no Brasil e regulamentado por etapas desde a Constituição Federal de 1988 e com o Decreto Federal 5.296/2004.

A Lei da Acessibilidade foi criada para garantir direitos igualitários assim como possibilitar que as pessoas com deficiências mantenham uma qualidade de vida adequada,

possibilitando a elas acesso a todos os espaços. Esta lei dá diretrizes, dentre outras, orienta quanto as normas básicas e gerais para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiências, como a eliminação de obstáculos em todas as áreas, a própria Lei de cotas para acesso ao ensino superior é um mecanismo utilizado para a efetivação da inclusão desses discentes. O Estatuto da Pessoa com Deficiência no Artigo 27 diz que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2015).

Entre vários dispositivos legais estão a Constituição Federal/88 em seu Artigo 205 o qual define a educação como um direito de todos, estabelece também a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394) definiu a educação especial e assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais; o Decreto nº 3.298/99 dispõe sobre a Política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, a **Portaria nº 3.284/03**, dentre outros, dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência.

Em relação à acessibilidade a UFPA através da Resolução Vaga PcD/CONSEPE Nº 3.883/09 deu início a inclusão de alunos com deficiência na referida Universidade, apesar de a C.F/88 ditar regras para a inclusão desse público através das cotas no ensino superior, foi somente em 2016 através da Lei de Cotas 13.409/16 é que foi realmente oficializado a nível Nacional nas Universidades Públicas, através das cotas, o ingresso das PcD nos Institutos Federais - IFES, no ano anterior em 2015 já existia a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (LBI- Nº 13.146) na qual o Artigo 27 aborda o direito à educação, com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; deve garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras.

No que se refere especificamente a acessibilidade na Universidade, existe no Artigo 24 do decreto 5.296/2004, especificações direcionadas a esse tipo de instituição, nele fica claro que os estabelecimentos educacionais devem proporcionar condições básicas de acesso, onde os alunos deficientes possam utilizar o mesmo espaço que os demais, sem com isso ser prejudicado ou excluído.

3 | O PROCESSO DE INCLUSÃO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Sobre o assunto inclusão na UFPA e os objetivos da educação é preciso entender o que o sistema educacional propõe, já que as fundamentações são geralmente padronizadas

não levando em consideração as individualidades tanto dos alunos quanto dos demais membros da comunidade acadêmica.

Nessa perspectiva, inclusão, para Ferreira (2010), “é aquela que se fundamenta em uma filosofia onde a diversidade do ser humano é valorizada, é aquela que garante acesso e participação igualitária a todas as pessoas, independente de quais são suas características pessoais”. De acordo com Gonçalves (2017) a criação dos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais é algo recente datam da primeira década do século XXI, com a demora para a regulamentação e institucionalização do sistema de ingressos de discentes PcD nas Instituições Federais, a UFPA criou a sua própria através da Resolução Vaga PcD/CONSEPE nº 3.883/2009.

A Lei da Acessibilidade foi criada com o objetivo de garantir direitos assim como possibilitar que as pessoas com necessidades especiais, tenham uma qualidade de vida adequada, possibilitando a elas acesso a todos os espaços. O Decreto nº 7.611 de 2011 define que a “União deve prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Altiista-TEA e Altas Habilidades ou Superdotação.

Para que o processo de inserção seja considerado positivo é preciso levar em conta que o ambiente deve atender as necessidades básicas deste aluno, ou seja, dever haver a eliminação de barreiras, o acesso livre a todos os lugares, assim como apoio social, psicopedagógico e educacional de qualidade. É preciso compreender e deixar claro que o sucesso da inclusão, seja na Universidade ou na sociedade, depende basicamente da mudança de pensamento dos indivíduos, para Strieder (2010), o princípio fundamental da educação inclusiva é exatamente esse, valorizar as diferenças e abandonar o conceito de que para ser importante e fazer a diferença no mundo é preciso enquadrar-se nos padrões da normalidade ditados pela sociedade.

4 | MECANISMOS UTILIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DA ANÁLISE DO TRABALHO

A regulamentação da política de educação ocorreu pela Lei n. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabeleceu as diretrizes para os diferentes níveis de educação e também explicitou aspectos relacionados à assistência aos discentes na área da educação. O Artigo 43. diz que, dentre outras, a educação superior tem por finalidade:

1-estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; 2.formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; 3.incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e

do meio em que vive; 4.promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação[...]. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL-LDB,1996).

Em 2010 com a edição do Decreto nº 7.234 de 19 de julho, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAEs foi ordenado programa público gerador de direitos de cidadania. As ações relativas à afirmação de direitos na área da Educação estão respaldadas, dentre outras, na LDB de 1971, segundo a qual cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente serviços de assistência educacional.

De modo geral o programa de assistência estudantil dita como regra para a participação do discente nos programas da assistência Estudantil a renda familiar bruta de até três salários e renda *per capita* de até um salário mínimo e meio.

Alguns fatores, dentre eles a carência socioeconômica tem impactado diretamente na continuidade dos estudos, Vargas (2008) diz que “as desigualdades de acesso aos capitais econômico, social e cultural geram necessidades específicas para os estudantes e influenciam as possibilidades de conclusão dos estudos”. Vasconcelos (2010) analisa que “A assistência estudantil possibilita os recursos para a superação dos obstáculos para o bom desempenho acadêmico, o que permite que o estudante desenvolva sua graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando situações de abandono e trancamento de matrícula”.

A política de assistência estudantil junto aos estudantes de universidades públicas tem se caracterizado na contemporaneidade por sua natureza focalizada; pela inexistência de mecanismos de controle social sobre a mesma, pela terceirização dos serviços, pela concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação, transporte em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil, entre outros (ANGELIM, p. 2, 2010).

A Assistência Estudantil é composta por uma variedade de eixos de atuação, a proposta do PNAEs é articular diferentes áreas de diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo, tendo como público-alvo da assistência estudantil os elencados no Artigo 4º, com a seguinte redação: “As ações do PNAEs atenderão a estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, prioritariamente, selecionados por critérios socioeconômicos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições de educação superior em ato próprio”.

O PNAEs na assistência estudantil na UFPA é operacionalizado através dos(as) trabalhadores(as) da Superintendência de Assistência Estudantil - SAEst. A SAEst é composta dos seguintes órgãos: uma Secretaria Executiva, três Coordenadorias e uma Diretoria; Secretaria Executiva (SEC); Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE); Coordenadoria de Integração Estudantil (CIE); Coordenadoria de Acessibilidade (COACCESS) e Diretoria de Serviços de Alimentação Estudantil (DSAE).

A principal competência da SAEST é propor, acompanhar e avaliar a política interna de Assistência Estudantil, conforme preceitua o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto nº 7234/2010. Esse decreto tem como objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, bem como as demais normas que tratam sobre o assunto, que também enfatizam os aspectos como: permanência, acessibilidade, integração e inclusão de discentes da UFPa em vulnerabilidade socioeconômica (RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL, 2017).

Ressaltamos a atuação do Técnico Administrativo - Assistente Social na Assistência Estudantil a qual se caracteriza pela necessidade em atender as demandas dos alunos que apresentam necessidades de cunho social, referentes à moradia, alimentação, transporte, material didático, os quais são estudantes universitários das UFs. O trabalho direcionado aos alunos PcD é realizado articuladamente com os setores internos e externos a UFPa. Nos setores internos a Coordenadoria de Assistência Estudantil - CAE em articulação com a Coordenadoria de Acessibilidade - CoAcess realizam os atendimentos direcionados e referentes às PcDs receberão atendimentos oriundos de suas necessidades relacionadas ao curso de graduação.

Para a realização dos atendimentos referentes aos auxílios financeiros diretos as PcDs, são utilizados quatro tipos: um é o “Programa de Bolsas de Atividades Acadêmicas voltado para a acessibilidade” o qual é gerido e operacionalizado pela CoAcess, visa atender estudantes da graduação, dentre outras, em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas.

Os outros três são operacionalizados pela CAE através de duas Instruções Normativas/SAEst/UFPa N° 03 e N° 04, de 17 de janeiro de 2018, no primeiro semestre de cada ano são difundidas novas instruções, assim como os Editais, as quais terão vigência por um ano. A instrução no 03 trata dos requisitos de admissibilidade de discentes para o recebimento dos auxílios PcD Especial (Permanência e Moradia), os quais não necessitam de realização de qualquer tipo de atividade acadêmica, os requisitos são que o discente seja PcD, esteja dentro dos parâmetros de situação e vulnerabilidade socioeconômica determinada pelo PNAEs e/ou pela UFPa através da Instrução Normativa, que obtenha o Coeficiente de Rendimento Acadêmico do último semestre cursado de no mínimo 5,0 (análise Pedagógica para quem já está recebendo os auxílios).

O auxílio financeiro mensal poderá ser utilizado para aquisições de material didático, transporte, alimentação e outras necessidades relacionadas com a graduação; o Moradia é destinado a discentes que além dos requisitos mencionados acima, em virtude da aprovação e realização do curso de graduação necessite residir fora de sua cidade de origem, que não tenha parentes na cidade onde irá realizar o curso, nem resida na Região Metropolitana de Belém.

A Instrução N° 04 se refere ao Auxílio Kit PcD destinado a aquisição de Tecnologias Assistivas, o discente será submetido ao mesmo processo de solicitação do auxílio anterior,

o diferencial é que além de toda a documentação elencada na Instrução Normativa Nº 03 ele terá que anexar o Plano de Aplicação e Proposta Orçamentária, porém neste tipo ele também será avaliado pela equipe da CoAcess de acordo com as suas necessidades tecnológicas, as quais irão auxiliá-lo no desempenho de suas atividades acadêmicas.

A Tecnologia Assistiva tem como áreas de aplicação: adaptações para atividades da vida diária; sistemas de comunicação alternativa; dispositivos para utilização de computadores;; unidades de controle ambiental; adaptações estruturais em ambientes domésticos; profissionais ou público; adequação da postura sentada; adaptações para déficits visuais e auditivos; equipamentos para mobilidade, adaptações em veículos e o uso de órteses e próteses (ROCHA; CASTIGLIONI, 2005, apud. GONÇALVES, 2017, p.51).

Com a finalidade de garantir ao discente PcD a sua realização, permanência e conclusão do curso de graduação, o discente receberá toda a atenção e orientação em relação a aquisição das tecnologias assistivas e outras necessidades, pela equipe multiprofissional da CAE e CoaCess, as quais serão utilizadas pelo discente para um melhor desempenho na realização das atividades do curso de graduação, incluindo nesse contexto a sua mobilidade.

A partir do Gráfico 1, pode-se observar que ao longo do período estudado, o número de vagas ofertadas pela UFPA para os discentes PcD cresceu. Iniciando com a oferta de 145 vagas em 2011 e chegando a 1.091 vagas em 2018, o que demonstra o esforço da UFPA para a garantia de acesso a esses discentes. Com o aumento de vagas ofertadas consequentemente o número de ingressantes também aumentou, iniciando com 45 em 2011 e chegando a 334 discentes aprovados no ano de 2018.

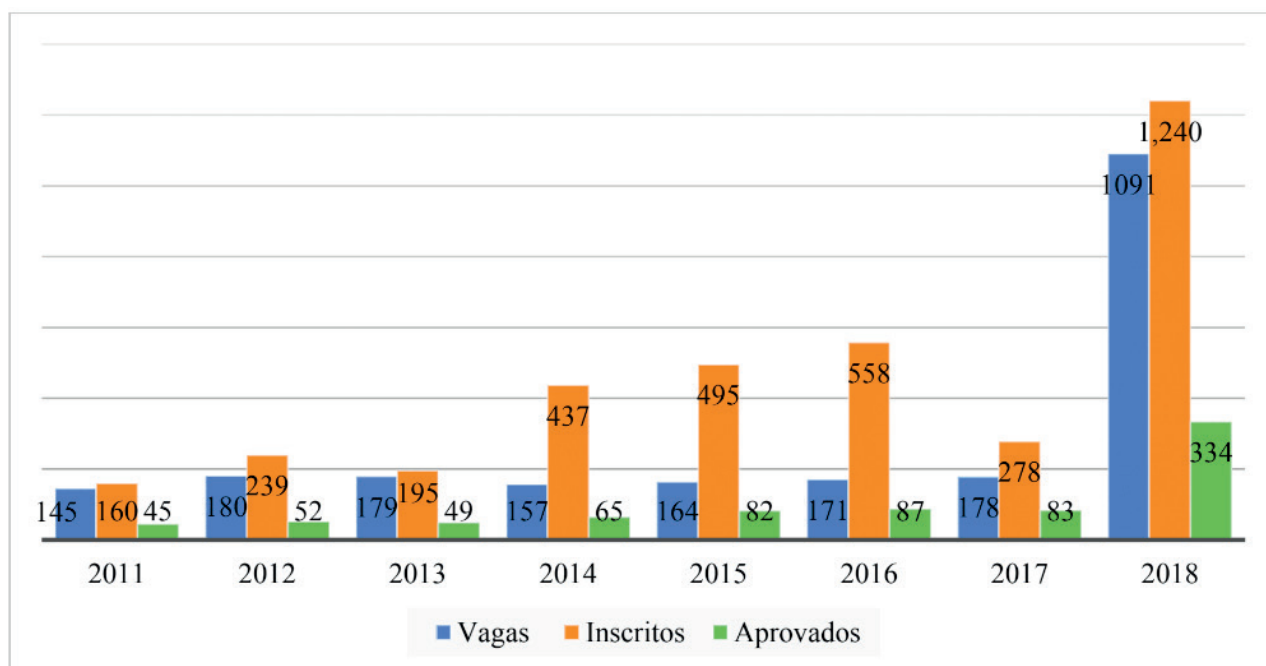


Gráfico 1: Número de discentes PcD ingressantes na UFPA no período de 2011 a 2018.

Fonte: CEPS-UFPA, 2018

Os Gráficos 2 e 3, a seguir, demonstram o percentual de discentes que solicitaram e foram atendidos com os dois auxílios citados. No que se refere ao Auxílio PcD, 79% dos discentes que solicitaram foram atendidos, no Kit PcD esse percentual de atendimento é menor (57%) de discentes. Ressalto que o motivo pelo qual exista essa diferença na concessão dos auxílios seja porque eles precisam (para o Kit PcD), além de fazer a anexação dos documentos, realizar cotação de três preços dos materiais a serem adquiridos e anexar o documento o qual é denominado de “Plano de Aplicação e Proposta Orçamentária, em algumas vezes o discente não conclui a anexação de todos os documentos solicitados, algumas vezes encontram-se com renda familiar bruta acima (raramente) do permitido para a participação no processo. Outra situação é que o discente quando entra na Universidade solicita de imediato o auxílio PcD, pois o Kit PcD poderá ser solicitado durante todo o período de sua Graduação, sendo concedido uma única vez.

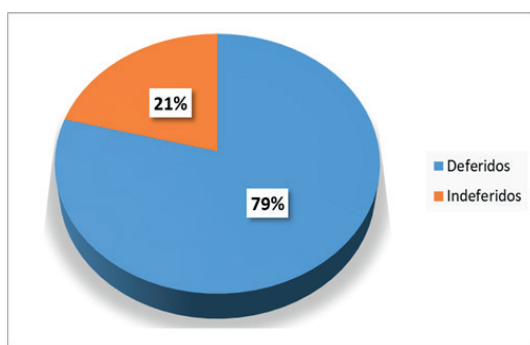


Gráfico 2: Percentual de Discentes deferidos e indeferidos para o Auxílio PcD.
Fonte: SIGAEST/UFPA, 2018.

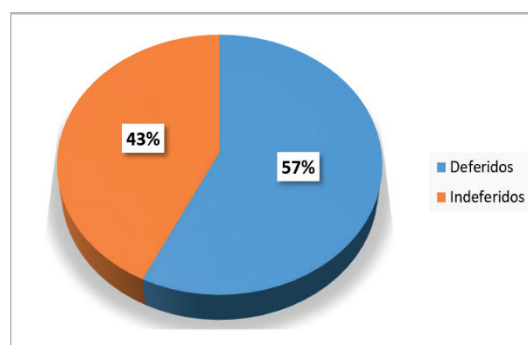


Gráfico 3: Percentual de Discentes deferidos e indeferidos para o Kit PcD.
Fonte: SIGAEST/UFPA, 2018.

Na Tabela 1, verifica-se que em relação ao Auxílio PcD, no ano de 2014 dos 31 discentes que solicitaram esse tipo de auxílio 14 deles foram deferidos, ou seja, receberam o auxílio. Vale destacar que apenas dois discentes tiveram seus processos indeferidos e 11 apresentaram pendência de documentos. Já no ano de 2018, dos 88 inscritos, 61 conseguiram o auxílio. Nesse ano, 15 discentes tiveram seus processos indeferidos, mas nenhum apresentou pendência documental.

ANO	INSCRITOS	HOMOLOGADOS	DEFERIDOS	INDEFERIDOS	PENDÊNCIA DOCUMENTAL
2014	31	27	14	2	11
2015	24	23	23	0	0
2016	57	48	26	16	6
2017	42	39	31	8	0
2018	88	76	61	15	0

Tabela 1: Situação das solicitações e atendimentos aos discentes para o Auxílio PcD nos anos de 2014 a 2018.

Fonte: SIGAEST/UFPA, 2018.

ANO	INSCRITOS	HOMOLOGADOS	DEFERIDOS	INDEFERIDOS	PENDÊNCIA DOCUMENTAL
2016	5	4	2	0	2
2017	19	15	11	4	0
2018	33	28	14	11	3

Tabela 2: Situação das solicitações e atendimentos aos discentes para o Kit PcD nos anos de 2016 a 2018.

Fonte: SIGAEST/UFPa, 2018.

No que se refere ao Kit PcD, a partir da Tabela 2 verifica-se que no ano de 2016, quando o auxílio iniciou, apenas 5 discentes se inscreveram, 2 deles receberam o kit. O número de inscritos aumentou, no ano de 2018 chegou a 33. Desses, 14 foram atendidos e 3 não foram atendidos por apresentarem pendência de documentos.

5 | METODOLOGIA

O trabalho teve como local de pesquisa a Superintendência de Assistência Estudantil – SAEst/UFPa, a Coordenadoria de Assistência Estudantil – CAE e a Coordenadoria de Acessibilidade – CoAcess, a coleta de material foi realizada através de pesquisas bibliográficas, com levantamento de dados em registros disponíveis na UFPa, Sistema Gerencial de Assistência Estudantil- SIGAEst e o Centro de Processos Seletivos – CEPS/UFPa, Intranet, livros, artigos e internet.

A pesquisa bibliográfica:

É aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Seus textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

A pesquisa foi também Quantitativa sobre a qual Severino (2007) diz que:

[...] E esse conhecimento dos fenômenos, por sua vez, limitava-se á expressão de uma relação funcional de causa e efeito que só podia ser medida como uma função matemática. Por isso toda lei científica revestia-se de uma formulação matemática, exprimindo uma relação quantitativa. (SEVERINO, 2007.p.118).

Sobre esta pesquisa a análise foi realizada através dos números fornecidos através do SIGAEst e do CEPS com as pessoas que ingressaram na Universidade nos cursos de graduação entre os anos de 2011 à 2018; e encontram-se em situação de carência financeira, os discentes que ingressaram na UFPa através das cotas para PcD, os quais solicitaram os auxílios da UFPa desde o início do programa que data 2014 para o auxílio Especial PcD e 2016 para o Kit PcD, ambos até 2018, os que foram deferidos, os

indeferidos e os que ficaram em pendência documental.

Como a referente pesquisa trata da acessibilidade, da inclusão social de discentes PcD em situação de vulnerabilidade socioeconômica dentro de uma universidade, foram registrados os estudos, dados coletados, as Leis, Decretos e Resoluções as quais normatizam as ações tanto da instituição quanto dos profissionais que realizam o trabalho com este público, considerando os seus direitos estabelecidos e direcionados a este público, na perspectiva da garantia de direitos, pois com a promoção de um espaço seguro, é possível promover um convívio social adequado independente do grau de deficiência do indivíduo.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo trabalho apresentado evidencia-se que a Universidade Federal do Pará tem realizado esforços conjuntos, com o objetivo de atendimento diferenciado e qualitativo aos discentes PcD, notadamente, como prioridade em receber o público de forma respeitosa e adequada as suas necessidades, porque tem utilizado e disponibilizado de equipe multiprofissional para a realização do trabalho direcionado a eles, na perspectiva da garantia de direitos, sabemos que o compromisso da equipe é atender este aluno desde o seu ingresso na UFPa até a sua formatura.

Os dados revelam que a UFPa tem se preocupado com este segmento social, na questão da acessibilidade aos cursos, reconhecendo que eles são cidadãos de direitos, pois tem disponibilizado de vagas nos cursos de graduação com o objetivo de atendê-los e garantir seus acessos e a sua formação acadêmica. Porém ainda há muito a ser feito.

Observo que os cursos destinados aos PcDs na UFPa iniciaram no ano de 2011 com poucas vagas e poucas inscrições, no decorrer dos anos houve aumento de números de vagas assim como o aumento de discentes inscritos, no ano de 2018 houve aumento significativo tanto no quantitativo de vagas ofertadas quanto no número de inscritos, ainda existe deficiência no número de aprovados, pois os números de vagas ofertadas não têm sido preenchidas, permanecendo algumas vagas ociosas.

Ressalto que são muitas barreiras a serem superadas por eles para a realização do ingresso, permanência e a conclusão do curso, as quais vão desde a situação de vulnerabilidade socioeconômica, o seu deslocamento em todos os ambientes até a sala de aula onde ocorrem algumas situações de exclusão social da PcD.

A todos, deve-se cumprir a lei em seus ambientes onde quer que estejam inseridos com diretriz única na Política Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, voltada para a Educação e na Informação Pública com o apoio do Governo e das políticas transversais de inclusão social em todas as Universidades e em todo o Brasil.

Sobre a Acessibilidade de modo geral em relação aos prédios e a construção de

rampas e sinalizações, apesar das várias leis, Decretos, Resoluções e divulgação das necessidades das PcD ainda é evidenciada pouca importância a esta parte da sociedade brasileira que vive as margens e dificuldades de manter os seus direitos básicos garantidos na constituição.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Regiane da Silva; **NASCIMENTO**, Sara Diniz. **Diagnóstico Situacional da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão: estudo de caso nos Campi Buriticupu e Centro Histórico**. In: *Anais*. Maceió: IFAL, 2010. Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.paper/view/336> >Acesso em 10/01/2019.

ANGELIM, Isabel Cristina Sampaio. **Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública: desafios para construção de uma concepção de direito de cidadania**. In: *Anais...Seminário Políticas Sociais e Cidadania*, Salvador: UCSAL, 2010. Disponível em: <<http://www.interativadesignba.com.br>. Acesso em 10 jan. 2019.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 15/04/2019.

_____. **Decreto 3.298/99** - Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acesso em 15/04/2019.

_____. **Decreto nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Acesso em 17/04/2019.

_____. **Decreto 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Acesso em 15/04/2019.

_____. **Decreto n. 7.234**, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 02/01/2019.

_____. **Decreto-Lei nº 7.611**, de 11 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: MEC, 2011.

_____. **Lei n. 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 03/01/2019.

_____. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Acesso em 16/04/2019.

FERREIRA, H. S. **Educação Inclusiva: Uma ideia em construção**. UFES. 2010. <http://www.facevv.edu.br/Revista/04/EDUCACAOINCLUSIVAUMAIDEIAEMCONSTRUCAO/heloisasouza.pdf>. Acesso em 15/04/2019.

GONÇALVES, A.M. **Núcleo de Acessibilidade no Ensino Superior: práticas inclusivas com alunos com deficiência e transtornos funcionais específicos**. Ed: CRV, Curitiba, 2017.

STRIEDER, Roque; **MENDES**, Rosângela; **ZIMMERMANN**, Rose Laura Gross. **Nas dobras e endobras da educação inclusiva: da igualdade para convivência com os diferentes**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2013.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Ensino superior, Assistência Estudantil e Mercado de Trabalho: um estudo com egressos da UFMG**. Dissertação (Mestrado em Educação)— Universidade Federal de Minas

Gerais, Belo Horizonte, 2008. Acesso em 04/01/2019.

VARGAS, R.V. Os desafios de Incluir sem Excluir. 2013. <http://www.revistaoprofessor.com.br/wordpress/?p=232>. Acesso em 20/01/2019.

VASCONCELOS, Natália. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Revistada Católica*, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <<http://www.catolicaonline.com.br>. Acesso em: 15/01/2019.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm , 6 de jul de 2015 - Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (**Estatuto da Pessoa com Deficiência**), Lei 13.146, de · Decreto nº 6949 · Lei Complementar nº 142 · Lei nº 8.989, de 24, acesso em 17/04/2019.

<http://www.saest.ufpa.br/documentos/relatório/rel.2017.pdf>. Acesso em 04/01/2019.

<http://www.sigaest.ufpa.br/sigaest/inicial.php>. Acesso em 22 de abril de 2019.

https://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44575/4/9788564047020_por.pdf, **Relatório Mundial** sobre a **Deficiência** / World Health Organization, The World Bank regionais da **OMS**. Acesso em 17/04/2019.

<https://dicionariodireito.com.br/instrucao-normativa> – Acesso em 19 de abril de 2019.

www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971. Acesso em 15/04/2019.

SOBRE A ORGANIZADORA

THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: políticas sociais, políticas públicas, direitos sociais, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 95, 96, 97, 142, 147, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Apoio 6, 16, 21, 26, 28, 59, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 94, 111, 114, 119, 120, 122, 141, 152, 153, 156, 157, 158, 161, 167, 168, 182, 183, 188, 191

Assistência Estudantil 72, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 179, 183, 184, 187, 189, 190

Assistente Social 2, 7, 9, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 36, 37, 46, 56, 62, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 95, 96, 103, 104, 109, 114, 123, 138, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 171, 178, 179, 184, 191

Autocracia Burguesa 47, 48, 49, 50, 52, 53

C

Capital 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 15, 16, 19, 21, 22, 27, 33, 45, 48, 49, 50, 51, 56, 88, 103, 111, 112, 113, 115, 121, 123, 127, 128, 129, 132, 138, 141, 165

Capitalismo 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 18, 21, 27, 48, 49, 92, 104, 111, 133

Capitalista 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 24, 25, 34, 48, 49, 53, 66, 69, 76, 104, 105, 112, 131, 132, 141, 155, 159, 172

Conservadorismo 8, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 36, 40, 44, 45, 48, 53, 54, 55, 56, 81, 88, 115, 116, 149

Cultura 17, 28, 44, 46, 63, 64, 66, 93, 94, 95, 100, 103, 119, 120, 124, 138, 148, 153, 160, 182

D

Deficiência 30, 83, 119, 154, 158, 161, 162, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 188, 189, 190

Diário de Campo 80, 87, 88

Dimensão 8, 10, 17, 26, 36, 37, 39, 42, 45, 59, 60, 66, 80, 84, 87, 91, 101, 107, 120, 128, 151, 159, 162, 171

Dimensões 3, 8, 10, 53, 80, 81, 83, 84, 86, 134, 135, 142, 148, 149, 159, 160, 174

Direito 26, 32, 35, 46, 63, 95, 110, 118, 119, 120, 121, 126, 127, 137, 146, 154, 158, 172, 173, 177, 179, 180, 181, 189

Direitos 4, 6, 8, 9, 10, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 43, 44, 65, 77, 78, 79, 88, 89, 93, 115, 119, 121, 126, 128, 129, 134, 138, 146, 148, 150, 154, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 169, 173, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 188, 189, 191

E

Educação 5, 20, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 42, 72, 73, 78, 79, 83, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 135, 137, 138, 145, 153, 158, 162, 165, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 188, 189, 190

ENESSO 19, 43, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116

Ensino 23, 31, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 83, 85, 89, 90, 92, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 129, 136, 156, 158, 165, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 189

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 32, 33, 43, 48, 49, 50, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 75, 76, 79, 88, 91, 95, 99, 113, 119, 121, 133, 135, 136, 138, 141, 142, 149, 158, 165, 166

Estágio 3, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

Estudantil 72, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 179, 183, 184, 187, 189, 190

Ética 9, 18, 20, 22, 35, 43, 44, 46, 48, 55, 56, 57, 78, 82, 84, 91, 92, 110, 114, 144, 148, 151, 165

Ético-Política 18, 19, 36, 37, 45, 69, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 105, 109, 113, 114, 148, 159

F

Família 15, 95, 147, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 176

Formação 2, 11, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 28, 32, 36, 38, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 122, 123, 124, 128, 129, 131, 133, 137, 138, 139, 149, 151, 156, 173, 178, 182, 188

G

Gramsci 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 79

Gramsciana 61, 62, 64, 66

Grupo 7, 23, 38, 41, 42, 54, 74, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 107, 108, 126, 134, 136, 143, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 176, 177, 178

H

História 3, 10, 11, 16, 23, 26, 27, 46, 63, 67, 79, 96, 99, 106, 108, 122, 127, 131, 133, 136, 137, 150, 159, 160, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 190

I

Instrumentalidade 57, 81, 88, 103, 106, 107, 108, 140, 141, 145, 148, 149, 150, 151, 158, 162

M

MESS 109, 110, 113, 114

Movimento 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 17, 18, 26, 31, 32, 39, 40, 44, 45, 46, 56, 62, 63, 64, 81, 85, 88, 105, 109, 110, 112, 113, 114, 118, 121, 122, 128, 134, 142, 160, 162, 173, 174

N

Narrativa 171, 173, 174, 175, 176, 178

Neonatal 164, 165, 166, 167, 169, 170

O

Óbito 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

P

PCD 171, 172

Pesquisa 1, 2, 19, 23, 37, 40, 41, 42, 43, 53, 69, 73, 74, 76, 79, 84, 92, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 117, 118, 120, 123, 124, 126, 131, 135, 136, 137, 140, 141, 154, 156, 160, 161, 170, 172, 175, 178, 180, 182, 187, 188, 191

Pnaes 119, 120, 122, 128, 129, 184, 189

Política Pública 128, 154, 158, 179

Política Social 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 36, 46, 50, 66, 80, 89, 97, 129, 142, 150, 162, 191

Políticas Públicas 16, 30, 34, 96, 102, 113, 128, 129, 142, 146, 154, 165, 169, 172, 173, 191

População 4, 5, 15, 17, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 59, 61, 62, 87, 94, 95, 99, 115, 120, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 160, 172, 180

Profissão 1, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 74, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 93, 95, 103, 104, 107, 114, 116, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 159, 160, 162, 167, 172

Profissional 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 134, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 191

Projeto Ético Político 12, 18, 21, 22, 55, 97, 166

Q

Questão Social 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 19, 20, 22, 35, 50, 51, 61, 66, 67, 78, 90, 92, 93, 95, 104, 130, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 141, 142, 144, 159, 160, 162, 172

R

Religiosa 36, 37, 38, 39, 42, 43, 46, 105

Renovação 17, 22, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 65, 68, 69

S

Saúde 5, 11, 20, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 46, 66, 72, 80, 88, 92, 93, 96, 97, 108, 119, 120, 124, 130, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 162, 164, 165, 166, 169, 170, 174, 177, 180, 191

Serviço Social 12, 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 128, 129, 130, 132, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 154, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 191

SUS 31, 141, 142, 144, 148, 150, 151, 165, 166

T

Trabalho 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 110, 111, 116, 120, 122, 123, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 187, 188, 189

U

UPA 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020